

Terça-feira, 15 de Dezembro de 1981



# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Maria da Glória Duarte  
 Vítor Manuel Brás  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Apesar de não constar da ordem de trabalhos, a Câmara deliberou que tivesse lugar o período de antes da ordem do dia, a pedido do Sr. Deputado Silva Marques (PSD).

O Sr. Deputado José Niza (PS) referiu-se ao facto de a Radiotelevisão Portuguesa não se encontrar presente e a problemas relacionados com a greve neste mesmo órgão de comunicação social, na sequência do que interviewaram, a diverso título, os Srs. Deputados Jorge Lemos (PCP), Carlos Robalo (CDS), Borges de Carvalho (PPM), Lopes Cardoso (UEDS), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Silva Marques (PSD) e Magalhães Mota (ASDI).

O Sr. Presidente procedeu à leitura de uma carta da RTP sobre a cobertura dos trabalhos parlamentares desta semana.

Sobre os recentes acontecimentos na Polónia, fizeram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados César de Oliveira (UEDS), Silva Marques (PSD), Almeida Santos (PS), Mário Tomé (UDP), Magalhães Mota (ASDI), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Rui Pena (CDS), Carlos Brito (PCP) e Borges de Carvalho (PPM).

Relativamente a este mesmo assunto, foram aprovados três votos: sendo respectivamente um voto de solidariedade apresentado pela UEDS, um voto de protesto apresentado pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM, e um voto de protesto e solidariedade apresentado pelo PS.

**Ordem do dia.** — O Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP) procedeu à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de vários deputados, os quais foram aprovados.

Iniciou-se o debate sobre as propostas de lei n.<sup>os</sup> 73/II (Orçamento Geral do Estado para 1982) e 76/II (Grandes Opções do Plano para 1982). Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro), Ministro dos Assuntos Sociais (Luis Barbosa) e Ministro da Administração Interna (Ange o Correia) e os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Vilhena de Carvalho (ASDI), Lopes Cardoso (UEDS), César de Oliveira

ra (UEDS), Portugal da Silveira (PPM), Ilda Figueiredo (PCP), Carlos Robalo (CDS), Sousa Gomes (PS), Torres Marinho (PS), Miranda Calha (PS), Roleira Marinho (PSD), Pinto Nunes (PSD), Sousa Tavares (PSD), Salgado Zenha (PS), Carlos Brito (PCP), Borges de Carvalho (PPM), Silva Marques (PSD), Alberto Xerez (CDS), Natáia Correia (PSD), Vargas Bulcão (PSD), Vidigal Amaro (PCP), Zita Seabra (PCP), Rui Pena (CDS), Silva Graça (PCP), Octávio Teixeira (PCP), Moura Guedes (PSD), Manuel dos Santos (PS), Barreira Ruas (PPM), Eduardo Pereira (PS), Ferreira de Campos (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), Magalhães Mota (ASDI) e Sousa Lara (PPM).

A Assembleia concedeu autorização ao Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) para depor em Tribunal como testemunha abonatória.

Entretanto, foram lidos dois relatórios e pareceres sobre a substituição de diversos deputados, tendo os mesmos sido aprovados.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 1 hora e 45 minutos do dia seguinte.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.  
 Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.  
 Alvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Alvaro Roque Bissaia Barreto.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.  
 Américo Abreu Dias.  
 Anacleto Silva Baptista.  
 António José B. Cardoso e Cunha.

Armando Lopes Correia Costa.  
 Arménio Jerónimo Martins Matias.  
 Casimiro Pires.  
 Fernando Alfredo Moutinho Garcez.  
 Fernando Manuel Cardote B. Mesquita.  
 Fernando dos Reis Conde.  
 Fernando Manuel Cardote Ferreira.  
 Jaime Adalberto Simões Ramos.  
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Manuel Pinheiro Barradas.  
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro Almeida.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel António Lopes Ribeiro.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Manuel Ribeiro Arruda.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Maria Manuela Dias Moreira.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Virgílio António Pinto Nunes.

#### **Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Marques Antunes.  
 António de Almeida Santos.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Francisco B. Sousa Gomes.  
 António Gonçalves Janeiro.  
 António José Vieira de Freitas.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Edmundo Pedro.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Fausto Sacramento Marques.  
 Fernando Torres Marinho.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Francisco Mesquita Machado.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 Joaquim José Catano de Menezes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Leonel Sousa Fadigas.  
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.  
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.  
 Luís Silvério Gonçalves Saias.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Alberto Lopes Soares.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rui Fernando Pereira Mateus.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vítor Manuel Brás.  
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

#### **Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano José Alves Moreira.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Mendes de Carvalho.  
 Carlos Eduardo Oliveira Sousa.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 João António de Moraes Leitão.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José M. Pulido de Almeida.  
 José Alberto de Faria Xerez.  
 José Eduardo F. de Sanches Osório.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.  
 Manuel Afonso de A. Pinho.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Paulo Oliveira Ascenção.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Rui Eduardo Rodrigues Pena.

#### **Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Favas Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António José M. Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João Carlos Abrantes.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel da C. Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Mariana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### **Partido Popular Monárquico (PPM)**

Jorge Victor Portugal da Silveira.  
 Henrique Barrilaro Ruas.  
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

**União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)**

António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
António Poppe Lopes Cardoso.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE)**

Helena Cidade Moura.  
Herberto de Castro Goulart da Silva.

**União Democrática Popular (UDP)**

Mário António Baptista Tomé.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a ordem do dia estipulada para hoje é constituída pela discussão das propostas de lei n.º 73/II — Orçamento Geral do Estado para 1982 — e 76/II — Grandes Opções do Plano para 1982.

Como VV. Ex.ºs sabem, em Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, realizada já há duas semanas, foram acordados um calendário e uma distribuição de tempos que todos terão presente e que me dispenso de repetir.

**O Sr. José Niza (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. José Niza (PS):** — Sr. Presidente, antes de começar propriamente o debate sobre o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1982, queria fazer uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. José Niza (PS):** — Sr. Presidente, como todos estamos recordados, na Reunião dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, foi prevista a cobertura televisiva dos debates que se vão hoje iniciar.

Portanto, queria perguntar ao Sr. Presidente se tem algumas informações da televisão acerca dessa matéria e se poderia comunicá-las à Câmara para nosso conhecimento.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado José Niza, devo dizer-lhe que a Mesa não recebeu qualquer informação da televisão a esse respeito.

Contudo, é do domínio público a situação que, presumo, pode de certo modo complicar o esquema previsto. Em todo o caso, penso que esse é um assunto a acordar entre o Governo, os grupos parlamentares e a televisão. Não vejo que seja matéria acerca da qual eu tenha capacidade deliberativa. No entanto, estarei à disposição para qualquer diligência que a Câmara me incumba.

**O Sr. José Niza (PS):** — Sr. Presidente, é que tal como ontem foi pela Administração da Televisão, embora se processe uma greve televisiva, foi considerado que havia as condições normais para uma programação televisiva.

O que acontece é que as condições não são normais. Durante todo o dia de ontem a Administração da RTP infringiu leis fundamentais deste país, designadamente a Lei da Televisão, a Lei da Greve, a Lei das Telecomunicações, proibindo inclusivamente a entrada legal de trabalhadores da televisão nas instalações e admitindo a entrada de Membros do Governo nas mesmas instalações. Refiro-me a factos do meu conhecimento pessoal, uma vez que eu próprio estive junto dos trabalhadores da RTP.

Penso, pois, que a televisão deveria esclarecer a Assembleia em que situação se encontra em relação à transmissão dos debates. Por um lado, a Administração considera que tudo se processa regularmente na televisão mas, por outro, não prestou qualquer informação ao Parlamento.

Creio que a cobertura desta sessão como o das que se vão seguir é importante. Nesse sentido, requeria a V. Ex.º, Sr. Presidente, que durante esta manhã se fizesse um contacto com a televisão no sentido de se saber em que condições seria possível dar cobertura a este debate, independentemente de todas as ilegalidades que estão a ser cometidas — e que o Partido Socialista vai denunciar — ao longo da greve em relação aos trabalhadores da empresa. Devo dizer que estão a ser cometidas infracções muito graves que, penso, esta Assembleia não pode ignorar e que denunciaremos aqui em detalhe.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado José Niza, evidentemente que a diligência que me pede poderá ser feita. Em todo o caso, não penso que o facto de existir uma greve na televisão seja impeditivo de iniciarmos os nossos trabalhos de apreciação das propostas de lei.

Tentarei fazer a diligência que me pede. Contudo, seja qual for o seu resultado, não me parece que esse facto deva pôr em causa o desenvolvimento normal dos trabalhos da Assembleia da República.

Estão inscritos cinco Srs. Deputados. Recordo que não está hoje previsto o período de antes da ordem do dia. Assim sendo, não desejaría que iniciássemos um debate sobre uma matéria que não está agendada.

Pediria, assim, aos Srs. Deputados inscritos o favor de, tendo em consideração que hoje não há período de antes da ordem do dia e que a ordem do dia diz respeito à discussão das propostas de lei sobre o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1982, se circunscreverem à discussão da matéria constante da ordem do dia. Por outro lado, como já está acordado a distribuição e o ordenamento dos tempos, pedia-lhes que tivessem tal facto em consideração.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, tendo em conta precedentes anteriores relativamente a períodos particularmente graves da vida política, a minha bancada pretendia tomar uma posição sobre os graves acontecimentos acabados de ocorrer na Polónia.

A minha bancada não pode deixar de protestar contra a grave violação dos mais elementares direitos dos trabalhadores e pretende solidarizar-se com o movimento operário e popular polaco. Por isso, desejava usar da palavra sobre esse assunto.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> terá ocasião de usar da palavra para esse efeito, se assim for acordado — e devo dizer que estou ao dispor de VV. Ex.<sup>a</sup> — em conferência dos presidentes dos grupos parlamentares. Neste momento não vejo que haja oportunidade para uma discussão desse género, a não ser que o Plenário decida nesse sentido.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, de qualquer modo, recordo que já anteriormente, e em pleno Plenário, a Mesa deu a palavra a deputados para tratarem de acontecimentos políticos graves. Ora se existe esse precedente, e considerando que se trata de uma situação grave, não vemos razão para que tal não seja feito hoje.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> fará uma proposta no sentido de ser alterada a ordem do dia de hoje, e eu pô-la-ei à votação.

Estão inscritos os Srs. Deputados Carlos Robalo, Jorge Lemos, Magalhães Mota, Rui Pena e Lopes Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, prescindo de usar agora da palavra e concedo a minha vez ao Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apoiar a proposta da bancada social-democrata no sentido de que em relação à Polónia existe uma situação grave totalmente imprevista da adequação ao tempo de hoje. Consequentemente, entendo que, pondo em causa valores essenciais nos quais acreditamos, devemos inserir imediatamente uma alteração da ordem de trabalhos no sentido de dar a relevância que este facto, infelizmente, merece e que serve inclusivamente de bom prólogo à discussão que vamos iniciar sobre a nossa situação interna.

O Sr. Presidente: — Repito a V. Ex.<sup>a</sup> o que disse ao Sr. Deputado Silva Marques: a Mesa está pronta a admitir uma alteração da ordem do dia estabelecida e a suspender, se tal for necessário, os trabalhos para que haja eventualmente qualquer discussão a esse respeito a fim de acertarmos o programa dos nossos trabalhos.

Neste momento, não me considero em condições de alterar a ordem do dia já estabelecida.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, aceitando a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, requeria que a sessão fosse

suspensa por um período curto para, em conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, debatermos a questão.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se houver consenso da Câmara não haverá necessidade de interrompermos os trabalhos. Contudo, não sei se o consenso existe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, eu já estou a pedir a palavra há muito tempo. Não ponho em causa que o Sr. Deputado Jorge Lemos use da palavra ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lopes Cardoso, a ordem das inscrições é a seguinte: os Srs. Deputados Jorge Lemos, Magalhães Mota e Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Não vamos criar problemas com isso, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, cedo a minha vez ao meu colega de bancada, Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tanto quanto me dou conta, foram até agora suscitadas duas questões: uma delas foi levantada pelo Sr. Deputado José Niza, e refere-se à RTP; e a outra, pelo Sr. Deputado Silva Marques que mostrou o desejo de fazer uma declaração sobre os acontecimentos na Polónia. Portanto, foram duas as questões colocadas.

Compreendemos as razões por que os Srs. Deputados Silva Marques e Rui Pena fazem tanta insistência em discutir os acontecimentos que ocorreram na Polónia: é que querem atirar para longe, querem protelar a discussão do Orçamento Geral do Estado.

*Aplausos do PCP e risos do PSD, do CDS e do PPM.*

De facto, o Orçamento que o Governo da AD traz à Assembleia da República da República é qualquer coisa de perfeitamente penoso, pelo que se comprehende que os Srs. Deputados da maioria não o queiram discutir: é que querem ganhar tempo.

De qualquer modo, Sr. Presidente, nós não faremos oposição a que a ordem de trabalhos seja alterada de acordo e pela ordem com que as questões foram suscitadas: primeiro, a questão da RTP, suscitada pelo Sr. Deputado José Niza; e depois a questão dos acontecimentos na Polónia, suscitada pelo Sr. Deputado Silva Marques.

Assim, damos o nosso acordo a que se iniciem os trabalhos, considerando pela ordem que referi as duas questões. Pela nossa parte, na devida altura interviremos sobre a matéria.

Portanto, é esta a nossa posição: não fazemos oposição a que os Srs. Deputados Silva Marques e Rui Pena façam as suas declarações sobre os acontecimentos ocorridos na Polónia, pois nós também faremos a nossa própria declaração. Mas, antes disso, há que atender à proposta feita pelo Sr. Deputado José Niza no sentido de se considerar as questões da RTP. É esta a posição do Grupo Parlamentar do PCP.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, pela nossa parte damos consenso à alteração da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para, em primeiro lugar, comunicar à Câmara que o meu grupo parlamentar entregou na Mesa no início desta reunião um voto de solidariedade para com os trabalhadores polacos, e gostaríamos que ele fosse discutido por esta Assembleia. Dentro desta ordem de razões, não nos opomos a que o problema seja abordado, com prejuízo da ordem de trabalhos estabelecida.

Queremos também manifestar o nosso apoio à intervenção do Sr. Deputado José Niza no que diz respeito aos acontecimentos que ocorreram na Radiotelevisão Portuguesa, e dar o nosso acordo, se eventualmente houver consenso, para que igualmente esses problemas sejam abordados antes do início da discussão das propostas de lei.

*Vozes da UEDS:* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, efectivamente deu entrada na Mesa um voto de solidariedade subscrito pelos Srs. Deputados da UEDS e que fiz respeito aos acontecimentos na Polónia.

Neste momento, e tentando fazer o ponto da situação — e peço principalmente aos presidentes dos grupos parlamentares a vossa atenção no sentido de ver se reproduzo fielmente o que se passou e as conclusões que podemos tirar —, parece-me que há consenso da Assembleia no sentido de que a ordem do dia seja precedida de um período de antes da ordem do dia, em que será discutida ou pelo menos abordada a situação na Radiotelevisão Portuguesa e a situação na Polónia.

Penso que não estará no espírito de VV. Ex.<sup>as</sup> que este período de antes da ordem do dia seja excessivamente extenso. Sendo assim, pergunto aos Srs. Deputados se estão ou não de acordo com a inclusão deste período de antes da ordem do dia, e pediria o favor de me indicarem o tempo que consideram necessário para esse período que, de maneira nenhuma, considero que possa ser superior a uma hora. Perguntaria também ao Governo, e em especial ao Sr. Primeiro-Ministro visto ser o primeiro interveniente no período da ordem do dia, se há da parte do Governo objecção de monta a que ordem do dia seja precedido de um período de antes da ordem do dia.

O Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, por parte do Governo não há objecção a que isso se faça pois a Assembleia é soberana. No entanto, entendemos que as propostas de lei têm um determinado esquema de discussão proposto e aprovado, e desejariamo — aliás, como penso que é também o desejo da Assembleia — que esse esquema fosse cumprido.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Pergunto aos grupos parlamentares qual o limite de tempo que consideram adequado para o período de antes da ordem do dia que conviria, com todo o apreço dos temas em questão, que fosse limitado. Não sei se o tempo de uma hora será excessivo. Mais do que uma hora considero que seria tempo demasiado, e não sei se será possível fixarmos um período de tempo inferior a uma hora. Pela minha parte estou aberto às sugestões, mas VV. Ex.<sup>as</sup> dirão.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, penso que talvez adequado dar a cada grupo parlamentar que pretende intervir sobre uma matéria ou sobre a outra, ou sobre as duas ao mesmo tempo, um período de cinco minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, penso que essa é uma sugestão aceitável. No entanto, a Câmara pronunciar-se-á.

O Sr. José Niza (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, gostaria de saber se a proposta do Sr. Deputado Silva Marques prevê cinco minutos para ambos os temas ou para cada um deles. É que esse aspecto não ficou claro.

O Sr. Presidente: — Pareceu-me que o período de cinco minutos era para o conjunto da intervenção de cada partido ou grupo parlamentar, Sr. Deputado.

O Sr. José Niza (PS): — Entendemos que cinco minutos é pouco tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Evidentemente que é pouco tempo, Sr. Deputado. Contudo, com nove grupos parlamentares e partidos, dentro dos limites de uma hora e admitindo até — o que para mim não é claro — não vir a haver pedidos de esclarecimento ou qualquer outro tipo de intervenções desse género, cada intervenção, para além de cinco minutos, poderá ter apenas mais um minuto e 30 segundos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado José Niza, na sua intervenção inicial, comprometeu-se a trazer a este Parlamento os problemas passados na Radiotelevisão, que diz ter assistido.

Queria saber se em termos de televisão vamos discutir a cobertura ou não televisiva da discussão das propostas de lei sobre o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1982, ou se vamos discutir os acontecimentos passados na televisão, que V. Ex.<sup>a</sup> se comprometeu a trazer oportunamente a esta Câmara.

Penso que são temas totalmente diferentes e que têm um tratamento diferente.

Gostaria, pois, que o Sr. Deputado José Niza me dissesse se mantém a proposta inicial ou se há uma alteração na proposta.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Deputado Carlos Robalo, eu não fiz nenhuma proposta. Fiz somente a apresentação e uma interpelação à Mesa.

Já agora, para não perdermos mais tempo, devo dizer-lhe que quando me referir à questão da televisão a sua curiosidade ficará satisfeita em relação à minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não sei se será este o momento indicado para se estar com pedidos de esclarecimento deste género.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer duas propostas muito concretas.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — A primeira proposta que gostaria de fazer é a de que o tempo atribuído a cada grupo parlamentar fosse de sete minutos, o que levaríamos uns três ou quatro minutos a mais do que uma hora; a segunda, que fosse desde já estabelecido o princípio de poderem intervir dois deputados por cada grupo parlamentar, ou seja, que cada grupo parlamentar dê a esses sete minutos o tratamento que considerar mais adequado.

Pela nossa parte, e respondendo à questãoposta pelo Sr. Deputado Carlos Robalo, devo dizer que pretendemos focar não apenas a questão da cobertura pela televisão dos trabalhos da Assembleia, mas também a situação verificada na própria televisão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, a Mesa não vê inconveniente de maior em que o tempo seja de sete minutos desde que esses sete minutos incluam todas as intervenções a produzir nesse período de antes da ordem do dia, isto é, intervenções de um ou dois deputados de cada bancada, protestos, pedidos de esclarecimento, resposta corresponde, etc.

Se a Câmara aceita esta sugestão, passaríamos de imediato ao período de antes da ordem do dia com a leitura de um voto de solidariedade, apresentado pela UEDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, como tivemos há pouco ocasião de dizer, nós não nos opussemos à alteração da ordem de trabalhos. É importante dizer-se que, se houvesse oposição da nossa parte, o voto de solidariedade não poderia ser votado. Digo isto para que a opinião pública compreenda.

O Sr. Presidente: — Todos nós sabemos disso, Sr. Deputado.

O Orador: — O que ficou estabelecido — e essa é a questão de ordem que suscitei — foi que as questões seriam tratadas pela ordem com que foram suscitadas ao Plenário.

Assim, penso que deveríamos começar pela questão da RTP, uma vez que foi a primeira questão suscitada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, penso que assim poderemos complicar um pouco as coisas. A ideia da Mesa era a de dar a palavra aos partidos por ordem ou decrescente ou crescente, tanto faz, e os partidos administrariam o seu tempo como quisessem.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, penso que o problema é muito fácil: dar-se-ia desde já a palavra ao Sr. Deputado José Niza que manifestou, logo no início da sessão, a vontade de levantar alguns problemas relacionados com a greve na RTP. Só depois se leria o voto de solidariedade apresentado pela UEDS, e assim tudo seguirá dentro da normalidade. Creio, no entanto, que devíamos respeitar aquilo que combinámos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, há aqui uma pequena dificuldade suplementar. É que a fotocopiadora que está no Plenário não funciona neste momento. Assim, a Mesa tem dificuldade em fazer circular os votos apresentados porque entretanto foi também apresentado um voto de protesto a acrescentar ao voto de solidariedade que já referi. Assim, por uma questão de método, pareceu-me que seria mais adequado lê-los, deixando-os pendentes para eventualmente serem depois discutidos.

Se VV. Ex.<sup>a</sup> vêem inconveniente nisso, poderá procurar-se que os textos dos votos sejam fotocopiados noutras fotocopiadoras que há na Assembleia para entretanto serem distribuídos aos grupos parlamentares.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Brito fez uma proposta no sentido de, em primeiro lugar, intervir o Sr. Deputado José Niza. Devo dizer que só a poderemos aceitar se à UEDS for dada a prioridade de intervir sobre o voto relativo aos acontecimentos

na Polónia, porque foi ela que teve a iniciativa de o apresentar.

**Vozes do PCP:** — Não foi não! Por ordem de inscrições!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, parece que há três hipóteses a considerar: ou começamos pelo partido com maior número de deputados e acabamos no partido com menor número de deputados, ou começamos pelo partido com menor número de deputados e vamos até ao partido com maior número de deputados, ou então abrimos inscrições, o que resultará no mesmo problema porque todos levantarão o braço ao mesmo tempo.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, suponho que estamos a perder muito tempo com matéria processual.

**O Sr. Presidente:** — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Penso que se poderia começar o período de antes da ordem do dia estabelecido dando a palavra aos deputados que se inscreveram, e tendo em conta que cada grupo parlamentar não pode gastar mais do que sete minutos em qualquer das questões que queira abordar.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Peço também a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, a culpa talvez seja minha, mas devo dizer que estou perplexo: é que começo a não perceber nada sobre a forma como o debate se vai processar. Parece-me que se concluiu algo que me surge como extremamente absurdo: é que cada partido intervenha simultaneamente sobre os dois problemas em questão. Se é isso, penso que não tem sentido. Se vamos separar as questões, creio que há uma ordem de prioridade na forma como elas foram aqui levantadas. Portanto, abordemos em primeiro lugar o problema da RTP. Quem quiser intervir, fá-lo, e se entretanto esgotar o tempo no tratamento dessa matéria já não intervêm na outra. Encerrada essa questão, passemos à seguinte. De outra maneira, tornar-se-á num debate perfeitamente confuso e negativo.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Certo!

**O Sr. Presidente:** — Penso que essa será uma hipótese, mas vejo alguma dificuldade na sua concretização. Em todo o caso, há já duas propostas nesse sentido. Portanto, cada grupo parlamentar terá sete minutos que administrará como melhor entender.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza, que foi o primeiro orador a inscrever-se.

**O Sr. José Niza (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Suscitei aqui inicialmente uma questão que tinha a ver com a própria cobertura televisiva dos debates, satisfazendo assim a curiosidade do Sr. Deputado Carlos Robalo.

Como vejo neste momento uma equipa, não sei se da televisão ou não, a cobrir os debates, penso que a televisão deveria ter comunicado a tempo à Assembleia qual era o seu projecto de cobertura desta sessão, até porque, independentemente da própria reportagem aqui feita no Plenário, há problemas técnicos feitos nos estúdios como seja a montagem da responsabilidade do Governo e dos vários partidos. Que eu saiba, nem a Mesa nem nós temos conhecimento de qualquer proposta por parte da televisão nesse sentido. Ora, se essa proposta não aparecer, ficará inviabilizada a cobertura deste debate, o que é prejudicial para o conhecimento público da matéria importantíssima que vai aqui ser debatida. Esta é a questão da cobertura televisiva dos debates.

Em relação à greve, e não discutindo os fundos da mesma porque não temos que nos preocupar com as motivações que levaram a essa greve, apenas temos que constatar as irregularidades cometidas ao longo do processo que começou na passada quinta-feira e que termina hoje.

Os trabalhadores da televisão entenderam no seu direito próprio fazer uma greve. Essa greve começou com o *lock-out* da própria RTP — e digo *lock-out* porque é disso que se trata.

A greve recomeçou ontem. Domingo, às 11 horas da manhã e a RTP deveria ter dado a missa a partir dos Estúdios no Lumiar. No entanto, as equipas de trabalhadores que fariam a cobertura da missa, quando chegaram ao Lumiar não foram autorizadas a entrar nas instalações na medida em que a Administração da televisão tinha transferido com armas e bagagens para a Avenida 5 de Outubro toda a transmissão da emissão.

Assim, os trabalhadores que estavam escalonados para dar cobertura à missa não o puderam fazer, nem lhes foi permitida a sua entrada nas instalações. Penso que a isto se chama *lock-out* da empresa em relação à questão laboral.

Na Avenida 5 de Outubro, de onde foi feita toda a emissão de ontem, a situação é ilegal em termos técnicos porque da legislação de telecomunicações decorre que a televisão não pode transmitir de onde muito bem entende, e tem que satisfazer regras técnicas impostas pelas leis e legislação das telecomunicações.

Em relação à questão da própria organização da greve e de acordo com a Lei da Greve, os trabalhadores teriam direito a entrar nas instalações, sobretudo os piquetes de greve, para se aperceberem de como estava a ser conduzida a emissão. Ora, não foi permitida a entrada nas instalações a nenhum trabalhador dos piquetes de greve, pois foram requisitadas forças policiais suficientes. Mas, estranhamente, foi autorizada a entrada a membros do Governo. Sendo

assim, aproveito a presença do Sr. Ministro Ângelo Correia para lhe perguntar — se ele desejar informar esta Câmara — o que terá ido fazer ontem à noite, juntamente com um Sr. Secretário de Estado — o Dr. Ribeiro e Castro —, às instalações da RTP, dialogando com a Administração.

Penso que essa diligência poderá ter a ver com as forças policiais presentes que impediram a entrada não só dos próprios trabalhadores como até de deputados desta Assembleia que iriam exercitar o seu direito próprio como deputados, e que autorizaram — e parece que com inteiro agrado da Administração da televisão — a permanência do Sr. Ministro Ângelo Correia, cujas digressões são sempre polémicas, seja a Macau, seja às próprias instalações da RTP.

*Aplausos e risos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

Como disse, a Administração da RTP infringiu vários tipos de legislação e várias leis. Não vou citar os artigos porque temos apenas sete minutos ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, neste momento restam-lhe três minutos.

O Orador: — ..., mas a Administração infringiu muitos artigos.

Aproveito para informar o Sr. Presidente e os jornalistas aqui presentes que o Partido Socialista vai apresentar, ainda hoje, um pedido de inquérito parlamentar quanto à forma como tem sido exercitada a Lei da Greve, pelos vistos não cumprida. Provaremos o que estou a dizer e, detalhadamente, apresentaremos isso no nosso pedido de inquérito parlamentar.

*Aplausos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

Para dar tempo ao meu camarada, Deputado Almeida Santos, de usar da palavra sobre a situação na Polónia, vou terminar a minha intervenção, informando a Mesa que o pedido de inquérito parlamentar será ainda hoje entregue devidamente fundamentado e distribuído aos jornalistas para conhecimento público.

*Aplausos do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No que diz respeito à cobertura televisiva dos trabalhos, queremos dizer que respeitamos o direito dos trabalhadores ao exercício do direito à greve e, como tal, pensamos que os problemas da cobertura ou não desta sessão poderão ser resolvidos em conferência dos presidentes dos grupos parlamentares a realizar posteriormente.

Relativamente ao que ontem se passou na RTP, eu próprio tive oportunidade de me deslocar ao local. Na altura, face à anormalidade que se verificava, uma vez que uma empresa de segurança privada que tinha uma lista, ao que suponho, de fura-greves que a Administração tinha assegurado e que impedia os trabalhadores que estavam escalonados para aquele dia de

entrarem nas instalações, tentei ter uma entrevista com o Administrador — Sr. Proença de Carvalho — ao que me foi dito que tinha a agenda bastante sobrecarregada. Provavelmente seria o Sr. Ministro da Administração Interna e o Sr. Secretário Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro, Dr. Ribeiro e Castro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Penso que esta situação de anormalidade deveria receber desta Câmara a resposta que é exigida e que tem sido reclamada ao longo de sucessivos meses quer pelos trabalhadores da RTP, quer pela população em geral — que têm direito a ter uma televisão em condições — e que é a demissão da equipa Proença de Carvalho, que tem feito da televisão não um meio de informação do povo português, mas um meio de propaganda deste Governo, um meio de difusão do seu ideário.

A Sr.ª Manuela Aguiar (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Devo dizer ainda, Sr. Presidente, que apesar de estarem presentes no local dirigentes sindicais que no exercício dos seus direitos legais requerem a visita às instalações e que se dirigiram inclusivamente à PSP a fim de os acompanhar nessa visita, a mando do Dr. Proença de Carvalho, a PSP estava na televisão, e não teve o cuidado de acompanhar os dirigentes sindicais, pelo que lhes foi recusada a entrada.

O que se está a passar na televisão é extremamente grave. Só pode ser resolvido quando a legalidade for reposta e isso exige a demissão imediata do Sr. Proença de Carvalho e da sua equipa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — O Partido Comunista Português dispõe ainda de cinco minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como prevíamos, o Partido Socialista vai tratar o problema da televisão num outro momento com um pedido de inquérito. Nós reservaremos a nossa posição sobre esse inquérito do PS já que não tivemos possibilidade de tempo de irmos para a porta da televisão para sabermos o que se passou. Não tivemos essa chance nem essa disponibilidade e, portanto, não nos podemos pronunciar porque não andámos a indagar.

*Protestos do PS.*

Naturalmente que também não vamos fazer o barulho que os Srs. Deputados fazem, até porque não nos parece que essa seja a norma de desenvolvemos trabalhos.

Quanto ao problema da cobertura televisiva do debate das propostas de lei sobre o Orçamento Geral do Estado e o Plano Anual para 1982, entendemos que a mesma deve ser discutida numa reunião dos presidentes dos grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Convenhamos que é perfeitamente pertinente que neste momento se discuta o problema da televisão, tanto mais que nos preparamos para iniciar a discussão das propostas de lei sobre o Orçamento Geral do Estado e o Plano Anual para 1982, e não temos — segundo parece — a cobertura que esta Câmara e o povo português merecem para um momento tão importante da vida política do País.

Como já disse o Sr. Deputado Carlos Robalo, uma vez que o Partido Socialista — eventualmente com legitimidade e porque não nos cumpre aqui defender a Administração da televisão ou seja quem for — vai pedir um inquérito sobre este assunto, julgo que está ultrapassado o problema do cumprimento ou não da Lei da Greve e da utilização ou não legítima dos seus direitos por parte dos trabalhadores da televisão.

Porém, estamos numa Câmara política e temos que ver politicamente o que se passa. E o que se passa é que houve uma greve da televisão na quinta-feira; na sexta-feira e no sábado já não houve; no domingo e na segunda-feira há novamente greve e na terça-feira volta a não haver greve.

Ora, o que acontece é que a televisão, estando em greve na quinta-feira, suspende-a na sexta-feira e no sábado para fazer a cobertura da visita a Portugal do Presidente Mitterrand. No entanto pensamos — com legitimidade — que a greve foi suspensa no sábado para fazer a cobertura das manifestações que nesse dia se realizaram mas que, felizmente, o povo português correspondeu da forma mais cabal ...

#### Risos do PCP.

... isto é, primando pela sua ausência à convocatória das forças que a convocaram.

#### Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

**O Sr. Joaquim Gomes (PCP):** — Não mandaram lá o rei!

**O Orador:** — É evidente que este *flop* impunemente a que foram submetidas as tais manifestações não podia ser indiferente às pessoas que aqui tão ruidosamente se manifestam quando alguém diz a verdade acerca delas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje e aqui, numa altura em que o Governo vem expor ao povo português as linhas do Orçamento Geral do Estado para 1982, seja qual for a posição política que cada um de nós tenha acerca desse Orçamento, verifica-se que no dia mais importante para o Governo e para a maioria — que é aquele em que são expostas pelo Governo as linhas gerais desse Orçamento — não há televisão.

Sr. Presidente Srs. Deputados, o que neste momento nos cumpre fazer como políticos e como representantes do povo português é denunciar a clara manobra política, oposicionista, antigovernamental e ilegítima que através dessa greve se procura fazer.

#### Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

**O Sr. Presidente:** — O PPM dispõe de quatro minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas manifestar o nosso apoio à intervenção do Sr. Deputado José Niza, assim como ao pedido de inquérito por ele anunciado. Já agora, entre parêntesis, não posso resistir a fazer uma ligeira observação ao Sr. Deputado Borges de Carvalho, que é a seguinte: com este Orçamento o Governo deveria estar grato à televisão por não mostrar ao povo português nem o que o Governo é nem o que é o Orçamento.

#### Aplausos da UEDS e do PS.

Quanto à cobertura televisiva do debate, queremos dizer que só aceitaremos qualquer solução que meça o acordo dos trabalhadores em greve da RTP e que não colaboraremos com qualquer solução que infrinja a vontade desses trabalhadores.

#### Aplausos da UEDS e do PS.

**O Sr. Presidente:** — A UEDS dispõe de seis minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pensamos que a RTP tinha obrigação, mais do que não fosse por uma questão de cortesia para com esta Assembleia da República, de ter prestado uma informação à Assembleia pela sua não presença na cobertura deste debate sobre as propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 1982, nomeadamente depois de ter anunciado que considerava que estava em condições de funcionamento normais.

Naturalmente que podíamos prever a não cobertura da reunião de hoje visto que não tínhamos em conta a veracidade das afirmações produzidas pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da RTP. Apesar do interesse do debate agendado, não nos preocupa que esta reunião não tenha cobertura pela televisão pelo respeito que nos merece o legitimo direito à greve de quaisquer trabalhadores.

Mas o que se vai passar quanto à reunião de amanhã? Os grupos parlamentares, os deputados não têm o direito de saber em que condições é que vai ou não existir cobertura televisiva à respectiva sessão? Como sabê-lo neste momento, sem uma única informação da RTP, quando a greve está anunciada para terminar às 24 horas de hoje e a reunião plenária de amanhã começa às 10 horas da manhã?

Entendemos que, perante esta anormal situação, perante esta situação de desrespeito por parte do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República, ou o Sr. Presidente da Assembleia da República ou a Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares — como já aqui foi sugerido — deveriam apreciar a situação, contactarem com a RTP e, em especial, manifestarem desagrado pelo comportamento que tiveram em relação à Assembleia da República.

Os Srs. Deputados José Niza e Jorge Lemos já denunciaram os atropelos à Lei da Greve e à Lei da Televisão. Tais atropelos merecem o nosso repúdio: em primeiro lugar, porque foi uma greve que teve uma percentagem de adesão de 95 %, segundo anunciaram fontes sindicais; em segundo lugar, porque foi um aviltante exemplo de degradação da quali-

dade televisiva o trabalho produzido pelo fura-greves, o que traduz sempre uma grave situação anticultural.

A gravidade destes atropelos, em nossa opinião, justifica perfeitamente o pedido de inquérito parlamentar que o Partido Socialista anunciou que iria entregar na Mesa.

Pela nossa parte, iremos apoiar que esse inquérito seja realizado por esta Assembleia da República.

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns deputados do PS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acaba de dar entrada na Mesa uma carta da Radiotelevisão Portuguesa dirigida ao Presidente da Assembleia da República, que passo a ler:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor:

Informo V. Ex.<sup>a</sup> de que a RTP não tem possibilidade de proceder à gravação integral dos debates sobre o Orçamento Geral do Estado a realizar de 14 a 18 do mês corrente na Assembleia da República.

Informo também V. Ex.<sup>a</sup> de que no dia 14 não nos é possível, devido à situação de greve, fazer, com imagem, a cobertura dos trabalhos.

De 15 a 18, podemos assegurar diariamente reportagens de 15 minutos, constituídas apenas por depoimentos prestados expressamente para o efeito por representantes do Governo e Grupos Parlamentares.

Dentro das nossas possibilidades, estamos ao dispor de V. Ex.<sup>a</sup>

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 11 de Dezembro de 1981. — Director Coordenador da Informação, *Duarte Figueiredo*.

*Vozes do PCP: — Mais escandaloso ainda!*

O Sr. António Vitorino (UEDS): — É pior a emenda do que o soneto!

O Sr. Presidente: — Como já é do conhecimento de VV. Ex.<sup>as</sup> o teor da carta, tenho a comunicar que o meu despacho foi no sentido de esta ser examinada na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado José Niza fez várias considerações sobre os acontecimentos na RTP, acontecimentos esses que não nego visto que parto do princípio de que foi o próprio Sr. Deputado José Niza a testemunha, ou pelo menos teve testemunhas idóneas.

De qualquer modo, relativamente às suas considerações, o Sr. Deputado falou, ou pelo menos mostrou-se surpreendido, pelos piquetes de greve não entrarem na empresa. Não sei a coberto de que posição legal é que V. Ex.<sup>a</sup> mostra a sua surpresa. Dá-me a impressão de que não está seguro na matéria e dada a fragilidade das suas considerações, até admito que a sua tese não seja a melhor, embora

julgue que deva ter o cuidado de não entrar, de forma ligeira, num domínio que não é o específico desta Assembleia e que é sobretudo domínio dos tribunais.

Faço-lhe um apelo, Sr. Deputado: não meta outra vez o pé na poça, como já ouvimos aqui diversos apelos no mesmo sentido a propósito de outros órgãos de soberania e do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. Não meta, pois, de forma tão ligeira, novamente o pé na poça.

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

O Orador: — Relativamente à cobertura ou não do debate das propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1982, surpreendo-me que a hipótese da cobertura televisiva seja levantada visto que, se há pouco ouvimos tão veementes protestos contra os fura-greves, não queremos que seja esta Assembleia a propor que os grevistas furem a greve.

*Aplausos do PSD.*

Como poderão os trabalhadores acordarem em furar a greve? A questão que se coloca é a de deixarmos — nós, Deputados da Assembleia da República — os trabalhadores exercerem normalmente os seus direitos. Se há infracções, que as instâncias adequadas intervenham, mas Srs. Deputados, que não seja a Assembleia da República a meter outra vez o pé na poça.

Relativamente ao Sr. Deputado Jorge Lemos, devo dizer que quem neste momento está silenciada não é a RTP, mesmo quando não transmite programação em virtude da aplicação do direito de greve. Quem está neste momento silenciada é a televisão polaca. Essa é que está silenciada, essa é que está reduzida ao silêncio.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Quem está silenciada, sujeita a uma repressão generalizada, arbitrária e totalitária não é só a televisão polaca mas o sindicato «Solidariedade», é o movimento de todos os trabalhadores polacos, é o movimento do povo polaco pela sua liberdade, pela sua independência e pela sua dignidade. É o movimento de todos aqueles que no mundo se batem pela liberdade e pelo respeito da dignidade humana.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Na Polónia, a esperança acabou uma vez mais de ser espezinhada, amachucada e deprimida, mas o que também foi posto a lume e à evidência do mundo inteiro foi a realidade de um regime, a realidade de uma ideologia falsa, a realidade de ideais só formalmente apregoados, e que, em contacto com a realidade e com os reais desejos do povo e dos trabalhadores, saltam em estilhaços.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Paleio. Fale dos problemas de cá.

O Orador: — Essa é a realidade que neste momento temos perante os nossos olhos.

*Protestos do PCP.*

Mas a realidade não é só repressão porque senão os totalitários teriam o domínio livre na arena internacional. A realidade é também esperança e força de lutar por um ideal, que é o da humanidade inteira: o ideal da liberdade. Essa esperança tem-se mantido viva face a cada repressão de que é vítima. A esperança está viva depois da repressão sobre Berlim Oriental, sobre Budapeste, sobre Praga e agora sobre Varsóvia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A esperança está viva depois de todas as invasões, tal como a do Afeganistão e outras recentes.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Os trabalhadores não querem tutores, mas a liberdade e a democracia. Os trabalhadores querem sindicatos autónomos, querem sindicatos que defendam os seus interesses e não os interesses de tutela alheia, por muito que reivindiquem a representatividade dos trabalhadores. Os trabalhadores querem plena autonomia e plena liberdade para tratarem dos seus interesses, porque são os próprios trabalhadores que estão em condições de zelar pelos seus interesses e mais ninguém.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

A propósito dos acontecimentos na Polónia, é preciso que se diga que quem neste momento na arena internacional está desmascarado como opressão, como violador dos direitos humanos, negador da liberdade e da independência dos povos, é o novo e pujante imperialismo soviético. É esse que ataca, é esse que reprime e é esse que invade. É preciso que isto seja dito. Neste momento, na arena internacional, o imperialismo que se levanta como nova força negadora dos direitos internacionais, da independência e da liberdade dos homens é o imperialismo soviético.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Apoiamos o voto de solidariedade da bancada da UEDS, assim como apoiamos o voto de protesto e de solidariedade da bancada do PS porque ambos estão de acordo com os sentimentos e com as ideias expressas no voto proposto pelo PSD, pelo CDS e pelo PPM.

Neste momento, não podemos deixar de erguer veementemente e sem complexos um frontal protesto pela repressão de que é vítima o povo polaco, e solidarizarmo-nos com aqueles que neste momento não estão na cadeia por defenderem o direito à greve.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, eu passaria a dar a palavra pela ordem de entrada na Mesa dos três votos — de protesto, de solidariedade e outro de protesto e solidariedade — acerca dos acontecimentos da Polónia.

O primeiro voto a dar entrada foi o subscrito pelos Srs. Deputados da UEDS, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado César de Oliveira, que dispõe de 6 minutos.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UEDS tem acompanhado com esperança e com entusiasmo a experiência iniciada na Polónia pelos trabalhadores polacos e pelo Sindicato Solidariedade, entre outras razões, pelo facto de os trabalhadores polacos e o Movimento Solidariedade incorporarem nas suas reivindicações a reivindicação do socialismo autogestionário.

Hoje, quando em Portugal e em todo o mundo se erguem vozes contra as medidas repressivas (e entre outras citarei as vozes que ontem se ergueram em Itália do PCI), nós não poderíamos ficar calados sobre esta matéria.

Como diria o poeta, isto tudo anda ligado. E anda ligado porque na Polónia os trabalhadores nunca puseram em causa o socialismo, mas sim a gestão burocrática, repressiva, centralizada e autoritária a que, há dezenas de anos, se teima em chamar socialismo.

Isto tudo anda ligado (diria o poeta) quer dizer o socialismo, a liberdade e a democracia.

Isto tudo anda ligado quer dizer as ingerências das superpotências, quer seja no Afeganistão, na Polónia ou em El Salvador.

Isto tudo anda ligado, quer dizer a hipocrisia daqueles que apoiam os trabalhadores na Polónia e combatem os trabalhadores portugueses no Orçamento Geral do Estado, no Plano, na RTP, na greve dos texteiros.

*Aplausos da UEDS e do PS.*

Isto tudo anda ligado quer dizer a luta pela paz e pela segurança e o direito inalienável dos povos a disporem inteiramente de si próprios.

Isto tudo anda ligado quer dizer a UEDS apoia os trabalhadores nas suas lutas, nas suas aspirações, quer na Polónia, quer em Portugal, quer na América Latina, quer na América Central.

Por tudo isto, votaremos o nosso próprio voto e votaremos também o voto apresentado pelo PSD e pelo PS.

*Aplausos da UEDS, do PS e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o voto que entrou a seguir é subscrito por deputados do PSD, do CDS e do PPM.

O PSD quase que esgotou já o seu tempo, dispõe apenas de um minuto, já falou sobre este tema.

Não sei se algum dos outros subscritores deseja usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Sr. Presidente, aproveitando o tempo que ainda dispomos, queria simplesmente dizer ao Sr. Deputado César de Oliveira que as suas palavras ficam reduzidas não diria ao ridículo, mas pelo menos à impertinência, pois V. Ex.<sup>a</sup> sabe muito bem que ainda muito recentemente a minha bancada votou a favor de um voto aqui apresentado relativamente a S. Salvador.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Enfiou a cara-puça!

**O Orador:** — Não sei se enfiei, se não. Se enfiei, muito bem. O que interessa é saber se lhes estou a

responder com rigor ou não, se isto corresponde aos factos ou não.

V. Ex.<sup>a</sup> levantou a sua voz indignada contra aqueles que protestam contra a violação da liberdade na Polónia mas não protestam contra a violação da liberdade noutras locais.

Independentemente de ter enfiado a carapuça ou não, dir-lhe-ei que o que seria interessante era que V. Ex.<sup>a</sup> mantivesse a mesma coerência política que a minha bancada tem mantido relativamente aos acontecimentos internacionais. O resto são palavras inúteis e absolutamente deslocadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

**O Sr. Presidente:** — O seu partido ainda dispõe de 4 minutos.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Era para dizer ao Sr. Deputado Silva Marques que não sei se ele enfiou a carapuça ou não, mas a nossa coerência mede-se também porque também condenámos aqueles que na Covilhã mandaram espancar os trabalhadores têxteis.

A nossa coerência é total, não é uma coerência parcial, como V. Ex.<sup>a</sup> se referiu só agora a El Salvador. Nós temos a coragem de ser inteiramente coerentes, não temos a coragem de apenas ser parcialmente incoerentes, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos, dispondo de três minutos.

**O Sr. Almeida Santos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Três minutos poderiam parecer à primeira vista pouco tempo para assunto de tanta importância e, afinal de contas, é tempo demais para dizer aquilo que já toda a gente sabe.

E toda a gente sabe que um cidadão livre não pode deixar de se indignar contra a violação de direitos humanos e que um grupo parlamentar de um partido que sempre lutou pela afirmação desses direitos não pode deixar de assistir com a maior apreensão aos acontecimentos na Polónia.

Sempre que um povo luta pelos seus direitos e os afirma da maneira mais incómoda perante regimes totalitários, não importa de que sentido, surgem os mesmos cavaleiros do Apocalipse, surgem as prisões arbitrárias, surgem os tribunais de exceção, surge a militarização do cidadão, surge o abafamento dos direitos mais elementares, surge, enfim, de novo renovada a ameaça da pena de morte.

Quando em qualquer momento e em qualquer lugar se viola um só que seja dos direitos fundamentais, nós entendemos que são postos em causa todos esses direitos e em todos os lugares. É esse o sentido da universalidade dos direitos humanos.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, resumindo por agora o nosso protesto a estas simples palavras e ao facto que vou enunciar, nós apresentámos na Mesa um voto de protesto contra os acontecimentos na Polónia, um voto de solidariedade para

com o povo da Polónia e para com os trabalhadores da Polónia na sua luta por uma afirmação livre, por regime político livre e pela livre escolha do seu destino.

Estamos preparados, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para novas formas de afirmação de solidariedade e de luta e não perderemos a oportunidade de seguir com a maior atenção a evolução dos acontecimentos na Polónia, dispostos a renovar, se for preciso, a luta que travámos durante 50 anos pelos direitos de que, felizmente, dispomos agora.

*Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que se passa hoje a nível mundial congrega todas as forças populares, revolucionárias e democráticas, por um lado, e congrega, por outro lado, o imperialismo e todos aqueles que pretendem liquidar a luta dos povos.

O inimigo das forças imperialistas, do capitalismo, das multinacionais, o inimigo daqueles que querem viver à custa do esforço e do suor dos trabalhadores é a revolução mundial que se anuncia. E para isso tudo se faz, nomeadamente, as ameaças de guerra e a preparação da guerra.

O que se passa hoje na Polónia, a tentativa de liquidação violenta da luta do povo e dos operários polacos, faz parte da ofensiva mundial contra a revolução e não podemos deixar ficar isto ao nível e no plano do confronto inter-imperialista, do confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética.

É que, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, o que nós constatamos, olhando para o processo da luta do povo polaco, é que havendo o confronto entre os interesses imperialistas americanos e da União Soviética há também uma conjugação de esforços para que a luta do povo polaco não vá até às suas últimas consequências. É isso que nós percebemos e vemos quando a própria República Federal da Alemanha, o próprio Papa, tudo fizeram para que essa luta entrasse na conciliação, para que a luta determinada do povo polaco não fosse avante até às últimas consequências e se ficasse pelo compromisso com o governo burocrático da Polónia.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** não nos podemos esquecer de que na Polónia, como noutras países de Leste, estão as multinacionais americanas e ocidentais. São elas também que chupam e sugam o esforço e o trabalho do povo polaco em conluio com a direção do governo polaco.

Não nos podemos esquecer que dias antes o governo polaco tinha anunciado a sua intenção de negociar com o FMI. E nós sabemos o que é o FMI. E nós sabemos que um país socialista não negoceia com o FMI porque as negociações com o FMI (e temos que ver a nossa própria experiência nesse campo) são negociações que implicam um baixar cabeça, implicam a subordinação a imposições políticas imperialistas e das multinacionais.

O que se passa hoje na Polónia, na nossa opinião, tem a ver também com a garantia de que a Polónia estabilizará, isto é, que o povo polaco não poderá

lutar com força e firmeza para impor a sua vontade e o seu próprio poder político. Também o FMI, também o imperialismo americano, também as multinacionais dos países ocidentais estão interessadas na desestabilização da Polónia, isto é, estão interessadas na repressão do movimento operário e popular da Polónia.

Esta é a questão fundamental, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e não venha o Dr. Freitas do Amaral (e o PSD e o CDS) falar na luta do povo polaco, pois não tem a mínima legitimidade.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Porque está ligado ao FMI, porque está ligado ao imperialismo americano, porque está ligado às multinacionais, porque está comprometido com a repressão e a violação dos direitos dos trabalhadores portugueses, com a violação da Constituição, não têm a mínima legitimidade.

*Applausos de alguns deputados do PS e do Sr. Deputado César de Oliveira (UEDS).*

Só as forças democráticas, só as forças revolucionárias, só aqueles que tudo fazem para que a dinâmica do povo se imponha, para que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados onde quer que sejam postos em causa, e no nosso país para que a Constituição não seja liquidada e para que não se cumpram Orçamentos de acumulação de capitais à custa de miséria e de repressão sobre as massas populares.

E temos que ver também o que se passa quando os trabalhadores no nosso país entram em greve; temos que ver o que são esses despedimentos que se têm realizado e que estão preparados no «pacote laboral» do Governo. Tudo isto tira qualquer legitimidade aos partidos da maioria para falar em nome de qualquer democracia, para falar em nome de qualquer trabalhador.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: a democracia dos trabalhadores não tem nada a ver com a democracia que eles querem impor — os parlamentares burgueses ou os partidos da direita.

A democracia dos trabalhadores é proclamada nos seus locais de trabalho, nos seus órgãos democráticos e tem que ser cumprida por todos os trabalhadores.

Quando a maioria vota uma greve, é da dignidade do trabalhador que não seja um lacaio do patronato ou da administração cumprir essa greve. É inadmissível a intervenção policial armada contra as greves, nomeadamente impedindo a actuação dos piquetes de greve que fazem cumprir a decisão maioritária dos trabalhadores. E aqui quero lavrar também o meu protesto contra aquilo que se passou na RTP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A posição da UDP é muito clara (sempre foi) e não dá lugar a equívocos nem a ambiguidades. Por isso a UDP votará os votos de protesto do PS e da UEDS e votará contra (totalmente contra) o voto apresentado pelo PSD.

*Applausos do Sr. Deputado César de Oliveira (UEDS).*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Usarei o tempo que compete à minha bancada para intervir sobre os dois temas em discussão. Não gostaria de facto que o silêncio que há pouco mantivemos em relação aos problemas da televisão fosse interpretado como um possível desinteresse. Não é, quisemos apenas marcar que entre os dois pontos que estão em discussão neste período de antes da ordem do dia há um que tem, para nós, maior relevância, maior dimensão.

Gostaria no entanto de sublinhar que a problemática que aqui foi trazida hoje em relação ao que se passa na Radiotelevisão Portuguesa é para nós um sinal de alerta. É um sinal de alerta o facto de o Governo, através de membros seus, estar ligado mais uma vez à actividade repressiva da Administração da Radiotelevisão Portuguesa. E é também para nós um sinal de alerta que Polícia e Governo estejam de acordo, mais uma vez, com as atitudes da Administração da Radiotelevisão Portuguesa.

Também é para nós significativo o ofício do Presidente do Conselho de Gerência da Televisão que acaba de ser transmitido ao Plenário. A televisão só pode transmitir 15 minutos diários deste debate. Curiosamente, esta foi a primeira proposta que foi apresentada na conferência dos grupos parlamentares por um dos partidos da actual maioria. Foi recusada e aparece a televisão agora a querer dar-lhe execução.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, comecei por dizer (e saliento) que não confundimos planos e consideramos que é, acima de tudo, o que se está passando e vivendo na Polónia que hoje deve merecer a nossa atenção. Há uma segurança mais fundamental, ainda do que aquela que garante os meios de viver, costuma dizer-se. E essa segurança é a que garante a própria vida. Quando nós discutimos alguns direitos — fundamentais, é certo —, não podemos esquecer-nos que há direitos ainda mais fundamentais — porque primários, porque essenciais, porque condição de todos os outros — que estão em causa, neste momento, noutra país e noutra lugar. E como há pouco disse o Sr. Deputado Almeida Santos, quando os direitos do homem são violados em qualquer parte do mundo, são os nossos direitos, são os direitos do homem na sua expressão plena que são violados e por isso tem a ver com todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: creio que é altura de aqui afirmarmos muito claramente que todas as ideologias, sejam de esquerda, sejam de direita, se tornam intoleráveis logo que implicam a abdicação do indivíduo em favor de autoridades políticas que só o glorificam no anonimato do colectivo para o desprezarem na originalidade da sua pessoa.

Creio que é altura de afirmarmos aqui com toda a clareza que a verdade, embora sem forças e sempre derrotada quando se encontra frontalmente com os poderes vigentes, possui uma riqueza toda sua. Por mais que façam os que estão no poder, nunca conseguiram descobrir ou inventar um substituto viável para ela. A repressão e a violência poderão destruir a verdade, nunca conseguiram substituí-la.

É neste sentido pleno de afirmação de direitos do homem, com que somos solidários, que votaremos

favoravelmente todos os votos pendentes nesta Câmara.

*Aplausos da ASDI, do PSD, do PS, do CDS, do PPM e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por me congratular por ver que as bancadas do PSD e do CDS começam já a ter mais do que a meia dúzia de deputados que estavam destinados a ouvir o discurso do Sr. Ministro João Salgueiro.

*Vozes do PSD, do CDS e do PPM:* — Ah! ...

Entrando agora na nossa posição sobre a Polónia, assunto que consideramos sério, o MDP/CDE respeita, na verdade, todos os movimentos nacionais de procura de soluções para os graves problemas que afligem a Humanidade.

A luta na Polónia é uma luta de trabalhadores que seguimos com todo o interesse e com todo o respeito, infelizmente, é demasiado recente a experiência da nossa própria revolução e a forma como ela foi deturpada na sua marcha natural por forças a ela estranha — respeitamos e apoiamos a luta dos trabalhadores polacos e desejamos que ela se processe num estatuto de autonomia nacional.

Esperamos que a condução honesta do seu processo retome os caminhos do diálogo que a todos os democratas interessa. Infelizmente não nos é possível um conhecimento aprofundado da situação já que a nossa comunicação social não nos informa, deturpa os acontecimentos.

*Aplausos do MDP/CDE e protestos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente e ao contrário daquilo que disse a S.ª Deputada Helena Cidade Moura, se realmente nas nossas bancadas existem por vezes mais do que meia dúzia de deputados, no entanto, sempre que olhamos para a sua bancada, e por mais esforços que façamos, não conseguimos vislumbrar mais do que dois deputados.

*Vozes do CDS, do PSD e do PPM:* — Muito bem!

O Orador: — Isto tem razão, minha senhora, sobre o apoio popular que realmente radica num partido relativamente ao apoio popular que radica noutras partidos.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

O Orador: — Isto tem também razão, minha senhora, para demonstrar e trazer aqui a habilidade do Partido Comunista e dos seus acólitos que se servem de um debate sério para tentar estabelecer uma ligação entre a situação interna em Portugal e a situação que se vive na Polónia. Felizmente que todo o povo português repudia veementemente esta

táctica que, aqui, o Partido Comunista nos trouxe para evitar o isolamento em que, naturalmente, hoje é o verdadeiro herdeiro daquela política do «orgulhosamente sós» que fez, em tempos recuados, de Portugal um caso ímpar. Hoje, quem se encontra orgulhosamente só (e importa aqui dizê-lo) é o Partido Comunista, é o comunismo internacional!

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Octávio Pato (PCP): — É a AD!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido, o Governo e o Exército polacos instauraram, na madrugada de domingo, a lei marcial na Polónia: querem estrangular a esperança que renasceu naquele país em Agosto de 1980; querem abafar a voz do protesto de um povo contra o totalitarismo que jurou opressão e contra o modelo económico que jurou a miséria: querem abafar a liberdade e a vontade de um povo que teima em continuar independente e senhor dos seus próprios destinos, da sua cultura e da sua identidade; querem abafar os trabalhadores e os seus sindicatos livres, sob a manta do Partido Comunista autocrático; querem abafar os direitos do homem!

É bem a imagem de sempre a que os partidos comunistas nos habituaram quando, para mal das gentes, chegam ao poder e abusam do poder.

O nosso protesto tem bem o sentido da solidariedade com o povo polaco, com os seus trabalhadores, com o movimento sindical livre e autónomo, mas tem também o sentido da prevenção.

Prevenção para uns tantos trabalhadores portugueses (felizmente cada vez em menor número) que ainda teimam em dar a sua adesão a movimentos fantasmas, que são meras correias de transmissão do Partido Comunista e do objectivo unicítrio e totalitário, que esteve na sua prática de 1975 e está presentemente nas suas intenções.

Prevenção para todos os portugueses relativamente à duplicidade de linguagem dos comunistas.

Prevenção para todos os portugueses relativamente ao modelo de miséria que nos propõem.

Quando aqui nos dizem que socialismo e liberdade, socialismo e democracia, são qualquer coisa de indissolúvel, eu creio que devo perguntar onde é que está essa demonstração. Se realmente uma forma de socialismo, ainda que radicalizada, gera tais monstruosidades, é bem para perguntar se de facto socialismo é a única condição e a única via para a liberdade e para a democracia. Em verdade, em verdade vos digo que pelos frutos se conhece a árvore.

Protestamos aqui (como sempre protestámos contra a violação dos direitos onde quer que ela se verifique) contra a violação que hoje se faz sentir na Polónia, e queremos também fazer um severo aviso contra qualquer eventual ingerência externa que venha a verificar-se na Polónia e que porá, certamente, em grave risco a paz da Humanidade.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

O Orador: — Por todas estas razões, votaremos favorável e comovidamente os votos que foram apresentados na Mesa.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Respeito a sinceridade do Sr. Deputado Rui Pena, que o levou a tomar um calor comíciero na sua intervenção. Está, de facto, a defender ideias passadas com uma energia de uma pessoa nova que quer viver o futuro. Compreendo perfeitamente o desequilíbrio da sua intervenção nesse ponto.

Realmente, estamos dois deputados nesta Assembleia eleitos pelos votos do MDP/CDE e por uma luta coerente que não trairá nunca (e o Sr. Deputado sabe isso com certeza). Se algum dia por acaso houvesse sindicalistas do CDS e se por acaso esses sindicalistas fossem presos como sindicalistas, o MDP/CDE defendê-los-ia. Não tenho a certeza que acontecesse consigo o mesmo respeito dos sindicalistas do MDP/CDE.

Há ainda um ponto que eu lhe chamo a atenção, talvez pelo meu pendor pedagógico, de que lhe peço desculpa: é que no *Mandarim* o Eça de Queirós, a respeito de um discurso com igual contexto do seu, refere o seguinte: «Nós fámos lá à China com o exército e destruímos as muralhas da China».

Não podemos ser ridículos, Sr. Deputado. O Sr. Deputado é um homem suficientemente inteligente e equilibrado para não poder realmente viver os problemas da Polónia senão como integrados na luta internacional em que todos estamos e não com um sentido de ingerência, que sabe que não tem significado.

*Aplausos do MDP/CDE.*

O Sr. Rui Pena (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Pena, o seu partido ainda dispõe de dois minutos.

Tem V. Ex.ª a palavra.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À laia de contraprotesto, quero dizer que realmente houve uma falta de entendimento da minha intervenção: é que de facto eu não defendi as ideias do passado. O que fiz foi opor-me exactamente às ideias do passado, e de um passado recente, minha senhora! De um passado recente que, infelizmente, ainda nos dói na nossa pele: o passado de 1974 e de 1975, em que efectivamente tivemos aqui uma prática verdadeiramente comunista e que aqui produziu os seus frutos.

Relativamente ao mais, minha senhora, infelizmente estamos a quilómetros de distância da Polónia, mas não hesitámos, muitos de nós, de seguir o exemplo do Papa João Paulo de inclusivamente, fisicamente, nos juntarmos ao lado daqueles que na Polónia defendem a liberdade e a democracia, porque onde estiver em perigo a liberdade e a democracia, nesta bancada, como de resto foi dito por um dos grandes antecessores e um grande parlamentar nesta Casa, nós estaremos necessariamente nessa barricada.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Tem aí o Adriano Moreira que era fascista!

O Sr. Presidente: — Não há mais intervenções. Peço desculpa, dizem-me que ainda está inscrito o Sr. Deputado Carlos Brito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, dispondo de 5 minutos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, queria anotar (e espero que ainda não esteja a contar o meu tempo) que quando V. Ex.ª disse que não havia inscrições, já havia a minha inscrição, que havia feito há pouco à Mesa exactamente para evitar qualquer quebra no ritmo dos trabalhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PCP não vai fazer uma declaração formal, que não a temos para a produzir nesta altura, uma vez que não esperávamos que a questão fosse levantada nos termos em que foi, mas pode declarar, pela minha voz, que acompanha atenta, sem pressa e serenamente os acontecimentos na Polónia.

Desde já queremos sublinhar que muitas generalizações que aqui foram produzidas são manifestamente exageradas e inadequadas.

*Vozes do PSD, do CDS e do PPM:* — Ah! ...

O Orador: — As medidas foram adoptadas pelas autoridades legítimas da Polónia. Trata-se de medidas que respeitam a Constituição e as leis polacas.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Ah! Ah! Ah!

O Orador: — A figura de estado de sítio ou do estado de emergência é uma figura que existe na Constituição de todos os Estados. Na nossa própria Constituição, depois de revista, figurará.

O estado de emergência vigorou em Portugal não há muitos anos ainda e durante vários dias. Há dois anos, as forças que actualmente constituem a maioria parlamentar reclamaram o estado de emergência para o Alentejo. Portanto, não se trata de uma coisa tão atentatória como aqui se quer fazer crer.

As medidas foram adoptadas pelas autoridades polacas numa altura em que, todos o reconhecem, há uma situação de caos, uma situação de anarquia e uma situação de desastre económico que é provocada por grupos não só anti-socialistas, mas por grupos também anti-sociais e que têm largos apoios por parte do imperialismo americano e do imperialismo internacional.

*Aplausos do PCP.*

O Orador: — Trata-se por isso mesmo de medidas que não têm em vista apenas defender o Estado Socialista Polaco, mas têm em vista defender o próprio Estado Polaco. Ninguém pode acusar as autoridades polacas de não terem procurado ainda agora, insistentemente, o diálogo, pois estão a fazê-lo.

É necessário esclarecer que não se trata da supressão de direitos ou de liberdades, trata-se da suspensão de direitos e de liberdades. E se é verdade (e eu próprio o reconheço) que as medidas administrativas são de um grande rigor, elas vêm acompanhadas de garantias políticas de que muito rapidamente a normalidade será restabelecida, sem nunca ser abandonado o diálogo.

Por esta circunstância, nós votaremos contra os diferentes textos dos votos apresentados.

*Aplausos do PCP.*

O nosso voto é um voto de esperança de que os trabalhadores polacos, com o Partido Operário Unificado Polaco, saibam encontrar a solução para os seus problemas, saibam encontrar a paz para que a Polónia progrida como Polónia socialista.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

*Risos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Orador:** — Neste contexto não pode deixar de merecer uma palavra o comportamento do Governo da AD. Ao contrário do que aconteceu com outros governos responsáveis, o Governo da AD abocanhou a crise polaca, procurando fazer dela um grande motivo de diversão, de distração do povo do modelo de Orçamento que hoje mesmo lhe vem aqui apresentar.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

**O Orador:** — Procurou aproveitar a crise polaca para fazer esquecer o aumento dos medicamentos, para fazer esquecer os monstruosos pagamentos hospitalares, para fazer esquecer a repressão contra os trabalhadores ...

*Aplausos do PCP.*

..., para fazer esquecer as tentativas de restaurar o mais rapidamente o poder dos monopólios em Portugal com todo o seu cortejo de repressões e de explorações sobre o povo português.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo Balsemão procura fugir às responsabilidades e contrabandear o Orçamento na confusão da crise polaca, e até se permite fazer apelos a manifestações.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

**O Orador:** — Sem contestarmos o direito de as forças democráticas fazerem todos os protestos que entenderem, ousamos esperar que não se deixem arrastar nesta manobra de diversão do Governo Balsemão.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nenhuma crise internacional pode explicar que se abrande a luta contra a política da AD, a luta pela substituição do Governo AD/Balsemão.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito do que nos ocorreria dizer neste momento já foi aqui expresso. O que se passa na Polónia não é uma simples luta pela liberdade sindical,

não é uma simples luta de trabalhadores pelos seus direitos. O que se passa na Polónia é a luta de um povo inteiro pelas elementares liberdades de cidadania que lhe são negadas há tantos e tantos anos.

O que se passa na Polónia é perfeitamente paralelo com o que se passou em Portugal na luta pelas mesmas liberdades e pelas mesmas garantias, de que a liberdade sindical é apenas uma das facetas e não a sua totalidade.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

E o que parece estranho e nos inquieta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que aquilo a que agora aqui se chamou de «suspensão momentânea de determinados direitos» não venha a ser, como foi em Portugal, como foi na Alemanha, como é no Chile, como foi em Itália, uma suspensão por muitos, muitos e desgraçados anos. Suspensão essa que também já há muitos e desgraçados anos a Polónia e muitos outros países vêm sofrendo.

*Vozes do PPM, do PSD e do CDS:* — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se é natural que os partidos democráticos, que as forças que se batem pela liberdade dos Portugueses se manifestem indignadamente contra o que se passa na Polónia — e é preciso notar que essa indignação, está em todas as bancadas dos partidos democráticos —, já a atenta, interessada e serena atenção com que o Partido Comunista segue estes acontecimentos nos parece manifestamente insuficiente. Será uma atenta, serena e interessada atenção ao que vão fazer as 40 divisões soviéticas que estão na fronteira da Polónia?

Interrogo-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sobre se será esta a inquietação do PCP: terá eventualmente receio de que a União Soviética não cumpra o seu dever, isto é, não invada a Polónia para pôr as coisas outra vez no sítio?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi esta a primeira vez que o PCP se manifestou sobre este assunto, e a serenidade que o Sr. Deputado Carlos Brito aqui invocou foi desmentida pela profunda inquietação que no fundo as suas palavras revelavam. E presto a minha homenagem ao Sr. Deputado Carlos Brito, que acredito que, pessoalmente, não sentisse aquilo que estava a dizer.

E é também de notar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nem o Partido Comunista, nem a CGTP-IN nem outras entidades que já o deveriam ter feito exprimir ainda uma opinião sobre este assunto.

A invasão da Polónia ...

*Protestos do PCP.*

**O Sr. Silva Marques (PSD):** — Lá virá!

**O Orador:** — ..., perdão, os acontecimentos da Polónia ...

**Vozes do PCP:** — Não houve nenhuma invasão da Polónia!

**O Orador:** — Ainda lá não chegámos, ainda não se cumpriram os vossos desejos, Srs. Deputados.

Mas..., como ia dizendo, os acontecimentos da Polónia são para nós um exemplo. E a solidariedade que aqui exprimimos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é uma solidariedade cem por cento altruista. É uma solidariedade que tem a ver também com a defesa dos nossos direitos, das nossas liberdades e das nossas garantias constitucionais.

O povo português já esteve também sujeito a algo de paralelo. E se o povo português teve energias, se teve força, se teve coração para sair desse impasse, para se libertar das forças que mais uma vez o queriam dominar e reduzir ao silêncio, espero que o tenha conseguido por estar longe daqueles que pela força também podiam impor o totalitarismo em Portugal; que não tenha sido a distância a que estamos da fronteira da União Soviética um elemento de muita importância na nossa libertação, porque assim talvez tenhamos a esperança que o povo polaco se consiga libertar.

Se assim não for, Sr. Presidente e Srs. Deputados, teremos de novo, desgraçadamente, a Polónia sujeita ao regime totalitário que a vem garrotando de há tantos anos a esta parte.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

O Sr. Sousa Marques (PCP): — O D. Miguel é que era bom!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Duas ou três palavras em primeiro lugar sobre a intervenção do Sr. Deputado Rui Pena.

Registo os seus protestos, Sr. Deputado, pela liberdade e pela democracia, simplesmente quero lembrar-lhe que está quase a fazer 20 anos (fá-los-á em Março de 1982), quando eu e outros camaradas da bancada do PS fomos vítimas da repressão e da violência do fascismo em Portugal (e eu próprio fui expulso da Universidade de Coimbra em 1962), era membro do Governo e — e não ergueu a voz para protestar contra isso — um elemento da sua bancada.

*Aplausos da UDP e de alguns deputados do PS.*

O Sr. Silva Marques (PSD): — Que pobreza, Sr. Deputado!

O Orador: — Agora uma palavra em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito.

Não nos deixaremos arrastar, fazendo finca pé na Polónia, disse V. Ex.<sup>a</sup>, e esquecendo o Governo da AD e a repressão em Portugal. Não nos deixaremos arrastar, Sr. Deputado Carlos Brito, porque para nós é o mesmo combate pela liberdade e pela democracia, quer seja na Polónia, quer seja noutra local. A nossa luta contra o Governo da AD, contra a exploração do homem pelo homem em Portugal, é a mesma que na Polónia, que em El Salvador, que no Afeganistão.

E digo que as estruturas regionais do meu partido apoiaram a manifestação do sábado passado, dia 12, como o meu grupo parlamentar também apoia, e veementemente, a convocação da greve geral deci-

dida pela tendência socialista da União Geral dos Trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se o Sr. Deputado Mário Tomé, que dispõe de menos de um minuto. Como o Sr. Deputado não estava cá, devo dizer-lhe que ficou acordado que estes tempos incluiam protestos e esclarecimentos. Tenho muita pena, mas não lhe posso dar a palavra.

O Sr. Deputado Carlos Brito também se inscreveu e dispõe de menos de um minuto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, penso que ainda disponho de algum tempo ...

O Sr. Presidente: — Estava acesa a luz amarela do semáforo quando V. Ex.<sup>a</sup> terminou a sua intervenção.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Portanto não sei com que figura regimental é que o Sr. Deputado César de Oliveira usou da palavra. Gostaria de saber qual é essa figura regimental, suponho que não seria a de ainda ter tempo, para poder replicar-lhe com uma figura regimental correspondente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado César de Oliveira efectivamente ainda tinha tempo. A Mesa interpretou o pedido de palavra dele como um protesto e deu-lhe a palavra porque ainda tinha tempo disponível.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, então ao abrigo das mesmas figuras regimentais, isto é, de ainda ter tempo e de contraprotesto, eu pedia a palavra.

O Sr. Presidente: — Com a diferença de que o Sr. Deputado só dispõe de um minuto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Basta, Sr. Presidente. V. Ex.<sup>a</sup> dá-me a palavra?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Achei interessante esta maneira de o Sr. Deputado César de Oliveira intervir, comentando as outras intervenções, e queria dizer-lhe que certamente compreenderá que me sinto na legitimidade de lhe dizer que nisto de luta pela libertação também nós nesta bancada (e eu pessoalmente) temos alguma coisa para afirmar: é que nunca descuramos essa luta e essa batalha. Também não podemos em causa a sinceridade da posição do Sr. Deputado César de Oliveira, não o fazemos. Aliás, há pouco, quando o disse, afirmei que nós não contestávamos o direito de todos protestarem como quisessem e como entendessem.

O que nós pomos em causa, Sr. Deputado César de Oliveira, na sua posição política é a clarividência, é a sua justezza. É isso que pomos em causa.

*Aplausos do PCP*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena, que também dispõe de um minuto

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer um curto protesto.

Em primeiro lugar, com uma anotação de que já tinha passado a fase em que todos aqui fazímos protestos de identificação democrática. Creio que essa fase está ultrapassada, não vou insistir. Agora o que não posso deixar passar, Sr. Deputado César de Oliveira, é a sua identificação entre o caso da Polónia e o nosso caso.

No caso da Polónia há uma luta pela democracia. No nosso caso há uma luta democrática — no caso de VV. Ex.<sup>as</sup>, naturalmente que não no da maioria —, da nossa parte para apoiar o Governo, da vossa parte para tentar derrubar o Governo.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, penso que se a Assembleia dispensasse a leitura dos três votos ainda haveria tempo para os votar.

Estão todos de acordo?

*Pausa.*

Começaríamos então pela votação do voto de solidariedade da UEDS. Os Srs. Deputados têm o texto presente, nomeadamente a sua parte conclusiva.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor da UEDS, do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UDP, com votos contra do PCP e com a abstenção do MDP/CDE.*

*É o seguinte:*

#### Voto de Solidariedade

Considerando que na Polónia os trabalhadores e o movimento sindical autónomo «Solidariedade» estão sendo vítimas de medidas repressivas;

Considerando que as arbitrariedades, o uso de medidas descrpcionárias e administrativas não podem constituir instrumentos para a resolução de conflitos sociais e políticos;

Considerando que o socialismo e a democracia nada têm a ver com as medidas que foram nas últimas horas adoptadas na Polónia;

A Assembleia da República condena as medidas repressivas tomadas pelas autoridades Polacas contra o movimento sindical «Solidariedade»;

Apoia e exprime a sua solidariedade aos trabalhadores polacos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora votar o voto de protesto subscrito por deputados do PSD, do CDS e do PPM.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PPM da ASDI e da UEDS, com votos contra do PCP e da UDP, e com a abstenção do MDP/CDE.*

*É o seguinte:*

#### Voto de protesto

Considerando que na Polónia o Sindicato «Solidariedade» foi objecto de repressão e silenciamento generalizados, em todo o País, pelo poder instituído;

Considerando que tal acção repressiva, por parte das autoridades polacas, constitui uma das mais graves violações dos direitos humanos;

Considerando que tais acontecimentos ofendem toda a humanidade e os seus mais profundos anseios de liberdade e de justiça;

A Assembleia da República protesta e condena veementemente a acção repressiva lançada sobre o Sindicato «Solidariedade», os seus dirigentes, os trabalhadores e todo o povo da Polónia, solidarizando-se com todos que neste país se batem pela liberdade e pela justiça.»

O Sr. Presidente: — Segue-se a votação do voto apresentado pelo PS.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI, da UEDS e da UDP, com votos contra do PCP e com a abstenção do MDP/CDE.*

#### Voto de protesto e solidariedade

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, considerando:

1.º — Que ocorrem na Polónia graves violações de fundamentais Direitos do Homem, consistentes designadamente em prisões arbitrárias, tribunais de exceção, militarização dos cidadãos, abafamento de direitos e liberdades, designadamente a liberdade sindical.

2.º — Que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partido que sempre defendeu a liberdade e os Direitos do Homem contra os regimes totalitários de não importa que sinal, vê com a maior apreensão o futuro do povo polaco e da paz no mundo;

Propõe:

Um voto de veemente protesto contra a violação da Direitos do Homem na Polónia, e de solidariedade com o povo da Polónia, designadamente os seus trabalhadores, na sua luta pelo normal exercício de direitos universalmente reconhecidos e consagrados.

#### ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está já ultrapassado nos seus limites este período de antes da ordem do dia que com o consenso da Assembleia foi acrescentado à nossa agenda de hoje.

Sendo assim, à discussão das propostas de lei relativas ao Orçamento Geral do Estado e às Grandes Opções do Plano para 1982.

Em todo o caso, queria dar conhecimento à Câmara de que foi apresentada a proposta de lei n.º 77/II, relativa a uma proposta de alteração à Lei n.º 4/81, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 1981.

Foi admitida, baixa à 8.ª Comissão, tem pedido de prioridade e urgência que será considerado em conferência de grupos parlamentares.

Foi também admitida a ratificação n.º 118/II, cujo pedido é subscrito pelo Sr. Deputado Silva Graça e outros do PCP, respeitantes ao Decreto-Lei n.º 340/81.

Informam-me ainda que há dois relatórios da Comissão de Regimento e Mandatos para votar.

Para ler o primeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O relatório e parecer é do seguinte teor:

### **Comissão de Regimento e Mandatos**

#### **Relatório e parecer**

Em reunião realizada no dia 14 de Dezembro de 1981, pelas 9 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitadas pelo Partido Social-Democrata: Maria Helena do Rego Salema Roseta (círculo eleitoral de Setúbal), por Francisco Mendes da Costa. Esta substituição é pedida para os dias 14 a 18 de Dezembro corrente, inclusive.

Carlos Mattos Chaves de Macedo (círculo eleitoral de Braga), por António Sérgio Barbosa de Azevedo. Esta substituição é pedida para os dias 14 a 18 de Dezembro corrente, inclusive.

2 — Solicitada pelo Partido da União de Esquerda para a Democracia Socialista: Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes (círculo eleitoral de Aveiro), por António Ferreira Guedes. Esta substituição é pedida para os dias 14 a 18 de Dezembro corrente, inclusive.

3 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

4 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

5 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

6 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com abstenção da União Democrática Popular.

A Comissão, Presidente: Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Vice-Presidente: António Cândido Miranda Macedo (PS) — Secretário: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Crisóstomo Guerreiro Norte (PSD) — Fernando José da Costa (PSD) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Manuel de A. Almeida e Vasconcelos (CDS) — Alvaro Augusto Veiga de Oliveira

(PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Lino Carvalho de Lima (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que acaba de ser lido.

*Submetido a votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e a abstenção da UDP.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, faça o favor de proceder à leitura do segundo relatório e parecer.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É do seguinte teor:

### **Comissão de Regimento e Mandatos**

#### **Relatório e parecer**

Em reunião realizada no dia 14 de Dezembro de 1981, pelas 10.30 horas, foi apreciada a seguinte substituição de deputados:

1 — Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social: José Girão Pereira (círculo eleitoral de Aveiro), por Carlos Eduardo Oliveira e Sousa. Esta substituição é pedida por 24 dias (12 de Dezembro corrente a 4 de Janeiro próximo inclusive).

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do Deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Vice-Presidente, António Cândido Miranda Macedo (PS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Crisóstomo Guerreiro Norte (PSD) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Manuel de A. Almeida e Vasconcelos (CDS) — Luís Carlos C. Veloso de Sampaio (CDS) — Alvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António

*Manuel de Carvalho F. Vitorino (MDP) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP) — Mário António Baptista Tomé (UDP).*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar agora este relatório.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e a abstenção da UDP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos então ao debate das propostas de lei n.º 73/II e 76/IL

Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano (João Salgueiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Inicia-se o debate da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado quando alastram pelo Mundo preocupações e inquietações sobre a luta do povo polaco para a defesa das suas liberdades fundamentais.

#### *Risos do PCP*

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É o orçamento polaco que vamos discutir?

O Orador: — Penso que esta luta não significa para nós uma diversão.

O Orçamento condiciona o futuro do nosso povo nos próximos doze meses e, indirectamente, nos anos a seguir. Mas a luta pela liberdade, em qualquer parte do Mundo que se trava não o condiciona menos.

#### *Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O nosso futuro e o futuro das gerações seguintes vai ser muito condicionado pelo estilo de liberdades que for possível implantar em todas as partes da Europa.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quando foi Ministro da ditadura fascista não pensava assim.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — No tempo do Marcelo é que era bom!

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Estava no Governo quando nós estávamos na prisão.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Mas lutava pela liberdade!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Ministro ...

#### *Protestos.*

O Sr. Presidente: — Se os Srs. Deputados não me dão licença, terei que suspender a sessão.

#### *Pausa.*

Continuaremos os nossos trabalhos, mas com uma advertência que, aliás, tenho feito sempre que estão

em causa nesta Câmara as condições para qualquer orador se poder exprimir. Portanto, peço as condições adequadas para que o Sr. Ministro se possa exprimir.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que o estado de espírito que se viveu aqui de manhã será um encorajamento para que a análise da proposta de lei sobre o Orçamento se faça com maior rigor.

Não digo isto por uma questão formal, mas sim porque em primeiro lugar nos devemos lembrar que não há muitos anos não era possível um debate livre sobre o Orçamento em Portugal.

E esperemos que isto seja uma conquista que não venha a ser posta em causa, e que os representantes, livremente eleitos, do nosso povo possam discutir as principais opções sobre o futuro dos próximos meses.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Orçamento é, antes de qualquer outro instrumento financeiro, aquele em que assenta o exercício de um Estado democrático.

É no Orçamento que devem ser contidas as principais opções sobre quanto se deve gastar e como se deve gastar, e as principais opções sobre como esses gastos devem ser pagos.

É também uma análise com maior rigor do nosso Orçamento o facto de nos lembarmos de que as crises políticas, em alguns desses países em que a democracia não está inteiramente implantada, têm muito a ver com as dificuldades económicas.

Não é por acaso que muitas das perturbações que se têm vivido face às dificuldades económicas têm, necessariamente, uma tradução política.

As realidades da nossa economia e das nossas finanças, nos últimos anos, têm vindo a prolongar-se em termos de alguns problemas não terem encontrado uma solução rápida e pronta como seria indispensável.

O Orçamento — aí ninguém estará em desacordo — deve traduzir um conjunto de opções claras. No entanto, penso que na presente conjuntura da economia portuguesa essas opções tem que ter, simultaneamente, uma óptica de curto prazo, mas também uma óptica de médio prazo. Não são só os 12 próximos meses que estão em causa, mas também o estilo de funcionamento do nosso Estado nos anos a seguir.

Ao longo dos últimos 8 anos o Estado viu-se envolvido — muitas vezes por razões de peso, outras por razões de menor importância — numa extensão da despesa pública para além dos limites suportáveis a médio prazo: Foi logo, desde 1974, um alargamento rápido do número de funcionários, uma criação de organismos e uma multiplicação de quadros. Em 1975 as incidências das despesas ligadas à descolonização; A partir de 1976, uma actividade de subsidiação e contribuição para o capital próprio das empresas do Estado; Mais recentemente, em 1978, a passagem para o Orçamento Geral do Estado de despesas que até então eram da esfera do Orçamento de Segurança Social; Em 1979, a passagem para a esfera do Estado de transferências crescentes para as autarquias.

São tudo decisões que foram tomadas em tempo e pelas vias competentes, mas que representam, no seu conjunto, tendências que têm de ser inflectidas.

Muitas vezes, um pouco por todo o Mundo, se tem visto criticar os Parlamentos, e muita gente aponta o parlamentarismo como um excesso de verbalismo não indispensável. Não é esse, com certeza, o caso em relação às discussões que em qualquer parte do Mundo se fazem sobre o Orçamento.

O Orçamento é, por natureza, um exercício quantificado, um exercício em que há despesas e há receitas, umas com um sinal, outras com outro, e qualquer opção tem de ser traduzida em números.

Não se trata, portanto, neste debate de ficar só com uma colheita de opiniões, mas de as traduzir em alternativas quantificadas.

E as alternativas quantificadas terão de ser, necessariamente, sobre uma de três variáveis: o a largamento do défice, uma expansão mais acelerada das receitas, ou uma contenção mais drástica das despesas. Qualquer dessas três opções têm custos políticos que são indiscutíveis.

As oposições são tecnicamente irresponsáveis em relação a essas opções, porque, sendo minorias, não têm de pagar o preço político das opções que exprimem.

**O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Se o são tecnicamente não o são, no meu entender, politicamente, porque o jogo democrático implica que existam alternativas claras. Uma alternativa, no caso do Orçamento, não pode assentar na mera apresentação de discordância, na mera apresentação de alternativas qualitativas, mas tem de ser traduzida em termos de uma opção realizável. E, Srs. Deputados, estamos perante uma opção que tem de se traduzir em factos: na despesa, na receita, ou no alargamento do défice.

É a opinião do Governo — não vou repetir o que está escrito pois penso que, tendo sido lidos os documentos que foram apresentados, não vale a pena estar a repetir, mas permitam-me que chame a atenção só para os pontos mais importantes — que o nível do défice, quer do défice global das nossas finanças do Estado, quer do défice corrente, atingiu proporções que são excessivas em relação à nossa economia real. São excessivas em termos de comparação internacional, são excessivas pelos efeitos inflacionários e sobre o desequilíbrio da balança de pagamentos que representam duradouramente e são também excessivas pelo peso que representam no sistema de crédito em relação ao desviar do apoio necessário para o sector produtivo, seja ele constituído por empresas públicas, cooperativas, ou empresas privadas.

Também é opinião do Governo que a carga fiscal não deve ser agravada. Os principais impostos mantiveram-se. É conhecido um efeito de aceleração da incidência fiscal através dos mecanismos inflacionários, e esse efeito que é corrigido, em parte, em relação a alguns dos impostos, não é corrigido inteiramente.

Quanto à despesa, no entender do Governo, deve pôr-se um cuidado e um rigor particular na sua apreciação. Só que será fácil dizer que algumas despesas deveriam ser mais ou menos limitadas ou mais ou menos despendidas, mas é preciso saber quais. A estrat-

tégia do Governo para estes 12 meses é a que está quantificada nos números que foram apresentados, para debate e aprovação, a esta Assembleia.

A componente que mais aumenta é a dos juros da dívida pública, dívida directa interna e dívida directa externa. Há aqui um fenómeno bola de neve, um fenómeno de acumulação de dívida em anos anteriores que foi reduzido em parte, pela valorização do ouro em 1980, mas que, salvo esse período curto, cresceu sempre, inevitavelmente, desde 1974.

Estamos a chegar a proporções em que o encargo de juros, no conjunto das despesas correntes do Estado, representa perto de 20 %, e tenderá a crescer nos anos seguintes se não se inverter a tendência, como está contido na proposta do Governo.

A seguir, as despesas que crescem mais são, em termos globais, as ligadas ao sector da Educação e da Saúde. São sectores onde alguma racionalização poderá ser introduzida nos anos seguintes, mas não são sectores que devam ser travados na sua expansão real, que envolvem o alargamento de efectivos nos anos que se avizinharam e que, dificilmente, poderão ser objecto de uma travagem brusca.

As despesas com o funcionalismo dos sectores administrativos são outra componente muito importante. Sei que em alguns outros países se tem defendido que a contenção das despesas da administração pública pode ser feita por forma drástica, mas não penso que deva ser tentada entre nós. Há uma crítica difusa ao funcionalismo público que o Governo não subscreve.

O sector da administração pública é um sector produtivo, e não é por culpa dos funcionários que alguns serviços estão excessivamente empolados. O reequilíbrio das contas e a redução do défice deve ser conseguida sem ser pela via de uma contenção drástica das despesas do funcionalismo.

Há uma evolução de custos reais com o funcionalismo público que não está feita porque, além dos aumentos da massa salarial anual, tem havido nos últimos anos reclassificações numerosas. Mas não penso que uma contribuição muito maior possa vir da contenção imediata das despesas com o funcionalismo público. Isso deverá vir da contenção e da racionalização do funcionamento dos serviços, mas não de medidas drásticas imediatas.

Outra componente de crescimento rápido é a das despesas militares: não o crescimento rápido em termos relativos — se bem que cresça mais que a média dos serviços administrativos — mas, apesar de tudo, o crescimento importante, em termos de peso, no conjunto dos aumentos da despesa pública. No entanto, não se trata de querer, também, neste sector, impor restrições desproporcionadas com a evolução das realidades nacionais.

Também é uma crítica fácil atribuir às forças armadas a solução para todos os problemas de excesso de despesa pública. O Orçamento não é permisivo nesse domínio. Penso que a opção que o Governo toma, em termos de expansão das despesas militares, é equilibrada.

Há uma outra componente importante que são as contribuições do Orçamento do Estado para o funcionamento das empresas públicas, despesas correntes e

dotações de capital. Se bem que não tenham crescido em termos reais nos últimos dois anos — pelo contrário, a manutenção desses aumentos de capital, em valor nominal, significa uma queda em valor real — é ainda uma das componentes mais importantes no conjunto da despesa pública.

Mas também não penso que se possam eliminar estas duas componentes: uma a das contribuições para o capital das empresas públicas, que representa a responsabilidade que o Estado assumiu com as nacionalizações, e outra a dos subsídios, que representa, em alguns casos, o custo de algumas situações de ineficiência, mas representa, na sua maior parte, subsídios para a manutenção de preços abaixo do custo, designadamente, no sector dos transportes urbanos.

Fica, evidentemente, um campo de racionalização dos serviços, e essa, penso, é a linha de desenvolvimento que devemos procurar.

É intenção do Governo impor restrições drásticas, no seguimento das que se fizeram nos últimos meses, a todas as despesas correntes não essenciais, e proceder à eliminação gradual dos serviços que forem de mais difícil justificação no momento presente. Muitos serviços públicos que foram sendo criados ao longo dos últimos anos, têm hoje, justificação menor face às necessidades de rigor na lógica das despesas públicas.

É um esforço para meses, é um esforço para anos, mas esse objectivo está contido no Orçamento, quer pela extinção dos grupos provisórios, pela previsão de extinção de departamentos permanentes, ou ainda pela introdução de um objectivo de produtividade a conseguir quer com a redução do funcionalismo afecto a esses serviços, quer pelas despesas em bens e serviços comprados a outras actividades.

Desde que a proposta é conhecida, têm sido, também, apontadas algumas críticas em termos do volume de recursos que representam já as autarquias locais. Esse volume de recursos, em si mesmo, é desproporcionado em relação às responsabilidades que foram transferidas para as autarquias, mas não se pode fazer uma contenção mais drástica neste sector que nos restantes.

Há que assegurar, nas transferências para as autarquias, uma evolução semelhante à que se assegura à Administração Central do Estado, o caminho terá de vir por uma mais clara definição das atribuições em matéria de funcionamento corrente e em matéria de despesas de investimento que competem às autarquias locais.

O Governo apresentará nas próximas semanas a esta Assembleia, para debate e aprovação, um conjunto de leis referentes às autarquias locais, designadamente, no que respeita às finanças locais e às atribuições em matéria de investimento.

Um objectivo de reforçar o poder local tem de vir, simultaneamente, com uma transferência de atribuições, de quadros e de recursos financeiros.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, fica presente na proposta de lei e nos seus anexos respectivos, um conjunto de opções que significa uma contenção equilibrada das principais despesas que o povo português deve suportar através da sua administração pública, e que en-

volve um volume de receitas fiscais que será tendencialmente crescente em relação ao do ano anterior pelo simples efeito do resvalamento dos preços e da inflação que se traduz em impostos acrescidos, mesmo apesar de alguns desagravamentos fiscais que estão também enumerados.

Propõe-se que a Assembleia aprove um défice global do Estado da ordem dos 150 milhões de contos, défice esse que é ligeiramente superior (16 milhões de contos) ao que foi aprovado nesta Assembleia no ano anterior — provavelmente será da mesma ordem de valores que virá a ser representado nas contas relativas ao ano de 1982 — e significa uma queda, em termos reais, quer em termos de défice global, quer em termos de défice corrente.

Penso que, num ano de conjuntura baixa da economia mundial e da economia portuguesa, reduzir mais rapidamente o défice corrente teria efeitos que o Governo não gostaria de propor a esta Assembleia.

Estamos, é certo, perante uma conjuntura internacional que aconselha medidas de contenção da procura interna, mas essa contenção da procura interna não deve ser conseguida por inflexões súbitas de tendências do passado. Deve ser conseguida de uma forma gradual, corrigindo os mecanismos básicos das nossas finanças públicas, que são de desequilíbrio excessivo, e não pondo em causa um volume de procura que alimenta o funcionamento de sectores importantes da nossa economia.

Opções diferentes, podem, evidentemente, ser apresentadas e ser justificadas, mas é preciso saber se, em termos de efeitos concretos sobre a realidade da nossa economia e sobre as condições de vida do nosso povo, terão efeitos mais convenientes a curto e a médio prazo do que o conjunto de propostas que o Governo apresenta.

Sabe-se que todas as economias mundiais não produtoras de petróleo têm sido obrigadas a restringir a sua procura nos últimos anos. Esse é, também, o caso da nossa. O instrumento orçamental é o fundamento desta política de contenção da procura que o Governo pensa ser indispensável.

Mas este Orçamento que apresentamos à Assembleia da República não tem apenas esse objectivo de curto prazo, mas tem também um objectivo de médio prazo.

A evolução do défice crescente e de uma dívida incontrolada faz com que o endividamento anual já seja, predominantemente, para pagamento de juros. Dois terços do volume do défice deste ano de 1982 serão para simples pagamento de juros da dívida pública sem qualquer redução do seu montante. A continuação desta linha inviabilizaria, a médio prazo, um processo de desenvolvimento e de aproximação das condições económicas nacionais que prevalecem na Europa Ocidental.

Ora, esta Assembleia tem sucessivas vezes subscrito o apoio, largamente maioritário, à integração da economia portuguesa na Comunidade Europeia. Essa integração passa, como é indiscutível, por um esforço de negociações — negociações que estão, em certa medida, ligadas à resolução de alterações institucionais dentro da própria comunidade —, mas, principalmente, por uma alteração das nossas estruturas produtivas.

A adaptação das economias mediterrânicas ao nível prevalecente nas nações industrializadas da Europa Ocidental implica alterações profundas na indústria, na agricultura, nas pescas e, em geral, no funcionamento da maioria dos sectores produtivos, ou sejam, todos aqueles que são objecto da concorrência internacional, da própria administração e de regras institucionais.

Um esforço de desenvolvimento sustentado a médio prazo é, portanto, indispensável para que essa integração se possa fazer em termos realistas, mas também para que a política económica que estamos a seguir não comprometa a sorte das gerações futuras.

Se não for possível dedicar recursos em escala crescente ao investimento produtivo que permita a criação de um volume suficiente de novos empregos e as habitações indispensáveis para os novos lares, pode ser uma política que faça sentido no curto prazo — que mantenha artificialmente os postos de trabalho através de uma despesa em consumos —, mas não permitirá resolver os problemas na óptica duradoura que é indispensável.

O instrumento orçamental é importante, mas as transformações sectoriais da economia requerem, também, outros tipos de instrumentos. Requerem, evidentemente, a consertação da política de crédito com a política orçamental, mas, mais do que isso, requerem um conjunto de programas de desenvolvimento que será apresentado como parte integrante do Plano para 1982 e do Plano para os próximos três anos.

De acordo com as prioridades do Governo, as peças essenciais desses Planos são: o programa de investimentos para as indústrias predominantemente orientadas para a exportação, o programa de investimentos na agricultura e pescas, e o programa de investimentos habitacional.

Só que, Srs. Deputados, é opinião do Governo que esses programas de desenvolvimento devam ser baseados, predominantemente, no investimento da administração pública.

Programas bem sucedidos em qualquer desses sectores requerem investimentos públicos, investimentos de administração, mas requerem, fundamentalmente, a dinamização das unidades produtivas em si próprias, de forma independente do Estado, e não como tem acontecido até agora, excessivamente baseadas em subsídios da administração.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os programas de desenvolvimento a médio prazo que têm que ser a base desse esforço de transformação estrutural são importantes para a sorte do nosso povo e para a viabilidade do esforço de desenvolvimento, mas também são importantes — e deixarei uma palavra de referência — para que relações económicas estáveis se possam manter, em termos de futuro, com outras partes do mundo.

A posição do Governo não é a de que todos os esforços de progresso económico se devam orientar só numa óptica de comunidade europeia. O alargamento das relações económicas com outras partes do mundo — quer com os novos países de expressão portuguesa, quer com outras partes do mundo, designa-

damente, as economias socialistas, os países árabes e os países do Terceiro Mundo em geral, com os quais foi possível estabelecer relações desde 1974 — carecem de um reforço. Ora, para um país que não tem recursos naturais abundantes e que não tem uma dimensão importante de mercados internos, esse esforço só pode assentar numa especialização tecnológica crescente e numa base de trocas internacionais equilibradas com esses países.

Aliás, uma das razões pela qual a evolução da nossa balança de exportações não tem sido tão positiva em 1981 como a de outros países europeus é porque a nossa penetração nos países da OPEP é muito insuficiente.

A base do arranque das exportações de alguns dos países industrializados da Europa, mesmo numa época de crise da OCDE, tem sido assente em exportações para os países produtores de petróleo.

**Srs. Deputados:** O Orçamento é, como já referi, uma peça essencial do tipo de sociedade que queremos construir. É indispensável que ele seja feito com clareza na medida em que deve definir o tipo de administração que queremos ter e o seu peso no conjunto da economia — o peso dos vários sectores e o grau de intervenção, através desses sectores, é conseguido, quer nos aspectos económicos, quer nos aspectos culturais ou sociais —, mas também a maneira como os seus respectivos encargos devem ser traduzidos em termos de receitas ou em termos de défice.

Como referi, não pensamos que um alargamento da carga fiscal seja possível duradouramente. A nossa carga fiscal é claramente superior à de certos países com o nosso estado de desenvolvimento. Temos que nos lembrar que uma parte importante da nossa economia é ligada à agricultura, em grande parte, ainda de auto-subsistência. A nossa carga fiscal incide, provavelmente, sobre dois terços da nossa população activa, é uma carga desproporcionada em termos de comparação internacional, cresceu rapidamente em 1974 e 1975, por dificuldades de cobrança teve um patamar nalguns anos seguintes, e a redução da fuga e de uma parte da evasão fiscal que se conseguiu em 1980 e 1981 acelerou fortemente a cobrança dos impostos. O Governo pensa que em 1982 o prosseguimento desses esforços contra a fraude e a evasão fiscal poderão continuar a apresentar alguma aceleração, mas, pelo contrário, não pensa o Governo que se devam agravar duradouramente esses impostos.

Pelas razões que já referi, também não parece que o alargamento do défice, que significa transpor para as gerações seguintes o pagamento das despesas hoje efectuadas, deva ser continuado em tudo o que respeitar as despesas correntes.

Se há justificação para que os investimentos públicos se possam fazer por recurso ao défice, não há justificação para que, em termos de tendência estável, fora de períodos de conjuntura muito anormal, se possa manter um défice corrente da dimensão que o nosso tinha atingido (superior a 4 % do produto nacional).

O instrumento será, depois de debatido e de aprovado, um instrumento desta estratégia voluntarista de inflexão das tendências dos últimos anos. A política aplicada ao conjunto do sistema financeiro, atra-

vés do crédito, será uma segunda parcela, e a política de rendimentos e preço terá que ser uma componente dessa estratégia.

Os Srs. Deputados sabem que as regras institucionais que foram adoptadas desde 1974 traduzem sobre os preços todos os agravamentos dos factores de produção (as matérias-primas, a energia e os custos da mão-de-obra). É evidente que uma aceleração do processo inflacionário, baseada num processo sustentado e cada ano mais elevado, não pode ser uma resposta para que os problemas, nem do presente nem do futuro, nem do futuro próximo.

Pensa o Governo — num ano em que a evolução do produto nacional, na maior parte dos países da OCDE, vai ser perto de zero — que as estimativas apontam para uma recuperação na segunda metade de 1982. Alguns países da Europa poderiam começar a sentir os efeitos dessa recuperação, os quais não chegariam a Portugal imediatamente. As hipóteses optimistas terão um início de recuperação na segunda metade de 1982, mas na média do ano terão uma evolução vizinha de zero — ligeiramente positiva na maior parte dos países, com exceção provavelmente do Japão.

Pensa o Governo que o alargamento do poder de compra, para além daquilo que for necessário para manter a compensação pelo agravamento dos preços, não deve ser facilitado. Significa isto que um dos parâmetros da política económica e financeira para os próximos meses deverá ser o de assegurar uma evolução dos salários equivalente à evolução dos preços.

Os aumentos de produtividade que se admitem possíveis se as projecções vierem a realizar-se no que respeita ao crescimento do produto, terão de ser, em parte, canalizados para o aumento das exportações uma vez que se deseja um reequilíbrio da balança de transacções correntes em escala maior do que no ano de 1981 e, em parte, para um avolumar de poupança nacional.

O défice, como sabemos, está ligado a esses dois fenómenos: a poupança interna e o défice da balança de transacções correntes. Não é possível optar por uma redução do défice sem, ao mesmo tempo, optar pela manutenção de consumos com crescimento lento.

No entanto, o Governo pensa que essa média de evoluções do rendimento não deve ser ausente da tentativa de se recuperarem sectores em crise particular nos quais a evolução salarial terá que ser um dos factores da contenção de custos, e de uma participação dos ganhos de produtividade naqueles sectores que tiverem o progresso mais rápido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Termino a minha intervenção referindo que o Orçamento para a maioria é, necessariamente, um assumir do futuro, mas é também, em certa medida, um assumir do passado que nos antecedeu.

Este Orçamento, que é o da maioria, é também um Orçamento que resulta da nossa História.

O voto favorável que o Governo pede à maioria, o voto favorável que o Governo pede à Câmara, assenta no facto de ser necessário assumir responsabilidades que resultam, também, de anos anteriores.

Gostariam alguns — sei que é assim — que se fosse mais drástico na redução de algumas das despesas que estão contidas na proposta de lei do Orçamento. Gos-

tariam alguns deputados das bancadas da maioria — e não sei se da oposição — que a carga fiscal fosse também mais reduzida, mas isso não poderia ser conseguido sem um alargamento, em escala incomportável, deste resvalar financeiro em que temos caído.

Quero crer que do debate sairão propostas que poderão melhorar a proposta de lei tal como o Governo a apresentou. No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que está em causa não é um exercício teórico, mas sim uma aplicação à realidade concreta dos próximos meses.

O Governo tem a consciência de que ao pedir a aprovação deste projecto de Orçamento não pede apenas um voto para uma política equilibrada para os próximos doze meses, mas também um voto para uma inflexão de tendências negativas que, se não forem corrigidas em tempo, afectarão o futuro da nossa economia e, em parte, o futuro é o jogo democrático do nosso país.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que há consenso no sentido de que o intervalo previsto para logo a seguir à intervenção do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano coincida com o intervalo para o almoço.

Em todo o caso, queria pedir a vossa atenção para o facto de neste momento estarmos com 95 minutos de atraso. Ora, os tempos de intervenção previstos e o intervalo da tarde, nas condições conhecidas, somam 7 horas e 5 minutos, e como está acordado que a sessão termine às 21 horas, temos um problema para resolver.

Permitir-me-ia sugerir que, se possível, aproveitando algum tempo do debate no Plenário, se processasse uma reunião entre os representantes dos grupos parlamentares e do Governo para discutir o problema da cobertura da sessão pela Televisão, pelo que, efectivamente, convoco uma reunião dos grupos parlamentares para o intervalo. Solicitava que essa reunião se fizesse no sentido de haver já uma conclusão presente na conferência dos grupos parlamentares — aliás, o Presidente da Assembleia não tem, na minha opinião, competência para, em termos deliberativos, se pronunciar sobre essa matéria.

Por outro lado, nessa conferência dos grupos parlamentares teremos ainda que discutir o problema do processo de urgência solicitado para a proposta de lei do Orçamento Suplementar.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Câmara acabou de ouvir uma intervenção do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano apresentando a Lei do Orçamento Geral do Estado. Não ouvi, contudo, na intervenção do Sr. Ministro uma só referência que fosse de apresentação da Lei do Plano. Ora, como consta da nossa ordem de trabalhos a discussão simultânea das duas leis, gostava de saber se o Governo faz tensões, através de outro Ministro, de apresentar a Lei do Plano, para

além daquela que já apresentou, que foi apenas, única e exclusivamente, a Lei do Orçamento Geral do Estado, questões de concepção, de facto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, uma vez que V. Ex.<sup>a</sup> fez uma interpelação à Mesa, devo informá-lo que o Governo esgotou o tempo que tinha disponível para a apresentação.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para também interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É para abordar a problemática que o Sr. Presidente acaba de referir relativamente aos tempos e às duas horas de atraso do debate. Para que os Srs. Deputados possam organizar a sua vida, pergunto se não seria possível resolver já o assunto.

O Sr. Presidente: — Agradeço a sua contribuição, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — As hipóteses não são muitas. Temos que arranjar um período para fazer as duas horas de debate que estão em atraso: Ou será esta noite, uma sessão nocturna após o jantar; ou amanhã à noite, uma sessão nocturna também após o jantar; ou prolongamos o debate na generalidade para quarta-feira à tarde, com as consequências de ainda podermos prolongar no sábado o debate na especialidade. São estas, portanto, as soluções que se nos apresentam. No entanto, creio que poderíamos começar a reflectir sobre a possibilidade de alargar o debate com um serão esta noite.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, penso que de facto é essa é uma das hipóteses a ponderar, pois devo dizer que não gostava que começássemos a transferir tempos para o dia seguinte porque isso pode conduzir-nos a uma situação difícil de resolver.

Srs. Deputados, encontra-se na Mesa um requerimento do Sr. Deputado Mário Tomé pedindo autorização da Câmara para estar presente, como testemunha abonatória, num julgamento na Comarca de Sintra, e há um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que é favorável à concessão dessa autorização.

Se a Câmara não vê inconveniente, passamos de imediato à votação desse requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Está autorizado, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Parece-me pertinente a questão levantada acer-

ca da organização dos nossos tempos de trabalho, e creio que a única solução é a de resolvemos hoje mesmo a compensação do atraso que neste momento sofrem os nossos trabalhos. Neste sentido, a minha proposta é a seguinte: que se suprma o intervalo regimental da tarde e que a sessão em vez de terminar às 21 horas termine às 22 horas.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito, queria sugerir que fosse hoje que recuperássemos as duas horas de atraso, mas não com a supressão do intervalo da tarde, que me parece ser fundamental para o repouso de todos os participantes neste debate, mas apenas com uma sessão suplementar, à noite, depois do jantar, que compensasse essas duas horas.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que subscrevo a posição do Sr. Deputado Moura Guedes.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, nós também damos o nosso acordo à sugestão feita pelo Sr. Deputado Moura Guedes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, começa a ver-se uma tendência que eu interpretaria no sentido de suspendermos os nossos trabalhos não às 21 horas mas sim às 20 horas e fazermos uma sessão suplementar à noite. Em todo o caso, durante a tarde ainda teremos ocasião de, eventualmente, voltar a esta matéria.

Na sessão desta tarde as perguntas serão feitas, como é habitual, por ordem crescente dos partidos, começando, portanto, pelo Sr. Deputado da UDP.

Está suspensa a sessão até às 15 horas.

*Eram 13 horas.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

O Sr. Presidente: — Para iniciar este período de perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Pela primeira vez a UDP congratula-se pelo facto de a sua intervenção não estar a ser «coberta» pela RTP na

medida em que isso significa que os trabalhadores da RTP estão em luta, à qual expressamos todo o nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cada vez que um Governo AD não vem apresentar o Programa de Governo ou o Orçamento Geral do Estado ou ainda as Grandes Opções do Plano ficamos com a sensação de que está a cumprir uma mera formalidade ou mesmo que o Governo está a fazer um «frete» a que a Constituição o obriga. Desta vez o que se está aqui a passar é pura e simplesmente uma farsa que seria cómica se não fosse sobretudo trágica para os trabalhadores e o povo português. É ridículo constatar que as Grandes Opções são essencialmente uma justificação do descalabro que tem sido a governação AD; é ridículo e sabe a farsa verificar que o Governo nos quer impingir que a venda que tem feito da nossa pátria ao imperialismo é para defender a soberania nacional!

Face ao imperialismo o Governo desempenha o papel de lobo, face ao povo português desempenha o papel de carrasco para servir o capital e o imperialismo. Por isso o Governo nos quer pôr aqui a representar uma tragicomédia e a UDP recusa-se a tomar parte nela.

A posição da UDP é a mesma que os trabalhadores e o povo de todo o país têm vindo a tomar por diversas formas: o local adequado para estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento Geral do Estado tal como para o Governo que o apresenta é o caixote do lixo!

Para a UDP a única resposta que o Governo merece é a luta frontal e declarada dos trabalhadores para o derrubar, antes que possa aplicar uma só das medidas que aqui propõe! As grandes manifestações de sábado passado devem continuar por formas mais avançadas de luta a nível nacional indo até à greve geral sobretudo nos três principais distritos industriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes da apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, o Governo conduziu uma enorme campanha de propaganda para fazer crer aos trabalhadores que é inevitável que eles devam fazer sacrifícios e que esses sacrifícios até são iguais para todos, para os trabalhadores e para os capitalistas.

O Governo usa uma técnica vulgar de promoção: quanto mais difícil é vender um produto, mais intensa propaganda ele exige.

À medida que impõe maiores sacrifícios aos trabalhadores e menos demagogia pode fazer, assim o Governo intensifica a sua campanha ideológica. Por isso tem necessidade de dizer que o Orçamento é de salvação nacional mas essa é apenas a forma de tentar esconder que é um Orçamento de salvação do capital!

Quanto às Grandes Opções ficamos claramente a saber que o Governo não opta por nada, limita-se a esperar que melhore a situação internacional e a acatar as opções que o imperialismo lhe ditar. Por isso repete até à exaustão que nada depende de nós, tudo depende da evolução da situação internacional e das imposições do imperialismo.

Do ponto de vista interno tudo depende da meteorologia. O Governo limita-se por isso a repetir que está à espera que chova! Por isso sugiro que os

Srs. Ministros passem a andar sempre de guarda-chuva. Talvez dê resultado!

É caso para perguntar: que faz então o Governo? Mais valia que a OCDE nomeasse uma comissão para gerir o País, pois, afinal, é esse, de facto, o real papel do Governo.

As Grandes Opções para 82 são uma lamentação ridícula. São a prova completa da falência da política AD, o espelho da impoténcia da burguesia portuguesa perante a crise. Digamos que segue as tradições da burguesia portuguesa desde sempre dependente, disposta a copiar ou aceitar as imposições que vêm de fora, incapaz de sobreviver sem ser com base na mais descarada rapina, na usura, na especulação, no contrabando, sempre mais disposta a viver do passado que do presente e do futuro, atavicamente conservadora!

A manobra de propaganda é clara e com ela o Governo visa obrigar-nos a aceitar o domínio absoluto da nossa economia pela economia do imperialismo e pretende que os trabalhadores sejam os «burros de carga» da crise da burguesia, do imperialismo e do próprio Governo.

Ao contrário do que o Ministro João Salgueiro já afirmou, por alturas da posse do Governo, ele não consegue encontrar forma de sair do círculo vicioso em que está a nossa economia: se cresce o produto, deteriora-se o défice da balança de transações; se se quer baixar o défice desta, tem de reduzir-se drasticamente o crescimento do produto. E andamos nisto há vários anos e o povo a ver a sua situação piorar cada vez mais!

E nada disto está desligado da política e das medidas que o Governo tem vindo a seguir, de destruir o 25 de Abril e as conquistas dos trabalhadores, de violar e rever permanentemente a Constituição, de dar ao patronato todas as facilidades através da aprovação de leis laborais ultra-reaccionárias, de enfileirar abertamente ao lado da política de guerra do imperialismo americano contra a paz que o nosso povo e os povos do mundo desejam.

Perante esta política são perfeitamente ridículas, demagógicas e falsas as lágrimas de crocodilo do Governo perante o golpe levado a cabo na Polónia.

Para a UDP tem tanto de comunista e socialista o governo polaco, como de democrático tem este Governo. São ambos reaccionários e antipopulares! Por isso apoiamos tanto a luta do povo polaco, como a luta do povo português, pois, só elas, poderão levar ao socialismo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP considera que, para conquistar a felicidade e o bem-estar para o povo e a independência para a nossa pátria, tem de ser seguido um caminho radicalmente oposto ao que tem sido seguido pelo Governo AD e que ora nos vem propor de novo.

Este caminho, radicalmente oposto, tem em conta, antes de mais, as necessidades e os problemas do povo trabalhador e procura dar-lhes resposta.

Para diminuir a nossa dependência face ao imperialismo exige-se o desenvolvimento de todos os recursos naturais, em particular a agricultura e as pescas. Em vez de ser o custo de vida a aumentar exige-se o congelamento dos preços e que se vá buscar o dinheiro aos bolsos dos capitalistas para o aplicar em projectos que ajudem a elevar o bem-

-estar do povo. Exige-se colocar a saúde e a educação ao alcance do povo e não ser apenas para quem a pode pagar. Exige-se que sejam desenvolvidos projectos geradores de emprego e não aqueles que ainda aumentam o desemprego e em nada melhoram a situação dos trabalhadores nem desenvolvem o País. Exige-se que habitação condigna seja acessível aos trabalhadores que não têm casa. Exige-se, pois, antes de mais, correr com este Governo de perdição nacional e pôr uma nova política a dirigir os destinos do País.

É este caminho que os trabalhadores apontam com as suas lutas. Se o Governo fixa um tecto salarial, então, ele tem de ser rompido; se o Governo quer impor leis laborais ultra-reaccionárias, então, deve-se impedir a sua aplicação; o Governo aumenta o custo de vida, então, há que lutar contra ele e conquistar novas regalias; o Governo atropela os mais elementares direitos e viola a Constituição, então, têm de ser defendidos; o Governo governa contra o povo, então deve ser derrubado!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, vou iniciar a intervenção do MDP/CDE, mas esta será concluída pela minha colega Helena Cidade Moura dentro do tempo global de 7 minutos que nos foi atribuído.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As Opções do Plano e OGE demonstram não ser uma tarefa fácil a do actual Ministro das Finanças e do Plano: gerir a pesada herança dos dois anos anteriores, subordinado ao quadro dos objectivos políticos globais da AD, é com certeza caminhar num beco sem saída.

Reconhecida a gravidade da crise e sem a flexibilidade política que permita drásticas medidas para a um tempo intensificar o ritmo de crescimento do produto nacional, com uma justa repartição funcional, e a diminuição do nível de desemprego, sem que tais opções conduzissem a acentuado agravamento do défice externo e da taxa de inflação, podemos concluir que a grande opção económico-social que o Governo assume é a do desenvolvimento de uma política de austeridade, que tem como resultante onerar de forma dura as camadas mais desfavorecidas da população.

São negras as perspectivas de evolução económica que o Governo apresenta para 1982. E mais negras parecem se atentarmos no optimismo com que é encarada a evolução de certas variáveis. De facto, para além da visão rósea quanto à melhoria da conjuntura internacional envolvente, a inflexão dos ritmos de evolução das exportações ou das importações resultaria da indispensável coincidência de múltiplas situações favoráveis. A taxa de formação bruta de capital fixo assenta na crença de um maior dinamismo do investimento privado, o que a realidade tem desmentido.

Além disso, a inconsistência com que os governos da AD têm apresentado as provisões de certas variáveis macroeconómicas ou certas metas quantificadas,

levanta legitimamente uma questão de credibilidade sobre os números agora apresentados.

Não é verdade que em sucessivos momentos do ano em curso, com intervalos de escassos meses, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto foi apresentada como devendo ser de 4,8 %, de 2,9 %, e, finalmente, de 1,6 %? Ou que se previu o défice da balança de transacções correntes em 1300 milhões de dólares, depois em 1700, finalmente em 2000 milhões?

Vagos e duvidosos ficam, pois, os objectivos concretos, para além de uma básica opção por uma política de austeridade, que o Governo vem propor com as Grandes Opções do Plano para 1982.

As políticas orçamental, monetária, de poupança, etc., correspondem a opções diferentes das aprovadas como Grandes Opções do Plano a médio prazo, para além de corresponderem a metas diferentes das então preconizadas.

Das Opções para o Plano do próximo ano nada consta quanto às estratégias sectoriais, entendendo-se que é feito um reporte às Grandes Opções do Plano do médio prazo.

Então, se o Governo entende respeitar tais Opções — tanto mais que são leis da Assembleia da República — como explica as contradições agora verificadas? Se o Governo reconhece a inadequação daquele Opções quais são, então, as reais Opções sectoriais para 1982?

Não parecem primar por muito maior rigor algumas das verbas inscritas no OGE e que são submetidas à aprovação desta Assembleia.

Por exemplo, da dotação provisional de 19,5 milhões de contos inscrita no Ministério das Finanças e do Plano sabe-se que uma pequena parte deve ser para o previsto aumento dos funcionários públicos a partir de Janeiro. Mas que parte já está considerada nas respectivas rubricas de despesas do pessoal? Qual o sentido de uma verba que mais parece a introdução da conhecida figura do «saco azul» a nível do OGE?

Um exemplo mais: sexta-feira passada, no final da tarde, tomámos conhecimento de uma proposta de alteração à lei do OGE de 1981, isto é do ano em curso. É tão só, apenas a 20 dias de términos do ano, um aumento das dotações às despesas de cerca de 40 milhões de contos — isto é, mais cerca de 8 % — e um aumento do défice orçamental de perto de 10 milhões de contos — mais 7 %. E alguma das alterações mais parecem correcção de esquecimentos do que rectificação de previsões!

São diversas as alterações da política fiscal incluídas na propostas de lei do Orçamento. As suas incidências parecem não ter expressão no OGE proposto. Será que o Governo já conta com a sua não aprovação pela Assembleia da República ou será que inscreve receitas sabendo à partida que vão ser diferentes das receitas efectivas?

Tudo visto, trata-se de um OGE... ou de Opções para um OGE?

Finalmente, uma última questão antes da minha colega Helena Cidade Moura usar da palavra para concluir a nossa intervenção: pensa o Governo ser possível aumentar a exportação em 7,5 %, o que pressupõe um aumento de produção dos sectores respectivos ou conseguir um aumento de produtividade

de 3 % na função pública e ao mesmo tempo não corrigir a sua política face ao mundo do trabalho? Ou será que o Governo projecta ultrapassar a contradição patente pelo recurso às forças da ordem?

*Aplausos do MDP/CDE e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Queria começar por dizer que o MDP/CDE sente a solenidade e o peso histórico que tem a discussão de um Orçamento Geral do Estado num Parlamento. Para além disso, somos sensíveis também ao esforço colectivo que leva à feitura de trabalho desta natureza.

Em todo o caso, para nós, um Orçamento Geral do Estado é, sobretudo, um instrumento ao serviço de uma política, e é nesse sentido que eu queria pôr uma única pergunta ao Governo com toda a gravidade que essa pergunta representa.

À luz de que ideologia, à luz de que ética, à luz de que responsabilidade social, à luz de que comportamento humano e individual, devemos nós entender este OGE, já que, por exemplo, o Sr. Ministro da Educação, na atribuição de verbas que cabem ao seu Ministério, utiliza informações de verdadeira polícia política fornecidas por governadores civis a seu pedido?

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns Deputados do PS*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Afirmar que a discussão e votação do Orçamento Geral do Estado é um dos pontos mais importantes e de maior significado da vida parlamentar, não passará de um lugar-comum no discurso político corrente mas não resistimos à tentação de o repetir. E de lembrar que a aprovação das receitas e das despesas públicas e a fiscalização da cobrança daquelas e da efectuação destas, anda mesmo ligada à história do parlamentarismo e que o próprio direito constitucional entronca no direito financeiro, pelo menos desde o momento em que os povos passaram a exigir a sua consulta, através dos seus representantes, sobre os impostos que o Rei tinha intenção de lhes exigir.

Na história recente da democracia portuguesa, o Orçamento Geral do Estado foi mesmo uma das causas próximas da queda do IV Governo Constitucional, como o foi também da maior cisão partidária, a nível parlamentar, até hoje ocorrida em Portugal.

É que o Orçamento Geral do Estado tem de tal modo a ver com a vida de todos os portugueses, quer tomados no seu conjunto quer quanto à vida particular de cada um, que a sua discussão e eventual aprovação ou rejeição, pode chegar mesmo a suscitar problemas de consciência e não apenas de simples técnica financeira ou de natureza política.

Por isso nos contamos entre os que, considerando a importância e a especialidade do processo legislativo

da aprovação da Lei do Orçamento Geral do Estado, advogam no sentido de que essa especialidade deve levar a um debate aprofundado e necessariamente alongado no tempo, por forma a possibilitar uma larga participação parlamentar.

É isso que acontece em boa parte dos parlamentos.

Nós não passámos ainda a uma fase elaborada de normas jurídicas ou mesmo regimentais, a este respeito e temos vindo, sucessivamente, ao longo dos anos, a intervir em debates desta importância dispondo de um tempo arrancado a consensos de ocasião.

É para colmatar um tal lacuna que no projecto de revisão da Constituição, da FRS, se propõe, em alteração do artigo 108.º, que à discussão da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado seja reservado um período mínimo de oito dias, em contraste flagrante com o que tem acontecido, ou com a fórmula proposta pela AD, na revisão em curso do Regimento da Assembleia da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A falta de publicação mensal das contas provisórias relativas à execução do Orçamento em vigor e do envio atempado à Assembleia da República da Conta Geral do Estado do último ano, com preterição do que se dispõe no artigo 22.º da Lei n.º 64/77, de 26 de Agosto, torna o Governo politicamente responsável pela ocultação feita ao país de uma situação económico-financeira grave e da qual o Governo é também o principal responsável por incapacidade de a debelar ou, sequer minorar.

A acção de fiscalização da Assembleia da República em matéria de contas públicas não tem tido, assim, a necessária e legal base de exercício e isso faz diminuir, à partida, a sua capacidade de apreensão e compreensão dos porquês de muitas das soluções gravosas preconizadas na proposta de Lei do Orçamento.

Também não vem esta acompanhada dos orçamentos cambiais do sector público, como o exige o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 64/77 e, embora o Governo se proponha enviá-los a esta Assembleia até 31 de Março do próximo ano, a verdade é que, por essa forma, se estão a subtrair a este debate elementos do maior interesse e importância, dado ser evidente que uma das causas apontadas para a actual situação, consiste no desequilíbrio da balança comercial, com o que igualmente se impede uma correcta avaliação da política orçamental apresentada.

Se a proposta de lei sobre o Orçamento é de algum modo clara quanto à criação de alguns novos impostos quanto ao agravamento de outro se ao lançamento de adicionais em relação a alguns deles, já outro tanto se não pode dizer a respeito dos pedidos de autorização legislativa que nela se contêm, em número que atinge quase três dezenas.

De facto, acham-se os mesmos pedidos de autorização formulados em termos vagos e imprecisos, sem definição do seu objecto e extensão e sem menção da respectiva duração, o que tudo equivale a pedidos de confiança sem garantias que a justifiquem e formulados a propósito de questões sobre as quais a Assembleia da República não deve, a nosso ver, demitir-se de minimamente as apreciar, dadas as repercussões que poderão advir em ordem a alterar profundamente as condições de vida dos portugueses.

Quando o Governo pede que seja autorizado a rever o Código da Contribuição Industrial, o Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações ou a rever as taxas de contribuição predial, do imposto de mais valias, do imposto de compensação sobre os veículos automóveis ou do imposto de turismo, sem que expresse os termos e alcance das revisões propostas para aqueles Códigos nem o grau de elevação das taxas dos impostos referidos, está, à partida, a omitir as condições mínimas constitucionalmente exigíveis para que as autorizações pedidas lhe possam ser concedidas, sem quebra das responsabilidades e demissão dos poderes que à Assembleia da República cabem em matéria de impostos.

A proposta de Lei do Orçamento contém, também, disposições que contrariam flagrantemente os princípios gerais de Direito Fiscal que impedem a aplicação retroactiva das leis fiscais, como forma de proteção à confiança e boa fé do cidadão contribuinte. É o caso das situações descritas no n.º 2 do artigo 13.º da proposta de lei, por exemplo.

De outras arbitrariedades nos poderfamos, igualmente, fazer eco. Referiremos, porém, por demais chocante, a pretendida dedução, no ano de 1982, de entre as importâncias a transferir para os municípios por força do disposto na alínea b) do artigo 5.º da Lei das Finanças Locais, de quantias destinadas a fazer face às suas dívidas em atraso às entidades do sector público, não financeiras.

Estranha maneira seria essa de saldar dívidas alheias à custa do devedor, sem ter em conta a apreciação global dos problemas que se suscitam em relação às dívidas de uns tantos municípios à EDP!

Um acto coercivo desta natureza é atentatório da autonomia do Poder Local e uma introdução abusiva do Poder Central na solução de um diferendo, que terá de ser resolvido ou pela via do entendimento entre as entidades directamente interessadas, ou através dos mecanismos legais existentes e nunca por medidas legislativas de excepção introduzidas numa Lei do Orçamento.

Ao mesmo tempo que o poder local é tratado por esta forma, prevê-se, na dotação global do Ministério das Finanças e do Plano, uma verba de 5 milhões de contos de transferências para as regiões autónomas!

O contraste, leva-nos a pensar não já nos custos da chamada «insularidade», mas antes nos futuros custos da «continentalidade» ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No curto espaço de tempo que nos foi atribuído, fizemos alguns sublinhados, colocámos algumas questões e, para terminar, queríamos dizer que o Governo pode chamar, como o fez, ao Orçamento proposto, um Orçamento com carácter de salvação nacional. Quanto a nós, o governo da AD pretende, antes, salvar-se a si próprio, mais do que ao país.

*Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo,

Srs. Deputados: Porque estamos no período de perguntas ao Governo, limitar-me-ei a colocar concretamente algumas questões, que, por falta de tempo, estão longe da totalidade das que desejaría colocar.

A primeira questão que eu gostaria colocar ao Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano é a seguinte: prevê-se uma taxa de crescimento do produto interno bruto que é de quase o dobro da registada em 1981 e, paralelamente, admite-se que o défice na balança de pagamento seja reduzido em cerca de 30 %. Fica a interrogação sobre quais os meios miraculosos por que se pretende alcançar esta meta.

Outra questão que queria pôr diz respeito às tendências inflacionistas. A nossa taxa de inflação, segundo os números oficiais, números estes que penso que ainda não integram os últimos aumentos verificados, será de cerca de 19,5 % no ano que finda contra 10 % no conjunto da OCDE.

A OCDE prevê para 1982 uma taxa de inflação de 9 % e o nosso Governo admite uma taxa de 17 %. Portanto, gostaria de saber como pensa o Governo reduzir este acentuado desnível no ritmo inflacionista.

O Governo promete-nos uma política particularmente activa de acompanhamento da formação de rendimentos nos diversos sectores, além de uma austeridade reforçada no OGE.

Quanto aos rendimentos e preços promete controlar as margens de lucro e estabelecer, se possível de forma concertada, uma massa salarial compatível com a evolução moderada dos salários reais.

Sabemos como o Governo procurará alcançar este último objectivo quando o não conseguir de forma concertada, e gostaríamos de saber que medidas concretas se propõe o Governo tomar para atingir o primeiro objectivo, isto é, o controle das margens de lucro.

Ao longo da intervenção do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano e nos documentos que nos foram submetidos, surge com frequência algo que se comece a transformar numa espécie de fantasma neste país: o funcionário público responsável em grande parte pelos males que nos afligem devido aos salários excessivos que consome. Portanto, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro qual foi o volume de admissões que se verificaram nos últimos dois anos, no funcionalismo público.

Finalmente, Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, gostaria que me informasse qual é o volume estimado para as receitas decorrentes da taxa a cobrar pelas saídas para o estrangeiro e cuja autorização é solicitada a esta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — O tempo de que disponho chega perfeitamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não sei se este Orçamento e se este Plano se inserem na tal quinta via descoberta pelo Sr. Primeiro-Ministro — creio que numa situação de felicidade relativa — depois de falar com a Sr. Thatcher em Londres. O Sr. Pri-

meiro-Ministro descobriu de novo a felicidade e descobriu a quinta via que espero que não seja o mito do quinto império que tanto «cabasteceu» a extrema-direita deste país. Não sei se este Governo também se inscreve nesta perspectiva.

No entanto, gostaria de colocar ao Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano uma questão muito concreta. Disse o Sr. Ministro, se bem o entendi, que não há 35 soluções — e não estou a citar as palavras exactas mas apenas o espírito da sua intervenção — e que como o OGE é de facto um instrumento eminentemente conjuntural, não há outras soluções que não sejam estas e, portanto, tem e terá que ser assim, não há outras hipóteses. É assim ou não?

Uma segunda questão ligada com esta é a seguinte: V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro das Finanças e do Plano, disse também que, apesar de não haver 35 soluções, apesar de ter que ser assim e sendo este como que o único OGE possível, ele se fundava numa filosofia política, em concepções determinadas da AD, em concepções que programariam o caminho que lançaria as bases da construção da sociedade futura da AD. Em que ficamos, Sr. Ministro? Se apenas pode ser assim, eu gostaria de lhe perguntar se há uma harmonia entre a filosofia política de fundo, entre as grandes opções políticas e económicas do Governo para a construção da sociedade futura e este OGE e este Plano para 1982.

Se a resposta for afirmativa, então, fica claro — eminentemente, evidente e tristemente claro — qual é a opção de fundo do Governo da AD, qual é, de facto, a sociedade que a AD quer construir.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como muito bem disse o Sr. Deputado Lopes Cardoso, dentro do programa estabelecido para este debate, estamos a fazer perguntas ao Governo. Foi o que fez o Sr. Deputado Lopes Cardoso e é o que também eu farei.

No que se refere ao OGE e às Grandes Opções do Plano, o Governo fez as suas Opções e o seu Orçamento e fê-lo em colaboração com os partidos que o apoiam.

As linhas estão demarcadas e temos que viver com o fato que temos enquanto não podemos mandar fazer um por medida. Assim, eu referiria dois aspectos da vida nacional que merecem particular relevo, embora não estejam inscritos nas grandes linhas definidas quer do Programa do Governo quer no OGE e nas Grandes Opções do Plano: as pescas e a exploração mineira.

No que se refere às pescas, eu gostaria que o Governo informasse esta Câmara sobre o que pensa da realização de uma investigação, de um estudo das capacidades e potencialidades da nossa zona económica exclusiva e, sobretudo, como pensa poder entrar, muito a sério, na exploração desta zona que, afinal, está à porta da nossa casa e de que nós sabemos tão pouco porque sempre nos preocupámos muito pouco com os problemas que existem à porta de casa.

Sei que a resolução desta situação se reveste de uma certa dificuldade porque os portugueses se habituaram a andar por este mundo fora, a olhar para muito longe e a vista não lhes chegou para olhar à sua volta.

Mas a verdade é que nós estamos inseridos num momento histórico, e a história do nosso país soube, em cada momento, adaptar-se às circunstâncias com que se deparava, e hoje numa dessas circunstâncias é um milhão e 800 mil quilómetros quadrados de mar.

Ora, é neste mar que talvez se possa jogar uma parte do nosso futuro em termos de poder prover à subsistência dos portugueses, e era nesse sentido que eu gostaria que o Governo esclarecesse esta Câmara acerca do que pensa fazer neste sector.

Outro sector de particular importância que neste momento me parece que se está a abrir às perspectivas dos portugueses é o sector mineiro, particularmente no que diz respeito às pirites alentejanas, às minas de Aljustrel e de Neves Corvo, além de tudo aquilo que ainda não sabemos se existe ou não mas as perspectivas parecem indicar que outros Neves Corvo possam existir no Alentejo.

De facto, se as perspectivas se concretizarem, temos aí outro caminho para o futuro dos portugueses, para a melhoria de vida de todos nós.

Sabemos que estão em curso prospecções muito alargadas nesta zona, que aí se trabalha muito duramente, que se trabalha, tanto quanto sei, com bastante calor e eficácia. Mas penso que os portugueses não estão ainda suficientemente esclarecidos e, sobretudo, não estão incentivados para as perspectivas que nesse campo se abrem. Por isso, gostaria que o Governo informasse esta Câmara sobre o que é que pensa fazer nesta matéria.

Faço estas perguntas ao Governo — aliás, como sempre que falo nesta Câmara — não em nome da maioria ou da oposição porque penso que o diálogo que estamos aqui a estabelecer tem essencialmente dois interlocutores: um é o Governo e o outro a Câmara, para além da maioria ou da oposição.

Este Orçamento e este Plano vão ser aprovados ou rejeitados, eventualmente, não pela maioria ou pela oposição, mas sim por esta Assembleia. O Governo está aqui para lhe prestar informações, é isso que todos nós esperamos dele, embora eu pessoalmente e o meu partido esperemos muito mais do que assistir aqui a um debate que muitas vezes tem — e já começou a ter — mais carácter de comício político do que propriamente de debate sobre o que vai ser a vida dos portugueses no ano que se avizinha.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Qual servil capataz às ordens do seu amo e senhor. — o grande Capital — O governo Balsemão II, através da voz do seu Ministro João Salgueiro, iniciou a discussão de duas peças fundamentais da continuidade da política revanchista e restauracionista dos lucros e privilégios de uns quantos à custa da exploração e agravamento das dificuldades e sacrifícios de quase todos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

**A Oradora:** — Através destas duas propostas de lei o governo Balsemão/Freitas do Amaral planeia a miséria do povo e orçamenta o assalto ao bolso dos trabalhadores. Agora já são mesmo os doentes a com-participarem o pagamento da crise, é a habitação cada vez mais difícil, os transportes mais caros, os salários mais longe dos preços, o dinheiro mais caro, o desemprego a aumentar, as câmaras e as juntas de freguesia mais estranguladas e com menos possibilidades para satisfazer as necessidades das populações.

Gravemente feridas de ilegalidades e inconstitucionalidades, tecnicamente mal fundamentadas e incompletas, as duas propostas de lei mostram à evidência a determinação da AD de levar por diante a política do descalabro económico e de degradação das condições de vida da população trabalhadora, dos reformados, dos jovens, das crianças, das mulheres, dos pequenos e médios empresários e camponeses.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Disse o Sr. Ministro que alguns queriam um Orçamento mais drástico. Teria sido bom que esclarecesse quem. Será o CDS?

Ultrapassadas as fases de euforia eleiçocira das promessas propagandeadas aos quatro ventos pelos escribas proençais, clarificou-se o estrondoso fracasso da política económica e social da AD.

É assim que cerca de 60 % das páginas da proposta de lei que dá pelo nome de Grandes Opções do Plano são gastas a tentar justificar os falhanços das quatro sucessivas previsões das grandezas macroeconómicas apresentadas pelos dois Governos Balsemão, em apenas nove meses.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Que credibilidade pode ter um Governo que tinha proposto em Março a criação de 80 mil postos de trabalho se, só no primeiro semestre deste ano, as estatísticas oficiais apontam um agravamento do desemprego de 12 %, ou seja, mais cerca de 50 mil desempregados?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quanto à série dos números apontados para o crescimento do produto interno bruto que passaram sucessivamente de 4,6 % para 3 % e 1,6 %, não consegue esconder uma economia praticamente estagnada, com quebras preocupantes na produção de energia — menos 10 % — e na agricultura — menos 5 % — e um abaixa nas exportações que só no primeiro semestre foi de 10 %.

E como pode prosseguir a obsessão governamental de considerar as exportações a varinha mágica da resolução dos problemas económicos, se confessa uma quebra de 3,5 % durante este ano, apesar de há nove meses ter previsto um crescimento de 7 %?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quando o défice da balança de transacções correntes é o maior de sempre, atingindo um número astronómico de 130 milhões de contos — mais de cerca de 40 milhões do que o previsto —

e os preços no consumidor crescem de Janeiro a Dezembro de 25 %, o que significa um crescimento anual de 20 %, ou seja 4 pontos acima da taxa que obstinadamente a AD foi apresentando e representando na sua tentativa inglória de limitar o crescimento dos salários, como podem oferecer qualquer credibilidade as previsões apontadas para 1982?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — É neste contexto que o III Governo AD apresenta não umas grandes opções para 1982, mas apenas um conjunto de projecções macroeconómicas sempre condicionadas a um «se». É assim que insiste em viabilizar o crescimento económico assente nas exportações apontando o incremento real destas em 7,5 % «se se confirmar a melhoria admitida nos mercados internacionais». E se não se confirmar?

Para as importações lá vem também o «se». «Poderá haver reduções nas importações se uma eventual melhoria das condições climatéricas o permitirem». Mas, então, Srs. Ministros, não há ninguém aí pelo Governo que saiba que é possível reduzir as importações através da sua substituição pela produção nacional de bens importados? E que é possível aumentar as exportações desde que se pratique uma política de diversificação de mercados? E que é possível aumentar a produção interna desde que se apoie os pequenos e médios industriais e agricultores, se aumentem os salários reais, se promova a dinamização do sector empresarial do Estado e se apoie a Reforma Agrária em vez de a tentar destruir?

**Aplausos do PCP e do MDP/CDE.**

E que é possível aumentar o investimento desde que se leve por diante os grandes projectos já iniciados, como o do Alqueva, do Plano Siderúrgico Nacional, das Pirites Alentejanas, das Centrais Térmicas e das Barragens Hidroeléctricas diminuindo assim a nossa dependência do estrangeiro e pondo fim ao fatalismo da seca em matéria de energia?

E porque não avançar rapidamente com projectos sobre os quais existem estudos que mostram a sua rentabilidade, como o da beterraba sacarina?

Mas a AD já mostrou ser totalmente incapaz de levar por diante qualquer política de desenvolvimento económico do País. E é-o por várias razões, das quais a principal é a sua total subordinação aos interesses do grande capital apátrida, aos ditames do Fundo Monetário Internacional e do imperialismo. O seu único objectivo é a reconstrução dos monopólios, a entrega da riqueza do País às multinacionais. Daí que nas Grandes Opções não haja sequer uma linha sobre política de emprego ou política de habitação apesar desta ser apontada demagogicamente no Programa deste Governo como a primeira prioridade e dos problemas do desemprego e da falta de habitações serem dos mais graves do País.

E a única saída que o Governo encontra perante a quase certa estagnação da procura externa, afectando as exportações — estagnação que o Sr. Ministro aqui veio afirmar com os números que forneceu sobre a situação nos países da OCDE — é a redução dos salários reais e o agravamento do desemprego, ou seja, a contracção da procura interna e a contracção

do consumo e do investimento público que este Governo propõe.

O que o Governo propõe, assim, é, pelo menos, a continuação da estagnação económica, o encerramento e falência de pequenas e médias empresas comerciais e industriais e o consequente aumento do desemprego, que o Governo pretende facilitar com a proposta de lei de liberalização total dos despedimentos.

E como pode o Ministro João Salgueiro dizer que as Opções não precisam estar explícitas na proposta de lei dos GOP's/82 porque já os estão nas GOP's de médio prazo aprovadas em Março, se para cumprir tais previsões é necessária uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 8 %?

Quanto à austeridade, ao analisarem-se as propostas sobre política de rendimentos e preços e o OGE para 1982 percebe-se facilmente de que fala o Governo. Desde logo surge um tecto salarial de 17 % para os trabalhadores em geral e o escandaloso tecto de 15 % sobre a massa salarial para os trabalhadores da Função Pública, mas que se traduzirá, em relação à tabela em vigor, num aumento de menos de 11 %.

Mas, para os lucros, não há qualquer tecto. Pelo contrário, é apontado como aumento previsto do índice de preços no consumidor a taxa de 17 % quando facilmente se verifica que a realidade será bem pior. Que os aumentos previstos de produtividade vão direitinhos para o aumento de lucros!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Se os trabalhadores aceitassem o limite máximo salarial do Governo AD, o seu nível de vida passaria a ser idêntico ao dos anos fascistas da década de 60. É que no bolorento OGE para 1982 está previsto um aumento de impostos de 35 %, ou seja, mais do dobro do tecto salarial que o Governo pretende impor! Deste brutal aumento de 83,8 milhões de contos de impostos, uma grande parte vai ser suportada pelos trabalhadores e outras camadas da população de menos rendimentos. E quanto à elevação do montante de isenção do Imposto Profissional de 126 para 150 contos a única coisa que se pode concluir é que mesmo os trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional passarão a pagar imposto profissional. Ou será que o Governo não pretende em 1982 aumentar o salário mínimo nacional?

Quanto a impostos vale a pena referir, por um lado, os aumentos de 100 % na taxa de Radiodifusão e, por outro lado, e no sentido contrário, o regabofe de isenções e de juros bonificados para os grupos económicos recém-construídos e para as multinacionais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — O carácter de classe deste Governo de desastre nacional está igualmente bem visível quando se compararam a vultuosa parte que dos cerca de 12 milhões e meio de contos são desviados do OGE para os bolsos dos capitalistas sob a capa de indemnizações, e os concomitantes cortes — com o pretexto de austeridade — na saúde, nos serviços económicos, nos equipamentos colectivos, na segurança e assistência sociais.

**O Sr. António Mota (PCP):** — É um escândalo!

**A Oradora:** — É assim que para facilitar a acumulação capitalista e o encher dos bolsos dos Mellos, Quinas, Champalimauds e outros quejandos, o Orçamento prevê, por exemplo, para a agricultura e silvicultura uma redução de pelo menos 3 milhões de contos, para a habitação e obras públicas menos 8 milhões de contos, tendo em atenção a eliminação do Fundo de Fomento de Habitação. Mas não era a habitação e a agricultura duas das propagandeadas prioridades do Governo AD?

E quanto à saúde, o escândalo é completo! O povo português já sabe perfeitamente o significado da expressão do ex-Ministro Macedo do I Governo Bal-senão «quem quer saúde paga-a». O Ministro dos Assuntos Sociais pretende que a doença dos portugueses seja uma fonte de lucros para o Governo e então vá de ultrapassar pela direita a velha legislação salazarenta desprezando tudo o que signifique 25 de Abril.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ái está a forma fácil de obter 12 milhões de contos. Os doentes que paguem! E assim surge o aumento dos medicamentos e a baixa de participação nos Serviços Médico-Sociais, o que significa que os beneficiários vão passar a pagar mais 140 % nos medicamentos nacionais e mais 80 % nos estrangeiros.

**O Sr. António Mota (PCP):** — É um escândalo!

**A Oradora:** — Entretanto, os reformados e pensionistas vão continuar a ver agravadas as suas condições de vida, chegando-se ao cúmulo de os pensionistas passarem a ter de pagar os internamentos hospitalares, as consultas e os meios complementares de diagnóstico.

E se alguém tiver a desgraça de ser obrigado a recorrer ao hospital ou arranja 600\$ por dia para pagar o internamento ou 400\$ para pagar a urgência sem ter direito a qualquer reembolso, ou então morre na rua. Será este o processo que o Governo escolheu para diminuir o desemprego no País?

Quanto ao desemprego não só não estão previstas a criação de novos postos de trabalho, como, para os actuais 400 mil desempregados, o Governo prevê uma verba de apenas 7 milhões de contos dos 25,5 milhões de contos das receitas do Fundo de Desemprego, o que não chega para pagar o subsídio de desemprego a sequer 60 mil desempregados!

Quanto ao Fundo de Abastecimento, a verba para subsídios diminui em termos reais. Isto significa que este ano nada restará do minicabaz de compras e que no início do próximo teremos um aumento em flecha de vários produtos alimentares de primeira necessidade enquanto que os grandes intermediários e especuladores continuarão de mãos livres a aumentar os seus ganhos.

Quanto ao aumento dos transportes, basta verificar a diminuição em termos reais das indemnizações compensatórias a atribuir às empresas públicas transportadoras e à ameaça de simultaneamente lhes serem retiradas, a favor dos privados, as explorações

rentáveis, para concluir que depois dos recentes aumentos novos aumentos aí vêm.

Se a tudo isto juntarmos o agravamento da desvalorização do escudo, implicando aumento dos preços dos produtos importados, o aumento do preço do crédito — cada vez mais só para os amigos — através de uma sobretaxa de 2 %, fácil é concluir que se a AD continuasse a governar os preços manteriam pelo menos o mesmo ritmo de crescimento actual.

Mas a estes escândalos é necessário acrescentar um outro não menos grave afectando duramente as populações. O roubo da AD às autarquias que este ano lhes vêm ser sonegados 45 milhões de contos com a agravante de expressamente referirem o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, acompanhando tal esbulho da grave ameaça de retenção por parte do Governo das verbas correspondentes às dívidas das autarquias às empresas públicas. É este o conceito de regionalização da AD!

E não será por 1982 ser um ano de eleições para as autarquias que o Governo AD previne já a possibilidade de utilizar as verbas do Orçamento como melhor entender, criando de novo sacos azuis, apesar de expressamente proibidos por lei? Não será por isso que o Sr. Ministro das Finanças pretende ficar com a possibilidade de alterar todas as verbas previstas no OGE que os Srs. Deputados da AD atentos, venerandos e obrigados certamente irão apoiar?

E não venha o Governo utilizar a crise económica como justificação dos pesados sacrifícios impostos ao povo trabalhador, aos reforços, aos pequenos e médios empresários, porque a crise económica é precisamente o resultado inevitável da sua política.

#### *Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Não é verdade que actualmente a dívida pública e a dívida externa do País ultrapassaram os 600 milhões de contos e só a AD é responsável por cerca de 400 milhões «fabricados» em dois anos de desgoverno?

O Sr. António Mota (PCP): — É um escândalo!

A Oradora: — Há dois dias centenas de milhares de pessoas por todo o País gritaram bem alto a expulsão imediata de tal Governo.

#### *Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Por todo o lado e nas mais diversas camadas da população engrossa o caudal do descontentamento popular perante a tão propalada cantiga da mudança da AD.

Contra esta cantilena é preciso uma mudança real. E existem propostas.

Mas é inaceitável que o Sr. Ministro venha dizer que as propostas alternativas têm que ser quantificadas, quando é o Governo a sonegar a informação necessária ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — ... e a entregar as propostas tarde e a más horas e incompletas.

O País necesita de aumentar o investimento, a produção e o emprego. Há que aumentar o investi-

mento e o consumo, induzindo assim o crescimento da produção e do emprego.

E na situação actual é mais claro do que nunca que terá de ser o Estado o impulsor determinante na satisfação das necessidades da economia e do desenvolvimento, quer pela dinamização das empresas públicas e das empresas que controla, quer pelo aumento das despesas públicas, em especial as de investimento.

Só assim serão arrastados o investimento, a produção e o consumo privados. Só assim serão aproveitados os recursos e as possibilidades nacionais.

Esta política necessária de desenvolvimento terá de ser complementada por uma política de rendimentos e preços baseada no aumento de salários reais e que incentive a produção e não a especulação e o desperdício; por uma política de crédito selectivo e mais barato, por uma política de limitação real das importações e de conquista de novos mercados para exportação de produtos de maior valor acrescentado; por uma política fiscal que tribute as grandes fortunas e os elevados rendimentos e que combatá realmente a fraude e a evasão fiscais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — O défice orçamental que então possa surgir não será um défice de recessão, como o que agora nos apresenta este Governo, mas um défice gerador de riqueza e que, portanto, num futuro próximo se pagará a si próprio, que não sobrecarregará as gerações mais novas, antes as beneficiará.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Está hoje claro que a AD já não tem base de apoio social para se manter no Governo ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — ... e que as suas propostas de política económica e social não só não têm em conta a legislação existente, como são profundamente contrárias à Constituição da República e ao próprio espírito do 25 de Abril.

Este Governo agonizante e os documentos agora apresentados, instrumentos da mesma política anti-democrática que visa subverter a Constituição e destruir o regime de Abril, não são mais do que o seu canto de cisne.

O povo já proclamou o termo deste Governo. Basta agora que se usem os mecanismos constitucionais previstos para tais situações. As grandiosas manifestações populares de há dois dias foram a mais cabal garantia de que o povo português tem nas suas mãos e na força das instituições ...

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes de protesto do PSD.

... a defesa do regime democrático, a esperança florida em 25 de Abril, mesmo que os Srs. Deputados da AD não gostem!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Vozes de protesto do PSD.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apresentou V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro de Estado das Finanças e Plano, de forma clara, simples, concreta e realista — ainda que, parece, não entendida — os documentos tão fundamentais para o nosso porvir colectivo como são as propostas de Lei das Grandes Opções para o Plano Anual e do Orçamento Geral do Estado para 1982.

Manifestou V. Ex.<sup>a</sup> ainda, na apresentação das mesmas propostas, um elevado grau de coragem e um sentido profundo de responsabilidade.

Sentido profundo de responsabilidade, porque sustentar um Orçamento como o do Estado português para 1982, significa a capacidade de claramente assumir a responsabilidade de continuar dentro do possível, a corrigir os desvios praticados a partir de 11 de Março de 1975.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

...e criar condições, mesmo sem os instrumentos tidos como indispensáveis — designadamente a lei sobre delimitação dos sectores público e privado para a execução do projecto de progresso que a Aliança Democrática apresentou e o povo português referendou.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Nota-se o progresso!

**O Orador:** — E pressupõe simultaneamente compatibilizar a satisfação dos grandes anseios nacionais com os constrangimentos do mundo em que vivemos, dominado por crise aguda, de que não se vislumbra o termo e ainda com os recursos limitados de que dispomos, agravados pela sucessão de uma seca que tão graves situações e elevados prejuízos nos tem acarretado.

**O Sr. António Mota (PCP):** — Isto é que vai uma crise!

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Você não foi levado pela crise!

**O Orador:** — Tenham calma! Estão nervosos mas o povo não se deixa dominar! Tenham calma!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — O povo é sereno!

**O Orador:** — Tenha calma, Sr. Deputado Carlos Brito. As Polónias hão-de passar!

*Risos do CDS.*

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** Não são perfeitos, nem ideais os documentos que são sujeitos à aprovação desta Câmara.

Muitos nesta Câmara não terão a humildade de reconhecerem de quanto são complexos os problemas nacionais ainda que os tenham denunciado de igual maneira, de quanto são ainda deficientes os instru-

mentos organizativos e materiais de que se dispõe e quanto esforço será necessário para os resolvemos.

Mas não sendo perfeitos, nem os mais desejáveis, os documentos apresentados, teremos que reconhecer que os mesmos são interdependentes, decorrendo lógicamente de um projecto coerente.

A sua vastidão e complexidade, advém-lhe de se reportarem a todos os sectores da vida económica e social dos portugueses, não podendo estes ensombrar a sua relevância política nacional porque deles constam as soluções possíveis para alguns dos maiores e mais graves problemas da sociedade portuguesa.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Este nosso sentir leva-nos a recordar, transcrevendo, algumas palavras do Sr. Deputado Victor Constâncio — que felizmente acaba de entrar na sala —, economista de reconhecida e comprovada competência ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputado, conheço a competência do Sr. Deputado Victor Constâncio como economista há muito mais tempo do que a maioria de V. Ex.<sup>a</sup>. E quando digo «reconhecida e comprovada» ele sabe que eu o digo com verdade, sem deturpar.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Não exagere!

**O Orador:** — Conheço-o como economista há muito mais anos do que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Manuel da Costa.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Não exagere!

**O Orador:** — Exagero, exagero!

Mas este nosso sentir leva-nos a recordar, transcrevendo, algumas palavras do Sr. Deputado Victor Constâncio, economista de reconhecida e comprovada competência, aquando da discussão em Março último do Orçamento Geral do Estado. Assim cito: «devo dizer que, pessoalmente, tenho alguma relutância em participar neste debate, na medida em que, mais do que em outros anos, ele apresenta este ano a característica de um ritual com pouco sentido.

De facto, um pouco por culpa dos próprios constituintes e de todos os Governos que se lhe seguiram, a discussão do Orçamento, no Parlamento Português, não tem a dignidade que têm na generalidade dos Parlamentos das Democracias.»

Não discordando da segunda parte do transcrito da intervenção do Sr. Deputado Victor Constâncio, já que a primeira parte é demasiado pessoal, queremos dizer-lhe que esperamos de si mesmo e do seu partido mesmos nestes condicionalismos, que não são da responsabilidade deste Governo, a apresentação de propostas alternativas, que a sua já referida competência como economista impõem.

Que nos refiram, quer o Sr. Deputado quer o Partido Socialista, que alternativas propõem, a título de exemplo, para: o défice orçamental; o sector da saúde; o sector da educação; as autarquias locais; o sector empresarial do Estado; as forças armadas.

Esperamos que essas propostas alternativas apareçam, devidamente fundamentadas e justificadas e

como é resposta a um economista da craveira de V. Ex.<sup>a</sup>, quantificadas.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Entendemos este Orçamento Geral do Estado, como um orçamento de compromisso. Compromisso que lhe advém de não estar ainda concretizada a tão necessária revisão constitucional; compromisso também imposto pela situação de crise económica que vivemos e da qual não somos responsáveis; compromisso ainda que lhe advém de este Governo, encarar de frente a necessidade do pagamento da factura dos desvios iniciados em 1975.

Orçamento de compromisso que, estamos certos, não comprometerá a modificação fundamental que ocorrerá nos próximos anos, a adesão à Comunidade Económica Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Subjacente às grandes opções para o Plano e ao Orçamento Geral do Estado encontramos a vontade política decidida de potenciar as virtualidades do regime democrático, a estabilidade política alcançada e a crescente consciência dos verdadeiros problemas nacionais, de modo a podermos alcançar, nos próximos anos metas de progresso, tantas vezes prometidas, que tanto se nos escaparam e que só começaram a ter concretização nos Governos da Aliança Democrática.

Será bom para Portugal e para os portugueses que tenhamos consciência muito clara das realidades inelutáveis.

O Estado terá que passar, a curto prazo, a gastar apenas o que as suas receitas lhe permitem.

O sector empresarial do Estado, terá que ser rentável. Os empresários terão que aumentar a eficiência da sua organização e os seus investimentos de modernização e expansão.

Os trabalhadores terão que, conscientemente, moderar as suas reivindicações salariais, tendo como parâmetros o custo de vida e a necessidade de melhorias reais, com aumentos efectivos de produtividade.

A Sr.<sup>a</sup> Ercília Talhadas (PCP): — E o Governo tem que ser demitido!

O Orador: — Dá-me licença que continue, Sr.<sup>a</sup> Deputada? A sua voz é agradável mas permite-me que continue?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Orçamento Geral do Estado, que V. Ex.<sup>a</sup> Senhor Ministro de Estado das Finanças e Plano apresentou é, em nosso entender e como já referimos, um orçamento de compromisso.

Entendemo-lo também como um orçamento de transição para uma política fiscal nalguns aspectos mais justa e uma mais eficiente afectação dos recursos nacionais.

As Grandes Opções do Plano, com a sua grande importância política e social, constituem uma síntese reflexiva sobre o futuro de Portugal, não deixando de considerar a actual realidade do País.

Entedemos que as Grandes Opções constituem a ponte que há-de permitir a passagem do Portugal que

temos, com toda a sua série de arcaismos e insuficiências, para o Portugal moderno integrado no Mercado Comum, em que havemos de viver no amanhã.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Amen!

O Orador: — De facto, o cariz religioso do Partido Socialista desvanece-me!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não pretendemos nesta oportunidade fazer uma apreciação aprofundada dos documentos em apreciação, o que naturalmente será efectuado em intervenções subsquentes da minha bancada. Pretendemos sim fazer algumas observações e levantar algumas questões que admitimos clarificarão e complementarão o pensamento do Governo, permitindo a esta Câmara e aos portugueses uma análise mais aprofundada e mais clarificada dos documentos em apreço.

Assim, Sr. Ministro de Estado das Finanças e Plano, entendemos pôr-lhe as seguintes questões:

1 — Considerando que a intensificação do investimento privado e a rentabilização das empresas dependem da orientação das poupanças dos particulares para este sector e consequentemente da activação do mercado financeiro, quais as soluções que o Governo se propõe implementar, no sentido de concretizar esse objectivo?

2 — Pensa o Governo introduzir alterações significativas no domínio da política monetária e de crédito em especial no que se refere a uma maior flexibilização dos mecanismos da taxa de juro e também a reestruturação do sistema de bonificações actualmente em vigor, que se traduzem, não só em encargos para o OGE, mas também na destruição das poupanças formadas ao nível do sistema bancário?

3 — Considerando que a produtividade global do nosso país se apresenta relativamente baixa, especialmente ao nível da Administração Pública e do sector empresarial do Estado, quais as medidas que o Governo se propõe concretizar afim de a relançar para patamares mais elevados e mais consentâneos com um desenvolvimento económico mais acelerado da nossa economia?

4 — A adesão de Portugal ao Mercado Comum é meta essencial do projecto da AD. Assim, perguntamos: quais as medidas que o Governo se propõe implementar no próximo ano, designadamente ao nível de sector administrativo do Estado e, de uma forma mais geral, ao nível da reforma das estruturas institucionais e económicas, necessárias à integração de Portugal?

*Aplausos do CDS, do PPM e de alguns Deputados do PSD.*

O Sr. Presidente: — Pelo Grupo Parlamentar do Grupo Socialista, tem a palavra em primeiro lugar o Sr. Deputado Sousa Gómes.

O Sr. Sousa Gómes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Quero começar por cumprimentar o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano pelo modo desdramatizante como hoje aqui nos apresentou as propostas de lei do Governo relativas ao Plano e ao Orçamento para 1982. A ver-

dade é que, Sr. Ministro João Salgueiro, se não nos ficam quaisquer dúvidas sobre os seus méritos de advogado do Governo e — evidentemente que nem sequer estão em causa os seus próprios méritos — permanecem integralmente as nossas dúvidas quanto à capacidade daquelas propostas do Governo formularem de forma credível e suficiente um quadro aceitável da evolução da economia portuguesa no ano de 1982.

Na realidade, comungando nós das preocupações do Governo quanto à gravidade da situação económica, não nos parece que as propostas apresentadas, nos textos em discussão nesta Assembleia, estejam à altura de fornecer com credibilidade um quadro de saída ou seguir de melhoria para a crise.

As dificuldades da actual situação económica não resultam apenas de razões conjunturais (a seca, o petróleo, o dólar, etc.) mas estão antes essencialmente ligadas a aspectos estruturais. Por isso, para lá das nossas dúvidas quanto ao mérito das medidas conjunturais formuladas pelo Governo, o nosso maior desacordo, o nosso desânimo mais fundo, decorre da total ausência de uma estratégia credível de desenvolvimento para a nossa economia.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Independentemente da leitura, porventura diferente, que fazemos das causas e condicionantes dessa situação estrutural, julgo que ninguém de boa fé recusará a necessidade e urgência da definição de um programa de modernização das nossas estruturas produtivas de forte aceleração da nossa industrialização e da reconversão da nossa agricultura (sem isso nem sequer faz sentido o nosso pedido de adesão à CEE).

Na realidade o Plano e o Orçamento para 1982 não dão resposta a essas questões de fundo. Nem sequer inovam na abordagem conjuntural que apresentam. Antes consagram uma certa continuidade na incapacidade já evidenciada nos longos dos dois últimos anos pelos sucessivos governos da AD, de apresentarem soluções positivas de saída da crise. Sem uma estratégia clara, com prioridades coerentemente estabelecidas, e sem medidas fundamentadas, os textos das Grandes Opções e do Orçamento perdem-se numa soma de lugares comuns dominados pela psicose da justificação. Tudo permanece adiado. Continuamos à espera que chova. É portanto num contexto de alguma perplexidade e talvez mesmo de incredibilidade, que gostaria de colocar ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano três questões.

Em primeiro lugar: será correcta a leitura de que as Grandes Opções do Plano para 1982 se apresentam como que constituindo uma confissão da incapacidade do actual Governo, em manter os objectivos a médio prazo que o anterior Governo AD aqui fez aprovar em Março deste ano? Será essa a razão do silêncio do Sr. Ministro em relação às Grandes Opções do Plano? Ou ainda, pensa o Governo que as metas propostas para o ano de 1982, designadamente um crescimento do produto de 3 % e um défice externo de 1,4 biliões de dólares, apoiadas de resto em premissas a nosso ver pouco fundamentadas (redução em -3 % das importações, forte aumento das exportações, uma inflação não superior a 17 %),

tenham o necessário crédito na opinião pública face à total incapacidade, demonstrada no ano em curso, em serem mantidos os objectivos para 1981, até agora já reformulados por três vezes (em pouco mais de 8 meses) e sempre em perda face às metas inicialmente fixadas.

Em segundo lugar, gostaríamos de saber se o Governo já abandonou as quatro prioridades absolutas, que estabeleceu no seu programa, nas áreas da agricultura, das exportações, da regionalização e da habitação.

**A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP):** — Esqueceram-se delas!

**O Orador:** — Com efeito, não encontramos no plano nem no Orçamento de forma explícita e coerente as medidas e acções que nos permitam acreditar que tal prioridade absoluta se mantenha. É o caso da agricultura em que o Governo quase se limita a admitir como fatalismo inelutável que vamos importar em 1982, 3/4 daquilo que o País precisa para se alimentar. É o caso das exportações em que nada se diz como se vai contrariar o decréscimo verificado em 1981 (-3 %) para conseguir em 1982 a prometida expansão de 7,5 %. É o caso da regionalização, em que nenhuns objectivos precisos são fixados para 1982 em matéria de Plano e Orçamento, e em que na prática se revela o espírito altamente centralizador que a todo o momento é referido como o pecado de as Autarquias já custarem mais de 40 milhões de contos, só em transferências do OGE e esquecendo-se de dizer que os recursos globais à disposição das Autarquias diminuem de 8,4 % para 6,9 % em 1982, em termos de percentagem das despesas da Administração Pública. É também o caso da habitação que nem vale a pena referir.

Em terceiro lugar, queríamos finalmente perguntar se o Governo considera aceitável a forma como está tratado nas Grandes Opções e no Orçamento a pretensão de adesão de Portugal à CEE.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Sousa Gomes, terminou o tempo de que dispunha mas se quiser pode continuar, uma vez que, como sabe, o seu partido ainda dispõe de mais 10 minutos.

**O Orador:** — Então, apenas gostaria de saber se na opinião do Governo estão bem tratadas as consequências da adesão da CEE pedidas pelo nosso Governo.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Torres Marinho.

**O Sr. Torres Marinho (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano: O mérito do seu rigor intelectual não desculpa, de certa maneira, o esquecimento, em termos de análise daquilo que foi o passado recente da economia portuguesa, de duas questões que para nós são fundamentais.

Uma, a que se refere ao patamar de partida da governação AD em matéria de balança de pagamentos.

Outra, a que se refere ao próprio percurso dos governos AD, em matéria de subsídios e transferências e consequentes acelerações no desequilíbrio dos orçamentos correntes.

Em relação à situação da balança de pagamentos, temos por isso a obrigação de lhe lembrar: ela era uma situação de equilíbrio nas transacções correntes quando a AD tomou conta do poder em 1980.

Em relação ao défice orçamental, também teremos de lembrar que foi o Sr. Ministro Cavaco e Silva que fez subir em 1980 as transferências do OGE destinadas a subsidiar preços e sustentar artificialmente a inflação, de uma percentagem de cerca de 11 % em 1979, para cerca de 52 % em 1980.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim sendo, farei duas perguntas muito simples, que são as seguintes: tendo decorrido mais de dois anos de Governos AD — mais que o tempo que o PS teve de responsabilidades governativas, tendo ficado pelo caminho dois governos e não sei quantas políticas económicas, são só as circunstâncias exteriores como a seca, a subida do dólar ou a recessão internacional que justificam um tão brutal agravamento das transacções correntes, que passam do equilíbrio de 1979 para mais de dois biliões de dólares em fins de 1981?

Segunda questão: as contribuições do OGE para sustentar preços, expressas em 1980, em crescimentos brutais das transferências e subsídios, contribuiram ou não para a necessidade de redução urgente do endividamento interno expressa nos actuais cortes orçamentais, de uma forma totalmente negativa?

Sr. Ministro, está V. Ex.<sup>a</sup> de acordo com a política económica do governo da Aliança Democrática, ou seja, do professor Cavaco e Silva?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não será verdade que o que nos vai faltar hoje para saúde e habitação em matéria de política e despesas públicas é, no fundo, o que se gastou a mais outrora para obter momentâneos ganhos eleitorais?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E já agora, Sr. Ministro, este Orçamento que, como V. Ex.<sup>a</sup> disse decorre da nossa história, não será mais a consequência de uma história triste e eleiçoeira que o contributo de um Governo para a resolução gradual dos históricos problemas nacionais que continuamos a ver não resolvidos?

Por outro lado, dizia o Sr. Ministro, na discussão do Programa do Governo há uns meses atrás aqui nesta Sala, que este Governo não entraria pelos caminhos de dar resposta à crise com uma mera política de gestão da procura global, fazendo aquilo que é conhecido por *stop and go*, que isso só resolveria, quando muito, problemas da balança de pagamentos e que a solução dos nossos problemas teria de vir, isso sim, do alargamento da capacidade de oferta. Porque, sem ela — dizia o Sr. Ministro —, não haveria solução para o problema do emprego.

Ora, a questão que desejo colocar-lhe é a seguinte: não vemos nas propostas de lei apresentadas nenhuma preocupação especial com a questão do emprego. E então o que me parece urgente perguntar nessa altura, tendo em atenção que V. Ex.<sup>a</sup> é uma pessoa coerente, é o seguinte: não estaria V. Ex.<sup>a</sup>, quando fez essa afirmação nesta Sala, na plena posse de todos os conhecimentos da situação líquida financeira do País?

É que, se fosse assim, penso que o Sr. Ministro não teria feito a crítica e a promessa de que a sua nunca seria uma política de gestão da procura global. Ao fim e ao cabo estamos a fazer o *stop and go*: o *stop* em 1981-1982 e talvez o *go* para uma outra qualquer finalidade naturalmente em repetição daquilo em que nós já estamos habituados a ver a AD que nos momentos de eleições tem, de facto, o poder orçamental nas mãos.

Finalmente, Sr. Ministro, apenas uma curiosidade: as medidas políticas propostas relativamente à habitação são uma política do CDS, do PSD, da AD ou são uma política sem matriz e sem dono?

**Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

**O Sr. Miranda Calha (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando do debate do Programa do VII Governo, apresentado em Setembro último, tivemos oportunidade de apresentar um conjunto de dúvidas e de profunda desconfiança sobre as reais intenções do executivo em termos de concretização de uma das tão proclamadas prioridades do seu programa de acção: a Regionalização.

Tivemos ocasião de fazer várias perguntas não obtivemos respostas e por isso, obviamente tivemos que votar contra o Programa do Governo.

Temos agora oportunidade de verificar que tínhamos toda a razão. Em matéria de regionalização, como em tantas outras, o Governo mostra através da proposta de lei do OGE e pelas Grandes Opções do Plano que não está minimamente empenhado no cumprimento das promessas que têm vindo a fazer.

A asfixia e subalternização a que se está a conduzir o Poder Local, a criação de mecanismos totalmente contrários a uma prática descentralizadora e preocupada com a Regionalização, o estabelecimento de métodos de distribuição subjectiva de meios às autarquias em flagrante desrespeito pela legislação respeitante às finanças autárquicas constituem conclusões lógicas da análise dos textos agora apresentados a esta Assembleia da República.

A constatação de que em face desta proposta do OGE as receitas destinadas a obras e investimentos ficam uma vez mais aquém daquilo que a Lei n.º 1/79 preconiza: a constatação de que o recurso ao crédito para fazer face aos cortes orçamentais é insuficiente e que os seus juros parecem de deixarão de ser bonificados; a continuação do sistema de investimentos intermunicipais sem bases sólidas e legais de atribuição correcta e imparcial dos mesmos bem como a manutenção de receitas distritais que não revertem para o distrito, como a Lei n.º 1/79 obriga, são outras

tantas realidades demonstrativas de que as palavras e as intenções não chegam quando a prática é perfeitamente contrária.

Estamos e estão os eleitores locais do País profundamente preocupados. A evolução das situações que se prevêem impossibilitarão cada vez mais os responsáveis dos diversos órgãos autárquicos de cumprir os seus próprios programas de actividades, o que significará também que não se poderá responder à resolução dos problemas locais e dar resposta cabal aos anseios de progresso e bem-estar das populações.

De qualquer modo e não obstante estas considerações, não quero deixar de fazer as seguintes perguntas:

Afirma-se na proposta de lei que o Governo irá fazer alterações à contribuição predial e ao imposto de turismo. Parecendo desde já que se trata de indiscutíveis pedidos de autorização legislativa gostaríamo de saber que alterações concretas se pensam realizar? Qual o acréscimo de receitas que se pensa obter?

Sendo as receitas de capital dos municípios em 1982 pelo menos cerca de 20 % inferiores às de 1981, em consequência da inflação, como pretende o Governo que os municípios cumpram os compromissos que assumiram?

Em 1981 o Governo previu no Orçamento do Ministério das Finanças uma verba de 400 mil contos para pagamento das bonificações dos empréstimos contraídos pelos municípios. Este ano o OGE nada diz sobre esta matéria. Será que em 1982 os municípios não terão acesso a empréstimos com juros bonificados?

O Governo propõe-se deduzir uma percentagem à importância a transferir para as autarquias destinadas a fazer face a dívidas em atraso às entidades do sector público não financeiro. Trata-se de dedução às receitas dos municípios para pagamento das dívidas à EDP e à EPAL. Como pretende o Governo fazer essas deduções? Como será compatibilizado o activo municipal neste domínio a integrar na EDP?

Embora pareça extraordinário está previsto que em 1982 ainda venha a deduzir-se ao Fundo de Equilíbrio Financeiro de cada município as comparticipações devidas por obras lançadas em 1972 com o financiamento da Administração Central. As deduções poderão vir a atingir 50 % do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). Pergunta-se: Qual o seu montante global? Quais os municípios que são atingidos por esta medida?

A Lei n.º 1/79 diz no n.º 3 do artigo 9.º que a Lei do OGE fixa anualmente os índices ponderados resultantes dos indicadores que permitirão aferir as carências. O Governo tem vindo só a apresentar os índices sem dar a conhecer qual o peso dos diversos indicadores e quais os que considera mais importantes. Será que se poderá ter alguma informação sobre este assunto?

O Governo não discrimina as verbas relativas aos municípios das regiões autónomas. Esta situação é tanto mais estranha quanto as verbas são calculadas por municípios e, assim, o montante indicado é o somatório das verbas assim determinadas. Porque é que os municípios das regiões autónomas não podem saber a que verbas têm direito?

Eis algumas questões sobre as quais gostaríamo de ouvir a opinião do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano.

*Aplausos do PSD, da ASDI e da UEDS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Amândio de Azevedo.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Estamos aqui para debater abertamente o Orçamento Geral do Estado que nos é apresentado, bem como as Grandes Opções do Plano, mas, entretanto, porque também entendemos que neste momento estamos na fase de fazer perguntas ao Governo, são duas as perguntas que dirigimos a VV. Ex.ª, sem deixar de acentuar que a proposta de lei do Orçamento é realista, fugindo a quaisquer intenções eleiçoeiras, apesar de entrarmos num ano em que se realizarão eleições.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Já era tempo de se entrar pelos caminhos da verdade e do rigor. Teve o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano a coragem de escolher esse caminho e por certo os Portugueses saberão compreender a opção efectuada: não poderíamo continuar a hipotecar o futuro de Portugal e dos Portugueses.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Vamos então, com sacrifício, dar o salto para o encontro das condições de vida que há tanto tempo esperamos e confiamos que lá chegaremos com a Aliança Democrática.

*Vozes do PSD: — Muito bem!*

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Vou colocar duas perguntas.

Dado que o processo de regionalização está lançado, nomeadamente a regionalização turística com a criação das Comissões Regionais de Turismo que tem a efectiva participação das Câmaras Municipais, e porque essa regionalização será também um estímulo para a criação de «Associações de Municípios» com fins turísticos e, porque os actuais órgãos locais de turismo, ainda não integrados em regiões, também eles de algum modo concorrem para o fomento do turismo municipal, entende o PSD que as comparticipações previstas para as Comissões Regionais de Turismo o deveriam ser também, quando exista fundamentação capaz, para os órgãos locais de turismo nessas condições. Pelo que perguntamos ao Governo: é esse o entendimento que é dado ao artigo 52.º, n.º 14, do OGE?

Sobre o artigo 55.º (Imposto de Turismo) e porque na realidade tem sido de difícil aplicação o Decreto-Lei n.º 279/80, sobretudo porque as repartição de finanças não dispõem de meios capazes de actuação nesta área, achámos que é válida a intenção de rever

este imposto. Por isso, perguntámos ao Governo: já existem estudos sobre o modo e em que termos será regulamentado o Imposto de Turismo?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Ainda para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, face à recessão económica dos países maiores importadores de mercadorias portuguesas, pensa V. Ex.<sup>a</sup> que teria sido possível manter em 1980-1981 o nível das nossas exportações, ou aumentá-lo, se a desvalorização do escudo tivesse sido mais acentuada?

Em segundo lugar, pensa V. Ex.<sup>a</sup> que tal medida teria também aumentado significativamente as nossas receitas de turismo? E, finalmente, em caso afirmativo, quais as consequências previsíveis para o aumento do custo de vida dos Portugueses?

O Sr. Presidente: — Não havendo mais pedidos de palavra para dirigir perguntas ao Governo, concedo a palavra ao Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano para responder às perguntas formuladas pelos diversos grupos parlamentares.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Fernando do Amaral): — Sr. Presidente, não há um intervalo de tempo entre as perguntas e as respostas?

O Sr. Presidente: — Tem razão, Sr. Ministro.

É que houve uma alteração naturalmente pelo facto dos nossos trabalhos estarem retardados. Na verdade, está previsto um intervalo entre as perguntas formuladas pelos diversos partidos e as respostas do Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, João Salgueiro. O Governo precisa de um intervalo de quanto tempo?

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro: — O Governo necessitará de um quarto de hora.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, o meu grupo parlamentar ainda dispõe de algum tempo que gostaríamos de preencher, se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, uma vez que há um deputado, o Sr. Deputado Sousa Tavares, que desejaría ainda formular perguntas ao Governo.

O Sr. Presidente: — Com certeza Sr. Deputado. Como não havia mais inscrições na Mesa, julguei que já se tinham esgotado os pedidos de palavra.

Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, quero fazer-lhe duas ou três perguntas extraordinariamente simples e que dizem respeito à filosofia geral do Orçamento Geral do Estado.

Sendo este um Orçamento de salvação nacional, e que o tomámos como tal, queríamos saber, em primeiro lugar, porque não se tomou uma atitude mais rígida e fundamental em relação àquelas empresas de carácter público que mantêm um défice permanente, são uma ruína para o Estado e representam milhões de contos de passivo anual? Refiro-me fundamentalmente às empresas de transportes, nomeadamente à Rodoviária Nacional, às empresas de navegação, à CP, à TAP e várias outras empresas que constituem uma ruína nacional e que, pelo menos algumas delas, não o eram antes do 25 de Abril.

Em segundo lugar, sendo este um Orçamento de salvação nacional, que se apresenta como tal, e sabendo nós que o principal volume das despesas públicas é o do funcionalismo, queríamos saber se este Orçamento Geral do Estado será ou não acompanhado rapidamente pelas medidas necessárias para restringir um número de funcionários em percentagem em relação aos trabalhadores da Nação, diminuir os encargos gerais do Estado nesse campo e permitir a transferência de funcionários de onde fazem falta para sítios onde fazem falta.

Porque não nos podemos contentar com promessas, gostaríamos que o Orçamento Geral do Estado tivesse, desde já, previsto essas medidas que deveriam ser apresentadas em termos de lei neste Orçamento. Temos vivido de promessas neste campo quando esses são os pontos fundamentais que dizem respeito à economia geral da Nação. Sem reforma do aparelho de Estado não poderá jamais haver uma reforma financeira da Nação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em virtude de o Governo necessitar de tempo para ordenar as perguntas feitas pelos diversos grupos parlamentares e coordenar as respostas, penso que a melhor solução será a de antecipar o intervalo, que normalmente tem lugar apenas às 17 horas e 30 minutos, e fazermos agora o intervalo regimental de 30 minutos, durante o qual se realizaria uma conferência dos presidentes dos grupos parlamentares com um representante do Governo no gabinete dos Vice-Presidentes da Assembleia da República.

Está, portanto, interrompida a reunião por 30 minutos.

*Eram 16 horas e 45 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, para responder às questões que lhe foram formuladas.

O Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A série de questões suscitadas pelas várias bancadas é, como é óbvio, muito dispersa e alguns dos aspectos que abordam poderão ter um melhor equacionamento a propósito da discussão na especialidade, mas há também várias questões de fundo que foram aqui levantadas. Admito, aliás, que nas intervenções seguintes, para além deste período de perguntas, algumas outras

questões com sabor a perguntas venham a ser postas mas, como não as podemos antecipar, é em relação às questões que agora foram suscitadas que o Governo tem de responder.

Alguns outros Membros do Governo intervirão também e, pela minha parte, num tempo que não gostaria que fosse muito longo, gostaria de juntar alguns elementos de esclarecimento.

Sem querer ser demasiado polémico — já sabem que não é esse o meu estilo e talvez até peque pelo inverso ...

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Não apoiado!

O Orador: — ..., há algumas questões que eu diria estarem tão longe de poderem constituir uma alternativa que admito que isso tenha a ver com o facto de a probabilidade de alguns Srs. Deputados que as formularam virem a estar associados ao Governo proximamente ser muito longínqua. São postas questões em tais termos que, quer fosse em Portugal ou noutra país qualquer, a probabilidade de lhes dar resposta nos termos em que estão implícitos à maneira como elas estão equacionadas é realmente muito remota.

Estava a lembrar-me da intervenção da Sr.ª Deputada da bancada do Partido Socialista ...

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Deve ter havido lapsos!

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Ou de partido ou de sexo!

O Orador: — Desculpem, Srs. Deputados, quero referir-me à Sr.ª Deputada do Partido Comunista. Estava a dizer que a maneira como foram formuladas pela Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo algumas questões relativas à agricultura deixa prever que, provavelmente, ainda não tem uma política preparada para ser aplicada.

Estar a falar em termos da aceleração da produção agrícola num prazo curto para este ano, ou seja, perguntar o que é que o Governo pensa fazer este ano para acelerar a produção agrícola, quando nós sabemos que os modelos de modernização da agricultura não têm sido os melhores sucedidos — e não vale a pena fazermos análises comparativas com outras estruturas políticas — em economias muito centralizadas, parece-me que realmente não é muito realista a maneira como as perguntas estão implícitas.

Como é que seria possível a qualquer Governo em Portugal alterar a produção agrícola de um ano para o ano seguinte? A ser assim, qualquer dos governos que antecederam a AD devia ter feito uma verdadeira transformação das estruturas agrárias em Portugal e da sua capacidade de produção. E tal não aconteceu.

Se alguma coisa as estatísticas mostram é que nos últimos oito anos as tendências da produção agrícola têm sido sistematicamente para a baixa. Não houve nenhum Governo anterior à AD que tivesse conseguido traduzir resultados sensíveis em matéria de produção agrícola.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Porquê?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Mas nunca foi tão mau como nos governos da AD.

O Orador: — Não sei se foi porque não era essa a preocupação principal ou porque os modelos que introduziram não vingaram. Mas o facto é que a tendência da produção agrícola, em relação às principais produções e às vastas áreas em que houve uma intervenção do Governo na transformação das estruturas agrárias, foi no sentido da obtenção de resultados negativos.

Não quero alongar-me neste tipo de polémicas, apenas referi que não me pareceu que algumas das resoluções — e tomei esta como exemplo — fossem muito susceptíveis de serem apresentadas ao povo português como alternativa para a política que a AD está a apresentar.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Já mais sentido têm outras observações. Estou a lembrar-me do deputado da ASDI, Vilhena de Carvalho, que referiu — e suponho que muitos de nós estaremos de acordo quanto a esse aspecto — que a dignificação do processo de preparação e debate do Orçamento tem muito a progridir se quisermos trabalhar em conjunto.

De facto, pela parte do Governo, este ano há um esforço, que suponho deve ser reconhecido que não se deve apenas ao Governo mas também a esta Assembleia e ao próprio Conselho Nacional do Plano, no sentido de encurtar radicalmente os prazos que estavam previstos. Assim, pela primeira vez, desde há alguns anos, será possível que o Orçamento entre em vigor no dia 1 de Janeiro. Ora, esse é um progresso na normalização que penso não ser de mais aqui recordar e, repito, que não se deve apenas a mérito do Governo, mas também ao espírito de colaboração desta Assembleia. Esse espírito de colaboração só pode ser assente na preocupação, que suponho que existe, de dignificar o trabalho orçamental para constituir a norma e orientação das finanças públicas portuguesas. Ora, estamos tão arredados disso e há um progresso tão grande a fazer que vamos precisar de muitos esforços conjuntos para o conseguir.

Já não penso, por exemplo, que a referência que o Sr. Deputado fez em relação ao orçamento cambial seja realizável a curto prazo. Julgo que a proposta feita pelo Governo de no prazo de alguns meses a pôr de pé é a mais realista. Não conheço nenhum precedente, desde os tempos em que essa imposição existe, no sentido de ter sido implementado algum orçamento cambial. Houve realmente uma tentativa de apresentação que não foi depois traduzida em nenhuma realização e, portanto, se o fizermos no prazo que propomos isso terá lugar também pela primeira vez.

Relativamente às coordenadas gerais da nossa economia, alguns Srs. Deputados não gostaram da maneira como reparti o tempo da manhã. No entanto, lembro-me que em várias intervenções, nomeadamente durante a discussão do Programa do Governo, tinha já apresentado várias das coordenadas que, penso, existem neste momento na nossa economia. Devo lembrar que o que está em discussão não é o Plano em si mesmo mas, sim, as Grandes Opções do Plano

e que algumas das reservas que os Srs. Deputados fazem têm mais a ver com o facto de não estarmos aqui a discutir o Plano do que estarmos a discutir as Grandes Opções do Plano.

Falar das Opções que se põem ao Governo neste momento leva-nos a falar longamente da crise. Isso é inevitável e suponho não ser preciso estarmos a perder tempo com referências à crise. Mas o que também não me parece ser sério é deixar de pôr perante os representantes eleitos pelo povo português um conjunto de circunstâncias que são objectivamente muito desfavoráveis e todos os Srs. Deputados sabem-no. Se querem discutir as Grandes Opções que se põem à economia portuguesa é necessário discutir o seu enquadramento base, que é indiscutivelmente negativo.

Não é em Portugal que a produção tem estado em baixa mas, sim, em todos os países que não produzem petróleo. Gostaria que me citassem quais são as grandes áreas económicas do mundo onde tem havido um progresso nestes dois últimos anos superior aquele que se realizou em Portugal.

Gostaria que me dissessem também se não terá tido um efeito adverso indiscutível nas condições da economia portuguesa a evolução que teve lugar em relação ao dólar e à sua área cambial. A taxa de juro e a taxa cambial têm efeitos negativos em qualquer das economias europeias, o que não poderia deixar de acontecer na economia portuguesa — e isto é matéria conhecida.

Por outro lado, gostaria ainda que me dissessem se não tem igualmente de ser ponderada a crise na nossa agricultura e na nossa produção hídrica, que resulta das muitas adversas condições atmosféricas. Segundo as estatísticas, este foi o pior ano em termos de precipitações nos últimos 120 anos. Queiram os Srs. Deputados fazer o exercício de juntar as consequências de uma economia europeia e americana em estagnação, o resultado das políticas americanas em relação à taxa de câmbio e à taxa de juro do dólar, aos efeitos adversos sobre a agricultura e a produção hídrica e digam-me se não se trata de condições objectivamente adversas numa conjugação muito rara.

Se não fizeram este exercício, isso só por si explica que os Srs. Deputados tenham dificuldades em perceber por que é que a balança de pagamentos em 1981 tem de ser necessariamente muito desequilibrada.

Permitam-me — e não tomem como imperiência — que diga o seguinte, Srs. Deputados: pela maneira como algumas observações foram postas parece às vezes que não se trata de condições que são adversas para a Nação portuguesa, e não apenas para o Governo, e que vão afectar as condições de vida do conjunto dos nossos concidadãos, e não apenas as perspectivas eleitorais do Governo.

Na realidade — e penso que se não o dissermos com clareza estaremos a infringir regras básicas do jogo democrático —, a seca não afecta basicamente as condições nem as perspectivas políticas do Governo mas, sim, as condições de vida de milhões de portugueses e afectará sempre seja o que for que o Governo faça em qualquer país que esteja sob estas condições adversas. A Espanha está numa situação idêntica, há situações menos graves no Sul da França, na Itália e na Grécia.

Julgo que não adianta o estabelecimento de medidas correctivas a curto prazo. Trata-se, sim, de saber

ultrapassar uma dificuldade que não acontece todos os anos nem todos os decénios, pois pelos vistos acontece uma vez em cada século. Julgo ainda que tratar factos desses com alguma ligeireza — e não foi o Governo que os suscitou mas, sim, alguns dos Srs. Deputados — não me parece que seja muito positivo.

As Grandes Opções do Plano para 1982 têm necessariamente que ter em conta este conjunto de condições adversas. Pergunto aos Srs. Deputados se têm no bolso alguma receita para evitar esta conjugação de efeitos negativos. Se têm, devem comunicá-la não só ao Governo Português, mas a todos os governos dos países europeus que estão em dificuldades.

Em segundo lugar, também não me parece de bom-tom estar a fazer perder tempo aos Srs. Deputados com o recordar das Grandes Opções que se mantêm intactas. Ainda há poucos meses, porque há menos de 3 meses se discutiu aqui o Programa do Governo, foram afirmadas as principais Opções em matéria de política de desenvolvimento, nomeadamente sobre a política de desenvolvimento industrial e de fomento das exportações, de fomento agrícola e de fomento da habitação.

Nessa altura foi aqui dito, e foi repetido por mim hoje de manhã, que o Governo não entende que as políticas em relação a qualquer destes sectores devam ser predominantemente assentes em despesas da Administração do Estado. Isso não seria correcto nem possível. O desenvolvimento destes sectores tem de assentar em larga medida na promoção do investimento privado e terá de assentar na conjugação destas duas actividades.

Ora, é o Plano que deve fixar esse estilo de coordenação de política e nós não estamos a discutir o Plano mas, sim, as Grandes Opções do Plano que nessa matéria não foram alteradas nem têm de ser.

Podem dizer que uma conjugação de anos negativos como foi o de 1981 e poderá ser o de 1982 não porá em causa as Grandes Opções a Médio Prazo. Pois, se assim for, o Governo terá de apresentar a esta Assembleia uma alteração das Opções a Médio Prazo. Mas o que não me parece é que possamos todos os três meses andar a alterar Opções só porque a evolução da conjuntura mundial ou do clima em Portugal pode ser mais ou menos adversa.

Se a conjugação de condições adversas e objectivas a médio prazo for de modo a alterar as Grandes Opções, então o Governo tomará essa iniciativa. Mas neste momento, passados apenas 3 meses, não me parece que haja qualquer justificação para começarmos a alterar basicamente opções que foram afirmadas e que se mantêm intactas. Talvez gostassem alguns que assim não fosse e talvez queiram discuti-las se algum dia vierem a ser discutidas na sua manutenção para o médio prazo, mas neste momento tal deve manter-se e deve manter-se porque o diagnóstico feito na altura permanece intacto.

O desenvolvimento básico da nossa economia tem de assentar simultaneamente na indústria e na agricultura. Na agricultura trata-se de substituir, em larga medida, importações que fazemos e que não têm paralelo em quase nenhum país europeu. E vários dos Srs. Deputados que estão aqui presentes em todas as bancadas sabem que esse não é um problema fácil de resolver, na medida em que as estruturas agríco-

las não se transformam de um dia para o outro, o que, portanto, se traduzirá provavelmente num esforço para vários governos.

Sabem ainda os Srs. Deputados que a solução do problema de equilíbrio estrutural da nossa exportação passa necessariamente por um fomento das exportações. A substituição de importações industriais tem os seus dias contados. Fizeram-se esforços muito grandes em Portugal para o reequilíbrio da balança de transacções comerciais pela via da substituição de importações e sabe-se o que daí resulta. Conhecem-se os subsídios vultuosos que se têm de pagar às empresas que foram enviadas para substituir importações, estando já algumas delas a exigir subsídios de muitos milhões de contos por ano.

Essa via tem, pois, limites, pelo que a única via será a de nos tornarmos competitivos no domínio das exportações. E isso é também requerido por uma integração nos mercados mais amplos, nomeadamente na CEE e, como referi de manhã, não só mas também no que diz respeito à concorrência e em relação à Europa.

Pensa o Governo — e, aliás, suponho que nessa convicção muitos aspectos são compartilhados por outros Srs. Deputados de várias bancadas — que é necessário um esforço muito profundo e muito continuado para melhorar as condições de produtividade das nossas estruturas económicas. E por estruturas económicas quero incluir a da Administração Pública, a das empresas públicas e a do sector privado e cooperativo.

Não vamos por uma preocupação de debate entre o Governo e a oposição estar a escamotear, porque qualquer destas realidades não é fácil. E alguns dos que são hoje oposição já foram Governo e sabem — pois tentaram-no com alguns resultados mas também sem milagres — que é difícil melhorar as condições de produtividade da Administração Pública, das empresas públicas e das empresas privadas, mas é esse o único caminho.

Está previsto que esse esforço deva ser prosseguido ao nível da Administração Pública e o Sr. Ministro da Reforma Administrativa fará aqui algumas considerações sobre o assunto numa próxima intervenção. Estão realmente previstas — e o Sr. Deputado Sousa Tavares fez muito bem em levantar esse aspecto como uma das condições básicas — um conjunto de actuações que têm de ser drásticas, no sentido de viabilizar o melhor aproveitamento da Administração e a sua mobilidade entre os seus vários sectores. Sem medidas drásticas neste domínio não será possível conseguir um avanço substancial em matéria da melhor contribuição que a Administração Pública tem de dar, partindo de um volume de despesa que é elevado.

Mas, Srs. Deputados, não está na filosofia do Governo fazer cair — e refiro-me a isto porque penso ser necessário fazê-lo, uma vez que agora de tarde já me foram aqui atribuídas interpretações opostas às que eu referi de manhã — nem ir para reduções maciças do volume de funcionários, como alguns países têm defendido, nem ir para uma contenção do poder de compra dos funcionários que lhes faça a eles pagar o custo deste empolamento das despesas com a Administração. A única via terá de ser a do melhor aproveitamento dos efectivos que temos, mobi-

lizando-se entre os vários departamentos e facilitando a sua reciclagem para as tarefas que são indispensáveis no futuro.

Alguns dos Srs. Deputados, nomeadamente a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo entre outros, perguntaram se o actual défice não é um défice de retrocesso e se este não poderia ser susceptível de ser substituído por um défice de progresso.

Não sou capaz de fazer essas distinções entre défice de progresso e défice de retrocesso. O défice que agora estamos a suportar em dois terços é o resultado da dívida acumulada anteriormente, dívida essa que nos últimos 2 anos na grande maioria, para além do que foi a acumulação de juros, resulta das indemnizações pelas nacionalizações feitas em 1975 e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo sabe-o tão bem como eu. A dívida que foi emitida para fazer face a títulos de indemnizações ultrapassa os 130 milhões de contos e os juros têm vindo a ser acumulados: este ano de 1982 vão ser acumulados mais 87 milhões, tendo o deste ano atingido o montante de 65 milhões. Ora, essa acumulação de juros, que faz parte do défice, vai somar à dívida.

Como disse hoje de manhã, se não invertermos este caminho estaremos a acumular a dívida só para pagar os juros. Mas o que não me parece correcto é querer atribuir a uma gestão actual ou a uma falta de vontade política do actual Governo esta acumulação de défices que na sua maior parte resultam da acumulação de juros da dívida pública e das indemnizações das nacionalizações, que até em alguns anos excederam o acumular das duas.

Entre outras questões, o Sr. Deputado Carlos Robalo perguntou se este seria um Orçamento/compromisso. Devo dizer que a palavra compromisso não me agrada, pois cheira-me a negociação. Mas se compromisso quer significar o possível entre aquilo que seria desejável e a situação que nos foi legada, então penso que este é um Orçamento/compromisso.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — É nesse sentido precisamente, Sr. Ministro.

O Orador: — O Sr. Deputado Sousa Tavares levantou o problema das empresas públicas. Não vou tão longe como V. Ex.<sup>a</sup> em alguns aspectos, até porque penso que há que distinguir nas empresas públicas situações que são diferentes. Mas há muitas empresas públicas que estão a construir um ónus para o País quando antes da nacionalização não o constituíam. Se uma parte dos défices suportados através das empresas públicas têm a ver com a manutenção de transportes colectivos mais baratos do que teriam os seus custos, por exemplo, tem uma justificação política, tem muito menos justificação política o défice que é uma mera acumulação de ineficiência ou de erros acumulados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só que, Sr. Deputado, também quanto a este aspecto penso ser uma alteração drástica o querer resolver em poucos meses o que foi acumulado ao longo de anos, o que daria origem a perturbações graves. E, ainda por cima numa época de conjuntura baixa, isso seria fazer pagar muitas dezenas de milha-

res de pessoas que, independentemente da análise da sua co-responsabilização nestes erros, têm o direito a ter alguma estabilidade e alguma esperança em relação ao futuro.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas penso que o problema de que a recuperação financeira do Estado português não se fará não só mas também sem reequacionar claramente a situação em relação a esse problema que levanta, o das empresas públicas que, estando vivas em sectores que são de concorrência e que podiam ser de criação de riqueza, têm estado a contribuir para a acumulação do défice.

Apenas mais um apontamento para deixar algum tempo para os colegas que ainda têm de intervir.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano, desculpe-me interrompê-lo, mas só agora reparo que se encontra nas galerias alguns senhores assistentes com letras no peito e que pretendem naturalmente fazer alguma comunicação à Assembleia da República. Tal não é permitido, pelo que peço aos senhores guardas o favor de tomarem providências no sentido de essas letras serem imediatamente retiradas sob pena de sermos obrigados a mandar evacuar a galeria.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Eles têm direito!

O Sr. Presidente: — Peço aos senhores guardas o favor de providenciar no sentido de imediatamente desaparecerem as letras dos peitos dos senhores espectadores das galerias, sob pena de estas virem a ter de ser evacuadas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Têm direitos!

*Aplausos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados da oposição, lamento profundamente que depois do Presidente, aliás em cumprimento de disposições regulamentares, ter chamado a atenção ...

*Aplausos do PSD, do CDS e PPM.* °

Lamento profundamente que depois de ter chamado a atenção para o cumprimento de normas que regem os trabalhos desta Assembleia tivesse sido objecto de aplausos exactamente a violação das regras que todos nós devemos defender. Lamento-o profundamente e não podia deixar de o dizer.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

*Protestos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente? É para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Agora não, Sr. Deputado. Neste momento encontra-se no uso da palavra o Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano. No final dar-lhe-ei a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Então, agradeço que o Sr. Presidente me reservasse a palavra para fazer uma interpelação à Mesa logo que o Sr. Ministro de Estado termine a sua intervenção.

O Sr. Presidente: — Assim será, Sr. Deputado. Faça favor de continuar, Sr. Ministro de Estado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Pretendo ainda referir algumas questões de pormenor antes de terminar. O Sr. Deputado Lopes Cardoso fez algumas perguntas ao Governo sobre as condições de evolução geral da economia. Levantou V. Ex.º, com alguma inquietação, o problema das taxas de crescimento do produto e a evolução da balança de transacções correntes em 1982 e penso que a pergunta que dirigiu ao Governo tem toda a pertinência, na medida em que se trata de duas áreas de grande preocupação. São duas áreas que penso deverem ser objecto de preocupação não só para o Governo mas para todo o País.

A balança de transacções correntes em 1981 provavelmente ultrapassa os dois biliões de dólares. Foram feitas estimativas de quais seriam as razões dessa evolução, estimativas essas que são sempre falíveis, mas que atribuem esse número elevado a vários factores. Tem sido feita uma estimativa de que ao atribuir directamente à falta de produção de energia por motivo da seca e aos efeitos sobre 3 produções agrícolas, a de trigo, a de milho e a do arroz, deve resultar um efeito negativo de 400 a 450 milhões de dólares. Tem sido também feita uma outra estimativa em relação aos factores que resultam da queda da procura europeia resultante da estagnação, embora aí seja difícil distinguir entre aquilo que resulta da queda da conjuntura europeia e aquilo que resulta da perda da quota de mercado pelos nossos exportadores, mas é com certeza superior à anterior estimativa que se fez, embora não destrinçando.

Estes são dois factores que não baseiam na sua continuação a estimativa feita para 1982. Se viéssemos a ter um ano em 1982 idêntico do ponto de vista climatérico ao que tivemos em 1981 o preço a pagar também se produziria na balança de transacções correntes, para além daquilo que resulta de quedas de produção agrícolas deste ano que ainda se vão repercutir em 1982.

E, se viesse a haver políticas em relação ao dólar, como houve quer através da taxa de juro, quer através da taxa de câmbio com uma valorização em relação às moedas europeias tão sensível como foi a da reavaliação do dólar este ano e com taxas de juro que rondaram os 20 % durante alguns meses, esta balança de 1,4 biliões de dólares para 1982 não poderá ter lugar, mas não se espera que da evolução do dólar tal aconteça. Quanto à meteorologia, pois isso é mais difficilmente controlável, não vamos estar sempre à espera de chuva, como já disseram, mas o que não se pode negar é que, se tal se verificasse, isso também teria um preço.

No que respeita às exportações ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Posso interrompê-lo, Sr. Ministro?

O Orador: — Faz favor.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Muito obrigado, Sr. Ministro, até porque me permite pôr-lhe já uma questão que pensava colocar na minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Desculpe interrompê-lo Sr. Deputado, mas desejava prevenir o Sr. Ministro de que a interrupção que consente será descontada no seu tempo.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Pode descontar no meu tempo, Sr. Presidente, se houver necessidade de tempo para o Governo.

O Sr. Presidente: — Assim se fará, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Tanto mais que eu, como disse, estou a antecipar uma questão que ia levantar na minha intervenção.

O Sr. Ministro admite que a redução no défice é admissível, na medida em que é lícito admitir um ano menos negativo, nomeadamente no que diz respeito à produção agrícola, por via de uma melhoria das condições climatéricas, e que só por esse efeito energia-produção agrícola, decorrente da seca, se pode imaginar uma economia da ordem dos 400 a 450 milhões de contos. Sendo assim, que sentido tem o objectivo de uma redução das importações de 3%, quando se sabe — a avaliar nomeadamente por recentes declarações do Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Pescas — que os bens alimentares representaram 74% das nossas importações? Ora, isto significa que se as condições meteorológicas forem de ordem a tornar lógica uma redução no défice orçamental dos 400 a 450 milhões de contos, a redução dos 3% nas importações ficará exclusivamente a dever-se a uma alteração nas condições meteorológicas.

Quer isto dizer que me parece que aqui o Governo, quando fixa o objectivo de 3%, repousa, pura e simplesmente, na boa vontade do S. Pedro — passe a expressão.

O Orador: — Não é assim Sr. Deputado.

A redução das importações baseia-se em vários factores e também se baseia nesse. Mas quanto à incidência do mau ano climatérico, não será o Governo, mas sim o País que terá de fazer face a essas responsabilidades todas. Porque, realmente, não há maneira de fazer chover — se não chover mesmo — e vamos ter de pagar as importações de energia e de produtos alimentares, se tal for o caso.

Sr. Deputado, as importações de produtos alimentares não pesam tanto, como acaba de referir, pois há também as importações de petróleo, de equipamentos e de matérias-primas para a indústria.

Há ainda outros factores que este ano tiveram influência, como foi, de acordo com os elementos que temos, numa estocagem excessiva de matérias-primas e produtos intermédios — que provavelmente não deve repetir-se para o ano —, a reanimação das exportações, que em parte é devida a uma retoma internacional e a uma melhor capacidade dos nossos exportadores, mas também é devida a novas exportações de produtos petroquímicos, de que advirão também importações acrescidas.

Estes números não são para ser avaliados apenas em função de um factor, mas de vários.

Queria, pois, dizer ao Sr. Deputado que esta alteração na balança de transacções correntes, que se prevê para um ano em que o produto poderá ter um crescimento maior do que teve este ano, não resulta só desse factor, mas de vários outros factores conjugados, designadamente dos que referi.

Talvez não seja de prolongar uma discussão que pode ter algum cariz técnico, uma vez que isso se faz mais à base dos textos e das condicionantes que estão neles.

Pergunta-me também em quanto é que está estimado o valor da taxa de viagens ao estrangeiro. A essa pergunta é fácil de responder: está estimado em 1,5 a 2 milhões de contos.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Posso interrompê-lo de novo, Sr. Ministro?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Queria fazer-lhe uma pergunta muito rápida, já que teve a amabilidade de me indicar o montante estimado.

Qual é a taxa que serviu de base a esta estimativa, uma vez que o Orçamento se limita a fixar a hipótese de uma taxa de 0 a 5000\$00?

O Orador: — Penso, Sr. Deputado, que vamos ter que discutir isso na especialidade, porque a taxa que está prevista é diferente conforme o tipo de saídas. É melhor, portanto, ver isso na especialidade.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Quem sair por via subterrânea não paga nada!

O Orador: — Não sei se o Sr. Deputado conhece algum subterrâneo. Eu não conheço nenhum!

Risos.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Os subterrâneos da liberdade!

O Orador: — Voltando agora a questões de interesse mais geral.

O Sr. Deputado Carlos Robalo levanta várias questões e não responderei a todas porque é impossível em função do tempo. Mas colocou-me uma que deve ficar esclarecida e que diz respeito ao empenhamento do Governo em reanimar o mercado financeiro e alterar as condições de funcionamento do sistema financeiro nos seus incentivos ao investimento privado.

É intenção do Governo prosseguir em 1982 com os esforços que têm vindo a ser feitos para reanimar o mercado de títulos. O que se fez em relação às obrigações em 1981 tentar-se-a fazer em relação às ações em 1982, lançando uma seleção cuidada de valores no mercado dirigida aos pequenos aforradores.

É também intenção rever a política de incentivos, que como muito bem disse está a ter um custo excessivo para a comunidade, sem influir decisivamente nas decisões de investimento.

Está ainda previsto que se caminhe para uma maior flexibilidade na política da taxa de juro. Mas

com a sensibilidade que os nossos empresários têm e ainda devido aos custos que a taxa de juro representa na sua estrutura de produção, temos que ponderar essa maior flexibilização em função da evolução da conjuntura. Qualquer flexibilização que se traduza em custos muito elevados para os empresários seria, do ponto de vista do Governo, negativo. Há que aproveitar a evolução que vier a permitir essa maior flexibilização, mas não a forçando em termos de desencorajar o investimento.

Um ponto mais, para responder a algumas das questões que foram postas por vários Srs. Deputados.

Da maneira como algumas perguntas foram postas atribuindo determinadas medidas a estratégias eleitorais do ano de 1980 e a não eleitorais no ano de 1982, dá a impressão que se poderia imaginar que não haverá eleições no ano de 1982. Ora, tal não é o caso. As eleições que estão previstas para final de 1982 constituem uma oportunidade de julgamento da acção que for desenvolvida entretanto.

Em 1980 as condições que se apresentavam à economia portuguesa não eram idênticas nem o julgamento, quer o do Governo, quer o da oposição, era semelhante ao que hoje se faz. Lembro-me — alguns Srs. Deputados lembrar-se-ão melhor do que eu — que quando da discussão do Orçamento para 1980 as oposições acusaram o Governo de ser pouco ambicioso nas suas metas. Se nessa altura o Governo, numa preocupação de desenvolver o País, fixou metas, que *a posteriori* alguém possa julgar mais ambiciosas, penso que mais irrealistas foram as oposições quando criticaram que essas metas eram pouco ambiciosas.

Não é nesse clima, no entanto, que penso que a discussão se deve passar em relação ao passado.

O que é facto é que no ano de 1980 conseguiram-se alguns progressos em várias frentes. No entanto, o prolongamento de uma crise mundial que ninguém imaginava em 1980 e que virá a arrastar-se até finais de 1982 — e penso que isto é indiscutível — veio criar uma conjuntura em 1981 diferente daquela que se podia imaginar. Além disto ninguém imaginava uma seca e um ano de má produção de energia em 1981, como se verificou.

Mas 1982 será um ano de eleições. Será que agora as oposições acusam o Governo de ser pouco eleitoralista? Tenho dificuldade em conjugar os dois tipos de críticas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, o ano de 1982 é também de eleições. E quando o Governo resolve apresentar a esta Assembleia para debate e aprovação o Orçamento, que ninguém acusará de ser demasiado permissivo em termos de estratégia de despesas, quando aponta um objectivo que é correcto — até agora não ouvi nenhuma referência em contrário, se bem que às vezes parece implícito que se deveria aumentar a despesa, reduzir os impostos e reduzir o défice — no sentido de inflectir o crescimento do nosso endividamento, não está a apontar medidas de popularidade fácil, não está a propor à Assembleia que aprove um esquema que facilite a vida política do Governo no ano de 1982, mas está, sim, a assumir

uma responsabilidade de corrigir vícios estruturais e de dar uma resposta aos problemas da conjuntura que, penso, que têm de ser sublinhados neste momento.

**Vozes do PSD e do PPM:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se a maioria está disposta a apoiar o Governo neste desafio, votar um Orçamento e um conjunto de opções que se traduzem simultaneamente numa contenção da procura, mas que se traduzem também numa redução de despesas correntes para permitir começar a canalizar recursos de uma forma mais sistemática para aplicações de investimento, ela decidirá. Mas, Srs. Deputados, o que não podem é acusar-nos, simultaneamente, de preocupações de facilidade e de eleitoralismo e, ao mesmo tempo, dizer que são medidas impopulares.

**Vozes do PSD e do PPM:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pensa o Governo que não são uma coisa nem outra. São medidas que são necessárias num clima de salvação nacional, que se muito adiado pode pôr em causa o funcionamento básico das instituições e uma recuperação em pleno jogo democrático. Outros povos tentaram adiar as soluções durante anos, agravando apenas uma crise e tornando-a incomportável dentro dos mecanismos institucionais normais.

Pensa o Governo que com o mandato que possui — que é um mandato de médio prazo — tem essa obrigação. A Câmara decidirá.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Como ficou estabelecido há pouco, tem a palavra, para invocar o Regimento, o Sr. Deputado César de Oliveira.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Não é para invocar o Regimento, mas sim para fazer uma interrogação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — É essa a figura regimental, Sr. Deputado.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Faz favor e muito obrigado, Sr. Presidente.

*Risos.*

Sem pretender, Sr. Presidente, arvorar-me em interpretador — ou sequer sonhar em fazê-lo — de o sentir e o pensar dos deputados que aplaudiram os trabalhadores da função pública, gostaria de formular a minha invocação do Regimento nos termos que a seguir apresento.

Creio que os deputados que aplaudiram os trabalhadores da função pública o fizeram não porque estivessem de acordo com uma eventual transgressão do Regimento ou com uma eventual perturbação dos trabalhos desta Casa, mas porque concordavam e davam o seu apoio à luta e às aspirações que os trabalhadores da função pública vêm denotando em Portugal.

Está V. Ex.<sup>a</sup> no direito, Sr Presidente, de proferir as afirmações que entender dever proferir a propósito de qualquer acontecimento que ocorra nesta Assembleia, mas eu advogo, pelo menos para mim, nos termos do espírito e da letra dos artigos 159.<sup>º</sup> e 160.<sup>º</sup> da Constituição da República o direito inalienável de bater palmas e de me pronunciar quando a propósito de quaisquer circunstâncias que nesta Assembleia entendam dever fazer. A democracia e a liberdade existem neste país, foi por isso que se fez o 25 de Abril e não podemos pôr em causa o direito inalienável dos deputados portugueses.

*Aplausos da UEDS, do PS e da UDP.*

*Protestos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, devo verificar que não se tratou evidentemente de uma interpelação à Mesa nem duma invocação do Regimento. Preferi deixar o Sr. Deputado falar, para não me fazer a acusação de que lhe nego o seu direito de expressão.

O Sr. Deputado não tem qualquer dificuldade em manifestar-se como entender, mas também não nega a quem tem a responsabilidade de dirigir as sessões da Assembleia de fazer os comentários que entender que deve fazer, exactamente para dignificação desta Assembleia.

Penso que a Assembleia não se dignifica quando há deputados que adoptam atitudes que podem ser interpretadas, objectivamente, como pondo em causa uma deliberação que é tomada no cumprimento de um dever.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — Fico muito satisfeito por ter ouvido as suas palavras, porque pelos vistos as palmas não tiveram nada que ver com a decisão que tomei, que pelos vistos é aceite como correcta. Tiveram, antes, a ver com uma oportunidade que se quis aproveitar — embora a meu ver por uma forma equívoca — para saudar os trabalhadores da função pública.

Creio que com isto podíamos dar o incidente por encerrado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart, também para invocar o Regimento.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Queria fazê-lo e não usaria da palavra se não se tivesse passado o incidente provocado pelo Sr. Presidente em exercício.

Penso que há formas de actuação que não dignificam esta Assembleia. Os nossos aplausos para os cidadãos que se encontravam naquela galeria, foram, acima de tudo, uma forma de solidariedade para com eles, porque entendemos muito bem que o Sr. Presidente tinha, de facto, obrigação de pedir que as letras fossem retiradas dos peitos desses cidadãos. Mas tinha também a obrigação de esperar que eles o fizessem, que acatassem, como seguramente fariam, a autoridade do Presidente desta Assembleia da República e não tivesse que invocar a intervenção dos guardas que se encontravam na galeria para que os mandasse tirar as respectivas letras. Isso são processos que não dignificam esta Assembleia, são

processos que não dignificam esta Assembleia, são veís com o regime democrático.

*Aplausos do MDP/CDE, do PS, do PCP, da UEDS e da UDP.*

*Protestos dos deputados do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que continuo a pensar que agi no cumprimento do meu dever, porque os senhores que estavam na assistência com letras no peito que não eram legítimas nesta Sala, não só não acataram imediatamente as instruções que lhe foram dadas, como ainda se puseram em pé, de maneira a mostrar mais claramente os disticos que pretendiam apresentar.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Assim, eu tinha o dever de chamar a atenção dos guardas para que se cessasse esta autêntica provocação à autoridade de quem dirige os trabalhos nesta Assembleia.

Todavia, penso que não é caso para estarmos a discutir aqui este incidente. Considero-me satisfeito, porque pelos vistos não foi a minha decisão que foi posta em causa, foi uma vontade irreprimível de saudar os trabalhadores da função pública que os levou a bater palmas. Assim, creio que todos nos devemos congratular por isso.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sousa Tavares também pediu a palavra?

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Era só para pedir ao Sr. Deputado Heriberto Goulart que não dissesse mentiras.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção no início do debate o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Ministros: Em primeiro lugar, queria começar por fazer um reparo às afirmações feitas pelo Sr. Ministro das Finanças, segundo as quais que este é o primeiro ano em que um Orçamento entra em vigor no dia 1 de Janeiro. Não é exacto. Em todos os Governos provisórios assim aconteceu, embora não houvesse discussão aqui no Parlamento, e no 1 Governo Socialista os prazos foram cumpridos e respeitados.

É natural que o Sr. Ministro das Finanças não tenha boa memória quanto àquilo que não lhe convém, mas não ficará surpreendido que a gente lho lembre.

Quanto propriamente à discussão das leis económicas para o ano que vem, o debate que aqui se vai travar não é um debate sobre a política apresentada pelo Sr. Ministro das Finanças que neste momento ocupa esse cargo, mas é um debate acerca da política económica e financeira da Aliança Democrática, desde que ela está no Governo.

Aliás, o Sr. Ministro das Finanças colocou-se numa posição um pouco dilettante ao estabelecer uma certa distinção entre a sua pessoa e a Aliança Democrática. Embora naturalmente todas as pessoas tenham a sua

individualidade própria, não podemos separá-lo da Aliança Democrática e não podemos esquecer que a Aliança Democrática já está no Governo há dois anos e se prepara para entrar no seu terceiro ano de governação.

**A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Graças a Deus!**

**O Orador:** — Depois do 25 de Abril tem sido a coligação partidária que mais tempo tem governado. Apresentou-se em 1979 às eleições gerais com um programa eleitoral de governo onde prometeu ao povo português, se ganhasse as eleições e passasse a ser governo, como veio efectivamente a acontecer, que a sua vida iria mudar e mudar para melhor, através da consecução de quatro objectivos fundamentais:

1.º — A melhoria das condições de vida dos portugueses;

2.º — A promoção da justiça social;

3.º — A melhoria da extensão e da qualidade dos serviços públicos;

4.º — O lançamento e a realização de um «corajoso» (sic!) projecto de descentralização municipal e regional.

Já no corrente ano a Assembleia da República aprovou as Grandes Opções do Plano de Médio Prazo para 1981/1984, onde a Aliança Democrática de novo repete as promessas eleitorais anteriormente feitas ao povo português e se compromete a:

a) Melhorar as condições de vida, através do aumento do nível médio de vida, da redução do desemprego e da promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades;

b) Promover a satisfação das necessidades sociais básicas;

c) Melhorar as condições de educação e de acesso dos jovens à vida activa;

d) Efectivar uma política de desenvolvimento regional;

e) Acelerar o desenvolvimento económico e reforçar e modernizar a estrutura produtiva;

f) Modernizar a administração pública;

g) Preservar a qualidade de vida e o ambiente.

Neste momento, em que a Assembleia da República aprecia as duas grandes propostas de leis económicas para o próximo ano é altura de analisar se os Governos da Aliança Democrática se têm mantido fiéis às promessas eleitorais feitas ao povo português e às Grandes Opções do Plano de Médio Prazo para 1981/1984 já aprovadas pelo Parlamento. Um simples passar de olhos pelos mesmos documentos, recebidos tarde e a más horas, uma simples evocação da triste realidade vivida desde 1980 até agora mostram-nos bem que os Governos da Aliança Democrática têm governado ao contrário do que prometeram. E desde que a Aliança Democrática governa, o país tem de facto mudado — mas para pior, muito pior.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Quando a Aliança Democrática iniciou a sua governação em Janeiro de 1980 encontrou uma situação financeira razoável, com as contas exter-

nas praticamente equilibradas, conforme foi acen-tuado na tomada de posse do primeiro Governo da AD por quem de direito, situação económica razoável que poderia ter servido de base de arranque para uma política equilibrada de desenvolvimento e justiça social, se tivesse havido ponderação e capacidade por parte dos governantes da AD. Todavia, a AD apresenta-se hoje ao Parlamento em estado de choque, reclamando medidas de salvação nacional que diz serem necessárias para conter o desastroso défice externo de mais de 2 biliões de dólares que se prevê para o ano em curso.

Mas como foi possível passar no curto espaço de dois anos de contas externas equilibradas para tão grande desacerto? A crise internacional? Mas a crise internacional vem de 1973. Sofreram-na todos os governos desde então e quando o PS se encontrava no Governo, ouvimos várias vezes os dirigentes dos partidos da AD fingirem que ela não existia.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não é, portanto, exacto que a crise económica internacional só exista desde que a AD é Governo. Não é difícil descobrir nas entrelinhas das propostas de lei governamentais sobre o Plano e o Orçamento uma crítica velada à política de um dos anteriores Ministros das Finanças da AD, o Dr. Cavaco e Silva, sem que no entanto haja a coragem de pôr os pontos nos i's e esclarecer que a sua política demagógica e eleitoralista contribuiu, em grande parte, para as nossas dificuldades presentes — e o Sr. Ministro das Finanças continuou na sua última intervenção a recusar-se a esse acto de coragem cívica que se esperava sinceramente dele.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Por outro lado, é altura de frisar que a apresentação ao Parlamento de propostas de lei e a sua aprovação por este não podem constituir meros actos litúrgicos, sem qualquer influência na vida real. As Grandes Opções do Plano a Médio Prazo de 1981/1984, já aprovadas por esta Assembleia, não podem consistir num mero exercício literário. Nos termos da Constituição e da lei cumpria ao Governo elaborar o respectivo Plano a Médio Prazo em concordância com as mesmas e fazê-lo publicar. Todavia, até este momento o Governo não cumpriu esta obrigação, sem que se tenha dignado dar ao País e à Assembleia da República qualquer explicação acerca desta sua incapacidade. O Sr. Ministro das Finanças deu agora uma explicação que, confesso, não percebi bem se ia fazer uma revisão dessas Opções pela apresentação duma nova lei ou se iria publicar um decreto onde iria ser feita essa revisão. Isto, mais uma vez demonstra bem o seu embaraço.

E comprehende-se bem a razão do seu mutismo. É que os Governos da AD têm demonstrado uma total inépcia para definir políticas a médio prazo que tenham em vista o desenvolvimento e a modernização da economia e da sociedade portuguesas, para mais numa altura em que o País se encaminha para a adesão à CEE.

O significado puramente literário de muitos dos documentos de política económica que os governos

da AD apresentam a esta Assembleia pode ser-nos dado por um outro exemplo. Na mesma ocasião em que foram aprovadas as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo de 1981/1984, ou seja em Março deste ano, a Assembleia da República aprovou igualmente, sob proposta do Governo, as Grandes Opções do Plano para 1981. Nelas o Governo apresentou cenários económicos que, volvidos poucos meses — concretamente em Junho último aquando da aprovação do Plano —, abandonou em favor de perspectivas mais restritivas que pouco tinham a ver com os objectivos constantes das Grandes Opções. Mais um erro de estimativa ou antes um acto de demagogia? E, de mudança em mudança, mas sempre cada vez pior, vem agora o Governo reconhecer que nem sequer as metas fixadas no Plano para 1981 serão atingidas.

Com efeito, lendo-se a última proposta governamental sobre o plano para o ano próximo vê-se que o Governo, de um modo ou de outro, acaba por reconhecer que:

O produto interno bruto este ano ficará bastante aquém do objectivo anteriormente traçado no Plano e muito mais ainda do almejado pelas Grandes Opções;

O consumo público registará este ano um crescimento superior ao previsto, reflectindo-se deste modo nos défices das contas públicas e consequentemente no endividamento do Estado;

A evolução do investimento privado será inferior a qualquer dos vários cenários apresentados pelo Governo;

Este ano as importações serão superiores às previstas e as exportações sofrerão um decréscimo, desmentindo assim as anteriores expectativas optimistas do Governo;

A balança de transacções correntes deverá atingir um défice superior a 2 biliões de dólares, ultrapassando em muito os valores anteriormente admitidos pela AD e com consequências ao nível do endividamento externo do país;

A taxa de inflação, no final do ano, poderá ser superior a 20 %, enquanto o Governo ainda no Plano insistia demagogicamente nos 16 %;

O desemprego continuará a aumentar, para atingir, pelo menos, os 9 % da população activa, na mais moderada das estimativas.

Posto isto, qual a credibilidade que nos pode merecer um Governo que não cumpre as promessas que fez ao povo e que se mostra manifestamente incapaz de perspectivar o nosso futuro e de pôr em prática as medidas adequadas para fazer avançar o nosso país pelo caminho do progresso e da justiça social? Em nosso entender, nenhuma!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Propõe-se agora o Governo nas suas Grandes Opções para o próximo ano implementar um Plano cuja articulação com as Grandes Opções de Médio Prazo para 1981-1984 já aprovadas pela Assembleia da República nem sequer se consegue vislumbrar. Por outro lado, o Governo adopta uma tática que não deixa de ser curiosa. Nas variáveis

que não dependem directamente do Governo mostrase francamente optimista em contraste flagrante com um Orçamento restritivo, a que atribui carácter de salvação nacional.

Enquanto para o investimento no Sector Público Administrativo o Governo prevê uma evolução moderada de 2,5 %, já o investimento privado crescerá, segundo diz, em 7,5 % em 1982. Por outro lado, não se alcança como é que o Governo entende que as exportações irão crescer em 1982 em 7,5 %, ao passo que as importações diminuiriam em 3 %.

O Governo garante-nos ainda um aumento de produtividade de 3 % nos seus próprios serviços. Mas como lá se vai chegar, eis algo que também se não consegue enxergar.

Afirma-se ainda o propósito de sanear o Fundo de Abastecimento e pagar as dívidas por ele contraídas que a Lei do Orçamento não quantifica, designadamente para com empresas do sector empresarial do Estado, como a Petrogal e a Quimigal. A quanto montam essas dívidas acumuladas do Fundo do Abastecimento eis algo que se deixa pudicamente na penumbra, por razões óbvias.

E como é possível vir o Governo desde já pedir à Assembleia da República autorização para efectuar a transferência «dentro do orçamento de um Ministério ou departamento para outro, independentemente da classificação funcional, das verbas respeitantes a Investimentos do Plano» — (alínea c) do artigo 10.º da proposta de Lei sobre o Orçamento). Que tipo de programas de investimentos da Administração Pública haverá — se é que algum há — num orçamento que, se de salvação nacional pretende ser, deveria visar uma racionalização das despesas quando se nos apresentam nada mais na menos do que 43 milhões de contos previstos para investimentos neste sector simplesmente como «outras despesas de capital»? Onde está a programação que justifica as despesas de investimento da Administração Pública (PIDDAP), que, por exemplo, os Governos socialistas sempre apresentaram à Assembleia da República em justificativo das suas propostas de lei orçamentais? Significa isto que o Governo quer retirar à Assembleia da República os seus poderes para votar com conhecimento de causa o Orçamento Geral do Estado, dispensando ainda por cima o Governo de submeter ao Parlamento quaisquer eventuais alterações orçamentais neste domínio, dada a imprecisão das suas propostas?

Um outro ponto que se tem já de apontar é o seguinte. É que os partidos da AD são falsos partidos regionalistas e descentralizadores. Não é por acaso que a AD no seu projecto de revisão constitucional propõe que se suprimam «os princípios da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública» dos dispositivos constitucionais e pretende que se consagre a proibição definitiva de partidos regionais, ao mesmo tempo que deseja que o Estado português passe a ser rotulado de «Estado Unitário Regional». Mas como é isto? Como será possível conceber um Estado Regional sem poder local autónomo, sem qualquer região legalmente definida no Continente português e com a proibição constitucional definitiva de se constituirem partidos regionais, que ficariam assim equiparados na sua sorte aos partidos fascistas? Note-se até este pormenor curioso: é que a AD no seu projecto de revi-

são constitucional quer que a constituição de partidos fascistas deixe de ser interditada, mas por outro lado reclama a proibição constitucional e definitiva da criação de partidos regionais. Quer dizer, para a AD o regionalismo é pior do que o fascismo!

E eis que as verbas atribuídas aos municípios pela Lei das Finanças Locais lhes são mais uma vez sonegadas substancialmente pela AD. Que descentralização é esta de um Governo, como o da AD, que se pretende regional mas cujo centralismo e sede de poder só têm paralelo nos governos de antes do 25 de Abril? A explicação é simples e o Sr. Ministro das Finanças esqueceu-se de o dizer: é que este ano há eleições locais e é através do centralismo, da pressão económica sobre os municípios que a AD pretende fazer a conversão do voto a seu favor.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — As Grandes Opções do Plano para 1982 deverão ser antes qualificadas como as grandes omissões de um antiplano para 1982. Para além do diagnóstico discutível que lá se topa da situação presente, em grande parte da culpa exclusiva da AD, apenas se descortinam duas páginas, encaixadas lá à última hora, onde sob o epíteto de «políticas de ajustamento estrutural», se alinharam algumas vícuas generalidades, quando os domínios da agricultura, das pescas, da indústria, do turismo, dos serviços, da exportação, etc., deveriam merecer uma cuidada formulação de orientação política, de mais a mais tendo em vista a nossa adesão à CEE.

E que dizer dos sectores respeitantes à política social (Habitação, Saúde, Educação, Cultura, Investigação Científica, etc.) totalmente omissos nestas ditas Grandes Opções? E o que irá significar a qualidade da vida no contexto do Plano?

Afinal que concepção tem o Sr. Ministro de Estado das Finanças, do Plano e da Integração Europeia do instrumento Plano e consequentemente da sua actuação no Governo? Deverá limitar-se a ser um Ministro das contas públicas e das contas externas?

O futuro responderá a esta pergunta. Uma coisa é certa. É que isto não é um Plano, mas um antiplano. E certo é também que as promessas eleitorais da AD não foram cumpridas.

A vida está cada vez mais cara, os salários não sobem tanto como os preços, o desemprego aumenta, não se consegue arranjar casa com renda acessível, as pensões da previdência são insuficientes, as escolas funcionam mal, a cultura e o ambiente degradam-se, as regiões do interior empobrecem, os municípios continuam dependentes da administração central, as empresas vivem em permanentes dificuldades, o número de crimes ameaça a segurança das pessoas, não se respeitam as leis. E, entretanto, os impostos não param de crescer.

Mas os serviços públicos pioram de ano para ano, o auxílio aos desprotegidos não é alargado, as injustiças sociais acentuam-se, os trabalhadores ganham progressivamente menos, o País endivida-se e perde a confiança em si e a corrupção atinge proporções inquietantes.

Tudo isto a AD prometeu que não aconteceria mas tudo isto são hoje dolorosas e indesmentíveis realidades. E com as leis económicas que nos propõe

para o ano que vem todos estes males ainda mais se agravarão. Apenas com esta diferença: é que a AD agora já não nos promete pão e rosas como antigamente. Agora só nos promete fome, suor e lágrimas. E sem se dar sequer ao incômodo de explicar quando e como este sudário acabará enquanto a AD, para mal dos Portugueses, continuar a ser Governo.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Pediram a palavra, ao que presumo para formularem pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Salgado Zenha, os Srs. Deputados Silva Marques, Carlos Robalo, José Alberto Xerez, Portugal da Silveira, Sousa Tavares, Borges de Carvalho e Pinto Nunes.

Devo, entretanto, informar a Câmara que por lapso foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Salgado Zenha antes de o Governo dar resposta a todas as perguntas, porque para esse efeito tinha previsto intervenções dos Srs. Ministros dos Assuntos Sociais e da Administração Interna.

Penso que para a melhor ordem dos trabalhos, será preferível permitir agora aos Srs. Deputados que pretendem fazer pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Salgado Zenha que os façam, haverá depois as respostas a esses pedidos de esclarecimento e finalmente será dada a palavra ao Governo para dar os esclarecimentos e responder às perguntas que ainda não obtiveram resposta.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Carlos Brito pediu a palavra?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, era para interpelar a Mesa, pois nem quero acreditar no que ouvi.

Com que pretexto e em que consenso é que o Sr. Presidente baseia a decisão de dar primeiro a palavra aos membros do Governo que se inscreveram depois dos deputados que já estão inscritos?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Brito, é muito fácil.

A Mesa confia tanto na palavra dos Srs. Deputados como na do Governo. Ora, está previsto que o Governo possa intervir não apenas através de um dos seus membros, mas através dos que entender para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

A Mesa no convencimento de que tinham sido dadas todas as respostas deu a palavra ao Sr. Deputado Salgado Zenha. Depois de iniciada esta intervenção teve conhecimento de que assim não era e que havia dois Srs. Ministros que tinham ainda necessidade de responder a perguntas que lhe foram formuladas. Entendeu que não devia impedir o Sr. Deputado Salgado Zenha e de que lhe sejam feitas as perguntas e que ele de, também agora, que não deve interromper a sequência da intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha e de que sejam feitas as perguntas e que ele dê as suas respostas.

Depois disto parece que será indicado que seja corrigido o erro que involuntariamente se praticou, con-

cedendo a palavra para início do debate antes de serem respondidas todas as perguntas que foram formuladas ao Governo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, desejava saber quanto tempo falou o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, as indicações que a Mesa tem é de que não há tempo específico para a resposta às perguntas ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Então a indicação que a Mesa tem é incorrecta, Sr. Presidente, porque o Governo só tem para responder, nesta parte dos trabalhos, uma hora. Foi o que ficou estabelecido na conferência dos grupos parlamentares.

Assim, estaremos de acordo que o Governo, nesta fase dos trabalhos, complete a sua intervenção até atingir uma hora e depois o debate inicia-se com a intervenção dos deputados no seguimento da intervenção que já foi feita pelo Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, as informações que tenho é que o Governo dispõe, nesta tarde, de 68 minutos sem discriminação para responder a perguntas ou para fazer intervenções. Até este momento gastou, segundo me informa o Sr. Secretário, 30 minutos, tendo ainda 38 minutos.

Penso, pois, que o procedimento da Mesa é inteiramente correcto.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, era apenas para esclarecer que o que ficou combinado, tanto quanto sabemos, foram 68 minutos para esta fase. E o governo, para além de se ter sentido muito satisfeito por a intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha se ter entremeado na dos membros do Governo, não faz qualquer questão em intervir mais tarde, pois que as matérias que irão ser abordadas pelos membros do Governo inscritos neste momento são de carácter geral, respondem até certo ponto a perguntas feitas na fase anterior, mas que também se inserem perfeitamente no debate geral.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Quer de novo intervir, Sr. Deputado Carlos Brito?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Para uma última interpelação, Sr. Presidente — penso que assim será.

Se o Governo tivesse decidido responder conjuntamente poderia ter usado na totalidade os 68 minutos. O que não ficou em nenhuma altura previsto é que o Governo gozasse de qualquer privilégio quanto à ordem de inscrições.

Portanto, sei que nesta altura estão inscritos vários deputados e, na verdade, não podemos privilegiar as intervenções do Governo, porque os grupos parlamentares também estão a organizar o seu debate.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, insisto em que a Mesa não está a conceder algum privilégio ao

Governo, pois este poderia utilizar 68 minutos para responder às perguntas que lhe foram formuladas. A Mesa deu a palavra ao Sr. Deputado Salgado Zenha na convicção de que as perguntas já tinham sido todas respondidas; foi informada de que assim não era e está a tentar, por uma forma que se me afigura correcta, corrigir o erro que praticou involuntariamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, usando a figura da interpelação à Mesa gostaria de recordar que o Sr. Ministro das Finanças, durante a sua intervenção, pelo menos por duas vezes, disse que outros seus colegas iriam responder a mais perguntas.

Portanto, não vejo onde é que está a origem de toda esta discussão.

O Sr. Presidente: — O problema é que na Mesa não constavam os pedidos de inscrições e a Mesa funciona com esses pedidos.

Penso que é preferível encerrarmos esta série de interpelações e, se todos estivessem de acordo, dava a palavra aos Srs. Deputados para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Salgado Zenha e depois daria a palavra aos membros do Governo, se mantivessem essa pretensão, para responder às restantes perguntas.

De resto, o Sr. Primeiro-Ministro, já manifestou disponibilidade para, se houver oposição a que assim se faça, fazer essas intervenções noutra altura.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para um pedido de esclarecimento, se o Sr. Deputado Salgado Zenha desejar responder. No caso de não o deixar fazer figurará a minha intervenção como um protesto.

O Sr. Deputado Salgado Zenha criticou o Orçamento, mas mais do que este criticou a realidade em geral. Isto é, a realidade social, a realidade política, previu a não confirmação das previsões do Governo e falou, inclusivamente, da Constituição. Mas acusou o Governo de inépcia. Julgo que o Sr. Deputado não se precia quanto à inépcia que sobre si recaía esta forma de intervir.

O Sr. Deputado acusa o Governo de inépcia, mas revela com bastante mais razão e de forma bastante mais evidente a inépcia do Sr. Deputado. Faço a justiça de não a generalizar à sua bancada, tanto mais que se trata do Partido Socialista que, com justa razão, é um partido que se pretende de alternativa e por certo terá muito menos inépcia em abordar de forma rigorosa uma matéria tão importante para a Nação e para o Estado português como é a do Orçamento.

Mas não poderia terminar, perante a intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha, sem invocar a natureza negativista na sua forma de intervir e que me fez lembrar aquela parte do negativismo do dito antifascismo, que de tão negativista nunca conseguiu negar a ditadura, isto é, derrubá-la.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — São fantasmas!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Foi você que a derrubou?! ...

O Sr. Presidente: — Como presumo que o Sr. Deputado Salgado Zenha pretende responder no fim a todas as perguntas que lhe foram formuladas, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Quero dizer ao Sr. Deputado Salgado Zenha que é com um certo humor que assisto à sua ironia. No entanto, hoje a sua ironia, porque certamente não está muito bem, foi uma anti-ironia, atingiu um certo cariz tétrico, que nem vai bem ao Sr. Deputado. Mas naturalmente que esse problema é seu.

Tendo em conta estas circunstâncias, naturalmente que eu podia entender afirmações gravosas e desagradáveis que V. Ex.<sup>a</sup> fez, dar-lhes a mesma importância em termos de outras que já fez e que vou exemplificar.

Referiu V. Ex.<sup>a</sup> que para a AD o regionalismo é pior que o fascismo. Naturalmente que perante a enormidade desta afirmação, devia dar-lhe a mesma importância que dei quando V. Ex.<sup>a</sup> pretendia meter gasolina no radiador do seu carro.

### Risos.

Isto até porque o significado e o sentido da mesma é esse.

Mas, Sr. Deputado, tendo em conta as responsabilidades que V. Ex.<sup>a</sup> tem como líder do segundo grupo parlamentar deste Parlamento, gostaria de lhe perguntar quais foram as medidas que os Governos socialistas ou os Governos Provisórios — onde V. Ex.<sup>a</sup> esteve quase sempre em permanência — tomaram por exemplo, quanto à autonomia das regiões autónomas, quanto à regionalização, quanto à descentralização e até, não sendo muito exigente, perguntava-lhe quais tinham sido as medidas em termos de desconcentração.

Ainda para ajudar o Sr. Deputado, dir-lhe-ei que medidas de regionalização tomadas pelo Partido Socialista conheço apenas um projecto de lei que não era mais do que um cozinhado de concelhos para formar regiões. Da AD conheço a apresentação do Livro Branco sobre Regionalização para discutir o problema grande da regionalização e, que me conste, o PS nunca se pronunciou sobre o mesmo. Para além disso, a própria AD, considera como uma das suas grandes opções a regionalização.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vê-se!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, para compensar um pouco essa doença que tem do fascismo, talvez seja bom apresentar actos em termos de regionalismo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

O Sr. Alberto Xerez (CDS): — Embora tenha feito um discurso bastante interessante, penso que a intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha foi demasiado conjunturalista. Limitou-se a analisar os 3 anos de governo da Aliança Democrática, andou com variá-

veis para trás e para a frente e esqueceu-se de focalizar o problema no pano de fundo.

E o pano de fundo foi o que foi a evolução deste país num passado recente, designadamente de 1974 a 1979. Vou dar-lhe só um exemplo.

A formação bruta de capital fixo (FBCF), e penso que o Sr. Deputado Salgado Zenha tem plena consciência que ele é um indicador fundamental, expandiu-se de 1974 a 1979 — quase que não vejo bem no papel — 0,2% em termos reais. De 1979 para 1982 prevê-se, já que 1982 ainda é um ano de previsão, que a taxa de expansão média anual em volume seja de 6,9%. Ou seja, de 1974 para 1979 tínhamos 0,2% e de 1979 para 1982 temos 6,9%.

Pensa ou não o Sr. Deputado Salgado Zenha que isto é um acréscimo significativo da capacidade produtiva do nosso país?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Deputado Salgado Zenha, gostaria que me dissesse se V. Ex.<sup>a</sup> entende ou não que a associação de municípios é um passo importante para a regionalização do País.

O Sr. Deputado acusou a Aliança Democrática e os partidos que a compõem de não serem regionalista e de não quererem a regionalização.

Para além do facto de eu considerar isso uma enormidade em relação ao meu partido, conhecido como partido comunista ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Cuidado com a a pronúncia! ...

O Orador: — Sr. Deputado Salgado Zenha, esta associação de municípios constou já de uma proposta de lei do governo Sá Carneiro e veio a ser recuperada pela AD, por entretanto a I Legislatura ter acabado, com um projecto de lei que apresentou em Março deste ano nesta Assembleia.

Para além disto, o Governo fez publicar um decreto-lei em Agosto ou Setembro deste ano — talvez por ver o atraso com que o processo se desenvolvia aqui na Assembleia —, foi pedida a sua sujeição a ratificação e está agendada a sua discussão, para muito breve.

Pergunto se depois de tudo isto o Sr. Deputado mantém a afirmação que fez, de que a Aliança Democrática e cada um dos partidos que a compõem não querem a regionalização do País ou se então entende que a associação dos municípios é centralizadora.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Penso que o Sr. Deputado Salgado Zenha começou por um princípio errado, pois, em vez de examinar um orçamento, tentou um ataque de política geral. Isso não é com certeza construtivo.

Além disso, o Sr. Deputado Salgado Zenha imagina que todos os governos são iguais e que se tem de fazer uma assimilação de governos na História. Queria perguntar se o Partido Socialista assume da mesma maneira a política financeira de Salgado

Zenza, Medina Carreira e Victor Constâncio. O PS assume-as como continuação lógica e o partido responsabiliza-se pelas três?

No primeiro caso, quando o Sr. Deputado Salgado Zenha foi Ministro, suponho que não existiu política financeira. No caso do Ministro Medina Carreira, a sua política financeira foi com certeza oposta à que foi seguida depois pelo Ministro Victor Constâncio. Deste modo, queria saber até que ponto se faz essa assimilação de políticas em relação a uns partidos e não se faz em relação ao seu próprio partido.

Quero ainda dizer ao Sr. Deputado Salgado Zenha que, quando o Sr. Ministro Cavaco e Silva aqui apresentou o seu Plano e Orçamento para 1980, a crítica que asperamente lhe foi dirigida, foi a de que não era expansionista, quando a situação do País o permitia. Foi criticado, inclusivamente, pelas medidas tomadas, que foram consideradas insuficientes. Medidas essas a que o Sr. Deputado agora chama de demagógicas! Uma delas, tanto quanto posso lembrar-me, foi a do aumento dos seguros sociais, sobretudo no que diz respeito aos reformados pois foi a primeira vez que tiveram um aumento substancial, desde a Revolução de 1974.

A subida do salário mínimo dos trabalhadores agrícolas, para 7500\$ quando o salário mínimo dos restantes trabalhadores era nessa altura de 9000\$, foi outra das medidas. Nunca se tinha dado uma aproximação tão grande entre esses dois níveis de salários.

Suponho que o Sr. Deputado Salgado Zenha chama agora a isso uma medida demagógica que não deveria ter sido tomada. Na altura essas medidas foram criticadas e tidas por insuficientes. Essas críticas foram feitas e constam do *Diário*. Seria bom que o Sr. Deputado as relembrasse, em vez de fazer acusações infundamentadas.

Quero ainda lembrar-lhe que, segundo suponho, o Partido Socialista no seu projecto de lei de revisão constitucional não defende os partidos regionais. Talvez o Sr. Deputado Salgado Zenha não esteja bem informado acerca da proposta de revisão constitucional do seu partido.

Devo dizer-lhe que, neste ponto da regionalização e da defesa dos partidos regionais, os representantes do seu partido têm tido na Comissão de Revisão Constitucional uma posição bastante semelhante à dos outros membros da mesma comissão.

Seria útil e até produtivo para os trabalhos que o Sr. Deputado Salgado Zenha não falasse, com tanta ligeireza, de assuntos que parece não conhecer bem. Apesar de ter sido Ministro das Finanças parece que, na realidade, a sua intervenção sobre o Orçamento se limitou a uma generalidade sobre política geral, muito fácil, bastante demagógica — como de costume — e nada revestida da seriedade que deveria merecer um Orçamento que pela primeira vez se propõe atacar a fundo problemas que até aqui ninguém teve coragem de atacar, como o da produtividade nacional não chegar para o consumo.

E a isto ninguém dá resposta. Nenhum membro da oposição se levantou para pôr esse problema, que é o fundamental da Nação. E não é um problema de há um ano, dois ou sete, mas de há quinhentos anos. Gostaria que o Sr. Deputado Salgado Zenha dissesse como é que se pode fazer uma política de alarga-

mento de benefícios sociais, de investimento e fazer simultaneamente uma política de equilíbrio financeiro. Talvez consiga dar solução a este teorema, que me parece ser insolúvel, com a sua magia irónica.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Legítimo era esta Câmara esperar de alguém que é Presidente de um dos mais importantes grupos parlamentares desta Casa e que já teve responsabilidades na pasta das Finanças uma intervenção de outro cariz que não a que foi aqui produzida.

Em vez da explanação das alternativas do PS, em contraposição com as que são propostas pela maioria, fomos aqui brindados com uma diatribe possivelmente destinada a assustar os deputados da maioria ou a encher de pavor o governo da Aliança Democrática. É claro que os efeitos não foram os que o Sr. Deputado provavelmente pretendia. Pelo contrário, só com ironia — como dizia o Sr. Deputado Sousa Tavares — se pode considerar esta intervenção.

Diz o Sr. Deputado que a crise, de que hoje o Governo fala, vem de 1973. É uma afirmação estrondosa que impressiona profundamente os deputados da maioria. V. Ex.<sup>a</sup>, como resposta à primeira pergunta que vou fazer-lhe, quererá ter a bondade de explicar-me se não houve qualquer alteração qualitativa dessa crise, se a crise de 1973 é de facto a que estamos hoje a sofrer.

Mais ainda, gostaria de saber se a dívida pública, que através das nacionalizações V. Ex.<sup>a</sup> tanto defende, não foi substancialmente aumentada por virtude dessas mesmas nacionalizações a partir daí para cá, como já disse o Sr. Ministro das Finanças.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Faltava lá o rei!...

O Orador: — Vem V. Ex.<sup>a</sup> dizer que o Governo da Aliança Democrática herdou uma situação económica e financeira razoável! E acrescenta: tal como na altura foi devidamente posto em evidência por quem de direito.

Lembro ao Sr. Deputado que foi esse mesmo quem de direito que pouco tempo antes pôs na rua o governo do Partido Socialista, o Governo que V. Ex.<sup>a</sup> vem aqui dizer que tinha dado ao País essa situação económica e financeira razoável!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — Onde é que está, pois, a coerência do Sr. Deputado?

Esse quem de direito, se tem toda a razão em dizer à Aliança Democrática que herdou essa situação, já não a tinha quando pouco tempo antes pôs o PS na rua ou já a tinha nessa altura e já era a oposição de V. Ex.<sup>a</sup> ao Dr. Mário Soares que se estava a revelar?

Diz ainda o Sr. Deputado Salgado Zenha que falta ao Ministro das Finanças a coragem cívica para criticar, nesta base, o seu antecessor Cavaco e Silva. Essa é boa, Sr. Deputado! ...

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — É, é!...

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças defendeu aqui o seu orçamento, o orçamento do seu governo. E não prepassou, nas suas palavras qualquer crítica. Mas se quando fala em coragem cívica, V. Ex.<sup>a</sup> se refere à que tem demonstrado ao criticar publicamente o Secretário-Geral do seu partido, então dir-lhe-ei que ainda bem que o Sr. Ministro das Finanças não teve essa coragem cívica!

*Protestos do PS, da ASDI e da UEDS, com as mãos.*

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Quem não sabe falar, cala-se!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

O Sr. Pinto Nunes (PSD): — Sr. Deputado Salgado Zenha, transparece nos termos da intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> uma segurança no domínio das variáveis económicas e financeiras que qualquer economista, mesmo que pouco humilde, certamente lhe invejará.

Uma tal segurança, tão fortemente vincada, não deveria deixar de ter a devida quantificação.

Poderá deduzir-se da intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> que o Partido Socialista, assumindo as responsabilidades de partido de alternativa, que por direito lhe cabem, vai propor uma outra versão do Orçamento e das Grandes Opções para 1982, completamente diversa da que o Governo apresentou a esta Assembleia?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Bom, creio que o tempo das minhas respostas será descontado no tempo do meu partido. Portanto, embora o Sr. Ministro das Finanças não tenha apresentado um Plano, conforme eu disse, eu tenho que ter um plano para administrar o meu próprio tempo! ...

Queria dizer ao Sr. Deputado Silva Marques que não usei nenhuma expressão ofensiva da honra e da consideração devida ao Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não afirmei isso!

O Orador: — Devo dizer-lhe que tenho até estima e consideração pelas qualidades ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Ah, sem dúvida!

O Orador: — Se não se importa ouvirá, pelo menos com mais sossego do que há pouco, o que eu digo.

Dizia eu que tenho em consideração a inteligência e a capacidade pessoal do Sr. Ministro das Finanças como, aliás, ele bem sabe. Simplesmente, este é um problema diferente. Ele tem que apresentar uma política que resolva os problemas do País em conformidade com as promessas que foram anunciadas pelo próprio partido, dentro da coligação partidária que aqui vem anunciada e não se pode colocar na posição distante e aristocrática de dizer: eu nada tenho a ver com o passado, apenas tenho que resolver a conjuntura que me foi entregue!

Foi esse o sentido da minha crítica. Não acusei o Sr. Ministro das Finanças de inepto, não disse isso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Tenho aqui a frase!

O Orador: — Não dou autorização ao Sr. Deputado que me interrompa, visto que o tempo conta. Assim será uma forma de nos tirar tempo. Isto é uma questão de lealdade. Caso contrário, a divisão dos tempos fica prevertida!

O que eu disse é que a Aliança Democrática tinha demonstrado inépcia em formular uma política a médio prazo, inépcia no sentido de falta de aptidão. Acho que só por muita insegurança do Grupo Parlamentar do PSD é que esta verdade indiscutível, pelo menos tal como a vejo, pode ser considerada como ofensiva.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Robalo — que fez aquelas várias intervenções sobre regionalismo e vou fundi-las porque se repetem —, quero dizer-lhe que o Partido Socialista é um partido regionalista e descentralizador. O PS já tomou várias iniciativas nesse sentido tais como: Lei das Finanças Locais, proposta de lei das regiões Plano, lei dos municípios, lei da criação da região administrativa do Algarve e assim sucessivamente. Isto não significa que se é partidário do funcionamento das regiões autónomas tal como elas funcionam. Isto não significa que estejamos de acordo com o modo como os governos do PSD têm actuado nas regiões autónomas insulares!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se o Sr. Deputado Rui Pena que há pouco estava presente mas agora já não está — disse que o governo do PSD era uma ditadura e se um partido da Aliança Democrática critica o governo do PSD na Madeira, alguma coisa não funciona bem! ...

E acrescentarei mais: O governo do PSD, na Região Autónoma dos Açores, talvez não seja uma ditadura, mas é uma «dita» branda, é uma partidocracia caracterizada por um forte centralismo dentro dos Açores e em que os direitos da oposição democrática são constantemente espezinhados.

Ora, se porventura se entende que as regiões autónomas são coutadas próprias do PSD, com essa concepção nós não estamos de acordo!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — No fim fala! A não ser que a Mesa me garanta que o tempo das interrupções não me será descontado.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O tempo é por minha conta!

O Orador: — Aliás, como o Sr. Presidente em exercício é muito severo e conhecendo eu a sua severidade, se não houver essa garantia, não autorizo que me interrompa.

O Sr. Presidente: — Não sou tão severo como isso. O Sr. Deputado é que é juiz e só permitirá a interrupção se assim entender.

**O Orador:** — Não, só permito a interrupção se o tempo não for descontado!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — O tempo é meu! Corre por minha conta!

**O Sr. Presidente:** — Será descontado então no seu tempo, Sr. Deputado Carlos Robalo. Faça favor, Sr. Deputado, concedo-lhe a interrupção, de acordo com o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Deputado Salgado Zenha, eu esperava que a sua ironia lhe permitisse, pelo menos, responder com ironia às questões que lhe coloquei. Volto a lembrar-lhe a questão da gasolina, até porque o Sr. Deputado Salgado Zenha está claramente a confundir alhos com bugalhos! O Sr. Deputado perante a pergunta que lhe faço, no sentido de saber o que é que o seu partido entende por autonomia, por descentralização, por regionalização, fala-me dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

Oh, Sr. Deputado! Ironia sim, mas nem tanto! ...

É só isto que quero dizer-lhe e nada de misturar alhos com bugalhos! ...

Pegue o touro de caras, Sr. Deputado! É isso que deve fazer! ...

**O Orador:** — Bem, o Sr. Deputado Carlos Robalo no fundo quer que eu confesse que percebo menos de mecânica de automóveis do que finanças locais ou de quaisquer outros assuntos. Posso reconhecer isso, embora perceba mais do que aquilo que o Sr. Deputado Carlos Robalo pode supor.

De qualquer maneira, não vejo nenhum acréscimo à sua intervenção. Já lhe expliquei claramente o meu ponto de vista. O que digo é que a política da Aliança Democrática é caracterizada por uma profunda hipocrisia!

Diz-se que é regionalista, mas é anti-regional! Propõe, inclusivamente, a proibição definitiva da criação de partidos regionais E em matéria de finanças locais, sempre que pode tira dinheiro aos municípios e mete-o no bolso, digamos, da Administração Central, para depois tentar exercer influência — tal como no tempo do Estado Novo — sobre as eleições locais. Foi isso que eu disse!

Se os senhores realmente ficam agastados e já não podem ouvir as críticas da oposição, o problema é vosso! ... Simplesmente, fui e sou antifascista, mas também sou democrata e oijo com mais paciência as diatribes e as objurgatórias e até, às vezes, os disparates da Aliança Democrática porque quando o PS foi governo, ouvi dizer aqui, repetidamente, que a crise do petróleo não existia ...

**Vozes do PS:** — É verdade!

**O Orador:** — ... e que era um *bluff* inventado pelo PS, para esconder a sua incapacidade. Ouvi repetir isso várias vezes. O Sr. Ministro Ângelo Correia, quando deputado, disse-o aqui várias vezes!

Ora, toda a gente sabe que a crise do petróleo vem desde 1973! Toda a gente sabe que o segundo choque petrolífero — frase bonita que agora se inventou — foi em 1979 e em 1980.

O programa eleitoral da Aliança Democrática foi apresentado em fins de 1979, quando o primeiro choque já tinha vindo à luz e foi apresentado em 1980, dizendo-se que o Programa de 1980 era o mesmo do ano anterior, quando o segundo choque petrolífero era conhecido de toda a gente, incluindo o Sr. Deputado Carlos Robalo, que é um especialista em combustíveis, segundo parece!

*Risos.*

Portanto, é certo que a Aliança Democrática sabia perfeitamente das dificuldades existentes na conjuntura internacional e que o Sr. Ministro das Finanças critica o Sr. Ministro Cavaco e Silva. Isto é indiscutível! Vem aqui na proposta de lei sobre o orçamento! Aqui se diz que os défices orçamentais no decurso dos anos recentes vieram a atingir valores claramente excessivos em comparação com o produto nacional, 11,1 % em 1980 segundo as estimativas disponíveis!

De quem é esta gestão? É de Cavaco e Silva. Isto é uma crítica frontal à administração feita por Cavaco e Silva! É o Sr. Ministro das Finanças que o diz!

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

Nós ouvimos aqui o Sr. Ministro Cavaco e Silva, com o dogmatismo que caracteriza certos mentores da Aliança Democrática, dizer repetidas vezes que o défice externo era irrelevante!

Dizia: o que me importa o défice externo? Isso não tem importância nenhuma, o que interessa é a inflação.

Bem, agora temos um défice de 2,2 biliões. Enfim, deixo essa dança de S. Vito dos mímberos para os entendidos ...

Mas vem-me o Sr. Ministro das Finanças dizer que está alarmado com esse défice externo! E nós estamos também! Mas a política de valorização do escudo feita por Cavaco e Silva, não teve influência neste estado de coisas? A anestesia de sensibilidade pública para um problema tão importante como este, a preocupação sectária de desvalorizar a actuação dos governos do PS e nomeadamente de Victor Constâncio, esse espírito de capela estreito não teve influência nesse estado de coisas?!

É evidente que teve, só um cego é que não reconhece!

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

É evidente que essa crítica implícita foi feita pelo Dr. João Salgueiro, que é um homem que não podemos obrigar a dizer aquilo que ele não pensa, mas que não vai mentir dizendo o contrário do que está escrito nesses papéis e que resultam das suas intervenções!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à política financeira, na altura em que pertenci ao Governo e estive na Pasta das Finanças, direi que o PSD é que não pode enjeitar essa política! O PSD esteve representado por 2 secretários de Estado quando fui Ministro das Finanças. O Dr. Santos Silva, que abandonou o PSD, esteve no governo. Mais tarde, o Dr. Sá Carneiro avistou-se

comigo e disse que dado que o Dr. Santos Silva tinha abandonado o seu partido ele entendia que o PSD deveria estar representado e propôs-me que eu, por assim dizer, expulsasse o Dr. Santos Silva e pusesse em seu lugar o professor Sousa Franco. Recusei-me e disse: ninguém sai do Governo, mas acho normal que o PSD tenha um representante que designe. Portanto, o Dr. Sá Carneiro designou o professor Sousa Franco. Sendo assim, o PSD tem de ser solidário com a política do Ministério das Finanças quando fui membro do governo, porque aprovou a nível de Ministério das Finanças e a nível do governo onde estava representado!

Não tenho pretensões de ser um grande Ministro das Finanças e com certeza que não sou!

Mas depois de eu lá estar, não vi, realmente da parte da Aliança Democrática, melhor do que eu!

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

Quanto às interpelações do Sr. Deputado Borges de Carvalho, já respondi. Não quis assustar ninguém. Aliás, não percebo por que motivo é que quando falo as pessoas ficam assustadas. Não ficam assustadas pela forma como eu digo as coisas, ficam assustadas pela verdade das coisas que eu digo! E aí, então já o problema é totalmente diferente. Já respondi às observações feitas pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho e por outros deputados: a oposição não tem de apresentar uma outra versão do OGE! Terá de discutir certas questões, na especialidade, e fá-lo-á com toda a certeza! Quando for governo apresentá-lo-á e esperemos que para bem do povo português isso não demore muito tempo!

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia, para fazer um protesto.

A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PSD): — Como açoriana que sou, sinto-me ofendida com as afirmações do Sr. Deputado Salgado Zenha. Disse ele que o governo do PSD nos Açores era uma dita «branda», eufemismo interessante para dizer que era uma ditadura embrulhada em brandura!

Sr. Deputado, esse governo está lá porque tem sido sucessivamente eleito por um povo cujas tradições liberais lhe deviam merecer maior respeito!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

A Oradora: — Dizer que o Governo açoriano é uma ditadura «branda» ou uma partidocracia é ofender o povo açoriano!

Sr. Deputado, lembro-lhe as grandes tradições liberais dos açorianos que muito contribuíram para desfraldar em Portugal a bandeira da liberdade!

O Sr. Deputado está a desvirtuar a história de um povo, cujo sangue correu para defender as liberdades neste país e para oferecer a liberdade à pátria portuguesa!

Desculpe-me, Sr. Deputado Salgado Zenha, tenho muito apreço por si, mas não posso calar-me!

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Ainda para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — São só dez segundos.

Lamento apenas que o Sr. Deputado Salgado Zenha tenha fugido com o rabo à seringa, não respondendo a uma única pergunta das que lhe fiz.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vargas Bulcão, também para um protesto.

O Sr. Vargas Bulcão (PSD): — O protesto que queria formular, como deputado eleito pelos Açores, já foi em grande parte aduzido pela Sr.<sup>a</sup> Deputado Natália Correia.

Choca-me que o Sr. Deputado Salgado Zenha tenha apelidado os Açores como vivendo numa dita «branda» e numa partidocracia! Os resultados das eleições estiveram à vista de toda a gente e não é pelo facto de a população açoriana votar esmagadoramente num determinado partido que se pode apelidar essa população de viver numa dita «branda» ou no que quer que seja. Portanto, queria deixar aqui um protesto em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Salgado Zenha acerca dos Açores.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha para responder.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Serei muito breve. Mantenho integralmente o que disse. Não me referi aos povos açoriano ou madeirense. Referi-me aos governos do PSD nessas regiões insulares ...

A Sr. Natália Correia (PSD): — Eleitos pelo povo! ...

*Vozes do PSD:* — A ofensa é ao povo!

O Orador: — Estão muito nervosos hoje! ...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço o favor de deixarem o Sr. Deputado usar da palavra ...

O Orador: — Sr. Presidente, não peço a habitual dureza para intervir, peço apenas que me deixem falar. Já que sou antifascista, que ao menos aqui haja um regime democrático!

Simplesmente, se critiquei esses governos também o Sr. Deputado Rui Pena o fez. Por que não critica também, a Aliança Democrática, o CDS por essas críticas?!

*Risos.*

*Vozes do PS:* — Muito bem!

*Vozes do PCP:* — Ah! E agora?! ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, Dr. Luís Barbosa.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Luís Barboza): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 1980 disse como deputado nesta Câmara que Portugal, mais tarde ou mais cedo, teria de confrontar-se com as leis da aritmética.

O Orçamento para 1982 é já uma clara demonstração de que a afirmação feita em 1980 era correcta.

Todos teremos cometido erros, mas não vale a pena que os partidos democráticos se atribuam entre si responsabilidades.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Por que não fez a prova dos nove?!

O Orador: — As causas de fundo da crise que atravessamos são umas anteriores ao 25 de Abril, outras geradas nos desvios cometidos em 1974, 1975 e 1976.

Se somarmos a estas a crise internacional e as naturais consequências da reabsorção de mais de 600 000 pessoas vindas de Angola e Moçambique teremos razões mais do que suficientes para justificar os números a que chegámos.

Algumas medidas, no domínio da Saúde, que em sessões públicas a que assisti, anunciei de forma muito genérica, têm causado celeuma em todo o País. Até entre os partidos da maioria se elevaram vozes contrárias.

Considero positiva essa reacção. Estamos na altura de encarar frontalmente as nossas realidades e de as expor com coragem ao povo português.

Realizámos com a Comissão Parlamentar da Saúde e da Segurança Social, duas longas reuniões em que debatemos largamente com os deputados da maioria e da oposição os problemas e as soluções.

Estamos abertos a todas as sugestões, a todas as críticas e a todas as ajudas.

Mas não nos peçam que em nome de falsas concepções de justiça social ignoremos as duras realidades da situação que o País atravessa.

Aceitei ser membro do Governo para servir o meu País, para garantir a continuidade do regime democrático e só depois disso para servir as forças partidárias em que me insiro.

Como filho de operário que sou, e sinto-me muito honrado com isso, não sofro de complexos nem de esquerda nem de direita.

Meu pai ensinou-me com o seu exemplo que os pais devem sacrificar-se pelos filhos. Ele viveu pior do que poderia ter vivido para que eu tenha uma vida melhor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não posso aceitar que a Nação portuguesa esteja a fazer o contrário.

O Estado tem vindo a contrair dívidas que os nossos filhos terão de pagar para nós próprios estarmos a viver acima das possibilidades do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É bom que tenhamos a coragem de acertar as contas dentro da disciplina democrática não vá dar-se o caso de virem a ser, mais tarde, acertadas por outros e fora de um regime democrático. Foi assim em 1926.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 1980 registaram-se 60 milhões de dias de baixa por doença só nos beneficiários da Segurança Social. Em

média 17 dias por cada trabalhador. Repito, 60 milhões de dias de baixa por doença!

Vamos continuar a permitir esta hemorragia da nossa capacidade de trabalho?

Temos 400 mil pensões de invalidez. Número a que chegámos através da permissividade que se estabeleceu na sua indevida atribuição.

Vamos continuar a fazer pagar aos que contribuíram, durante dezenas de anos, para a segurança social, os custos dessa permissividade, traduzidos em magras reformas?

Vamos continuar a agravar os défices da nossa Balança de Transacções Correntes importando medicamentos que os utentes acumulam aos montes em suas casas até os deitarem para o lixo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só nos Serviços Médico-Sociais gastámos, em 1981, 12 milhões de contos com compras de medicamentos.

É aceitável que o número de dias de internamento seja o dobro do que é considerado normal, reduzindo a produtividade dos hospitais a 50 % do que deveria verificar-se?

É admissível que estejamos a depauperar o orçamento da Saúde pagando rendas e indemnizações às misericórdias na teima de querer manter sob controle estatal hospitais concelhios que funcionam de forma cada vez mais degradada? Vamos pôr de parte os bons serviços e a longa tradição das misericórdias no domínio dos pequenos hospitais em nome de que falsa eficácia?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As questões que enunciámos e tantas outras que poderíamos enunciar exigem respostas de fundo e uma acção continuada de gestão eficaz.

O Ministério dos Assuntos Sociais está disposto a lutar pela verdade e pela justiça social.

Quando se pedem sacrifícios aos doentes teremos de perguntar o que podem fazer pelo seu País os que se encontram de boa saúde.

Por isso as reacções às medidas anunciadas, muito genericamente, me parecem um despertar de consciências adormecidas e um primeiro sintoma de rejeição de profundos equívocos em que a sociedade portuguesa se enterra em cada dia.

No clima de constrangimento orçamental em que o Governo se empenhou não se configurou possível atribuir à Saúde mais de 54 milhões de contos.

Temos nesta altura, 3600 médicos para colocar por todo o País, durante o ano de 1982, 24 centros de Saúde para abrir. Vários hospitais distritais em fase de arranque. Os hospitais centrais carecem de obras de conservação e reparação dispendiosas.

Temos de encontrar solução financeira para a construção de 2 hospitais centrais de Lisboa.

A estimativa das despesas da Saúde, tendo em conta todos estes desenvolvimentos, é de 65,7 milhões de contos.

Ou parávamos ou pedímos taxas moderadoras mais elevadas a uma parte dos utentes, aquela que dispõe de maior capacidade económica. Escolhemos a 2.ª hipótese.

Há quem se mostre surpreendido com esta opção.

Em todo o caso, o artigo 6.º da Lei n.º 56/79, diz que a garantia de acesso aos cuidados de Saúde não sofre restrições, salvo as impostas pelo limite de recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

É o caso presente.

A mesma Lei n.º 56/79 diz no seu artigo 7.º: O acesso ao Serviço Nacional de Saúde é gratuito, sem prejuízo do estabelecimento de taxas moderadoras diversificadas tendentes a racionalizar a utilização das prestações.

É nesta filosofia que nos inspiraremos dentro dos limites financeiros, técnicos e humanos disponíveis.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Programa Eleitoral da AD de 1979 diz:

Não é justo nem eficaz que se prestem cuidados de saúde gratuitos a todos os cidadãos, quaisquer que sejam os respectivos rendimentos.

Prometê-lo é, nas actuais circunstâncias, além de um acto de pura demagogia, levantar dificuldades de funcionamento aos serviços, que mais tarde ou mais cedo se reflectirão na sua qualidade.

Na crise económica que o País enfrenta, só se atingirá uma maior justiça social se cada um pagar os cuidados de saúde de acordo com as suas posses. Será por isso estabelecido um sistema de pagamento em percentagens variáveis dos rendimentos. Os mais pobres, evidentemente, nada pagarão.

Foi com este programa que ganhámos as eleições.

Vozes do PCP: — Ah!...

O Orador: — Neste programa nos inspiraremos. Por sua vez o programa do VII Governo afirma:

A universalidade dos cuidados de saúde não pode nem deve ser acompanhada de gratuitidade dos mesmos em relação a toda a comunidade. Esta deverá ser chamada a participar nos gastos com a saúde de acordo com as suas disponibilidades financeiras, ficando apenas isentos de quaisquer contribuições os estratos populacionais desfavorecidos.

Por último o programa do VIII Governo afirma:

Reconhece-se universalmente que não há orçamentos capazes de responderem, integralmente, às despesas cada vez maiores que as sociedades modernas exigem no campo da Saúde. E se isto é assim, obrigando a escolhas e opções orçamentais nos países ricos, será pura demagogia afirmar que, em Portugal, é possível orçamentar a Saúde de acordo com as suas necessidades. O que se propõe o Governo é dotar o sector com o máximo orçamental possível, desenvolver as medidas necessárias à melhor utilização dos recursos existentes e continuar uma política que estruture, rapidamente, novas formas de financiamento da saúde.

A comunidade deverá ser chamada a participar nos gastos com a Saúde, de acordo com as

sus disponibilidades financeiras, ficando apenas isentos de quaisquer contribuições os estratos populacionais desfavorecidos.

O eleitorado e esta Assembleia votaram favoravelmente um programa eleitoral e dois programas de Governo cujos textos não deixam margem para dúvidas.

Criámos uma sociedade em que alguns portugueses comem lagosta mas não podem contribuir para os cuidados de saúde enquanto outros não comem lagosta melhores cuidados de saúde.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tenham paciência. Alguns terão de comer menos lagostas para que outros possam ter melhores cuidados de Saúde.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Os que comem lagosta votam na AD!

O Orador: — Enquanto for Ministro dos Assuntos Sociais ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não há lagosta!...

O Orador: — ... nenhum português deixará de receber os cuidados de saúde de que carecer por não poder pagar as taxas moderadoras.

Os reformados, os grandes inválidos, as grávidas, as crianças até 12 meses e os de mais débeis recursos económicos não sofrerão qualquer agravamento nas condições de que hoje usufruem, mas os restantes terão taxas agravadas de acordo com a sua capacidade económica. Repito: taxas agravadas de acordo com a sua finalidade económica!

Risos do PCP.

Neste contexto ainda não percebi se as manifestações de rua visam defender os grupos sociais de mais elevados rendimentos.

O Sr. Vidal Amaro (PCP): — É uma vergonha!...

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante uma proposta do Governo que cabe a esta Assembleia discutir e votar.

Durante as reuniões que realizámos, tranquila e construtivamente com a Comissão Parlamentar, estivemos longe do calor normal dos debates efectuados no Plenário.

Vão certamente surgir críticas acutilantes da parte da oposição. Mas a aritmética é a aritmética. A oposição que faça sugestões:

- aumentar os impostos?
- cortar no orçamento das forças armadas?
- cortar na verba destinada às autarquias ou à Educação?
- Não aumentar os funcionários públicos?
- Ou talvez cortar os aumentos de capital previstos para as empresas públicas?
- ainda uma alternativa: aumentar o défice orçamental e transferir para as gerações futuras o pagamento das dívidas que contrairmos?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Das indemnizações é que não fala!...

**O Orador:** — Algumas forças políticas continuam a querer fazer acreditar aos portugueses que o sector empresarial do Estado, nacionalizado numa semana de desvario revolucionário, é uma conquista irreversível dos trabalhadores.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Está na Constituição!

**O Orador:** — Se somarmos os aumentos de capital, os subsídios, os prejuízos previstos e as indemnizações a pagar aos expropriados não me custa crer que tal sector custe ao Estado, às claras e encapotadamente, em 1982, os mesmos 54 milhões de contos que o orçamento vai despender com a Saúde.

A Constituição impede e parece que continuará a impedir reprivatizações porque os partidos da oposição não abrem mão de tão preciosas conquistas. O Conselho da Revolução veta por razões políticas as sucessivas propostas de alteração à lei de delimitação entre os sectores público e privado.

Entretanto assumem-se compromissos de dezenas de milhões de contos nessa actividade empresarial do Estado, os quais tanta falta fazem aos sectores sociais.

Em 1980 disse que Portugal mais tarde ou mais cedo se confrontaria com as leis da aritmética. Hoje em fins de 1981 direi que o problema das nacionalizações se há-de resolver, mais tarde ou mais cedo, por redução ao absurdo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois de pesados todos os condicionalismos existentes, o Governo apresentou a sua proposta que agora está em discussão. Como Ministro dos Assuntos Sociais sinto a minha consciência tranquila. Ninguém no futuro poderá acusar-me de não ter, a tempo e horas, alertado os portugueses para as realidades que com força de ânimo teremos de enfrentar.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Registam-se pedidos de pa'avra dos Srs. Deputados Mário Tomé, Vidigal Amaro e Zita Seabra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: O Sr. Ministro nesta sua intervenção pretendeu colocar as contradições da sociedade portuguesa como contradição entre pais e filhos, entre os que metem baixa e os que a não metem, entre os que pagam os serviços de saúde e os que não pagam, entre aqueles que alcançam esses serviços e os que os não alcançam. Isto tudo, o que é natural, para escamotear a verdadeira contradição existente na nossa sociedade e que é a que existe entre aqueles que o Sr. Ministro representa, isto é, os tais que comem lagosta, e aqueles que a oposição representa, ou seja, os que passam fome, os que não têm direito a nada, os que são espancados.

Aproveito para dizer que na minha deslocação ao Tribunal de Sintra, para servir de testemunha abonatória, encontrei cerca de vinte guardas da GNR

a guardar duas operárias da Cambournac, que se encontravam dentro de um jeep, tapadas como as galinhas que se levam ao mercado, estando ali, nessa situação, desde as 11 horas da manhã, presas e espancadas, não tendo sequer comido. Estas é que são as contradições, relevadas nestes actos que o Sr. Ministro pretende escamotear.

Nós já aqui dissemos várias vezes que não nos preocupamos nada que os que comem lagosta não paguem os serviços de saúde se a política que presidir a este país os obrigar a pagar, com língua de palmo, através do não pagamento de indemnizações, através de impostos altamente progressivos, através do não permitir que engordem com grandes lucros à custa daqueles que trabalham. Este é que é o problema que se pretende, sistematicamente, escamotear com estas oratórias que nós aqui, infelizmente, temos que ir ouvindo, esperando embora que seja por pouco tempo.

Nós temos uma proposta que se traduz numa política que faça os ricos pagar a crise, a fim de que o povo português tenha o direito à educação, à saúde, à habitação, não seja corrido à cacetada e a tiro das casas que ocupa — que se encontravam vazias há dois anos — por força de viverem em barracas, na intimidade dos ratos. Estas as nossas propostas, a nossa política.

Claro é que esta política só pode ser prosseguida por um Governo que esteja ao serviço dos trabalhadores e não por um governo que está ao serviço dos capitalistas. Estas as propostas que esperemos sejam postas em prática bastante mais cedo do que alguns pensam.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Do discurso do Sr. Ministro e do uso de uma linguagem aritmética, nós temos que prever, realmente, a política deste Governo. Assim, este Governo soma promessas demagógicas, soma ataques às leis vigentes e à própria Constituição da República, aumenta os preços dos medicamentos, taxas, consultas, internamentos, urgências, etc., etc.; diminui o poder de compra dos trabalhadores, os seus salários reais, a qualidade de serviços de saúde prestados, a possibilidade de tratamento, subtrai aos serviços públicos, prestadores de cuidados de saúde, em benefício do sector privado, 12 milhões de contos no OGE; multiplica os lucros das multinacionais da indústria farmacêutica, das clínicas privadas e dos que enriquecem com a doença, multiplica as dificuldades de acesso aos serviços de saúde ...

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — ..., quer dividir a responsabilidade, que só a si cabe, pelo mau funcionamento dos serviços com os trabalhadores do sector; divide pelos grandes agrários, capitalistas e latifundiários, a título de indemnizações, os milhões de contos que faltam à saúde.

O não a este OGE, a demissão deste Governo é, além de uma questão de saúde pública, uma questão de saúde política. Queria perguntar ao Sr. Ministro como concilia este Governo, esta maioria, as medi-

das agora anunciadas para a saúde, — já não pergunto com a Constituição e com a Lei do Serviço Nacional de Saúde —, com o Programa do Governo e o programa da própria AD.

Só para terminar, como é que o Sr. Ministro pode considerar serem estes aumentos anunciados para a saúde — de 600\$ para internamentos e 400\$ para consultas — taxas moderadoras?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Uma voz do PCP:** — São taxas imoderadas!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.º Deputada Zita Seabra.

**A Sr.º Zita Seabra (PCP):** — Sr. Ministro, o meu grupo parlamentar terá oportunidade de fazer uma intervenção na área dos Assuntos Sociais. Por isso, eu queria simplesmente colocar-lhe algumas questões extremamente claras que, em sede do OGE, podem definir perfeitamente a política da AD e a política do governo da AD.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, a saúde é um direito universal, geral e gratuito — diz a Constituição e muito bem. A Constituição está em vigor e a Lei do Serviço Nacional de Saúde também. A AD tentou na Comissão Eventual de Revisão Constitucional alterar este princípio da Constituição. Não o conseguiu.

Por outro lado, a revisão constitucional ainda não está concluída. Sendo assim, mantém-se em vigor o princípio de que a saúde é um direito universal, geral e gratuito, repito. Como é possível conciliar, Sr. Ministro, este princípio constitucional, no que respeita à questão da gratuitidade, com a política que o seu Governo está a seguir de aumentar os preços de todos os serviços de saúde, incluindo o de alguns que no tempo do ditador Salazar eram gratuitos?

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Como é que acha compatível o facto de todos os serviços de saúde passarem a ser pagos com o consagrado na Constituição acerca da gratuitidade da saúde?

Segunda questão: Sr. Ministro, pensa que para equilibrar o OGE é preciso violar um princípio máximo de direito social, isto é, o princípio do não retorno? A garantia de que as conquistas sociais fundamentais deverão ser progressivamente alargadas e nunca restrinvidas não é, Sr. Ministro, um princípio a salvaguardar? Os seus colegas de Governo vão fazer o mesmo, para equilibrar o OGE, pondo em causa direitos sociais fundamentais, como por exemplo a jornada de oito horas de trabalho, o direito a um mês de férias dos trabalhadores portugueses. Vamos regressar ao século XIX, Sr. Ministro?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Terceira pergunta: quando um cidadão não tiver dinheiro para pagar o internamento de vinte dias num hospital, o que custa mais que o salário mínimo nacional, isto é, 12 000\$, o que é que vai fazer o Ministério dos Assuntos Sociais? Exige

pré-pagamento à entrada? Manda prender o desgraçado que não teve dinheiro para pagar os vinte dias? Isto, Sr. Ministro, porque quem vai pagar os internamentos num hospital — e não venha fazer demagogia porque ninguém acredita nisso —, não são os que comem lagosta, porque esses vão para as clínicas privadas. Alguma vez o Sr. Ministro esteve internado num hospital público? Quem vai para os serviços públicos de saúde, para o Hospital de S. José e para o Hospital dos Capuchos são aqueles que nunca comem lagosta. São esses que vão pagar os 600\$ por cada dia de internamento hospitalar.

Por isso, Sr. Ministro, pergunto-lhe: como vai fazer quando não houver dinheiro para pagar uma consulta de urgência de 400\$? Que vai fazer o seu Ministério quando uma criança — que não come lagosta, Sr. Ministro, não seja ridículo —, e que a partir de um ano de idade passa a pagar 400\$ por uma consulta de urgência, o que é que se vai fazer a essa criança quando entrar num hospital? Como é que vai resolver o assunto?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Deixa esse problema porque é um a menos.

**A Oradora:** — Quarta pergunta: Sr. Ministro, para o MAS a justiça social e a distribuição da riqueza nacional consistem em pôr os doentes a pagar a crise?

O actual Ministro dos Assuntos Sociais segue um lema e uma política ainda mais reaccionários que o Ministro que o antecedeu. Isto é, enquanto este último dizia que quem quisesse saúde a devia pagar, o Sr. Ministro diz para os doentes pagarem a crise, para os doentes pagarem se quiserem ter saúde. O seu objectivo, Sr. Ministro, é pôr os hospitais a darem lucro? O seu objectivo, Sr. Ministro, o seu sonho é tornar os hospitais rentáveis? O seu grande desejo, Sr. Ministro, é que o OGE deixe de dar défice através das receitas provenientes da política de saúde das taxas moderadoras? O Sr. Ministro consegue dormir descansado ...

**Vozes do PCP:** — Claro que dorme!

**A Oradora:** — ... desde que tomou estas medidas, lesando exactamente aqueles que do 25 de Abril mais esperavam, isto é, o povo trabalhador, quando está doente? Consegue não se rir Sr. Ministro quando lê o Programa do Governo ou o programa da AD e quando lê a Constituição?

Quinta pergunta, Sr. Ministro: violando a Constituição, a lei e os princípios básicos do direito social e atentando desta forma tão cruel contra o bem-estar dos portugueses, não acha, Sr. Ministro, que por tudo isto é legítimo que se reivindique a sua demissão? Não acha Sr. Ministro que só há uma solução: é ir-se embora já?

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não acha Sr. Ministro que a alternativa não está na aritmética, antes sim em o Sr. Ministro se ir imediatamente embora, para que os portugueses tenham o direito à saúde?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Aplausos do PCP e do MDP/CDE.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, a fim de responder às perguntas que lhe foram formuladas, queria avisar que, de acordo com o estabelecido em conferência dos grupos parlamentares, a nossa reunião será interrompida às 20 horas e reaberta às 22 horas.

Tem então, a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Luís Barbosa):** — Não há dúvida que, antes de mais, se pode tirar uma constatação das perguntas e afirmações feitas.

Como não houve nenhuma reclamação da parte de certas bancadas contra a redução nos consumos de lagosta, presumo que só os deputados do lado esquerdo da Sala se sentiram apanhados por este consumo.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

*Protestos do PCP.*

Mas queria dizer outra coisa: há que saber quem se serve do Serviço Nacional de Saúde em Portugal. E a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra pôs uma excelente questão a esse respeito.

Há bem poucos dias o Sr. Ministro da Indústria, militante do CDS, teve um acidente de automóvel de relativa gravidade e esteve internado, durante todo o tempo de que careceu, no Hospital de Santa Maria. Os médicos e o restante pessoal ficaram muito impressionados por esse facto, tendo dito ao Sr. Ministro que era caso para admirar na medida em que, há bem pouco tempo, um líder muito significativo do Partido Comunista tinha lá tido um familiar seu internado que rapidamente fez deslocar para o Hospital Particular de Jesus.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Que argumentos políticos! Que cabeça!

*Protestos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Orador:** — Também fico muito lisonjeado pelo facto de também eu dever ir para a rua. Já não é só o Primeiro-Ministro, sou também eu! ...

**Vozes do PCP:** — São todos!

**O Orador:** — É pena que o Sr. Deputado Mário Tomé não esteja presente porque gostaria de lhe dizer alguma coisa. De facto, em matéria de comer ou não lagosta — que é sempre um ponto extremamente delicado —, devo antes de mais dizer que não gosto de lagosta. Mas quando frequentava a escola «A Voz do Operário», onde fiz a instrução primária, almoçava na cantina sopa de feijão com massa e um quarto de pão escuro.

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Também não é mau!

**O Orador:** — Não tenho, portanto, que receber lições de justiça social dos que possivelmente se alimentaram a «Pelargon» e a bifes do lombo.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Eleve o nível do debate, Sr. Ministro!

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Sr. Ministro, saia da cozinha e entre nas questões!

**O Orador:** — Bom, se me dão licença, gostaria de responder a algumas das perguntas que me foram formuladas.

Em primeiro lugar, um argumento de natureza constitucional: a Constituição estabelece vários direitos e, infelizmente, muitos deles não foram ainda atingidos. São direitos para os quais a sociedade portuguesa entende que se deve dirigir e que deve proporcionar a todos os portugueses mas, de facto, ainda não conseguiu fazê-lo.

Nunca tivemos em Portugal um Serviço Nacional de Saúde gratuito. Sempre foi pago, em certos aspectos houve comparticipações e é nesse caminho que nos mantemos.

Mas há ainda que ser realista em relação a outro aspecto: aquilo que nesta altura se pensa é que as taxas moderadoras não podem deixar crianças desprotegidas nem nenhum doente, qualquer que seja a sua condição económica, sem o respectivo tratamento.

**O Sr. Manuel Lopes (PCP):** — Mas deixam!

**O Orador:** — Nesta altura não tenho nenhuma dúvida em como deixam. Mas o que nós pretendemos é sair da situação de se ter um pretenso Serviço Nacional de Saúde gratuito que não existe.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

E talvez seja melhor tentar racionalizá-lo — e recordo as conversas que tiveram lugar a este respeito na comissão parlamentar respectiva —, talvez seja melhor fazer com que as pessoas começem a pensar que a saúde custa algum dinheiro para que dela possam tirar todo o proveito.

*Aplausos do CDS.*

É preciso que as pessoas o saibam para que não desperdicem, como acontece neste momento, em que os desperdícios são enormes. E devo dizer que talvez este Governo esteja disposto a aceitar taxas moderadoras mais brandas se todos os profissionais da saúde estiverem na disposição de, em conjunto com o Governo, procurar poupar de todas as formas, pôr termo a todos os abusos sem, naturalmente, pôr em causa os cuidados que cada um deve e merece ter e que o Governo tem de encontrar as formas de proporcionar. O que não é possível é continuar a situação que actualmente se verifica.

Não ponho em causa, de maneira nenhuma, as pessoas que com boas intenções têm procurado que os serviços de saúde sejam prestados ao povo português. Penso que é um esforço meritório. Podemos estar de acordo ou em desacordo em relação a alguns aspectos, mas as boas intenções merecem o nosso reconhecimento, merecem o nosso apoio e merecem também a nossa discussão. Não podemos é discutir algo que não conduza a um objectivo único e primordial, que é melhorar a situação dos cuidados de saúde.

Hoje, quer os profissionais de saúde quer os doentes reconhecem insuficiências, gastos, abusos, desperdícios de toda a ordem, que não são aceitáveis para um país como o nosso.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando se fala do não retorno, devo dizer que não é isso que está em causa, Srs. Deputados. É que dentro desta pretensa fúria de justiça social esquecemos de alguns aspectos fulcrais. Um deles é que, neste momento, se está a gastar no distrito de Lisboa seis mil escudos, em matéria de cuidados de saúde, com cada cidadão. No distrito de Bragança gasta-se apenas três mil escudos. Essa é uma forma de injustiça como outra qualquer.

Quando queremos mandar para a província 3600 médicos são 3600 clínicos gerais ou especialistas com uma esferográfica em punho para receber medicamentos a quem deles carece e hoje essas pessoas não têm medicamentos de nenhuma espécie. O que pretendemos é que passem a ter ...

**O Sr. Vidigal Amaro (PCP):** — Pagando!

**O Orador:** — ..., mas de uma forma racionalizada. Já tive ocasião de referir uma coisa muito importante aos meios de informação. É que o facto de termos abanado esta estrutura já levou a que a Associação Nacional de Farmácias considere como aceitável a venda avulsa de medicamentos, vendidos em embalagens às farmácias e destas vendidos avulso ao público. Isto faz com que um médico possa deceitar a cada doente apenas os medicamentos estritamente necessários e não aqueles que hoje se acumulam em casa de cada utente como um verdadeiro desperdício.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que realmente queremos, Srs. Deputados, é mudar a sociedade portuguesa.

Não tenho muito tempo para continuar no uso da palavra, mas queria só lembrar que em 1978 o Sr. Dr. Vitor Constâncio escrevia no programa do II Governo Constitucional: «A austeridade consistirá também na contenção do crescimento de certos benefícios sociais que não poderão, por algum tempo, progredir a ritmo a que se tem vindo a verificar. Isto resulta também da necessidade de conter o défice orçamental.

A situação da Previdência é, como se sabe, preocupante e basta pensar qualquer esforço adicional, por exemplo no domínio das reformas, que implica encargos elevadíssimos visto que, havendo cerca de um milhão de reformados, cada aumento individual de cem escudos por mês para treze meses significa uma despesa de um milhão e trezentos mil contos.»

Actualmente, cada cem escudos por reformado representa dois milhões e duzentos mil contos. O que queríamos, Srs. Deputados, era sair desta situação, e podem crer que faremos todo o esforço para que a saúde e a segurança social em Portugal avancem por caminhos diferentes. Mas para isso é preciso ter a coragem de tomar medidas que sejam saneadoras e encarar os problemas de frente.

Como vos disse, as sugestões, as ajudas, as críticas serão todas bem vindas, como deixámos bem patente

na comissão parlamentar respectiva, que reuniu duas tardes para analisar em profundidade todos os problemas orçamentais. Aliás, devo agradecer o clima construtivo que se verificou nestas duas reuniões.

**Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.**

**O Sr. Presidente:** — Para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Cruz.

**O Sr. Pinto da Cruz (CDS):** —

### Comissão de Regimento e Mandatos

#### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 14 de Dezembro de 1981, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido da Ação Social-Democrata Independente: Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda (círculo eleitoral de Braga), por António Jorge Duarte Rebelo de Sousa. Esta substituição é pedida para os dias 15 a 18 de Dezembro corrente, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com abstenção da União Democrática Popular.

A Comissão, Presidente: Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário: Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Víctor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Luís Carlos C. Veloso de Sampaio (CDS) — Álvaro Augusto Vieira de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho Vitorino (UEDS) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP) — Mário António Baptista Tomé (UDP).

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do relatório que acaba de ser lido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade (não se encontrando presente a UDP).*

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Sr. Presidente, consta na minha bancada que deu entrada na Mesa uma carta assinada pelo Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro, Dr. Ribeiro e Castro, que foi citado esta manhã relativamente ao debate que se processou sobre a Radiotelevisão Portuguesa.

Pretendia que a Mesa me informasse se este facto corresponde à verdade e, no caso afirmativo, se poderia ou ler a referida carta ou então fazer distribuí-la pelas bancadas e pedos órgãos de comunicação social.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Rui Pena, efectivamente deu entrada na Mesa uma carta subscrita pelo Sr. Secretário de Estado Ribeiro e Castro.

Acontece que, de acordo com as normas desta Assembleia, não é líquido que a carta deva ser lida. Penso pôr o problema na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, que terá lugar às 22 horas, e no caso de ser deliberado em conformidade será depois lida.

Entretanto, já foi determinada a sua distribuição aos grupos parlamentares para seu conhecimento.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

**O Sr. Ministro da Administração Interna (Ângelo Correia):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Constitui uma área de empenho político decisivo e correspondente ao programa do seu Governo o reforço do poder e do papel do Poder Local na sociedade democrática. Fazêmo-lo por convicção política, porque isso corresponde ao nosso ideário, ao nosso programa.

O reforço do Poder Local reforça a democracia. É mais sentido o exercício desse direito democrático dos cidadãos no seu local de vida; aperta a própria malha democrática; reforça a participação e a responsabilidade e não há democracia sem responsabilidade. Nesse sentido, o nosso apoio ao Poder Local é o apoio à consolidação do próprio processo democrático.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, o reforço do Poder Local permite a correcção de desigualdades regionais, permite ultrapassar uma situação recebida e que nos últimos anos não teve tratamento e acolhimento favorável por parte de alguns poderes políticos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Permite, por último, induzir a própria reconstrução do Estado democrático. Por esse conjunto de razões a nossa aposta no Poder Local é decisiva, tal como corresponderia à perspectiva enunciada no Programa do Governo.

A acção desenvolvida pelo Poder Local, através da legislação que lhe diz respeito, tem sido favorável, de um modo geral, para o País. Por isso, testemunhamos daqui o apreço que temos por todos os autarcas, homens e mulheres abnegados, que ao longo de várias zonas do País, dedicam o melhor do seu esforço,

sem contrapartidas financeiras, a uma causa que é a do povo que os elegeu mas que, por isso, é uma causa nacional.

Pensamos que é chegado o momento de integrar o conjunto de peças legislativas que ao Poder Local dizem respeito numa perspectiva integrada e fazêmo-lo hoje, aqui nesta Câmara, como resposta a dúvidas que, a nosso ver, não legitimamente, foram colocadas no sentido de se saber da perdurabilidade da prioridade política atribuída ao fenómeno da regionalização, tarefa em que se empenha o Governo, os autarcas e também a própria Assembleia da República.

De um modo geral, quando se fala em regionalização, do nosso ponto de vista, deveremos abordar o problema em duas perspectivas distintas: a perspectiva quantitativa e a perspectiva qualitativa.

Procuraremos, a traços largos, responder a dúvidas que foram colocadas sobre o mérito e o alcance do fenómeno e do processo da regionalização, tal como o concebemos.

Encontra-se neste momento preparado um conjunto de diplomas — quase uma dezena — que procura, dum modo articulado e harmonioso, responder ao problema qualitativo de regionalização traduzido, nesta fase, por um reforço da autonomia e capacidade do Poder Local.

Sucintamente apontaremos os principais: a revisão da Lei das Finanças Locais, a revisão da atribuição das autarquias locais e a competência dos respectivos órgãos, a delimitação de competências entre a Administração Central, Regional e Local em matérias de investimentos, a extensão às educadoras de infância vinculadas à Administração Local do preceituado no Decreto-Lei n.º 513-M1/79, o reajustamento da composição e funcionamento dos conselhos consultivos e coordenadores das comissões de coordenação regional, a regulamentação do plano director municipal, os sistemas de planeamento intermunicipais, a regulamentação do regime de instalação do Centro de Estudo de Formação de Autarcas, a resolução que cria a Comissão de Revisão do Código Administrativo, a Lei Quadro do Funcionalismo Autárquico e outros diplomas, que, a seu tempo, virão a esta Assembleia.

No plano quantitativo, a crítica eventualmente elucidada. Assim, em 1975 a verba transferida para as autarquias locais era de 3 milhões de contos. Hoje é cerca de 47 milhões e 700 mil contos — é-o para 1982 —, correspondendo, na alínea a) do artigo 5.º, a 7 milhões e 400 mil contos e 40 milhões e 300 mil contos correspondentes à alínea b) e c) do mesmo artigo da mesma lei.

Quando se diz que a Aliança Democrática e os seus sucessivos Governos não se empenharam no apoio ao Poder Local é esquecer que na vigência dos Governos que foram presididos pela Aliança Democrática foram transferidos 125,5 milhões de contos para essas mesmas autarquias. Não sei como é que se poderá falar em não apoio às autarquias locais perante o volume de apoios financeiros de transferências que a elas se manifestam.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — No próprio plano quantitativo, se é certo que este Orçamento reflecte uma situação finan-

ceira difícil para o País, fruto de circunstâncias que não são imputáveis ao Governo e ao próprio País, fruto de circunstâncias expostas anteriormente, é de realçar que as verbas de transferências para o Poder Local são as rubricas que mais crescem no presente Orçamento, em alguns casos 16 %, que suplantam a média geral em muitos outros sectores também altamente carentes. Simplesmente, num cenário de dificuldade, o valor relativo do crescimento atribuído às transferências para o Poder Local manifesta à evidência que a prioridade correspondente ao esforço da regionalização, à dignificação do Poder Local tem contrapartida, tem um reflexo directo neste mesmo Orçamento.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É certo que continuam as dificuldades, continuam as interpretações em relação à Lei das Finanças Locais. É por essa razão que, no âmbito da competência da Assembleia da República, será proposta à mesma um novo diploma sobre o regime da Lei das Finanças Locais, assim como outros diplomas que há pouco enunciei. Em ambos manifesta-se claramente o reforço e a capacidade de iniciativa do Poder Local no sentido de nunca lhes consagrar verbas em valor inferior àquelas que vinham recebendo nem como um processo de clarificação na atribuição das respectivas transferências. Isto, feito numa base da receita geral do Estado, numa base de inequívoca transferência não se permitindo por isso quaisquer dúvidas ilegítimas sobre o nosso próprio empenho nesse mesmo reforço.

Mas se no âmbito de apoio ao Poder Local são contabilizadas apenas as verbas correspondentes às transferências para as Finanças Locais, seria bom não esquecer outras acções que, no mesmo âmbito, o Governo Central desempenha.

Assim, não podemos esquecer o apoio que irá ser concedido pelos GAT's, através dos orçamentos das CCR's, que estão contemplados no Orçamento Geral do Estado do poder central, não pode ser escamoteado o apoio através dos investimentos intermunicipais, não poderá ser também escamoteado o fenómeno das comparticipações havidas de obras antes da publicação e promulgação da Lei das Finanças Locais que as câmaras municipais esta semana — esperamos — irão ainda receber, fruto dessa mesma circunstância.

Não podemos também esquecer o apoio à construção de novas sedes de Juntas de Freguesia de autarquias, o que, a nosso ver, representa um esforço muito claro em termos adicionais do empenho do poder central às mesmas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao trajecto geral, que nós desejariamos harmonioso e integrado, desse conjunto de novos diplomas que se vai manifestar a esta Assembleia da República devemos realçar a nova delimitação em matéria de competências, em matéria de investimento bem como a nova perspectiva da lei de atribuições das assembleias das câmaras municipais e respectivos órgãos.

Devo dizer que aquilo que do nosso ponto de vista contempla é um aspecto inovatório em algumas medidas que ampliam essas mesmas atribuições correspon-

dentes também a uma amplitude e acção no âmbito da matéria de investimentos que lhes irá corresponder.

E não poderá sequer alguém duvidar do nosso empenho nesse sentido já que procuraremos que no período de tempo que medeia entre 1982 e 1986 se faça uma transferência de funções, de competências e respetivo pessoal e verbas que afectam directamente as autarquias na medida da deseabilidade expressa por essas mesmas autarquias. Isto é, não desejaremos afogar as autarquias com um conjunto de novas funções para as quais se possa não desejar o seu exercício imediato, transferiremos o consequente pessoal e verbas na exacta medida em que forem as autarquias a solicitar, mediante formas de protocolo a estabelecer entre o poder local e o poder central.

Dessa maneira respeitaremos não só o interesse da autarquia como também a perspectiva política que está subjacente ao Governo, ou seja a devolução cada vez maior para o poder local de novas competências e de respectivos meios de pessoal e financeiros que se lhes justifiquem e que lhes sejam compatíveis.

É nessa perspectiva de inovação, nessa perspectiva de reforço da autonomia que naturalmente iremos balizar o nosso comportamento.

E prende-se com isto o problema da regionalização. Não entendemos o fenómeno e o processo da regionalização como o retirar funções a novas funções, a novas competências, incumbências e atribuições a autarquias no sentido de lhas retirar e *a posteriori* as remeteremos para as regiões. A perspectiva é a de consolidar e reforçar o actual poder local e caminhar, pela via da desconcentração administrativa, num processo de transferências e num consequente processo de descentralização política.

É na dupla perspectiva da desconcentração do Estado e da descentralização política, é na dupla vertente que o problema da regionalização encerra que caminharemos num sentido que, aliás, será traduzido pela Lei Quadro da Regionalização que no próximo ano poderá ser presente a esta mesma Assembleia da República e que terá a sua sede própria para o debate no aprofundar do problema.

De qualquer das formas, o enfoque nas regiões administrativas já está implícito em todos os diplomas que virão a esta Assembleia da República de modo a que seja já preenchido um certo vazio que poderia corresponder à posterior criação das regiões, preenchendo-as desde já com um conjunto de funções, de atribuições que, naturalmente, a Assembleia da República também discutirá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo procurará fomentar o associativismo autárquico, procurará, por via da associação de municípios, proceder a uma verdadeira regionalização do País ou a uma fase dessa mesma regionalização.

Procuraremos ainda — e isso ficará expresso na lei — que não haja subsídios ou comparticipações por parte do poder central às autarquias. Não desejaremos fazer aqui o que outros Governos, antes dos da Aliança Democrática, fizeram, ou seja, utilizar, politicamente, os dinheiros do Estado a fim de criar favoritismos nas câmaras municipais. É iso que nós não faremos e que ficará consagrado na própria lei.

Tal não impedirá que situações de calamidades, situações de reconversão estrutural dos sectores obsoletos ou com necessária transformação sectorial não

sejam apoiados pelo Estado. Mas isso será feito na forma, transparente em democracia, de decreto-lei para que publicamente se saiba o que nós desejamos, porque apoiamos e de que maneira.

A oposição terá os direitos devidos em termos de oposição para sentir e perceber, como uma ação transparente em democracia pode e deve ser exercida pela nossa parte.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Governo não favorece hoje, como outros favoreceram no passado, sacos azuis dos governadores civis.

*Risos do PS.*

Não é na perspectiva da persuasão, via financeira, que nós procuraremos fortalecer e dignificar o poder local. Será no exercício da própria transferência que nos moveremos.

A própria correspondência ao impacto e à amplitude da regionalização terá tradução nas Grandes Opções do Plano. Aí se introduz um documento que respeita o poder regional, serão por isso mesmo regionalizados os investimentos intermunicipais em termos da sua clarificação e transparência de modo a que as regiões, os cidadãos, os partidos políticos saibam que em transparência se pode e deve governar e não por processos de manifestação, de pressão do poder central ou de aparente tutela financeira sobre o poder local.

É essa a nossa filosofia, é esse o nosso desejo, a Câmara julgar-nos-á por isso mas o povo português dará, em último lugar, a sua palavra quando for o devido momento.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

**O Sr. Silva Graça (PCP):** — O Sr. Ministro da Administração Interna, que falou durante algum tempo, mas praticamente não disse nada e o que disse foi mau, explicou pouco o que se está a passar no segredo dos gabinetes. Até parece que o Sr. Ministro, que é membro do PSD, começa a aprender com os dirigentes do CDS que o segredo é a alma do negócio.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — Não percebi essa piada!

**O Orador:** — É fácil, Sr. Deputado.

Em relação à Lei das Finanças Locais, o Sr. Ministro fez comparações abusivas, comparando 1975 a 1981, por duas ordens de razão. Em primeiro lugar porque, como sabe, em 1975 ainda não havia Lei das Finanças Locais — foi uma lei da República, aprovada por unanimidade por esta Assembleia da República — e, em segundo lugar, porque a variação da inflação e do custo de vida entre 1975 e 1981 é tal que comparar verbas desses dois anos não passa de demagogia.

Mas o que o Sr. Ministro não disse foi que o Governo da AD roubou este ano às autarquias o record de 45 milhões de contos. Já são mais de 100 milhões de contos, subtraídos às autarquias, aos 305 municípios, às 4 mil e tal freguesias em que Portugal está dividido administrativamente.

Desde o Governo Mota Pinto, o propedêutico da AD, até aos Governos da AD o roubo ultrapassa os 100 milhões de contos, e isso é muito grave porque quando se enche a boca de descentralização, mas a única coisa que se descentraliza ou se procura descentralizar são encargos, centralizando no Governo os meios. Isso não é descentralizar, Sr. Ministro, isso é descentralizar o descontentamento popular para cima das autarquias, o que todas as forças democráticas rejeitam.

Gostava que o Sr. Ministro também explicasse sobre o que pensa da Lei das Finanças Locais, em termos de critérios para a distribuição de verbas aos municípios, sobre o que pensa no tocante à diminuição do valor da área em benefício de um número de freguesias de um determinado concelho, sobre o que pensa como isso tudo irá trazer sérias vantagens e benefícios para algumas zonas do país com prejuízo para outras.

Quanto à delimitação em matéria de investimentos já tivemos uma boa lei, aprovada por unanimidade por esta Assembleia e só não promulgada, como o Sr. Ministro sabe, por razões de constitucionalidade não material mas meramente formal, por uma eventual não consulta às regiões autónomas — que foi feita, como sabe.

Essa lei de delimitação é novamente uma lei pipeta, Sr. Ministro? É uma lei que vem às prestações, ano a ano? Cada ano o Governo da AD decidirá o que dará às autarquias? Será uma menorização completa da autonomia do poder local? Será a incapacidade de os municípios, de as câmaras, de as assembleias municipais poderem planejar a médio prazo os seus programas dado que todos os anos vão esperar a caixinha das surpresas daquilo que o Governo vai descentralizar ou não e que meios vai dar para essa descentralização?

Claro que isso não vai constituir um problema grave porque os senhores vão estar muito pouco tempo no Governo. Mas seria grave se estivessem muito tempo.

Quanto ao associativismo municipal e aos investimentos intermunicipais dir-lhe-ei só, Sr. Ministro, que os números que tenho — infelizmente não os sei de cor e não os tenho aqui — apontam para que, de facto, é uma forma de restituir o velho sistema dos subsídios e comparticipações com uma nova capa porque o grosso dos investimentos intermunicipais — mais de 60 e tal por cento — vão para as associações de municípios de presidência da AD.

Por exemplo, os subsídios aos municípios de presidência APU oscilam cerca de 5% do total em investimentos intermunicipais.

Finalmente, quanto aos sacos azuis direi que agora, provavelmente, terão outra cor. Nos nossos dias serão cor de laranja. E com outra diferença, Sr. Ministro: antigamente o fascismo utilizava os seus peões de brega, os seus governadores civis para se distribuírem essas verbas. Hoje são os próprios ministros que com os sacos cor de laranja vão aos locais distribuir verbas e dizer «tomem lá tanto para melhorarem as vossas condições de vida».

Infelizmente, hoje a diferença é só de quem leva o dinheiro. Antigamente eram os governadores civis e hoje chega-se ao ponto de serem os próprios ministros, quais marchuetas dos tempos modernos, com

sacos cor de laranja ou de outra cor qualquer, passando por cima da autonomia dos municípios, a distribuir verbas a granel para ver se em 1982 não acontecerá — vai acontecer, independentemente disto tudo — um sério desastre eleitoral para a Aliança Democrática, a começar pelas eleições autárquicas e a prosseguir em eventuais eleições antecipadas, que também darão uma derrota colossal à AD e ao seu Governo.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

Permito-me entretanto informá-lo de que o Governo dispõe apenas de 2 minutos.

**O Sr. Ministro da Administração Interna:** — V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Silva Graça, disse que o Governo da AD vai durar pouco tempo. Julgo que V. Ex.<sup>a</sup> é representante de um partido que representa 16 % da opinião pública portuguesa, pelo que penso se deverá remeter, claramente, ao limite e ao alcance do eleitorado que representa e não mais do que isso.

*Aplausos do PSD.*

Em relação aos segredos dos gabinetes, dir-lhe-ei que V. Ex.<sup>a</sup> deve ter algum fantasma na sua vida. O que eu referi é que são leis para serem discutidas e aprovadas na Assembleia da República.

Se V. Ex.<sup>a</sup> considera a Assembleia da República um segredo de gabinete, que má ideia de democracia o Sr. Deputado tem!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, está talvez de acordo com o princípio político do secretário-geral do seu partido quando há alguns anos dizia que nunca haveria de ver a democracia representativa em Portugal numa certa prefiguração. Desmintam o que disseram nessa altura!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Dá-me licença, Sr. Ministro?

**O Orador:** — Diga, diga! Faça o obséquio!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Ministro, isso teria sido dito na mesma altura em que o senhor se pronunciava contra a integração de Portugal na NATO e a favor da nacionalização da banca?

Está nos jornais, como sabe!

*Risos do PCP.*

**O Orador:** — Esteve num jornal conotado com o seu partido, que sofreu um desmentido da minha parte.

Mas em relação à nacionalização da banca devo dizer que fomos favoráveis, enquanto Partido Popular Democrático, à nacionalização de alguns bancos que foi operada de uma maneira séria, mas não fomos a favor de uma nacionalização operada numa semana, aquando do 11 de Março, através de golpes que nessa altura VV. Ex.<sup>a</sup> patrocinaram.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Há uma deschrifa entre o que é um fenómeno de nacionalização clara e o que é um fenómeno de golpismo político.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Querem ver que tenho de ler outra vez!

**O Orador:** — Em relação aos segredos dos gabinetes estamos, pois, esclarecidos.

A Assembleia da República deliberará, apreciará, discutirá, melhorará e alterará. Nós confiamos na democracia, por isso confiamos claramente nesta Assembleia da República para o poder fazer.

Em relação àquilo que V. Ex.<sup>a</sup> chama de roubo às autarquias locais, gostaria talvez de falar em outros roubos da sociedade portuguesa patrocinados por certas forças políticas. Mas no que diz respeito às finanças locais cumprimos a lei, e se não o fazemos este ano em relação à inclusão dos juros de dívida pública assumimos a responsabilidade política da própria proposta de lei do Orçamento. Se o fizéssemos isso significaria um encargo de mais cerca de 18 milhões de contos. E das duas uma: ou iríamos onerar mais uma vez o Orçamento Geral do Estado de mais um défice e a seguir estaríamos aqui para o próximo ano a discutir o maior *jus* de dívida pública ou então, em alternativa, V. Ex.<sup>a</sup> aumentava os impostos ou não dotava outros sectores.

Entre o equilíbrio que existe entre vários sectores portugueses e entre a prevalência das prioridades atribuídas é claro o nosso empenho no poder local em termos relativos face aos outros sectores. Isso não é um roubo, é uma responsabilidade política que assumimos claramente.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Falei de sacos azuis porque me lembram o passado. V. Ex.<sup>a</sup> falou de sacos cor-de-laranja, mas devia estar a pensar nos vermelhos.

Queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que do ponto de vista político deste Governo não há sacos: existe uma forma de transparência na correspondência ao exercício do poder local.

O que nós não consentimos nem achamos politicamente correcto é que se deturpe esta perspectiva transparente através da acção que outros exerceram no passado contra os próprios limites da transparência democrática.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados vamos interromper a nossa reunião até às 22 horas.

Entretanto, lembro aos presidentes dos grupos parlamentares que haverá uma reunião da respectiva conferência às 22 horas no gabinete do Sr. Presidente.

Está interrompendo a reunião.

*Eram 20 horas e 10 minutos.*

*Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 22 horas e 15 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, se me dá licença, nós naturalmente não somos muito exigentes no que respeita ao quórum, por isso não seremos nós a levantar o problema.

Em todo o caso, a Câmara está neste momento tão vazia que eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que recomende aos grupos parlamentares que ainda não estão presentes que se apresentem na Sala.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a informação que tenho é a de que vários Srs. Deputados têm entrado e saído da Sala. Estamos, de resto, a envidar diligências, pelo telefone, junto dos grupos parlamentares para ver se eles vêm para o hemiciclo.

Aliás, há outro motivo que pode justificar a ausência de alguns outros Srs. Deputados: é que se encontra a funcionar a conferência dos presidentes dos grupos parlamentares por causa do problema da cobertura televisiva desta sessão.

*Pausa.*

Tem então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ainda não terminaram três meses sobre o sancionamento do seu programa nesta Assembleia e já o Governo se apresenta visivelmente marcado pelas lutas internas e socialmente vencido pelo descrédito nacional.

Vozes do PSD: — Oh! ...

A Oradora: — De tal forma que haverá qualquer coisa de macabro neste esforço de dotar com um orçamento e com opções de plano um governo moribundo.

É, no entanto, no quadro e no contexto onde se processa o ruir deste governo que se enraíza a nossa esperança.

É no repúdio enérgico de situações antidemocráticas que se alicerça a Democracia.

É na firmeza pelas escolhas democráticas que se esvaiiza o palavreado que esconde os caminhos que conduzem à prepotência e ao poder económico de poucos.

É na confiança nas potencialidades do nosso povo que se quebra a lógica estéril, se renova a história, se aprofundam os conhecimentos, e a humanidade é capaz de encontrar o caminho da criação.

É pela convicta posição cultural que se excluem as fatais previsões tecnicistas.

É pela medida da força de trabalho potencial capaz de dizer não às soluções anti-nacionais e de ruína, que exprimimos a confiança contra os cenários de derrota.

A esperança renova-se quando por todo o País, pela força das suas convicções e pela força de seus direitos, se levantam aqueles que são ameaçados por uma contratação de trabalho de onde está ausente a dignidade da profissão, com o sonho de uma casa adiado para não sei quando, com escolas cada vez mais selectivas e raras, com a saúde mais afastada e a doença mais perto, com transportes incompatíveis com os salários, com o desemprego que espreita ou já se ins-

talou, com o espectro da fome vagueando à hora do almoço e do jantar.

O 25 de Abril não foi um golpe circunstancial, foi uma revolução profundíssima, tão profunda que vencerá não só aqueles que se opõem, mas vence também os seus próprios medos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — As leis agora em discussão nesta Assembleia excluem dos seus pressupostos a dinâmica e a vitalidade da democracia. São leis que remetem para o deve e haver, a força reivindicativa dos trabalhadores e que desconhecem a energia multiplicadora das prestações sociais de um Estado democrático.

O Governo acaba de construir, com este OGE, a sua pedra tumular, um Orçamento dito de salvação nacional, quanto aos sacrifícios que pede aos que trabalham, posto ao serviço não de uma política de recuperação, mas de destruição nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — O MDP/CDE valoriza, nos devidos termos, o saber e o conhecimento, mas não pode deixar de considerar que o «charme discreto da tecnocracia, desípido do discurso político que revestiu toda a apresentação deste OGE trouxe a esta Assembleia, trouxe aos portugueses, através dos Órgãos de Comunicação Social, um distanciamento entre o poder central e o povo, o que repete, com assustadora semelhança, o clima de alienação que permite a acção obscurantista, não-democrática.

E o que está em causa hoje, como há três meses, é a fidelidade às normas constitucionais, é o respeito pelo caminho que conduz à democracia socialista, sancionado pela Revolução de Abril.

O OGE agora apresentado é mais um elemento contrário à ordem social e traz com ele as marcas da injustiça. Pois como diria Miguel Torga: «Todas as revoluções são justas, o que são injustas são as contra-revoluções».

Torna-se já evidente que todos os partidos que representam a oposição ao Governo se manifestam contra as leis agora em discussão.

Mas a unidade da oposição parlamentar, mesmo que se estabeleça não conseguirá a reprovação destas leis. Para isso seria necessário que alguns democratas de outras bancadas se prenunciassem nesse mesmo sentido.

Será difícil. Todos os que conhecem a solidariedade sabem como são importantes os vínculos do compaixismo.

Seria necessário que aquilo que é para nós a verdade, se impusesse de tal modo, que os democratas da AD sentissem, que um dever de solidariedade mais alto se levantava e que o seu gesto individual ajustar-se-ia à dinâmica democrática.

O que irá acontecer muito provavelmente é que, tal como o Programa, também a maioria AD irá aprovar as leis do OGE e das Opções, dentro deste hemiciclo.

A aprovação, no entanto, não atingirá sequer os corredores desta Assembleia, onde as opiniões de imediato se diversificam salutarmente.

Os obstáculos que estas leis irão encontrar na sua concretização, tal como todas as outras que saem

daqui feridas de morte pelos ataques da oposição, são a prova do esvaziamento da representatividade dos deputados desta maioria parlamentar.

Situação grave, mas situação de esperança.

As forças conservadoras facilmente se unem pelos aspectos negativos dos seus objectivos e é fácil assim obterem maior número de votos, votos aritméticos, mas que se traduzem em deputados.

As forças de esquerda cabe-lhes em Portugal, como no resto do mundo, a tarefa mais complexa de encontrar os caminhos do futuro.

A sua diversificação impõe-se como consequência da procura de novas soluções para novos problemas; da criatividade intelectual e afectiva que leva a conceber novos esquemas e novas estruturas que institucionalizem uma nova ordem social, económica e cultural.

É neste sentido de busca criativa e dinâmica que se deve entender a diversificação da esquerda.

Se essa diversificação dificulta evidentemente votos no presente, traz em contrapartida avanço, progresso, clareza na procura de soluções e abre novos caminhos à liberdade, já que é na prática da sua busca que ela se encontra, segundo nos ensina Paulo Freire.

Um vento de esperança cria já hoje um clima de renovação que pressionará a evolução dos acontecimentos.

Em nada adiantará contrapor-lhe factos políticos.

A democracia tem em si uma dinâmica de renovação que só a força antidemocrática se lhe pode opor e isso hoje no Portugal de Abril não é possível.

Por isso poderemos dizer, com verdade, que o amanhã já nasceu, apesar do *décor* em que estamos a viver o momento presente.

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do OGE para 1982 são, fundamentalmente, propostas de agravamento da profunda crise económica a que nos conduziram os governos da AD.

Face à expectativa de estagnação ou mesmo de recessão da procura externa, decorrente da crise que grassa no mundo capitalista e que a OCDE prevê, pelo menos, se mantenha até à segunda metade de 1982, como esta manhã o reconheceu o Ministro das Finanças, o Governo propõe a redução dos salários reais, o aumento do desemprego e a contenção ao investimento, com a consequente contracção da procura interna privada. Simultaneamente contrai o consumo e o investimento públicos. E aqui não há lugar a milagres. Da conjugação de tais orientações do Governo, e ao contrário do afirmado pelo Ministro das Finanças, não resulta qualquer «estratégia voluntarista de inflexão da evolução dos últimos anos». Resulta sim, e inofismavelmente, uma maior recessão económica e a aceleração da degradação das condições de vida, isto é, a agudização da situação na continuidade ... da crise.

Na intervenção desta manhã, o Ministro das Finanças apelou ao rigor na discussão das propostas de lei do Plano e do OGE. Vamos a isso! Desde logo

é de realçar a total falta de rigor com que foram apresentadas as GOP's para 1981 como as GOP's para 1982, designadamente as projecções macroeconómicas contidas nas respectivas propostas.

No que respeita às projecções para 1981, o facto de entre Março e Novembro os governos da AD terem apresentado quatro versões progressivamente menos optimistas é a demonstração clara dessa falta de rigor, do fracasso das suas previsões. Mas a quinta versão, a dos resultados provisórios, comprovará inevitavelmente que a versão apresentada em Novembro está errada, e contém autênticos despautérios.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Um exemplo significativo: o aumento do IPC apresentado para 1981 é de 18,5 % quando, após a publicação dos valores de Setembro, e mesmo que não houvesse aumentos de preços no último trimestre, esse aumento nunca poderia ser inferior a 18,9 %, e será efectivamente da ordem dos 20 %.

Nas projecções para 1982 a falta de rigor não é menor, não são menos os despautérios. A previsão de aumento das exportações em 7,5 %, face ao afunilamento das exportações para meia dúzia de países em que se prevê um crescimento nulo ou negativo, não tem, no mínimo, qualquer base. O previsto início das exportações de produtos petroquímicos é insuficiente para a justificar. Face à inflação e ao tecto salarial programados, à previsão implícita de um decréscimo de 2 pontos na participação da massa salarial no rendimento nacional, e ao não aumento do emprego, a previsão de aumento de consumo privado é pelo menos grotesca. Enfim, e por agora, a previsão de diminuição das importações em termos reais, só seria possível com uma substituição de importações por produção nacional que o Governo não procura nem pretende, ou com o agravamento de recessão económica que o Governo não prevê.

Eis a exemplificação da total falta de rigor do Governo em matéria do Plano, proporcional aliás, e significativamente, ao pouco ou nulo interesse que o Ministro esta manhã manifestou pela respectiva proposta de lei.

Também no Orçamento o rigor do Governo não existe. Exemplo flagrante, a comparação entre o défice da previsão de execução para 1982 e o défice orçamentado para 1981, comparando valores não comparáveis. E isto para o Governo afirmar que a previsão de aumento do défice é apenas de 6 milhões de contos quando, realmente, é de 26 milhões de contos.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O OGE combina, porém, a falta de rigor e o desastre das opções com uma descomunal sucessão de fraudes.

Primeira fraude: não são discriminadas as dotações globais correspondentes às Secretarias de Estado em violação frontal da lei e da Constituição.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Segunda fraude: o Governo pretende ficar com o poder de alterar livremente o destino das

dotações que a Assembleia da República venha a aprovar.

Em terceiro lugar: os anexos II e III que o Governo submete à apreciação desta Assembleia não contêm as dotações que o Governo tenta aplicar.

Em vez da Lei do OGE o Governo pretende ver aqui aprovada uma Lei de Meios, segundo o modelo de outras épocas de má memória.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A intenção de regresso ao 24 de Abril transparece ainda de duas outras características do OGE.

Em primeiro lugar, o Ministério das Finanças surge transformado em super-Ministério, com poderes supremos sobre toda a actividade económica e financeira do Estado, com enorme peso no conjunto das dotações orçamentais, com um autêntico e enorme saco azul (que aumenta de 5 para 19,5 milhões de contos), com o poder de alterar o destino das dotações orçamentais aprovadas pela Assembleia da República e reduzir as verbas orçamentadas para os restantes departamentos governamentais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, o aumento real e efectivo da carga fiscal incide sobre as camadas laboriosas e a contenção relativa das despesas afecta o cumprimento das incumbências do Estado no plano social e agrava a situação dos trabalhadores da função pública.

No mesmo momento em que prevê a atribuição do melhor de 12,5 milhões de contos aos ex-monopolistas e latifundiários a título de juros e amortizações de indemnizações, o Governo pretende levar a cabo:

A diminuição real de muitos milhões de contos das dotações para a saúde e segurança social, aumentando a miséria dos reformados e pensionistas e dando brutal execução ao princípio da AD de que «quem quer saúde paga-a»;

A redução real de pelo menos 17 % das dotações para o Fundo de Abastecimento e para indemnizações compensatórias, com subsequente aumento acentuado dos preços de bens e serviços essenciais, designadamente bens alimentares e transportes públicos urbanos;

A concretização da recente afirmação do Ministro respectivo de que «não há habitação para ninguém», através da prática eliminação directa e indirecta da construção de habitação social, acompanhada da suspensão efectiva do crédito à aquisição de habitação própria;

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A redução do poder de compra dos trabalhadores da função pública, impondo-lhes um aumento da massa salarial de 15 %, o que significa um aumento médio dos salários actuais de aproximadamente 11 %.

**O Sr. António Mota (PCP):** — É uma vergonha!

**O Orador:** — Enfim, a «austeridade» do Governo significa ainda a redução dos investimentos das em-

presas públicas e em sectores prioritários como a agricultura e as pescas, bem como a sonegação de dezenas de milhões de contos às despesas de investimento das autarquias locais.

No âmbito das receitas, o demagógico objectivo de maior justiça tributária resulta afinal num aumento da carga fiscal que directa ou indirectamente incide sobre os trabalhadores e em geral sobre os consumidores, e na redução da taxa efectiva sobre os lucros e alargamento das isenções ao capital. Enquanto o limite de isenção em Imposto Profissional aumenta apenas 19 %, passando de 126 para 150 contos e não beneficiando sequer os trabalhadores com salário mínimo, o montante de remunerações de gerência consideradas com custo para efeitos de Contribuição Industrial aumenta 33,3 %, passando de 420 para 560 contos.

**Vozes do PCP:** — É uma pouca vergonha!

**O Orador:** — Enquanto que os escalões do Imposto Profissional não são adaptados aos efeitos da inflação, significando um aumento real das taxas do imposto sobre os rendimentos do trabalho, a taxa que incide sobre os lucros entre mil e três mil contos é diminuída em 16,7 %, como reduzida é a taxa efectiva sobre todos os lucros superiores a 3 mil contos.

No Imposto Complementar isentam-se os juros dos financiamentos feitos pelos capitalistas às suas empresas, e alteram-se os escalões em benefício quase exclusivo dos mais elevados rendimentos. Assim, e utilizando a tabela para casais, os rendimentos colectáveis até 150 contos não têm qualquer redução de taxa enquanto, por exemplo, os compreendidos entre 500 e 700 contos são reduzidos em 34 % e os enquadrados entre 1700 e 1900 contos são reduzidos em 55 %.

**Uma voz do PCP:** — É um regabofe!

**O Orador:** — Tal como se afirma na proposta, a orientação fiscal do Governo é «especialmente clara na atenção dada ao sistema de incentivos fiscais»: mais isenções para os exportadores (que adicionalmente vão lucrar com o aumento da desvalorização do escudo); isenções para as sociedades de locação financeira e as sociedades ditas de desenvolvimento regional; mais incentivos na busca da reposição da especulação bolsista característica do consulado marcelista; enfim, nova prorrogação da isenção do Imposto de Mais-Valias pela incorporação de reservas de reavaliação que, só em 1980, meteu nos bolsos das multinacionais 550 mil contos.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Risos do CDS.**

**O Orador:** — Argumentará o Governo que também irá onerar as grandes empresas com um imposto extraordinário sobre as despesas menos essenciais. Mas, mesmo que se admita a sua viabilidade prática, isso em nada afectará o grande capital que, por um lado, deduzirá esse encargo à matéria colectável sujeita a contribuição industrial e, por outro lado, irá repercuti-lo nos preços de venda! Afinal, e como sempre, serão os consumidores a pagar mais o imposto extraordinário!

Mas para os pequenos e médios empresários tem o Governo um presente de Natal envenenado: um imposto extraordinário de 2 % a aplicar às operações de crédito, isto é, um novo aumento efectivo das taxas de juro.

Por outro lado aumenta para o dobro o imposto sobre a rádio, são penalizadas indiscriminadamente as deslocações ao estrangeiro, é fortemente agravada a tributação indirecta.

É esta a política fiscal da AD e do seu Governo!

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A alternativa do PCP para a política do Governo da AD e para a crise, já à pouco foi apresentada pela minha camarada Ilda Figueiredo e não receamos quantificá-la.

Um Governo e um Ministro das Finanças que nem sequer instruíram as suas propostas de OGE e Plano com os elementos exigidos pela Constituição e pela Lei, não têm porém qualquer legitimidade técnica, moral e política para exigirem com arrogância à oposição quantificações com precisão, quando lhe sonegam as informações basilares.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

Face à crise profunda em que mergulhou o País, à incapacidade evidente de dela sair, à política de miséria que a AD propõe ao povo português e à rejeição que crescente e publicamente este lhe manifesta, o Governo AD/Balsemão já não tem qualquer legitimidade para continuar à frente dos destinos do País e deve ser substituído no mais curto prazo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Só então poderemos ter um orçamento voltado para o futuro e não este orçamento que realmente é «um assumir do passado».

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedidos de esclarecimento, estão inscritos os Srs. Deputados José Alberto Xerez e Pinto Nunes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

**O Sr. José Alberto Xerez (CDS):** — Sr. Deputado Octávio Teixeira, far-lhe-ei umas simples perguntas ...

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Mas pode fazer difíceis.

**O Orador:** — ..., com uma ligeira introdução que é a seguinte: se o Sr. Deputado Octávio Teixeira fizer uma pequena análise ao «cano auge» da influência do seu partido, — 1975 — consta que a relação de impostos directos relativamente ao produto interno bruto (PIB) a preços de mercado desce, de 1974 para 1975, de 5,0 % para 4,3 %. Portanto, durante a gestão do gonçalvismo, com a influência do seu partido, verificou-se uma diminuição da tributação directa.

Por outro lado, a tributação indirecta sobe de 7,7 % do PIB para 8,3 %. Mas há ainda outro pormenor curioso: se for ver, por exemplo, a evolução da contribuição industrial de 1974 para 1975, verifica-se que

a sua participação em relação ao PIB desce de 4,1 % para 3,7 % e que, em paralelo, o Imposto Profissional sobe de 3,0 % para 4,0 %. E aqui duas hipóteses são possíveis: ou realmente o Partido Comunista seguiu uma política contra os trabalhadores ou então não soube evitar a fraude fiscal e portanto inseriu-se em parâmetros totalmente contrários àqueles que defendeu a sua colega Ilda Figueiredo, que acabou há pouco de acusar o Governo de não saber combater a fraude fiscal.

Só queria que V. Ex.<sup>a</sup> me esclarecesse estas pequenas dúvidas e as localizasse dentro dos parâmetros da sua intervenção.

**Uma voz do CDS:** — Esse nunca defendeu os trabalhadores ...!

**O Sr. Presidente:** — Para o mesmo efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto Nunes.

**O Sr. Pinto Nunes (PSD):** — Sr. Deputado Octávio Teixeira, V. Ex.<sup>a</sup> não poupa críticas globais, sectoriais, por rubricas, por citações, por ângulos de apreciação às propostas de lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1982, numa orgia de frases contudentes que não respeitou sequer um mínimo de coerência de conjunto.

Pasma-se por não se ver o Partido Comunista a gerir os destinos do povo português em livre escolha nas urnas. Simplesmente, pode V. Ex.<sup>a</sup> indicar aqui uma única nação onde a aplicação dos vossos princípios — já que aqui isso não lhes foi possível — se tenha traduzido em abundância, em liberdade de circulação pelo estrangeiro e, simultaneamente, em liberdade de pura e simples vivência?

Era só isto, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Alberto Xerez, eu gostaria de dizer que de facto não há qualquer dificuldade em perceber as evoluções dos impostos indirectos e directos do Imposto Profissional e da Contribuição Industrial em 1975 relativamente a 1974.

A situação é completamente outra: por um lado, o Imposto Profissional teria logicamente que aumentar o seu peso no seio dos impostos indirectos porque foram aumentados efectiva e realmente os rendimentos reais dos trabalhadores. Logo, se o Imposto Profissional recai sobre os rendimentos dos trabalhadores, é lógico que tenha de aumentar.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O que este Governo pretende — o que, aliás, os anteriores governos da AD já fizeram — é aumentar o peso do Imposto Profissional no seio dos rendimentos dos impostos directos sem que aumente a participação do rendimento do trabalho na repartição do rendimento nacional.

Essa é a grande diferença.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em relação à queda da Contribuição Industrial, o Sr. Deputado José Alberto Xerez deve conhecer melhor as razões do que eu, pois deve ter contactos mais directos com aqueles que tentaram — e em muitos casos conseguiram — sabotar a economia portuguesa em 1975.

*Aplausos do PCP.*

Em relação ao Sr. Deputado Pinto Nunes, tenho dificuldade em esclarecê-lo porque não consegui perceber toda a questão que levantou, na medida em que falou muito rapidamente.

Apenas percebi uma questão que eu gostaria que fosse o Sr. Deputado primeiro a esclarecer-me: qual é a falta de coerência na intervenção que acabei de fazer?

Em relação à alternativa apresentada pela minha camarada Ilda Figueiredo, não há qualquer incongruência em relação às posições que o meu partido sempre tem defendido, em relação às posições que defendi na minha intervenção. Assim, repito, não só existe qualquer falta de congruência, como essa é a única política alternativa de combate à crise económica que grassa neste país e que é da responsabilidade, quase exclusiva, dos últimos dois anos de governação da AD.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Pinto Nunes, poderá informar a Mesa das razões por que pediu a palavra?

**O Sr. Pinto Nunes (PSD):** — Sr. Presidente, não sei como hei-de regimentalmente classificar o pedido de palavra que solicitei. O que quero é apenas esclarecer melhor o que me pareceu ter sido uma dúvida do Sr. Deputado Octávio Teixeira quanto ao entendimento da minha questão, a que de facto ele não respondeu.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não tenho qualquer objecção a que V. Ex.<sup>a</sup> use da palavra, porque o tempo que for gasto será descontado no tempo de que o seu partido dispõe. Simplesmente, o Sr. Deputado Octávio Teixeira responderá ou não, conforme entender.

Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> é que julga da oportunidade da sua intervenção.

**O Sr. Pinto Nunes (PSD):** — Serei breve, Sr. Presidente.

De facto, Sr. Deputado Octávio Teixeira, a pergunta que eu lhe formulei foi esta: pode V. Ex.<sup>a</sup> indicar uma única nação onde a aplicação dos vossos princípios se tenha traduzido em abundância, em liberdade de circulação pelo estrangeiro e simultaneamente em liberdade de pura e simples vivência?

Peço-lhe desculpa de não ter sido mais explícito, mas de facto gostava que me respondesse.

*Aplausos de alguns Deputados do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Uma vez que manifestou o desejo de responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Eu respondo muito rapidamente, Sr. Presidente, e já agora faço ressaltar que o Sr. Deputado Pinto Nunes, na repetição do pedido de esclarecimento, não me esclareceu um ponto que eu não tinha ouvido e que me indicaram agora.

Em primeiro lugar, dir-lhe-ei que não vou enumerar aqui quais são os locais deste mundo onde a aplicação de princípios idênticos àqueles que defendemos geraram de facto uma maior distribuição do rendimento por toda a população, geraram de facto uma melhoria das condições de vida dos seus povos, porque eles são numerosos.

*Risos do PSD e do CDS.*

Em relação à questão que o Sr. Deputado se esqueceu de referir e para a qual me chamaram a atenção, que foi a questão da ida às urnas, perguntar-lhe-ei, Sr. Deputado — e já aqui fizemos mais de uma vez esse desafio à AD — por que não aceitam ir novamente à contagem dos votos nas urnas. Depois, então, falaremos.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Agora é que vai ser bater no gonçalvismo.

*Risos do PCP.*

**O Sr. José Alberto Xerez (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os partidos da oposição têm vindo a criticar, de forma sistemática e total, a política económica seguida pela Aliança Democrática, acusando-a de ter colocado o País num estado de crise.

Que a crise económica que atravessamos é profunda, disso não temos dúvidas. Todavia, não se trata de uma crise conjuntural, causada pelos dois anos de Governo da Aliança Democrática, mas sim de uma crise estrutural, afinal imputável à esquerda que nos critica, tendo como pano de fundo o modelo socialista e colectivista, que foi imposto ao nosso país e que se acha institucionalizado de forma bem explícita na Constituição da República.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

**O Orador:** — A verdade é que a nossa economia se encontra condicionada por parâmetros socialistas que têm degenerado num caudal iterativo de insuficiências e de improdutividades, com o consequente agravar do nível de vida dos Portugueses.

Podemos, pois, afirmar, que quando a oposição está a criticar a Aliança Democrática e o seu governo pela crise da nossa economia, o que ela está na realidade a reconhecer e a vituperar é o modelo económico que ela própria erigiu e as respectivas consequências negativas.

Que a crise é estrutural e que resulta do sistema económico e socialista adoptado pela esquerda, é um facto evidente, mas que poderá ser melhor esclarecido pela análise que nos propomos fazer de imediato.

Para tal, bastará comparar a evolução da economia portuguesa no decénio anterior ao 25 de Abril, com o período pós-revolução de 1974-1980.

Assim: a taxa de crescimento médio anual em volume do produto interno bruto, a preços de mercado, foi de 6,3 % no primeiro período, tendo caído no período seguinte para 3,3 %, isto é, para cerca de metade; o consumo global teve um crescimento médio anual de 6,4 % no primeiro período, tendo baixado no período seguinte para 3,8 %, isto é, para cerca de metade; a expansão anual das exportações, em termos reais, foi 10,8 % no primeiro período, tendo caído no período seguinte para 2,5 %, isto é, para cerca de um quinto; o índice de preços implícito no produto interno bruto a preços de mercado evoluiu no primeiro período a uma taxa de 5 %, tendo progredido no período seguinte a uma taxa média de 19,2%, isto é, quase quadruplicou o seu ritmo de crescimento.

Fica assim evidenciada não só a brutal desaceleração da nossa economia, o que é bem expresso pela quebra para metade registada no ritmo de crescimento do produto, mas também os graves desequilíbrios gerados, como é notoriamente demonstrado pela elevação do índice médio anual de crescimento dos preços.

Poderá argumentar-se, que o cenário correspondente ao período subsequente ao 25 de Abril, está todo ele condicionado pelo aumento dos preços do petróleo, o que, sendo efectivamente verdade, não é contudo suficiente para explicar a substancial degradação operada nos ritmos de crescimento da economia nacional. Efectivamente, a explicação mais decisiva e substancial para essa deterioração reside, antes, no consumismo exagerado e não reprodutivo do modelo socialista, que, ao destruir os equilíbrios económicos fundamentais, eliminou qualquer hipótese de um crescimento auto-sustentado e progressivo da nossa economia.

Através de uma incursão mais detalhada no mundo das diversas variáveis da economia portuguesa, poderá constatar-se como esse consumismo e ineficiência do Estado afectou todos os equilíbrios essenciais da nossa economia, determinando afinal o endividamento interno e externo com que estamos confrontados na actualidade.

Dentro deste contexto iremos debruçar-nos sobre os seguintes aspectos: evolução da formação bruta de capital fixo e suas condicionantes; evolução da poupança privada e da poupança interna; evolução do desequilíbrio estrutural entre o investimento e a poupança e suas causas determinantes; e evolução dos défices do sector público e respectivas origens.

Vejamos então qual a evolução da formação bruta de capital fixo no período de 1974-1980. A relação entre essa variável e o produto interno bruto a preços de mercado situou-se nesse período, sem grandes oscilações, à volta dos 20 %, excedendo em 1 % o valor médio verificado no período de 1963-1973.

Ora, se o nível médio da formação bruta de capital fixo não se deteriorou, tendo mesmo registado alguma melhoria, e se por outro lado o crescimento médio anual do produto interno se reduziu para metade, e o das exportações para um quinto, conforme anteriormente referido, resulta evidente o grau de deterioração do coeficiente capital/produto e da produ-

tividade global da economia portuguesa, bem como da nossa capacidade de exportar.

Se analisarmos, todavia, a decomposição da formação bruta de capital fixo, ao longo do tempo facilmente se compreenderão as causas determinantes dessa degradação. Pondo em confronto os valores da estrutura percentual média da formação bruta de capital fixo nos períodos de 1970-1973 e 1978-1980 verifica-se que: as empresas privadas reduziram a sua participação de 64,5 % para 35 %; as empresas públicas aumentaram a sua participação de 8,4 % para 32,4 %; e o sector público administrativo manteve a sua participação praticamente estabilizada, com o nível de 12,8 % no primeiro período e de 13,9 % no segundo período.

O traço mais característico desta comparação é onde se regista a inversão mais significativa, diz respeito ao nível da formação bruta de capital fixo das empresas privadas que vêm o seu nível de participação reduzir-se de metade, enquanto que as empresas públicas o vêm quadruplicar.

Esta alteração da orientação de investimento, com o reforço da posição das empresas públicas, tem obviamente conduzido a uma intensificação da acumulação de capital nos sectores de base da economia, onde os níveis de reprodutividade e a capacidade de exportar são menos elevados, como a seguir se evidencia: a taxa média de crescimento anual, em termos nominais, da formação bruta de capital fixo no período de 1973 a 1978, foi de 24,3 % nos sectores de base, enquanto que a dos restantes sectores, de maior vocação da iniciativa privada, foi de apenas 10,2 %, ou seja menos de metade; A relação entre o crescimento médio anual do produto e o crescimento médio anual do investimento, no período de 1973-1978, foi de 1,5% para os sectores de base de economia e de 1,9 % para os sectores de predomínio da iniciativa privada, o que confirma a menor reprodutividade do capital aplicado nos sectores de base; A capacidade de exportar, por sector, medida pela relação exportações/valor bruto da produção, teve em 1978, um valor médio de 0,14 % nos sectores industriais de base, enquanto que o valor médio para os restantes sectores foi significativamente mais elevado, com um valor de 0,25 %, o que demonstra a menor capacidade para exportar dos sectores de base com predomínio das empresas públicas.

Estão, assim, suficientemente demonstrados os «brilhantes» resultados do modelo socialista de investimento, orientado para uma acumulação de capital nos sectores de base e responsável pelos insuficientes volumes de formação bruta de capital fixo ao nível do sector privado; tudo se traduzindo afinal, conforme já foi referido, na estagnação da economia e no cercear da possibilidade de aumentar substancialmente a nossa capacidade de exportar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Analisado o comportamento do investimento e as suas condicionantes, iremos, agora, examinar a evolução da poupança e a sua composição.

Para esse efeito consideremos a evolução da relação percentual entre a poupança privada das empresas e dos particulares, e o produto interno bruto a preços de mercado.

Em 1973, o valor dessa relação era de 25,9 %, para descer para 18,4 % em 1974, e atingir o mínimo de

13,4 % em 1975, no auge do gonçalvismo, elevando-se progressivamente a partir daí para se situar num nível de 26,9 % em 1980.

Do exposto, pode-se, pois, inferir, que a poupança privada das empresas e dos particulares se encontrava recuperada em 1980, tendo atingido o valor de 1973, embora tenha passado nos anos intermédios por níveis extremamente baixos.

Por outro lado, se compararmos os valores assumidos por essa relação, com os da relação percentual entre o investimento bruto e o produto interno bruto a preços de mercado constata-se que no período de 1974-1977 a ponderação percentual da poupança privada foi de 17,8 %, valor inferior ao do investimento o qual foi de 21,8 %; no período subsequente de 1978-1980, o valor médio da poupança privada passou a ser de 26,3 %, sendo superior ao do investimento, que se situou em 23,5 %.

Concluiu-se, assim, que enquanto no primeiro período se verificou uma insuficiência da poupança privada na cobertura do investimento global, tendo portanto essa variável contribuído significativamente para o défice da balança de transacções correntes, e para o início do processo do nosso endividamento externo, a partir de 1978, deixou a poupança privada de ser a principal responsável por essa evolução negativa, uma vez que o seu valor excedeu o do investimento.

A causa dos saldos negativos da balança de transacções correntes e do endividamento externo a partir de 1978 responde antes nos sistemáticos valores negativos apresentados pela poupança corrente bruta do sector público administrativo, que têm determinado níveis de formação de poupança interna incapazes de assegurar a cobertura do investimento, dado que os respectivos valores médios se situaram, no período de 1978-1980, em 20,6 % e 23,5 %, donde resultou um défice médio anual poupança-investimento de cerca de 3 %.

Pode, pois afirmar-se que o avolumar do endividamento externo está a ser feito essencialmente através do aumento progressivo que se tem vindo a registar nos défices do sector público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Analisadas as causas do desequilíbrio poupança-investimento, proceder-se-á de seguida a uma breve apreciação das contas do sector público no período compreendido entre 1973 e 1980, no intuito de determinar quais as origens desses défices.

Essa análise permite-nos detectar que enquanto a taxa média anual de crescimento nominal das receitas globais foi de apenas 27,3 %, a do crescimento das despesas globais foi de 33,3 %. Este desfazamento tem originado a formação de défices cada vez mais elevados, de tal modo que apresentando as contas públicas um nível de poupança financeira positiva de mais 3,9 milhões de contos, em 1973, atinge um défice de 110 milhões de contos em 1980; ou seja, o nível da poupança financeira das contas públicas passou de um valor positivo de 1,4 % para um valor negativo de 9,2 %, relativamente ao produto interno bruto a preços de mercado.

A análise das diversas rubricas que integram as despesas globais, fornece-nos, todavia, alguns elementos do maior interesse para o esclarecimento do seu elevado ritmo de crescimento.

Assim, pode constatar-se que as rubricas que apresentam uma maior taxa de crescimento médio anual são os juros da dívida pública e os subsídios, com 64,1 e 54,1 %, respectivamente seguindo-se-lhes as transferências correntes com 36,8 % e as transferências de capital com 35,4 %.

Transparece, assim, claramente que o agravamento das contas públicas é a resultante directa do empolamento dos serviços do Estado e do aumento do seu grau de intervenção na economia, efectuado através de empresas e institutos públicos, o que acaba por se traduzir no incremento dos subsídios e transferências destinados a assegurar a cobertura das diversas formas de intervenção do Estado na economia.

Por outro lado, se compararmos a estrutura percentual da repartição funcional das despesas públicas em Portugal, no ano de 1980, com a estrutura média verificada em alguns países da OCDE, sobressaem as seguintes diferenças mais significativas: os Serviços Gerais da Administração Pública e os Serviços Económicos assumem em Portugal valores de 18,7 e 22,7 %, enquanto que os países da OCDE considerados registam níveis mais baixos, de 9,4 e 15,5 %, respectivamente; a educação e a segurança social assumem em Portugal valores de 8,7 e 22,1 %, enquanto que nos países da OCDE considerados se registam níveis mais elevados de 11,8 e de 35,2 %, respectivamente.

A ponderação extremamente elevada registada em Portugal das despesas com os Serviços Gerais da Administração Pública e com os Serviços Económicos vem, assim, confirmar a ideia atrás expressa do excessivo empolamento dos Serviços de Estado e do seu elevado grau de intervenção na economia.

Curiosamente e em resultado da excessiva ponderação das rubricas anteriores, são a educação e a segurança social, ou seja, sectores que deveriam em condições normais ser privilegiados pela actuação do Estado, aqueles que registam níveis mais baixos.

Aqui temos como o Estado, entendido evidentemente no sentido institucional, tendo em conta o empolamento das suas funções, geradas pelo modelo socialista, para além de estar a destruir a economia, com se referiu em pontos precedentes, se está também a autodestruir, ao anular-se, por exemplo, a possibilidade de satisfazer de forma razoável as necessidades de educação e de segurança social dos Portugueses, que deveriam constituir uma das suas preocupações essenciais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Da exposição efectuada julga-se que sobressai com toda a evidência que os males que afectam a economia nacional, têm o seu fundamento essencial no modelo socialista imposto pela esquerda.

A título de síntese, poderemos indicar como resultantes desse modelo: a política de promoção de investimentos orientada para as empresas públicas, o que tem determinado o baixo índice de produtividade global da nossa economia e o insuficiente ritmo de crescimento das nossas exportações; o desequilíbrio estrutural existente entre a poupança interna e o investimento global, que tem determinado a formação de défices elevados na balança de transacções correntes e o acumular da nossa dívida externa; os défices das contas do sector público administrativo, que têm degenerado no avolumar da dívida interna e na insu-

ficiente satisfação das necessidades sociais dos Portugueses.

Perante esta situação dois cenários são admissíveis, como vias possíveis para o devir da nossa economia: ou se mantém o modelo socialista existente, o que implicará naturalmente a manutenção dos actuais desequilíbrios estruturais e, afinal, a estagnação senão mesmo crise sistemática da nossa economia, acompanhada do agravamento da nossa dependência externa; ou se altera o modelo económico existente, dentro de uma lógica liberalizante, o que permitirá recuperar os equilíbrios económicos essenciais, aumentar a produtividade global e, enfim, lançar Portugal para uma via de desenvolvimento económico.

É evidente que para a Aliança Democrática e, em particular para o CDS, a única hipótese de evolução possível é a descrita pelo segundo cenário liberalizante que acabamos de enunciar, até porque a manutenção do primeiro cenário acabaria por acarretar sacrifícios infundáveis para o povo português. Mas, para que esse cenário se concretize, são pelo menos necessários dois pressupostos fundamentais: reorientar a política de promoção de investimentos, no sentido de privilegiar fortemente o investimento privado em detrimento do investimento das empresas públicas; e desacelarar o ritmo de crescimento das despesas públicas por forma a diminuir de forma sensível os défices do sector público administrativo, de modo a que seja reposto o equilíbrio essencial investimento global/poupança interna.

Devemos ainda considerar que a consecução destas modificações poderia ser extremamente facilitada se fosse alterado o modelo económico expresso na Constituição, bem como a Lei de Delimitação de Sectores actualmente existente.

Na realidade, a modificação destes parâmetros institucionais permitiria fazer ressurgir um sector privado enérgico e revitalizante, susceptível de induzir a alteração das relações estruturais existentes e por esta forma possibilitar a rápida criação de um contexto expansionista e de desenvolvimento económico.

A não ser possível a adopção desta via, a fatal e necessária reconversão do modelo socialista será muito mais lenta e determinará muitos maiores sacrifícios para a população, pois será efectuada num contexto de estagnação da economia e portanto com fracos ritmos de crescimento das variáveis económicas, o que determina uma muito maior rigidez no re-fazer dos diversos equilíbrios económicos.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros:** É dentro do contexto que temos vindo a descrever, que julgamos poder inserir os Projectos do Plano Anual e do Orçamento, agora apresentados nesta Assembleia da República.

A sua análise permite-nos verificar que os seus objectivos fundamentais são os de reorientar a política de investimento no sentido de um aumento do seu grau de reprodutividade, bem como diminuir o peso negativo dos défices do sector público administrativo, premissas estas decisivas para que se possa iniciar no nosso país um processo de inversão do modelo económico em que temos vivido, susceptível de relançar Portugal para uma via de crescimento.

Acreditamos, assim, que os presentes projectos de diploma são um contributo importante no caminho da liberalização de Portugal e uma via eficaz para

se alcançar o bem comum de todos os portugueses, revelando-se paralelamente um antídoto valioso no combate ao mal comum e generalizado adviniente do modelo socialista que nos tem vindo a subjugar e a destruir.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

*Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Amândio de Azevedo.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP):** — Sr. Deputado José Alberto Xerez, a natureza da sua intervenção não me merece qualquer pergunta. Exige-me, no entanto, um veemente protesto.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — A comparação do período anterior ao 25 de Abril com o período posterior é, do ponto de vista técnico, um despautério clamoroso, nomeadamente face ao tom agora decantado pela direita, do problema petrolífero registado em 1973 e ao fim da exploração colonial. Mas do ponto de vista político essa comparação é claramente demonstrativa da verdadeira face do CDS, dos objectivos que prossegue, do tipo de sociedade e do regime político que pretende para Portugal ...

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — ... o regime fascista derrubado no 25 de Abril.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

*Protestos do CDS.*

**O Orador:** — Mas esse sair da toca, esta clarificação pública das suas intenções, é igualmente demonstrativa do desespero que já atinge a direita face ao crescente clamor do povo português, exigindo a substituição do Governo Balsemão/Freitas do Amaral e a rápida realização de eleições gerais antecipadas.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

**O Sr. José Alberto Xerez (CDS):** — Sr. Deputado Octávio Teixeira, como produziu várias considerações subjectivas e como eu prefiro as objectivas, vou dizer-lhe o que foi o ano de 1975 em Portugal.

Digo-lhe, por exemplo, que a formação bruta de capital fixo decresceu 12,4%; que as exportações decresceram 18,9%; que a poupança privada, em relação ao produto interno bruto a preços de mercado ...

*Protestos do PCP.*

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

*Protestos do CDS.*

**O Orador:** — ... digo-lhe, por exemplo, que a poupança privada ...

**Protestos do PCP.**

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Permite-me que o interrompa, Sr. Deputado?

**Uma voz do CDS:** — Espere pela sua vez!

**O Orador:** — ..., que em 1974 em relação ao produto interno bruto a preços de mercado era de 62,3 %, baixou para 51,2 %.

Digo-lhe ainda que a poupança corrente bruta em relação ao produto interno bruto em 1973 tinha um valor negativo de 2,7 %, que os impostos directos mais as contribuições para a Previdência, que em 1974 representavam em relação ao produto 10,6 %, aumentaram, em 1975, para 14,4 %; que a tributação indirecta, que em 1974 representava 11 %, baixou em 1975 para cerca de 10,5 %. E podia exaustivamente enumerar indicadores e indicadores do que foi a ruinosa destruição deste país em 1975.

**Aplausos do CDS e do PSD.**

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — O fascismo é que era bom, fale com clareza!

**O Sr. António Mota (PCP):** — Nós não estamos na Assembleia Nacional.

**Protestos do CDS.**

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Nos seus índices não tem quem morreu em África?

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: É numa situação económica e financeira particularmente grave da vida nacional que o Governo traz a este Parlamento as propostas de lei sobre as Grandes Opções do Plano e sobre o Orçamento Geral do Estado para 1982. O Ministro de Estado das Finanças e do Plano, da maneira mais corajosa e frontal, tem vindo a alertar os Portugueses para a gravidade dessa situação, que não poderá deixar de estar presente diante dos nossos olhos, como um pano de fundo perante o qual passam as luzes e as sombras da realidade nacional.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — E penso que uma coisa não podemos negar ao Governo — a coragem de ter escolhido o caminho mais digno — mas, sem dúvida, o mais difícil — ao elaborar as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e um orçamento de salvação nacional, de austeridade e de contenção, em vez de deixar correr as coisas, por mais uns tempos, como outros fizeram, levianamente, ao sabor de conveniências puramente partidárias ou eleitoralistas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Entre deixar andar, permitindo que a situação do País, dia-a-dia, se degradasse cada vez mais, ou encarar de frente a situação, em toda a sua gravidade, adoptando as medidas que, rigorosamente, se impunham, o Governo escolheu o segundo caminho, o menos popular, o da recusa de qualquer espécie de demagogia, o caminho exigente de moralidade política. Cada um dos partidos representados nesta Câmara e cada um dos seus deputados terão, como é evidente, a opinião que muito bem entendem, favorável ou desfavorável acerca da definição de prioridades que concretamente se formulam nas Grandes Opções do Plano ou sobre a quantificação concreta das verbas respectivas em que se traduz a proposta orçamental.

O que não julgo, porém, que possa legitimamente ser posto em dúvida é o indesmentível carácter anti-demográfico destes dois diplomas ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... os quais, em vez de encorajarem a manutenção desse narcotizante superconsumismo público e privado, em que temos vivido, e conservarem, pelo país fora, esse clima mitómano de ilusória abundância fictícia que se criou, procuram, com firmeza e decisão, chamar a atenção para o facto de que nenhuma nação pode viver acima dos seus próprios recursos e que há que evitar o alegre suicídio nacional em que, a partir de 1975, pareciam apontados.

**Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.**

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Em 1981 tivemos uma seca terrível que durante longos meses flagelou Portugal. Com ela se combinou a desastrosa queda de geadas, fora do tempo, e uma vaga brutal de calor, como há décadas não sofriamo.

Tudo isso, como não poderia deixar de ser, deu origem a um péssimo ano agrícola e a uma redução muito acentuada na produção energética, levando-nos a aumentar substancialmente as novas importações de energia e produtos alimentares. A continuada subida do dólar, com o qual tivemos que satisfazer a grande parte dos nossos encargos externos, veio agravar substancialmente o montante global dos mesmos pagamentos de uma forma totalmente imprevisível. A isto se aditou o efeito igualmente nocivo do agravamento das taxas de juro internacionais e a própria recessão económica generalizada ao conjunto dos países da OCDE, que, em consequência de uma manifesta retracção de procura, por parte desses países, determinou uma apreciável quebra das nossas exportações.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A todas estas desgraças, cujos efeitos se farão ainda sentir em larga medida no próximo ano, resistiu *tant bien que mal* a nossa economia, crescendo apesar de tudo o produto nacional de 2 % em 1981, o que não é mau; rondando a taxa de inflação pelos 18,5 %, o que é aceitável, e atin-

gindo o défice externo a verba de 2 mil milhões de dólares, o que é impressionante.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — É o que se pode dizer!

**O Orador:** — Bem, se justifica de qualquer forma, neste contexto de circunstâncias gravemente desfavoráveis, a que acrescem, com particular peso, as deficiências permanentes de natureza estrutural, que o Orçamento deve ser de exigente austeridade, como o Governo propõe.

Bem se comprehende, com efeito, que se aponte, como nas Grandes Opções do Plano se lê, para «uma linha de política de particular rigor, orientada à satisfação prioritária das necessidades básicas de desenvolvimento e com o sacrifício de todos os focos de desperdício, gastos menos essenciais e projectos ou empreendimentos de rentabilidade económica e social duvidosa». Bem se aceita, por isso, que os quatro grandes objectivos que as Grandes Opções do Plano definem para 1982 sejam os seguintes: «melhorar o equilíbrio das relações económicas externas; conter o crescimento dos preços; garantir a expansão prioritária do investimento produtivo, melhorar o equilíbrio das contas públicas».

O que em termos de estratégia se traduzirá em: selectivizar o investimento, orientando-o para a exportação e para as necessidades básicas da população portuguesa; aumentar a produtividade; criar empregos produtivos; aumentar a poupança; reduzir o défice do sector público e diminuir a dependência do exterior. Medidas que nos parecem correctamente definidas como prioritárias, em termos de situação real do País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ainda há poucas horas, nesta Assembleia, o Ministro João Salgueiro, referindo-se ao Orçamento dizia, com o seu brilho habitual, que ele é «por natureza, um exercício quantificado». Penso que o mesmo se não poderá dizer do Plano, que está por detrás desse Orçamento, e em que tão pouco ouvimos falar. Essas Grandes Opções do Plano deverão ser uma verdadeira definição de horizontes, um projecto assumido e corajoso de construção do futuro, que traduza a certa visão do mundo e do papel dos homens dentro dele.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Plano deverá ser simultaneamente uma afirmação de fé em certos valores políticos, sociais e culturais que se perfilham e uma apostila na visibilidade de um certo modelo de sociedade que procura incarnar esses valores e dar-lhes realização existencial.

Um Orçamento tem números dentro e é a expressão da racionalidade desses números, as Grandes Opções do Plano começam por ter homens dentro e devem ser a expressão da felicidade possível desses homens.

**Aplausos do PSD.**

No Plano, a qualificação deve anteceder a quantificação, que se lhe há-de seguir, porque aquilo para que nele se aponta prioritariamente é para a melhoria

da qualidade de vida dos homens, a nível da satisfação das suas necessidades fundamentais e das carências essenciais e profundas, que geram a desigualdade entre eles.

Atribuir importância prevalente ao Orçamento, em prejuízo da prévia discussão das Grandes Opções do Plano, é por isso, em meu entender, inverter os processos de análise e de definição de prioridades, situando o debate ao nível de questões pouco mais que contabilísticas numa busca rigorosa e estéril de simetrias de soluções, que na sua abstracção desumanizada, acabam muitas vezes por ser pouco mais que exercícios de geometria.

Tenho receio de que isto tenha acabado de algum modo por acontecer, através da ausência de um tratamento discriminado de certas áreas de acentuada sensibilidade social que não são passíveis, por isso mesmo, de meras quantificações e rationalizações de meios, por forma genérica e indiscriminada. Concretizando, diria, que por exemplo em matéria de política de saúde, dificilmente se poderão admitir quaisquer reduções substanciais das verbas atribuídas pelo Orçamento de 1981 de tal modo se trata aí de uma prioridades de natureza económica, por mergulhar, pela sua própria natureza, na dignidade de pessoa humana, que é indiscutível e não pode ser posta em causa.

**Aplausos do PSD.**

O direito à saúde é um direito verdadeiramente fundamental e a sua concretização não pode ser objecto de rateios de verbas com outras áreas sectoriais numa perspectiva materialista que vivamente repudiamos. Dir-se-á que os meios financeiros são escassos e insuficientes para a cobertura de todas as áreas a que se dirige a acção governativa e que uma política de contenção de despesas passa pela redução de todos os consumos sociais, incluindo os gastos com a saúde pública, o que justificaria a redução de comparticipações na aquisição de medicamentos e na elevação dos custos de internamento hospitalar.

Não obstante ser indiscutível essa escassez de meios financeiros, penso que a perspectiva exposta não é correcta e que áreas como a saúde, a previdência, a habitação e a educação, por se situarem no plano das necessidades básicas do homem, terão que constituir numa óptica humanista ou personalista de que nós sociais-democratas nunca abdicaremos, prioridades absolutas, que não são confrontáveis com as que se situam por exemplo na área de políticas económicas de qualquer espécie.

**O Sr. Lemos Damião (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Há sempre meios financeiros alternativos, de que o Estado se poderá socorrer, sem ter necessidade de reduzir muito as verbas respeitantes a essas áreas de primeira prioridade social, pelo que ainda espero vivamente, ser reforçada a verba orçamental atribuída ao sector da saúde, antes do termo deste debate.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pela mesma razão não comprehendo a substancial elevação das chamadas «taxas moderadoras» a suportar pelos utentes dos serviços de saúde.

Esse grande encarecimento agora previsto distorce completamente o sentido das referidas taxas que, como a sua própria denominação inculca, foram criadas para operar uma racionalização moderadora dos consumos de serviços, por parte dos respectivos utentes, evitando desnecessários desperdícios e não como um meio de financiamento de Estado.

Atribuir-lhes esse novo papel, irá traduzir-se numa completa desvirtuação da sua natureza e da própria filosofia da Saúde Pública, como serviço de pessoas, que deve ser acima de tudo.

O Sr. Gomes Carneiro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Também a taxa prevista para as viagens ao estrangeiro, a aplicar indiscriminadamente a todos os passageiros, para além do carácter cego e injusto que têm tido os impostos deste tipo — sempre de idêntico montante para os mais afortunados e para os mais desfavorecidos — e ainda do grave prejuízo que causa às populações raianas, representa, em meu entender, uma séria ofensa a direitos fundamentais das pessoas, entre os quais está o direito de livre trânsito, sem quaisquer restrições ou limitações imposta coercivamente ...

*Aplausos do PSD.*

..., que dificultem a plenitude do seu exercício concreto. Creio, aliás, que a verba que viria a ser arrecadada, pela sua insignificância, pouco interesse teria, pelo que pouca justificação lhe encontro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estes e alguns outros reparos não inviabilizam o juízo favorável, que, como comecei por dizer, me merecem, na generalidade, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 1982, como documentos sérios e bem elaborados na sua globalidade, que traduzem uma viva preocupação com a criação de condições de estabilidade económica e social à vida do País, definindo, também de um modo geral, prioridades certas e metodologias correctas para a realização dos objectivos que acertadamente definem.

Creio, porém, que uma condição de base terá de ser preenchida para que a política económica e social, que se contém nestas Grandes Opções de Plano para 1982, e o Orçamento se venham a concretizar plenamente — a de que essa política de austeridade e salvação nacional venha a ser autenticamente assumida pelo povo português, como coisa sua. Penso que é de todo irrealista pensar que é possível fazer uma regeneração da sociedade portuguesa sem a colaboração activa, participada e entusiástica da comunidade nacional.

*Aplausos do PSD.*

O grande desafio que se põe ao Governo é, pois, em meu entender o de conseguir motivar os Portugueses para um plano e um orçamento, em que lhes não acena demagogicamente, à partida, com espectaculares melhorias de nível de vida imediatas,

mas ao contrário lhes pede, por tempo indeterminado, um exercício espartano da austeridade, com vista à regeneração de vida nacional e à construção de um futuro melhor e mais digno para todos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não tenho dúvidas de que o povo português, com a sua grande sensibilidade moral e cultural, o seu claro sentido da história e do interesse nacional, aderirá a esse projecto, se sentir que os sacrifícios que lhe são pedidos não são vãos. Os Portugueses têm que sentir antes de mais que a mudança, que lhes foi anunciada como uma boa nova, já se iniciou, começando a traduzir-se numa profunda renovação ético-política das instituições e dos comportamentos do poder e emprestando um novo e salutar dinamismo renovador à vida nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Portugueses precisam de ver, com os seus próprios olhos, que a austeridade, que lhes é pedida, começa pelo próprio Estado, através da severa contenção das suas despesas, ainda muitas vezes excessivas, e da própria auto-reforma das suas estruturas, em larga medida obsoletas, em termos de aquisição de uma maior eficácia e rendibilidade social.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

Os Portugueses precisam de constatar que, por parte do Estado, há uma efectiva determinação política de lutar contra a corrupção e a fraude, estejam onde estiverem, contra a especulação e a fuga fiscal, contra tudo isso que corrompe, por forma grave, as estruturas da nossa sociedade e ameaça comprometer a viabilidade do próprio regime democrático e da liberdade tão duramente conquistada.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

Os Portugueses precisam de recuperar confiança nas estruturas públicas do seu país, profundamente deterioradas pelo inevitável desgaste do período revolucionário e pela ineficácia que se lhe seguir.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os Portugueses precisam de ver que lhes são finalmente restituídos esses claros horizontes de esperança de um maior desafogo de vida e de um maior bem-estar, em termos de médio prazo, sem os quais a vida perde o sentido, mas que por si mesmos, quando iluminam o futuro, justificam todos os sacrifícios e privações dos homens, por mais duras que sejam.

Será, seguramente, com grande competência, firme austeridade, rigorosa fidelidade aos compromissos assumidos para com o eleitorado, forte sentido de exigência moral e um enorme espírito de serviço, que, nos tempos financeiramente difíceis que se vão seguir, o Governo manterá a confiança do povo português claramente afirmada aquando das últimas eleições legislativas e que nunca lhes foi recusada desde então.

Estamos certos de que o conseguirá, e o voto favorável dos sociais-democratas nas propostas de lei do Plano e Orçamento, que o Executivo trouxe até esta Assembleia, é a indiscutível afirmação do nosso apoio à clareza da política do Governo e ao sentido nacional e patriótico que têm vindo a presidir à sua acção equilibrada, digna e eficiente.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Deputado Moura Guedes, infelizmente não tenho tempo para poder intervir em relação à sua brilhante intervenção. Gostaria, no entanto, de lhe dizer o seguinte: a sua intervenção é a muitos títulos um discurso de raro conteúdo político e moral. Por isso, e como deputado da oposição não posso deixar de o sublinhar e registar com agrado, foi uma das mais eloquentes e impressivas críticas aqui produzidas sobre a política social e económica deste Governo. Bem haja pela sua coragem, Sr. Deputado.

*Aplausos do PS.*

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Espero que a assuma até ao fim!

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Assim é que fala um social-democrata!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barrilero Ruas.

O Sr. Barrilero Ruas (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na discussão da proposta de lei em que o Governo submete aos representantes do povo o Orçamento Geral do Estado para 1982, cabe-me dentro do Grupo Parlamentar do PPM, o cuidado de olhar por aquilo que, no conjunto das tarefas nacionais, poderíamos designar como o aspecto teleológico.

Na verdade, uma grande parte das ocupações e preocupações do Estado confina-se a questões de método, questões que podem ser equacionadas em termos de meios para atingir determinados fins. Mas há matérias, na missão do Estado, que precisamente merecem a dignidade deste conceito de missão. E espero traduzir apenas o sentir comum se disser que os objectivos essenciais da política estão representados por três alíneas do OGE: a educação, a cultura, a qualidade de vida. Todas as outras coisas são, certamente, necessárias e dignas, porventura de extrema urgência, nenhuma, porém, faz parte dos fins para que um povo existe.

Entre as numerosas, dir-se-ia inumeráveis, tarefas do Estado e sobretudo do Estado moderno, carregado de ocupações que, em parte, nem sequer em boa ordenação, lhe deveriam pertencer — as que se orientam para a formação dos homens, para a livre criação e circulação dos valores e para aquele conjunto de bens, em rigor inefáveis mas a que a linguagem dos filósofos foi dando o nome, ora de felicidade, ora de alegria, ora de dignidade, e que hoje se tende a vazar na fórmula, um pouco barroca, de «qualidade de vida» — essas tarefas que revelam, triadica-

mente, a unidade da pessoa, constituem, sem qualquer espécie de dúvida, o próprio fim da comunidade política.

Seja-me permitido, nesta ordem de ideias, interrogar o Orçamento Geral do Estado, e, de algum modo, responder por ele.

Em que medida é que a proposta de lei que nos termos do n.º 1 do artigo 170.º da Constituição, o Governo hoje nos apresentou, pela voz — a que, em qualquer dos sentidos clássicos, se pode chamar sábia — do Sr. Ministro das Finanças, corresponde a essa visão das coisas?

Há na apresentação do OGE, um passo particularmente significativo para a perspectiva em que me situou: é aquele em que o Governo reclama a atenção desta Assembleia — e, através dela, da própria Nação — para a gravidade da prática político-financeira que nos últimos sete anos temos vindo a seguir: «o défice corrente [...] viola o princípio de equidade segundo o qual cada geração deve suportar os custos correspondentes à actividade do Estado de que só ela beneficia.

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — Daqui resulta que um nível excessivo de consumo equivale a transferir encargos para as gerações futuras que não deviam ser suportados por estas [...].

Ao mesmo tempo que me permito acentuar a perfeita justeza deste discurso político, aproveito-o para a defesa das verbas orçamentadas para a educação, a cultura e a qualidade de vida. Quem poderá contestar que os 72 973 300 contos que — se não me enganei nas contas — o Estado se dispõe a gastar nesse plano da vida permanente da Nação têm de ser descontados no pecado social que esta geração comete contra as gerações dos nossos filhos e dos nossos netos? Quem se atreverá a achar demasiados os custos da aposta no futuro, do acto de fé na perenidade da pátria, que desse modo o Governo se atreve a fazer?

Muito claramente, quero dizer que o Partido Popular Monárquico propõe e exige que estas despesas oficiais, a que se abalança o Executivo neste momento histórico, sejam consideradas e estimadas pelo poder legislativo como reconhecimento, por todos nós devido, dos direitos das gerações futuras. Por isso mesmo, esperamos que essas gerações nunca se lembrem de nos acusar de estarmos a delapidar o seu património. Pois é por amor delas que nos decidimos a pôr de lado, daquilo mesmo que não possuímos, essas setenta e duas dezenas de milhões de contos, a fim de que alguma coisa de indispensável lhes seja desde agora preparado com amor.

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — Resta-me, sem entrar na análise — aliás tecnicamente impossível — da distribuição dessas verbas, fazer os mais ardentes votos por que os 69 milhões da educação, os 2 milhões e meio da cultura e o milhão e tal da qualidade de vida — tudo em números redondos — venham a ser efectivamente despendidos em benefício dessas altíssimas finalidades da existência nacional.

Não me esqueço de que a realização plena deste voto não depende somente dos respectivos ministérios, nem, muito menos, dos respectivos ministros. Recordo, como de outras vezes tenho feito, que o Ministério da Educação é um edifício monstruoso, que, enquanto não for razoavelmente descentralizado, constituirá, para professores, pais e alunos, alvo demasiado fácil de uma luta demasiado inútil.

*Aplausos do PPM e do PSD.*

E espero que, ao receberem ou criarem os seus próprios ministérios, os Srs. Ministros da Cultura e da Qualidade de Vida consigam escapar à poderosa tentação burocratizante e afinal totalitária, em que, por culpa de várias gerações é de uma velha mentalidade já insuportável, tristemente caiu o Ministério da Educação.

Gostaria, muito especialmente, de ver um dia — em tempo útil —, o Ministério da Educação perceber que a regionalização de que precisa não é uma simples desconcentração de serviços, mas uma verdadeira redistribuição de poderes e de responsabilidades e que a Educação, embora, entre as tarefas que ao Estado pertencem, seja essencial, não é apenas tarefa do Estado. Pelo contrário: tão profunda, tão permanente, é essa tarefa, que é da comunidade que o Estado constantemente a recebe. E quem diz comunidade não diz, aqui, apenas comunidade política, isto é, nação: diz, antes de tudo, comunidade de pessoas e, portanto, em primeiríssimo lugar, a família e logo a seguir as comunidades de vizinhos, que reclamam uma educação comunitária e, para esta, a respectiva escola.

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — E gostaria ainda de, no mesmo plano, formular um outro voto no sentido de ver o Ministério da Educação enveredar decididamente pelo caminho de um ensino logo à raiz pluralista, sem nunca impedir, antes pelo contrário, a unidade em termos pessoais e a síntese em termos sociológicos, a que toda a educação deve subir. Quero dizer que é tempo de acabar com a fantasia mortal do ensino unificado, isto é, uniforme, de cujos malefícios por de mais evidentes alguém como Jean-Paul Sartre logo no princípio da Revolução nos quis avisar — esse ensino esteoritipado, gerador de uma sociedade sem vida, falso respeitador e eficaz inimigo da fraternidade das pessoas e do progresso do país.

Em conclusão, exprimo desde já a confiança do PPM no espírito que presidiu à elaboração deste orçamento. E espero, também em nome do meu partido, que o Governo da Aliança Democrática utilize este instrumento indispensável de governação, para servir e, na medida do possível, cumprir os objectivos essenciais da nação portuguesa que o OGE e o Plano distribuem pelos três aspectos, antes de todos valiosos, da educação, da cultura e da qualidade de vida.

Não se me leve a mal, Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, que dirija esta expressão de confiança e de fraterno incitamento ao Ministro de Estado e da Qualidade de Vida, cuja presença neste governo é para nós e para muitos portugueses um sinal de que alguma coisa começou na gestação do futuro português. Um futuro em que seja, enfim,

possível ao homem utilizar os instrumentos económicos como meio para a sua realização no plano transcendente da cultura.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Srs. Deputados, entretanto permito-me informar o Plenário que há ainda tempos disponíveis no montante global de 100 minutos.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é tarefa fácil discutir o OGE e o plano anual nas condições em que todos nós somos obrigados a fazê-lo, quando se pretende que essa discussão se não limite ao mero contraponto de posições de princípios, antes se deseje que nela possam, encontrar resposta para as suas próprias interrogações aqueles que aqui representamos. E não é fácil por motivos vários, o primeiro dos quais é talvez o esquema de discussão a que constitucional e regimentalmente estamos amarrados. E porque assim é, seja-me permitido antes de mais nada formular o voto de que na revisão constitucional que se avizinha possam ser introduzidas alterações no texto da Constituição que propiciem uma outra forma de debate para o plano anual e para o orçamento.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas não só as limitações constitucionais e regimentais tendem a descharacterizar o debate. Para além delas, a forma desatempada como — com raras exceções — os Governos submetem à Assembleia da República as suas propostas de Plano e Orçamento, a inexistência sistemática de relatórios de execução orçamental que sirvam de ponto de referência à discussão e permitam ajuizar do comportamento nesta matéria, a ausência de contas gerais do Estado, o escassíssimo espaço de tempo que sempre medeia entre a apresentação do OGE e do Plano e o debate que aqui se trava, espaço de tempo impeditivo de uma análise cuidada por parte dos deputados, são razões de sobra para que a discussão não possa assumir o pormenor que a importância da matéria exigiria.

No entanto, se destes males têm padecido todos os debates em torno do OGE acresce no caso presente a pobreza do documento que sob o título, pomposo em relação ao conteúdo, de «Grandes Opções do Plano para 1981», nos foi submetido. Será em vão que nesse texto se procurará um ordenamento claro do que são as opções governamentais, será esforço perdido buscar nele uma clara explicação dos instrumentos políticos que deverão servir à concretização daquelas opções.

As Grandes Opções mais não são que um desalinhado rosário de intenções, que se pretendem boas, e de que mal se vislumbram o equilíbrio e a compatibilidade. Mais exigente espero será o Sr. Ministro ao apreciar os planos e orçamentos de qualquer empresa pública e, muito me espantaria, que perante textos como aquele que nos apresenta a sua atitude não fosse de rejeição liminar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As Grandes Opções que irão condicionar o Plano para 1982 surgem confusamente no texto governamental e nele se omitem os instrumentos básicos que lhes servirão de suporte dos quais apenas é dada notícia de que serão enunciados no plano em preparação. No entanto, do pouco que em tais circunstâncias é lícito concluir ressalta desde logo a frágil coerência interna de um modelo deficiente e incompletamente apresentado. Assim por exemplo: a satisfação das necessidades básicas do desenvolvimento afirmar-se-ia como uma determinante fundamental da política económica que inspiraria o Orçamento e o Plano a ajuizar pelo que na p. 43 deste último se escreveu.

E é certamente na procura desse objectivo que se admite que a taxa de crescimento para a formação bruta do capital fixo do sector seja da ordem dos 5,7 %, limitando-se a do sector público a 5 %, o que implica uma taxa muito mais elevada para o sector privado.

Mas se assim é uma pergunta se coloca desde logo e que fica sem resposta: sabido de forma incontroversa que é o lucro a mola propulsora da iniciativa privada — e mal se compreendia que assim não fosse — como contra o Governo, em período de crise — com muros e cargas fiscais agravadas — que essa iniciativa possa funcionar como agente dinamizador do investimento?

Ou será que para tanto lhe reserva o Governo contrapartidas não confessadas, nomeadamente no domínio laboral, e de que a recente proposta de lei de liberalização dos despedimentos seria um primeiro exemplo?

Não haverá neste apelo a uma iniciativa privada nacional, proverbialmente incapaz, um regressar nostálgico a um certo marcelismo envergonhado ou um discreto piscar de olhos ao capital internacional eventualmente atraído por uma mão-de-obra barata e progressivamente limitada nos seus direitos e nas suas capacidades reivindicativas?

A manutenção do nível de emprego e o seu incremento aparecem como um dos objectivos prioritários. Não se apontando os instrumentos que permitirão alcançar esses objectivos fica a dúvida legítima quanto à real capacidade de virem a ser alcançados no quadro da política governamental e tanto mais quanto as perspectivas de desenvolvimento económico, entregues prioritariamente à iniciativa privada e a anunciada redução do nível de emprego no sector público, não são de molde a criar expectativas minimamente optimistas neste domínio.

E quanto ao crescimento do sector da construção a ritmos próximos do verificado no ano em curso, e ao estabelecimento de regras mais fáceis para a aquisição de casas e esquemas mais aliciantes de poupança habitação: perante isto a quem devemos dar crédito? Ao Plano do Sr. Ministro das Finanças ou às declarações e às medidas já tomadas ou anunciadas neste domínio pelo Ministro da tutela?

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — E o tão propagandeado aumento de produtividade de 3 % imposto ao sector público administrativo. Que significado é o seu para além de uma

forma pretensamente mais elegante de anunciar um corte de 3 % nas dotações dos diferentes departamentos governamentais.

E que sentido tem anunciar a necessidade de no curto prazo se implementarem medidas visando reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos pessoais face a um orçamento em que o agravamento da carga fiscal não poupa, ao contrário agrava, os rendimentos do trabalho?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que acabamos de apontar são apenas alguns exemplos, poucos que para mais nos não sobra o tempo, das flagrantes contradições que as opções do plano para 1982 encerram.

A análise dessa opções voltará a minha bancada no decurso do debate.

Pela minha parte não queria terminar esta primeira intervenção sem uma referência ao Orçamento que nos é proposto.

Orçamento que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo de modo grandiloquente não hesitou em classificá-lo de «salvação nacional».

Mas se após 3 Governos AD, após dois anos de gestão AD, nos confrontamos com um orçamento de salvação nacional imposto por uma situação de crise tal facto deve-se, acreditamos na propaganda oficial, tão-só a factores de ordem externa — condições meteorológicas desfavoráveis e crise económica internacional — que escapam ao controle de um governo «patrioticamente» empenhado em fazer-lhes face.

Orçamento de salvação nacional que, diz-nos a propaganda, corajosamente procura inverter a tendência ascendente do défice ligada ao acréscimo do serviço da dívida pública e a que os governos AD seriam naturalmente alheios.

Só que essa propaganda dificilmente poderá escamotear que, para além da crise económica mundial e dos efeitos da seca cuja importância se não minimiza, a crise com que nos defrontamos mergulha as suas raízes na política irresponsavelmente eleitoralista conduzida entre Janeiro e Dezembro de 1980 pelo VI Governo e prolongada pelo VII Governo preocupados antes de mais nada com a sua imagem em relação ao Governo que o antecederá.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade é em 1980 em pleno VII Governo que o défice orçamental — não considerado o serviço da dívida pública —, atinge valores mais elevados. A política de expansão do défice prosseguida pelo Governo Sá Carneiro, porque o importante era ganhar as eleições, segue-se hoje uma política de clara contracção da actividade económica porque há que saldar a factura então contraída.

Muitas foram as vozes que na altura se levantaram nas bancadas da oposição para denunciar uma política virada em exclusivo para a conquista de votos e que mais cedo ou mais tarde haveria que pagar a factura.

Ao falar agora em orçamento de salvação nacional o governo Pinto Balsemão vem cobrar ao país a factura de uma dívida de que a AD é responsável, fazendo suportar o seu custo pelos trabalhadores e pelas classes mais desfavorecidas.

A prevista redução do défice em valores reais, a verificar-se, assentará primordialmente no aumento da carga fiscal com repercussões negativas dos rendimentos do trabalho, nomeadamente pelo agravamento real dos impostos incidindo sobre esses rendimentos, como resultado da não correcção dos escalões de tributação em função da inflação, pelo alargamento do imposto profissional a categorias que dele estavam até agora isentas, pelo agravamento dos impostos indirectos — cujo crescimento, uma vez mais, supera o dos impostos directos — e cujos reflexos sobre o nível geral dos preços será imediato.

Por outro lado a prometida contenção no crescimento das despesas vai reflectir-se sobretudo naqueles áreas que mais directamente tem a ver com a qualidade de vida das populações de mais baixos rendimentos.

É deste modo que, para um crescimento da despesa em relação a 1979, as despesas com habitação e obras públicas, transportes e comunicações, assuntos sociais e educação, são inferiores à média do acréscimo das despesas.

Mas o «orçamento de salvação nacional» não se limita apenas a fazer suportar desde já e uma vez mais o preço da crise por todos aqueles que vivem do seu trabalho.

Não obstante os propósitos platicamente proclamados nas derradeiras páginas das Grandes Opções de que as medidas políticas a adoptar em 1982 no âmbito da regularização da economia a curto prazo não deverão afectar as possibilidades de crescimento económico e a afirmação solene do designio de implementar políticas consequentes de modernização do sector primário e de modernização e reestruturação dos sectores industriais tradicionais, os números apontados para o OGE são significativos: um aumento de despesas afectadas à agricultura e pescas, à indústria e energia e aos transportes e comunicações crescem de modo inferior à média do acréscimo das despesas.

As causas mais profundas do défice estatal relaciona-se com os problemas da economia portuguesa que não podem ser atacados apenas pela via dausteridade orçamental. O saneamento das finanças públicas não enquadrado numa política positiva de crescimento e desenvolvimento da economia é o regresso às concepções salazaristas segundo as quais o equilíbrio das contas do Estado constituiria o objectivo prioritário em relação a quaisquer outros. O Governo culpa o clima e os factores externos do agravamento geral da situação económica. Esse condicionamento é um facto disse-mo-lo já, mas a passividade, a impotência, a incapacidade de encontrar saídas para as dificuldades são também características destes Governos AD.

É importante não esquecer que Portugal tem o mais baixo nível de vida da Europa Ocidental, que os índices de desemprego e inflação são muito superiores à média dos países da OCDE, que o grau de satisfação das necessidades básicas, por exemplo, alojamento, educação e saúde, é também dos mais baixos.

Restar-nosá perante esta situação suportar passivamente os efeitos da crise internacional, esperar

resignadamente que ela seja ultrapassada pelos outros e esperar que nessa ultrapasagem nos sejam oferecidas algumas migalhas, aguardar conformados que os elementos nos sejam menos adversos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O orçamento que este Governo nos apresenta não é um orçamento de salvação nacional, não é sequer um orçamento de salvação da AD — para a AD já não há salvação — e é, nessa ausência de salvação da AD que reside a esperança da salvação de todos nós, das perspectivas de uma sociedade mais justa e mais livre que o 25 de Abril nos trouxe.

*Aplausos do PS eda UEDS.*

O Sr. Presidente: — Para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado Pinto da Silva.

O Sr. Pinto da Silva (PS): — O relatório da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 14 de Dezembro de 1981, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados:

1 — Solocitada pelo Partido do Centro Democrático Social: — Mário Gaioso Henriques (círculo eleitoral de Aveiro), por Manuel Carlos Costa da Silva. Esta substituição é pedida para os dias 15 a 17 de Dezembro corrente, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer.

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com abstenção da União Democrática Popular.

A Comissão, o presidente: — Mário Júlio Montalvão Machado (PSD), vice-presidente: António Cândido Miranda Mamede (PS) — secretário: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Armando dos Santos Lopes (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Manuel de A. de Almeida e Vasconcelos (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Lino Carvalho de Lima (PCP) — Manuel Cardoso Vilela de Carvalho (ASDI) — Heriberto de Castro Goulart da Silva (MDP).

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, não havendo pedidos de palavra, vamos proceder à votação do relatório e parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE e com a abstenção da UDP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando da apresentação do Programa do VII Governo, o Sr. Primeiro-Ministro, acentuando a impossibilidade de se dedicar igual atenção e iguais meios a todos os sectores e a todos os domínios contemplados, em face da exiguidade dos recursos disponíveis e da premência de certas acções, no tempo, informou o Parlamento de que o Governo tinha seleccionado quatro grandes prioridades, a primeira das quais seria a habitação.

Parecia acertado que a habitação fosse escolhida como primeira prioridade, embora o Partido Socialista já então não alimentasse quaisquer ilusões sobre a falta de capacidade política do actual Governo para realizar as acções indispensáveis que dessem algum sentido social à escolha feita: aquisição de solos pela administração, obtenção de créditos, bonificação de juros, descentralização dos programas de promoção, destinados às famílias mais carenciadas.

O Governo não pode desconhecer que a actual situação habitacional é gravíssima, eu diria mesmo socialmente explosiva, quer pela falta de programas adequados, de solos urbanizados, de infra-estruturas e de equipamentos, quer pelo estado de degradação em que se encontra a maior parte dos fogos do parque existente e pela falta de capacidade de produção de novas habitações, quer, ainda, pelos baixos rendimentos auferidos pela maioria das famílias portuguesas.

Em média, construiu-se no décimo 1971-1980 cerca de 40 mil fogos por ano, quando as necessidades do vinténio 1971-1990 tinham sido estimadas em 75 mil fogos (8,3 fogos por mil habitantes) e na Europa se constroem 10 e 12 fogos por mil habitantes e por ano.

Para recuperar aquele programa haveria que construir na década de 80 cerca de um milhão de fogos, se quisermos que as nossas carencias começassem a decrescer em todos os estratos populacionais.

Foi por isso que sempre defendemos que as famílias de baixo grau de solvência tivessem acesso a fogos de renda social (10 %), a fogos de propriedade resolúvel (6 %), uns e outros de promoção pública, mas tivessem também acesso às casas das cooperativas (4 %), perfazendo este conjunto cerca de 20 % da produção total.

Defendemos também que para a população de grau de solvência média se construíssem, pelo sector público, casas de renda limitada (8 %), pelas cooperativas (4 %), e pela promoção privada (53 %), perfazendo um total de 65 % da produção total.

E defendemos, ainda, que a população de maior grau de solvência tivesse, através da promoção privada, acesso a 15 % da promoção total.

É fácil de explicar a nossa opção. As famílias portuguesas que possuíam em fins de 1979 receitas mensais inferiores a 10 mil escudos, representavam no final 16 % do total e com receitas mensais superiores a 30 mil escudos, 13 %.

Com receitas variando entre os 10 e os 20 contos concentravam-se 45 % das famílias e entre os 15 e os 25 contos, 36 % das mesmas, o que colocava 61 % das famílias portuguesas entre os 10 e os 25 contos mensais.

Este negro quadro de carências, de falta de programas e de baixa capacidade de acesso à habitação exigem que o ataque ao gravíssimo problema habitacional seja devidamente planificado e programado e que a Assembleia da República chame a si um papel mais activo no controle do programa habitacional, a fim de obrigar o Governo a definir um «período de emergência habitacional»; a anunciar com rigor a cadêncie de construção de novos fogos e de reparação de fogos degradados; a fixar os níveis de intervenção local, regional e nacional, e o papel de cada um dos sectores promotores, privado, cooperativo e público; a estabelecer perfis económicos e sociais dos grupos beneficiários; a calcular os volumes de recursos humanos, materiais e financeiros e respectivas fontes; e, finalmente, a legislar sobre as novas formas de acesso ao arrendamento e ou à propriedade.

A habitação, para além de constituir uma das nossas actuais maiores carencias, afectando sobre tudo as famílias mais carenciadas e os jovens casais, é também o subsector mais importante da indústria da construção.

Construção civil que, como todos sabem, se apoia num grande número de pequenas e médias empresas, utiliza um grande volume de mão-de-obra — cerca de 10 % da população activa —, tem grandes reflexos sobre as actividades afins — que empregam, no conjunto, mais de 700 mil trabalhadores — e que apresenta uma elevada incorporação de produtos nacionais.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Entre o que cada um dos Srs. Ministros ditou para o Programa do VIII Governo, o que a AD fixou no Plano a Médio Prazo, o que nos foi apresentado nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado para 1982 e o que se torna necessário programar existem enormes e incomprensíveis diferenças de fundo.

O Programa e o Plano a Médio Prazo eram a demagogia, o Plano e o OGE/1982 são a capitulação.

**Vozes do PS e da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — No campo da habitação o Governo enveredou por caminhos já abandonados.

O Fundo de Fomento da Habitação foi criado por um governo de Marcelo Caetano e está agora ameaçado de extinção por um governo do Sr. Dr. Pinto Balsemão.

**O Sr. Manuel da Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O único organismo capaz de preparar a planificação e programação de todas as medidas anteriormente citadas tem neste OGE/1982, a p. 68, alínea 33, o seguinte epitáfio: «[...] Deve, no en-

tanto, referir-se que nos orçamentos apresentados não está incluído o orçamento do Fundo de Fomento da Habitação.»

O Sr. Ministro das Finanças, preocupado com o défice proposto, não permitiu que se inscrevessem ainda os 10 milhões de contos necessários para terminar as obras que este organismo tem em curso, nem os 3,5 milhões de contos de encargos financeiros, o que certamente também levou à não inscrição das suas receitas patrimoniais e da verba complementar destas que, normalmente, salda os gastos administrativos e de pagamento ao pessoal.

Mas, poder-se-á pensar que é intenção do Governo que passe a caber, às autarquias o papel promotor do Fundo de Fomento da Habitação?

Não acreditamos que assim seja por várias razões, das quais destacamos a falta da lei de delimitação de investimentos e o corte de 36,7 milhões de contos a que têm direito por uma lei aprovada neste Parlamento.

Mas a iniciativa privada, poderá em 1982 contribuir para a resolução das carências habitacionais, sem programa e sem controlo, de forma diferente do que fazia antes do 25 de Abril? Poderá agora o sector privado, sujeito a tais cortes de crédito, lançar programas habitacionais destinados às classes mais desfavorecidas, quando não lançou em outras épocas, de banca aberta a todos os lançamentos imobiliários?

E que papel destina este Orçamento Geral do Estado às cooperativas de habitação? Nenhum. Depois do Sr. Secretário de Estado do Fomento Cooperativo e do próprio Sr. Primeiro-Ministro terem anunciado um largo apoio ao sector, vem o Sr. Ministro das Finanças cortar as já pequenas possibilidades das cooperativas realizarem os seus programas.

Poder-se-á contar com os financiamentos dos institutos especiais de crédito para acorrerem aos sectores promotores, às cooperativas, às autarquias, de forma a que não pare a já diminuta actividade da construção e a que não se agravem as carências habitacionais?

Tudo nos diz que não. Desde 1980 que as autarquias não têm crédito bonificado, apesar de a Lei n.º 1/79 o estabelecer, e que as cooperativas têm sido completamente abandonadas.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Orçamento de «afundamento nacional» e de miséria vai paralisar a indústria da construção, vai conduzir à falência inúmeras empresas, vai aumentar o desemprego e obrigar a despedimentos maciços.

O tecto salarial, o pacote laboral, o aumento dos transportes, os cortes nos benefícios da segurança social, os aumentos generalizados dos preços vão abster-se rapidamente sobre todos os trabalhadores portugueses.

De 1976 a 1978, o Partido Socialista iniciou e conduziu com êxito a gestão política, social e económica de uma crise idêntica a esta.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Existe, contudo, uma diferença demasiado evidente para todos os trabalhadores que tem de ser realçada uma vez mais.

De 1976 e 1978 o País e os trabalhadores, em particular, acompanharam o Partido Socialista no combate à crise porque estavam conscientes de alguns excessos cometidos, diga-se aliás, não demasiado pesados quando avaliados como preço de uma liberdade. Hoje, o povo está a ser obrigado a pagar uma factura resultante fundamentalmente da demagogia política do VI Governo da AD e da falta de visão política dos VII e VIII Governos.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Ministros, chegadas as coisas a estes extremos e tendo a vossa política a oposição dos trabalhadores, haverá que extraír deste facto todos as suas consequências: reconhecer que a AD perdeu toda a sua razão de ser, que a política deste governo atenta contra os interesses dos trabalhadores e que as propostas destas Grandes Opções do Plano e deste Orçamento terão por esse facto de ser rejeitados.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Silva Graça e Ferreira de Campos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, ouvi com atenção a sua intervenção e estamos de acordo que a actual política da AD é de desastre — talvez seja este o termo exacto — em matéria de habitação, criando dificuldades cada vez maiores e mais graves para o nosso povo. Contudo, amanhã faremos uma intervenção sobre esta matéria.

Gostaria no entanto de lhe lembrar que a semana passada o meu camarada Carlos Brito anunciou que o PCP vai fazer uma interpelação ao Governo, para discussão nesta Assembleia, sobre um assunto de tamanha importância como é a habitação e sobre as medidas já tomadas e anunciadas.

Não queria deixar de recordar que já no próximo mês com certeza teremos oportunidade de pôr a nu todo o conjunto de medidas que estão a ser tomadas contra os interesses do povo português num sector tão sensível do ponto de vista social, como é o sector da habitação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira de Campos.

O Sr. Ferreira de Campos (PSD): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, V. Ex.<sup>a</sup> falou no problema decorrente da extinção do Fundo de Fomento da Habitação. Queria perguntar-lhe se tem conhecimento do teor da Resolução n.º 224/81 que prevê a extinção desse Fundo.

Como me pareceu que V. Ex.<sup>a</sup> não tem conhecimento dessa Resolução, permito-me ler-lhe o que sobre essa extinção se diz nessa Resolução.

O Governo resolve incumbir os Ministros de Estado das Finanças e do Plano, da Indústria e Energia e Exportação, da Habitação, Obras

Públicas e Transportes e da Reforma Administrativa no prazo de 90 dias:

- a) Apresentarem projectos de decreto-lei, extinguindo o Fundo de Fomento da Habitação e o Instituto de Apoio à Construção Civil, alterando a orgânica da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico por forma a absorver as funções normativas e fiscalizadoras referentes à habitação e definindo a instituição que assumirá as funções de fomento financeiro dos programas de habitação;
- b) Providenciarem no sentido da reafectação dos funcionários e agentes e do património dos organismos a extinguir;
- c) Tomarem as medidas adequadas para assegurar a continuidade dos programas em curso ou pendentes da acção do Fundo de Fomento da Habitação, designadamente no tocante aos compromissos e direitos por ele detidos.

Como esta Resolução é de 30 de Outubro de 1981 e porque o prazo concedido para a apresentação dos projectos é de 90 dias, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Eduardo Pereira, se não acha precipitado tirar conclusões das consequências da extinção do Fundo de Fomento da Habitação.

Como V. Ex.<sup>a</sup> não negará — e resulta aliás do teor da sua intervenção —, a promoção da habitação está atribuída pelo Estado não só a si próprio, através da construção directa e da concessão de crédito e juros bonificados, mas também — e segundo uma norma constitucional — à iniciativa privada.

Sendo certo que a oferta de habitação para aluguer, até 1974, rondava uma percentagem de 42 % a 51 % do total de fogos construídos — oferta de habitação da iniciativa particular — e sendo certo que se verificou, por dados estatísticos, uma baixa de produção de fogos da iniciativa privada a partir de 1974, de 25 % a 30 %, pergunto que medidas é que o PS propõe para inverter esta marcha na redução da promoção de habitação do sector privado.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Antes do 25 de Abril é que era bom!

*Durante este pedido de esclarecimento, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Eduardo Pereira pretende responder?

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, tenho só um minuto vou responder tipo telegrama.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado tem 2 minutos, pode fazer um telegrama um bocadinho maior.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Deputado Silva Graça, eu tinha conhecimento e na altura própria, nesta Câmara, debateremos, espero que exaustivamente, este problema.

Sr. Deputado Ferreira de Campos, repare, nunca a não ser agora nos governos da AD — não sei se isso mudou agora — uma resolução do Conselho de Ministros extingue um fundo criado por decreto-lei ou por lei. Daqui a 90 dias aparecerá qualquer coisa no Conselho de Ministros, os Srs. Ministros vão debruçar-se sobre isso, e depois aparecerá talvez um decreto-lei ou uma lei que há-de extinguir o Fundo de Fomento de Habitação.

Mas entretanto — e ainda não passaram os 90 dias — o Fundo de Fomento de Habitação deixou de existir, porque se ameaçou de extinção, e a partir disso os empreiteiros fugiram, os fornecedores fugiram, os trabalhadores do Fundo ainda trabalham menos do que trabalhavam na altura — muito menos agora que houve paralisação total —, e o Fundo já não existe e não tem sequer verba neste Orçamento para 1982. Quer dizer: neste Orçamento para 1982 há 600 funcionários que não estão no Fundo, mas também não estão em organismo nenhum, até porque o Sr. Ministro não sabe ainda o que lhe vão propor como situação definitiva.

Portanto, isto é uma forma bizarra de resolver dificuldades. Essas dificuldades do Fundo apresentaram-se a todos os ministros e a todos os governos. Entre alguns governos anteriores e os actuais, talvez tivessem havido coragem de não tomar a decisão que foi agora tomada, porque, na verdade, a decisão que foi agora tomada não é de coragem, é de virar as costas às verdadeiras soluções dos problemas.

Com respeito à iniciativa privada, Sr. Deputado, só lhe digo o seguinte: todos os problemas habitacionais deste país derivam de uma situação anterior ao 25 de Abril. Depois do 25 de Abril resolveram-se pelo menos os problemas suficientes para alojar 600 mil pessoas vindas das ex-colónias. Os problemas existiram na época em que se seguia exactamente a liberalização com a iniciativa privada. Se a liberalização não resolveu os problemas na altura, como vai fazê-lo agora? Não percebo!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As propostas leis do OGE e do Plano e as intervenções dos Ministros que a apresentaram e defenderam vêm confirmar que a AD e o seu governo pautam a sua conduta em relação aos trabalhadores por três regras negras.

Em primeiro lugar, o Governo e a AD querem que os trabalhadores trabalhem cada vez mais para benefício exclusivo dos lucros do patronato. O despidor vai a tal ponto que é o próprio Ministro João Salgueiro a confirmar que os aumentos de produtividade a que apela devem ir direitinhos para os bolsos dos capitalistas.

Em segundo lugar, o Governo e a AD querem que os trabalhadores trabalhem mais ganhando cada vez menos. Daí a brutal imposição de um tecto salarial, daí as repetidas tentativas de atrasar a publicação dos instrumentos de regulamentação colectiva de

trabalho, daí o fomento do divisionismo e dos contratos paralelos, imbuídos de cedências e compromissos com o patronato.

Em terceiro lugar, o Governo e a AD querem que os trabalhadores trabalhem cada vez mais, ganhando cada vez menos e comprando cada vez mais caro aquilo que precisam para a sua subsistência. A manutenção dos números não pode esconder que o Governo projecta que os preços aumentem mais que os salários, mais uma vez para benefício exclusivo dos lucros do patronato.

O Sr. António Mota (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas as três regras negras que orientam o Governo e a AD aparecem neste orçamento condimentadas de forma brutal. A ausência completa de perspectivas para a resolução dos problemas com que se debate a economia portuguesa leva o Governo a pôr em prática uma política de que resulta o inevitável agravamento do desemprego e das condições de vida em geral dos trabalhadores.

Não bastava tornar praticamente inacessível a habitação; não bastava pôr os próprios doentes a pagarem a degradação da situação económica pela via de brutais aumentos dos medicamentos, dos internamentos, das urgências e das consultas externas em hospitais do Estado; não bastava a restrição drástica dos aumentos dos trabalhadores da função pública; não bastava o condicionamento a nível miserável da actualização das reformas e pensões; era preciso mais: era preciso virar o 25 de Abril do avesso e inverter, ou pelo menos tentá-lo, as regras constitucionais e legais que afirmam os direitos dos trabalhadores.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Essa é a quarta regra negra do Governo e da AD contida nestas propostas do OGE e do Plano. É ao fim e ao cabo o que resulta da despidurada proposta de lei n.º 70/II sobre despedimentos e contratos a prazo, com a qual o Governo da AD quer colocar os trabalhadores (a quem já propõe que trabalhem mais, ganhando menos e pagando mais caro o que precisam) na situação de depois de tudo isso poderem ir para a rua, para o desemprego, sempre que o patronato o queira.

O Sr. António Mota (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — Mas vale a pena analisar detalhadamente o que atrás se disse.

Fraco é um governo que não é capaz de assumir as suas responsabilidades na crise actualmente existente. Mais mais do que isso: um governo perde toda a legitimidade popular para governar quanto tenta pôr em prática uma política económica e social que visa agravar as condições de vida dos trabalhadores e do povo a troco da intocabilidade dos privilégios e do aumento dos lucros do grande capital.

Neste Plano e neste Orçamento, a AD nem sequer faz qualquer acto de contrição do seu fracasso e da sua ruinosa política, seguida ao longo de dois anos, acentuada nestes 100 dias de Governo Balsemão/Freitas do Amaral.

Foram-se as promessas de uma casa para cada português e o desemprego aumentou? A culpa é das condições meteorológicas.

Agravaram-se as condições de vida do povo, baixou o poder de compra dos trabalhadores? A culpa é da crise geral dos países capitalistas.

Mas a AD não se fica nas desculpas. A solução que encontrou foi fazer pagar às classes laboriosas todo o preço da crise. Partindo do pressuposto que a inflação não ultrapassaria os 17% — e nisto de previsões a AD é sempre um desastre — o Ministro das Finanças deste governo AD, como chefe de fila do grande patronato, anuncia um escandaloso aumento de 15% para os trabalhadores da função pública, mas que na prática significam um aumento de cerca de 11% em relação aos seus salários actuais. E assim, com todo o despudor o Governo baixa os salários reais destes trabalhadores em pelo menos 7 ou 8 pontos. É que, como já hoje aqui foi demonstrado, os preços irão aumentar mais do que os anunciados 17%.

Por outro lado, quando é imposto um tecto salarial de 17% a todos os trabalhadores portugueses com a gravosa excepção dos trabalhadores da função pública, o que o Governo desde logo, e à partida, está a tentar aumentar são os lucros à custa da redução dos salários reais dos trabalhadores. Senão vejamos: todos os aumentos de produtividade obtidos nas empresas revertem exclusivamente a favor do patronato. No máximo, o Governo apenas admite que poderiam reverter para os trabalhadores 2% desses ganhos de produtividade, mas anuncia desde já sanções não especificadas para as empresas que ultrapassem tais valores. De facto, o que o Governo quer é garantir ao patronato toda a cobertura das suas ilegalidades e arbitrariedades nas empresas.

O Sr. António Mota (PCP): — É uma vergonha!

O Orador: — Em geral o patronato tenta a maneira mais fácil de obter ganhos através do aumento dos ritmos e cargas de trabalho e da redução do número de trabalhadores e não do desenvolvimento tecnológico das empresas.

Por outro lado, são conhecidas as crescentes dificuldades criadas às organizações sindicais na negociação da contratação colectiva e à demora do Ministério do Trabalho na publicação das convenções do trabalho, o que significa que em geral o tempo médio de vigência das tabelas salariais é de 14 a 16 meses.

Mas também pelo aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e do consumo que o Governo anuncia, os trabalhadores veriam o seu salário real diminuir.

Quer um exemplo, Sr. Ministro das Finanças, contando apenas com o imposto profissional?

Um casal que ganhe 35 contos mensais paga actualmente 25 contos de impostos profissionais e com o aumento de 17% passa a pagar 41 contos de imposto, ou seja, enquanto o aumento de salários é apenas de 17% o aumento de imposto é de 62%.

O Sr. António Mota (PCP): — É um roubo!

O Orador: — Mas enfim, o Ministro Salgueiro já vergou quando teve de dar a cambalhota do tecto

salarial dos 14,75 % para os 17 %. Acabará por dar cambalhotas mais graves levando consigo o seu tecto e o seu Governo.

*Aplausos do PCP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** No meio do emaranhado de desculpas, cenários e objectivos expressos no Plano, julgávamos ir encontrar um capítulo de transcendente importância nacional, como é o caso da política de emprego.

Não há A AD, que nas sucessivas campanhas eleitorais acenava à juventude e às mulheres com mil promessas de emprego para quase toda a gente; este governo que desta tribuna, anuncia, em Março passado, a criação de 80 mil novos postos de trabalho, vai continuar à espera que chova, enquanto as estatísticas oficiais apontam para o agravamento do desemprego, como é o caso do primeiro semestre deste ano, onde quase 50 mil desempregados vieram engrossar o exército dos cerca de 400 mil portugueses e portuguesas nesta situação.

Mas se a AD não tem uma política de emprego, tem um plano para desempregar. Com este plano fica mais a nua brutalidade da nova proposta de lei n.º 70/II sobre despedimentos e contratos a prazo, apresentada nesta Assembleia pelo Governo.

Contando com os votos da sua maioria, quer transformar todos os trabalhadores em contratados a prazo incerto, transformá-los em coisas da empresa e do patronato, violar os seus direitos profissionais, cívicos, sindicais e constitucionais, transformar enfim o direito ao trabalho e à segurança no emprego numa roleta da sorte onde quem joga, dispõe e ganha sempre é o grande patronato.

**O Sr. António Mota (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Falta-lhes tempo, Srs. Ministros da AD. Podem ainda tentar fazer mais mal do que aquele que fizeram já aos trabalhadores e ao nosso povo. Mas quem conhece como nós os profundos sentimentos de unidade e de combatividade que alaram e crescem nas empresas em luta, quem esteve na Avenida da Liberdade no passado dia 12 sente confiança nos trabalhadores ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... ganha a certeza de que eles têm força bastante para derrotar o tecto salarial que lhes querem impor, que a vossa política de emprego vos encurtará a base social de apoio e a vida governamental, que a vossa lei dos despedimentos não passará.

**O Sr. António Mota (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não será com esta proposta de lei dos despedimentos; mas os trabalhadores, os democratas e patriotas, ao abrigo das leis do progresso e da justiça social, invocarão a justa causa de Abril para despedir este governo, para o substituir, para substituir esta maioria por um governo e uma maioria democrática que tenha em conta as aspirações e o sentir das classes laboriosas da nossa pátria de Abril.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Como já era de esperar, o OGE contempla-nos com um autêntico pacote de impostos. E queria antes de mais salientar que são os impostos indirectos, aqueles que mais se reflectem sobre os bolsos dos trabalhadores, os que mais aumentam. Como manobra de diversão, o Governo cria novos impostos sobre despesas supérfluas das empresas, mas que nem diz como nem quanto vai cobrar.

Mas será que este aumento dos impostos se vai reflectir numa melhoria da prestação de serviços por parte do Estado? É evidente que não. O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais proclamou há dias que no seu pelouro o Estado iria arrecadar mais de 12 milhões de contos. Mas à custa de menos subsídios para os medicamentos e do encarecimento destes e do encarecimento dos cuidados de saúde. Pelos vistos, o governo AD não se contenta só em fazer o povo passar fome — quer governar um povo doente.

E quanto à Educação? Como este OGE, vamos continuar a ser ainda mais um povo de analfabetos pois este sector, a quem já era atribuída uma minoria, vê ainda descerem as verbas que lhe são atribuídas, em termos reais, em mais de 12 %. A verba destinada para a habitação é também diminuída. De facto são os bairros de lata que o Governo quer ver crescer, as casas desocupadas, o amontoar de várias famílias numa mesma casa. Como já vai longe o slogan eleitoral: uma casa para cada português! E ainda há cerca de 3 meses Balsemão dizia que essa era uma das prioridades do seu governo.

Mas em compensação podemos orgulhar-nos que estamos em 9.º lugar entre os países mais endividados do mundo. Mas se dividirmos isso por cada português, verificamos que cada um de nós está em 2.º lugar entre os cidadãos mais endividados do mundo. Por este caminho em breve estaremos em primeiro lugar. É caso para aplaudir.

Mas as coisas parecem que não irão correr mal para todos: os capitalistas, esses vão ter 10 milhões de contos de indemnizações, vão ter direito a benefícios fiscais e crédito selectivo, vão ter leis que lhes permitem pagar menos aos trabalhadores e despedi-los com toda a facilidade; os grandes exportadores vão ter tudo facilitado, pois exportar é que é preciso, só não se sabe quem é que vai importar aquilo que se diz que queremos exportar, dada a crise enorme que existe na CEE, onde os despedimentos são cada vez mais e o desemprego passa de 1,5 para 11 milhões no fim deste ano.

Ainda há bem pouco tempo vimos vários chefes militares queixarem-se das verbas que lhes eram atribuídas. Estava a pensar que algo de novo se passava neste país. Mas afinal verifico que as verbas para as forças armadas sobem mais do dobro da percentagem das verbas para a Saúde e o Ensino. É que para o Governo e a burguesia o exército é mais importante que a Saúde e o Ensino. Assim o exige a sua defesa e os planos do imperialismo.

Perante esta situação resta-nos perguntar: a quem serve a austeridade? Serve interesses que são alheios ao povo, isto é aos capitalistas. Esta austeridade vai

permitir o desenvolvimento do País? De forma alguma: vai endividá-lo ainda mais, torná-lo ainda mais dependente do imperialismo, e permitir que meia dúzia de ricaços enchem os bolsos. O Governo parece agora preocupado com a seca. Mas as verbas que atribui ao Ministério da Agricultura desmentem completamente essa preocupação, já que são bastante inferiores às do ano passado. Uma das maiores «originalidades» deste governo e dos documentos que aqui apresenta é que põe em prática em número enorme de medidas para roubar os trabalhadores e o povo. Senão vejamos: o Governo rouba os trabalhadores através do enorme aumento dos impostos que lhes vai obrigar a pagar; rouba-os ainda aumentando as consultas, os diagnósticos e os medicamentos e diminuindo o subsídio para estes; rouba-os pela completa eliminação do cabaz de compras e encarecimento geral dos produtos; rouba-os obrigando-os a pagar mais caros os serviços públicos, consequência da retirada de subsídios às empresas públicas; rouba os trabalhadores impondo um tecto salarial abaixo da subida da inflação; rouba-os de novo na desvalorização do escudo; rouba-os ainda no grande aumento da inflação; rouba-os também no aumento do desemprego — e poderia continuar a enumerar as muitas formas que o Governo encontrou de roubar o povo e agravar as suas condições de vida.

Para os velhos males, aplicam-se as velhas receitas. Mais uma vez o défice vai ser pretexto para um conjunto de verdades que no essencial vão afetar, como já vimos, as camadas da população com rendimentos mais baixos. Mais uma vez, e tal como no tempo de Mota Pinto, o défice vai servir para dar cobertura a um pacote de medidas que tradicionalmente são aconselhadas pelo FMI: é o agravamento da carga fiscal, sobretudo na base dos impostos indirectos, que afectarão mais gravemente os trabalhadores; é a limitação do tecto salarial a um nível que fica aquém do aumento dos preços; é a desvalorização deslizante do escudo que contribuirá para o aumento dos preços daquilo que importamos, etc.

As receitas do FMI são velhas e os trabalhadores deste país já lhe conhecem os efeitos: vai ser o apertar o cinto de muitos, em benefício de uns poucos; vai ser o sacrifício dos pobres em benefício não das gerações futuras mas dos capitalistas deste país que estão bem vivos actuais e a engordar à sua custa.

Mas, ao Governo, também é bom que se lembre o destino que foi reservado a Mota Pinto: foi ter de usar a chave do automóvel que costuma dizer que trazia sempre no bolso ...

Já foi levantada a questão de saber porque motivo este governo tem tanta pressa em negociar com o FMI. De facto, a situação em termos de cobertura de saldo negativo da balança de pagamentos (que o governo AD tem vindo a fazer aumentar) não é de molde a considerar-se (ainda) assustadora.

Então o que faz correr João Salgueiro e o Governo atrás do FMI?

Este governo sabe que é fraco. Sabe que a sua consolidação como poder tem de ter apoios muito fortes no mundo capitalista. E este governo já não tem a mesma confiança na CEE que outros no passado apostaram como ponte essencial com o imperialismo. Por isso, e não vá o diabo tecê-las, há que reforçar de imediato os laços que nos ligam ao im-

perialismo. Por isso apostam já, a curto prazo na ligação mais estreita com o FMI.

É preciso salvar a burguesia nacional. E a sua fragilidade de classe especuladora e contrabandista exige encostos mais sólidos.

Porque o cinto que se quer fazer apertar aos pobres, não o será por certo (feito) pacificamente. E tal como ao longo deste ano, os trabalhadores manterão as suas lutas em graus elevados. Por isso, Srs. Ministros, não pensem que vão poder dormir descansados: para os trabalhadores, o Governo já está no banco dos réus há muito tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo procura fazer-nos crer que não há outra solução. Mas existem efectivamente outras soluções.

Quanto às receitas: devem ser obtidas através de impostos fortemente progressivos sobre as grandes fortunas e sobre os chorudos lucros do capital. Assim, não deve ser dado nem um tostão de indemnizações aos capitalistas e agrários.

Quanto às despesas: deve fazer-se uma redução drástica das despesas de luxo, acabar com os ordenados dos altos funcionários públicos, a começar pelo Governo; reduzir drasticamente os subsídios às forças armadas e militarizadas repressivas e acabar com as facilidades fiscais ou outras aos capitalistas.

Só assim seria possível privilegiar sectores como a Saúde, a Educação, a Habitação e desenvolver a Agricultura, as Pescas e a Indústria, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais do povo, só assim seria possível promover o desenvolvimento harmónico do País, em particular as regiões rurais do interior. Esta alternativa nunca seria possível com este governo AD.

Por isso ela passa antes de mais pelo seu derrube. É por esse objectivo que os trabalhadores lutam e continuarão a lutar. E o Governo, queira ou não, tem os dias contados. Que tenha um lindo enterro!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não creio inútil nem despropositado, iniciar esta intervenção reflectindo sobre ... a informação televisiva, que já motivou o primeiro debate hoje travado nesta Assembleia.

Sabemos, e sabemos todos, como a programação televisiva vem sendo orientada de modo a que o discurso governamental apareça a propósito e a despropósito, enchendo o Telejornal, a «primeira página» e todas as páginas.

O atento sentido de humor bem português não se esquece de anotar que o «tempo de Governo» é o «aqui e agora» da Televisão: o resto é «noves para nada» e ... «ou vai, ou Taxa».

Risos.

Como poderá estranhar-se que na recente greve, o Conselho de Gerência tenha recorrido ao Ministro Ângelo Correia, muito; muito mais habituado e solicitado a enfrentar as câmaras que muitos dos apresentadores da empresa? É evidente ser isto que justifica a presença do Senhor Ministro ontem nos

estúdios e só a sua conhecida modéstia e sistemática fuga a qualquer espécie de ribalta o impediu de nos dar esta explicação simples.

#### Risos.

Falando a sério, creio que há nesta realidade da informação televisiva algo de importante a reter para este debate.

Não julgo que existam dificuldades em perceber porquê se fornece diariamente aos portugueses uma visão deturpada e deformada de uma realidade social que é a nossa.

Direi que a resposta, das várias possíveis, é a consciência de que melhorar a representação e o conhecimento da realidade social de que dispõem os portugueses melhor os levaria a procurar os seus interesses comuns e a realizar o compromisso dos seus interesses particulares.

A informação e o conhecimento são essenciais à democracia.

Por isso, toda a manipulação é também desrespeito pela pessoa dos outros. E atentado, quotidiano, à democracia.

Terei que dizer que a informação televisiva faz escola.

E também em relação ao Orçamento e ao Plano para 1982.

Na verdade, podemos e devemos interrogar-nos sobre, pelo menos, as seguintes circunstâncias, todas elas, oportunamente salientadas pela ASDI e ainda há pouco relembradas: O Governo não cumpriu as suas obrigações enviando à Assembleia da República a Conta Geral do Estado referente a 1980: De igual modo, desde Novembro do mesmo ano de 1980 que a Assembleia da República ignora as contas provisórias que o Governo deveria, mensalmente, prestar; Não conhecemos o orçamento cambial que, nos termos da Lei 64/77 deveria acompanhar a proposta de lei orçamental e que, nos precisos termos da proposta de lei, conheceremos até Março de 1982, isto é, só depois de votada esta proposta; Não existe o relatório de execução do Plano de 1981; Não dispomos de informação suficiente e actualizada sobre o montante de avales de Estado concedidos, interna e externamente; O Governo foi forçado ainda hoje, a entregar nesta Assembleia uma proposta de revisão do orçamento para 1981 — e isto a quinze dias do fim do ano — única forma de tornar possíveis alguns pagamentos, acrescendo o défice em cerca de dez milhões de contos e financiando-o, uma vez mais, por emissão monetária.

Isto é: o Governo não forneceu à Assembleia da República elementos essenciais ao enquadramento deste debate. O Governo não prestou contas, nem assume as suas responsabilidades.

Não fazemos ao Governo a injúria de pensar que ele não conhece as suas obrigações constitucionais e legais.

Ouvimos tantas vezes — ainda que recentemente cada vez menos — gabar as excelências da competência governamental, que é difícil aceitar que não tenham conseguido levar a cabo tais tarefas.

Sabemos — e com agrado o registamos — que também nas bancadas da maioria há quem pense que a dignidade mesma do Parlamento exige que este

conheça, debata e fiscalize a elaboração e a execução orçamental.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Que discuta, com maior profundidade e rigor, os orçamentos de cada Ministério, avaliando a eficácia e a rentabilidade das despesas públicas antes de as autorizar.

Porquê, então, a pobreza daquilo a que se chamou «As grandes opções do Plano para 1982», de qualidade manifestamente inferior aquilo que seria legítimo esperar e exigir?

Porquê, a insuficiência de meios para uma séria discussão orçamental?

Para nós temos que a explicação é apenas uma.

O Governo sabe, como nós sabemos, que é má a situação económico-financeira do País.

Mas o Governo também sabe, como nós sabemos, que é em larga medida responsável por essa situação. Quando o Senhor Ministro tenta dizer-nos que a herança é de todos e que as opções tomadas devem ser discutidas no quadro da situação existente, esquece que há heranças que só se accitam a benefício de inventário.

Pela nossa parte, em devido tempo salientámos que a economia e os portugueses pagariam, e com preço alto, a factura eleitoral, as promessas e as facilidades de 1980.

Por isso, e fundamentalmente por isso, não há contas, sequer provisórias, do que foi a gestão económico-financeira de 1980.

Que tínhamos razão ao criticar uma política que ao interesse imediato e eleitoralista tudo e todos se não importava de sacrificar, está à vista.

Dolorosamente.

É porque essa responsabilidade não é deste ou daquele responsável ministerial ou executor de uma política, mas de todos quantos a assumiram e até daqueles que, vindos depois, preferiram a comodidade do silêncio pactuante à denúncia corajosa e frontal, que se vão inventando portas falsas: a seca, o «choque petrolífero», a subida do dólar, etc, etc.

Quando do debate do Programa do actual Governo, tive ocasião de recordar as palavras optimistas do Sr. Ministro das Finanças aqui proferidas e que volto a citar: «Se o investimento crescer a uma taxa média de 8% em termos reais, com o investimento privado a evoluir a 9%, o do sector público empresarial a crescer a 7,3% e o investimento social a aumentar em 8%, se as exportações pela sua diversificação na oferta e nos destinatários, aumentarem a 8% e as importações forem contidas a uma média de crescimento de 5,1%, se o crescimento do consumo público for contido e o do consumo privado, embora superior, for moderado, de modo que o total da procura interna não ultrapasse mais de 4,1% de crescimento, então será possível assumir o consequente défice das contas com o exterior, em termos de ser correctamente financiado e, para o final da década, inflectido, será possível reduzir o desemprego, criando cerca de 250 000 novos postos de trabalho, e será possível atingir em 1984 um produto *per capita* de 4155 dólares ao câmbio actual, bem superior e mais estimulante que os actuais 2155 dólares.»

(Consta do *Diário da Assembleia da República*, n.º 43 a pp. 1472).

Tratando-se de afirmações de Março de 1981, perguntei — e pergunto, dado que não obtive então resposta — se foram posteriores à data desta declaração a seca, o 2.º choque petroífero de 1979/1980, a valorização do dólar? Foi depois de Março do ano corrente, que o Governo descobriu a crise que ora se diz mundial e evidente?

É que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, desde Março a Dezembro do mesmo ano de 1981, isto é, no lapso de tempo decorrido entre a apresentação pelo Governo das propostas de lei das Grandes Opções do Plano para 1981 e 1982, a evolução previsível do crescimento do produto passou de 4,8% para 3,5%, depois para 2,9% e finalmente — ao menos, por enquanto — 1,6%; a evolução das exportações passou de uma previsão de aumento de 7%, para aumento de 5%, depois 4,8% (previsão da 2.ª metade de Julho) e agora evolução negativa — 3,5%.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Bastará que se confrontem as previsões de páginas 16/17 com as de página 18, da página 21 e das páginas 22/23 do texto dactilografado das Grandes Opções do Plano para 1982.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Não seria, obviamente, verdadeiro ignorar ou sequer minimizar as consequências da seca, da adversa conjuntura internacional ou da nossa dependência em relação ao petróleo.

Mas a importância de tais factores não pode servir para os transformar em causas exclusivas, para ocultar responsabilidades e erros, para escamotear a factura fatal da demagogia eleitoralista e irresponsável.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos todos que acabou o tempo em que era fácil fazer previsões.

O quarto de século que decorre entre o Plano Marshall e os anos 70 não foi apenas um período de crescimento económico sem precedentes; foi, também, um período em que a previsão foi forte e fácil.

A planificação que subentende um alto grau de continuidade, projectando no futuro as tendências de ontem e em que, ainda que com vários «cenários» os elementos constituídos e a confirmação permanecem, deixou de ser possível.

Creio que nunca tiveram razão quantos pensaram que a prospectiva, a previsão ou a planificação, maravilhavam um progresso da mecanização da existência e que, muito pelo contrário, a previsão multiplica a escolha.

Nunca porém se terá tido disto tão larga consciéncia como agora.

Sempre que se coloca uma questão de prioridade entre necessidades, o objecto da escolha é o Homem. É a nossa concepção do futuro e da sociedade que estão em causa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Plano para 1982 foi incapaz de escolher. Ou, na melhor das hipóteses, escolhe esperar... pelo bom tempo e pela melhoria da situação internacional.

Porquê?

Penso que, como Mendés France assinalou, noutras circunstâncias de lugar e de tempo, quando o motor do interesse privado imediato é dominante, é fatal que, com maior ou menor sinceridade se acabe por acreditar que o mais lucrativo, o mais rentável para os empresários, corresponde ao bem estar da colectividade.

«O Plano? Os nossos actuais governantes são-lhes hostis; não ousam confessá-lo abertamente e adoptam um plano de tempos a tempos. Lembram-se disso e de repente quando surge um acidente imprevisto. É um pouco a homenagem do vício à virtude. Mas, na sua prática governamental, não procuram verdadeiramente executar o plano que adoptaram.»

A verdade é que a filosofia geral do Plano para 1981 era a de que o crescimento económico determinado pelas forças do mercado ressolveria os problemas portugueses.

Persiste-se para 1982.

Continua o Governo a pensar — mau grado os resultados — que deve insistir em basear o desenvolvimento no sector privado orientado pelas forças do mercado.

Pensa ainda que quanto menos recursos forem utilizados pelo sector público mais serão utilizados pelo sector privado e para investir.

O caso da habitação é, se necessário fosse, um exemplo mais este ano acrescentado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, ao sector privado basta sê-lo. Não se lhe exige sequer dinamismo ou capacidade de inovar — o SIII continua a tratar do mesmo modo sectores tradicionais e modernos — é subsidiado fortemente e a contenção salarial protege-lhe as taxas de lucro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A agricultura... confia-se à esperança no boletim metereológico.

Se não fossem a seca e a conjuntura internacional, o balanço bem poderia ser semelhante ao da entrevista que o então Ministro da Economia concedeu ao *Diário de Lisboa*, em Agosto de 1966:

[...] consentimos e assegurámos, directa ou indirectamente, uma rendibilidade ao investimento industrial a nível tal que permitiu aos empresários verdadeiramente capazes não só realizar progressos notáveis e criar novas fontes de riqueza industrial como financiar esse progresso e esse crescimento, em parte muito grande à custa de lucros capitalizados; e aos empresários que pouco ou nada quiseram progredir, essa protecção tem permitido, também, a quase todos, sobreviver até hoje como industriais sem que, entretanto, tenham perdido a possibilidade de viver com certo desafogo e, mesmo, de construir algum prédio de rendimento.

Risos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos nós conhecemos alguns dos argumentos que, ao longo dos anos, tem sido sustentados pelos detractores do plano.

Disse-se, por exemplo, que uma empresa que querer, de facto, lançar-se num empreendimento não precisa que ele esteja discriminado no Plano. Basta-lhe preparar os seus projectos, assegurar financiamento, organizar-se para a execução, requerer e obter isenções para as importações, facilidades e ajustamentos legais para a fase de funcionamento.

Lembrou-se que o crescimento da economia nacional, de cada região ou sector, sempre se há-de exprimir por alguma taxa, maior ou menor.

Que os trabalhadores ou conseguem emprego ou não. Que o saldo da balança de pagamentos sempre sobe ou desce.

Em conclusão: que, com plano ou sem plano, tudo seria igual.

O que é grave é que esta mesma — a sensação de com plano ou sem plano, tudo seria igual — é a conclusão que ressalta a quem lê as justificações governamentais para a não verificação das previsões de 1981.

E não foi o Governo quem sugeriu que assim será em 1982 (com plano ou sem plano tudo igual), enviando-nos primeiro a proposta de lei do orçamento e só muito depois a do plano?

**Vozes do PS e da ASDI:** — Muito bem!

**O Orador:** — E não foi o Governo quem se esqueceu de avançar uma palavra que fosse em relação à proposta de lei das Grandes Opções do Plano para 1982, aqui em discussão?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso que mais grave que a crise, mais importante que ser o Governo por ela altamente responsável por acções e omissões, é não ser o Governo capaz de encontrar soluções.

Sequer respostas.

**Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.**

**O Sr. Ministro da Administração Interna:** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Como o Governo já não tem tempo, o Sr. Ministro descontará no tempo de amanhã. Tem a palavra.

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — Já estão em défice!

**O Sr. Ministro da Administração Interna:** — Foi levantada a questão da minha estadia ontem na Radiotelevisão Portuguesa, em termos que eu pensei que tinham sido esclarecidos na conferência dos grupos parlamentares, através do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro.

Como talvez o Sr. Deputado Magalhães Mota não tenha tido conhecimento dessa mesma carta e não tenha estado presente nessa conferência dos grupos parlamentares, desejaria apenas dizer o seguinte: Ontem houve um convite formulado ao Partido Socialista, ao PSD e ao CDS para participação num

debate, num programa de Radiotelevisão Portuguesa. Essa foi a razão que me levou a lá estar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Ele já sabia.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

**O Sr. Sousa Tavares (PSD):** — A tempestade dos países e dos partidos nota-se e sente-se precisamente nos momentos de crise. É nos momentos de crise aguda, em que se decide o destino das evoluções políticas e das colectividades, em que se decide, de certa maneira, o destino de todos nós, que se vê o heroísmo de quem sabe resistir, a coragem de quem não sabe mentir, a valentia de quem sabe enfrentar os problemas de frente.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se nada mais houvesse a dizer sobre este Orçamento, teríamos que dizer que ele é heróico, na medida em que pela primeira vez não se mente, pela primeira vez põe a Nação perante a verdade do que é a realidade portuguesa, perante a pobreza em que estamos mergulhados como colectividade há séculos e mais particularmente nos últimos anos.

Não se procuram subterfúgios, não se procurou iludir, não se procurou arranjar biombo de financialismo fácil.

Como me disseram dois altos dirigentes do PS, este Orçamento é um monumento duro de honestidade.

Os meus cumprimentos nesse sentido ao Sr. Ministro de Estado das Finanças e do Plano porque ...

**Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.**

... confrontou o País com aquilo que ele é, não um país rico, mas um país extremamente pobre, em que a sua produção cobre apenas 2/3 do seu consumo. E até aqui não ouvi uma única palavra de ninguém que tenha falado em nome da oposição no sentido de corrigir esse desequilíbrio.

Todos apontam as deficiências do Orçamento, todos lhe apontam erros ou deficiências, mas aquela palavra de fundo, aquela mensagem que os portugueses esperam no sentido de dizer qual o caminho para recuperar esse desequilíbrio secular que nos aflige como colectividade, não foi dita aqui, não foi ouvida por ninguém, não foi apontada por nenhuma das análises feitas, seriamente ou não, aquilo que se chama o Orçamento e o Plano.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Devo talvez distinguir como rara exceção de todos quantos ouvi o Sr. Deputado Lopes Cardoso. Fez perguntas pertinentes, observou os problemas com um certo cuidado e vê-se que pelo menos teve uma preocupação acerca dos problemas orçamentais.

Todos os outros tiveram apenas a preocupação de demolir o Governo, de dizer mal da situação, de destruir por destruir. Isso não é um combate político

digno de uma democracia, é um combate político digno daquilo que nós herdámos, que foi uma situação que contrapõe ao Governo que é preciso destruir a todo o custo, porque ele é tirânico, é fascista, é mau e nós, oposição, é que somos os bons.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Meus senhores, na medida em que queremos ser sérios, temos que ultrapassar essa dialética fácil do bom e do mau e temos que encarar a nossa realidade como aquilo que ela é.

Há séculos que Portugal não tem suficiência económica e que vive de expedientes. Viveu da pimenta da Índia, do ouro do Brasil, das pedras preciosas, dos produtos africanos. Hoje vive da exportação de carne humana — que outra coisa não é a emigração — e vive da indústria falaciosa do turismo, inteiramente dependente das situações internacionais.

É assim que nós cobrimos os nossos défices da balança de pagamentos, não é através da força produtiva, não é, de maneira nenhuma, através de uma contacção de despesas orçamentais, não é através do saneamento da máquina do Estado.

E quando alguém tem a coragem de se erguer perante o País e de dizer basta, temos que sanear o Estado, temos que remodelar completamente os seus serviços, temos que alterar profundamente as equações do nosso investimento público e temos, inclusivamente, que preparar a máquina do Estado para que o País possa vir a ser uma coisa diferente daquilo que é, só resta apedrejá-lo porque se elevam taxas moderadoras ou porque se dificulta determinado tipo de benefícios que só um país rico pode conceder e que nós, infelizmente, não estamos ainda em situação de conceder.

Seria muito bom que fôssemos um país rico que pudesse financiar a construção de uma casa para todos, que pudesse financiar um seguro social inteiramente perfeito que pudesse financiar inteiramente a saúde, que pudesse, ... que pudesse, ... que pudesse alimentar e educar dignamente os filhos de todos os portugueses.

Mas não temos dinheiro, não temos produto para isso. E o que se fez para criar esse produto? O que se fez além de se dizerem palavras, e palavras demagógicas, desde 1974 até agora? Alguma vez se encaram os problemas do futuro deste país?

A primeira coisa que se fez nos dois anos subsequentes à revolução foi destruir, por sistema, todas as reservas financeiras e económicas da Nação.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Destruíram-se as reservas do Estado, destruíram-se as reservas das empresas, destruiu-se e descapitalizou-se o País inteiro subvertendo as reservas com aumento do consumo, como se alguma vez algum economista do mundo tivesse previsto que um país fosse suficientemente insensato para, em vez de investir as suas reservas para aumentar a sua produção, as ter dispensado no consumo que forçosamente seria passageiro!

**O Sr. Gomes Carneiro (PS):** — E quem fez isso?!

**O Orador:** — Foi isto que se fez e não há ninguém com coragem moral para dizer que não foi isto que foi feito nos anos de 1974 e 1975!

E quando o PS herdou uma situação desgraçada, ficou paralisado por uma discussão interna sobre qual o rumo económico que devia seguir — se devia seguir o rumo colectivista ou se devia seguir o rumo da economia de mercado — porque a questão ainda estava ardente. Dispensou nisso um ano e quando, finalmente, começou a governar pouco mais pode fazer além de restaurar as finanças, de forma passageira, através de um Ministro brilhante que se chamou Victor Constâncio.

Esta é a verdade das coisas e não vale a pena escondê-la atrás das palavras, não vale a pena estarmos a atingir com pedras e com responsabilidades uns para os outros.

O ex-Ministro Victor Constâncio restaurou, de facto, a situação financeira do País por um momento. Mas nada fez — nem podia fazer em 5 meses — para alterar a equação económica deste país. O mal era profundo, vem de há séculos, e nem ela se arrogou, nem se arrogará jamais, essa petulância. Jamais ele se quis enfeitar com penas que não tem e apenas se limitou a dizer — e continua a dizer — que fez uma política financeira certa, socorrendo-se do auxílio de um partido da direita para tornar possível o empréstimo do FMI.

Foi essa a política financeira do ex-Ministro Victor Constâncio e do PS e foi assim que se restaurou episodicamente as finanças no ano de 1978/1979.

E agora estamos em plena crise, estamos em plena crise sem nunca termos deixado de estar nela. Não se pode atribuir a crise a estes dois últimos Governos, tem talvez que atribuir a crise aos Governos desde el-rei D. Manuel I até agora. Mas se não se quiser ir tão longe, pelo menos temos que a atribuir a todos os Governos deste século até aos nossos dias porque nenhum Governo atentou no problema económico da Nação.

Quem, até aqui, atentou no problema da produção nacional? Quem tentou desenvolver a sério a nossa produção agrícola?

Disse há pouco, e com seriedade, o Sr. Ministro das Finanças que quando se fala em desenvolver a produção agrícola talvez as pessoas que falam nisso não saibam o que é que isso equivale em tempo.

Não é com certeza na minha geração que se poderá ver uma produção agrícola de tipo diferente da que existe hoje em Portugal.

É preciso que se lancem agora as bases para que daqui a 20 anos a equação alimentar do povo português se situe em coordenadas completamente diferentes daquelas em que se situa neste momento.

E uma obra de 20 anos tem que ser prosseguida persistentemente, tem que ser prosseguida com visão do futuro e, sobretudo, tem que ser começada a instaurar com heroicidade, com valentia e com sacrifício do presente.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Não seria, de forma nenhuma, digno de nenhum Governo deste país, a apresentação neste momento de um Orçamento risonho ou um Orçamento satisfatório das piores carências da população portuguesa.

Procurou-se, na medida do possível, não sacrificar as necessidades essenciais. Procurou-se, digamos, limitar os estragos mas procurou-se também encetar uma verda de seriedade, procurou-se sanear muitos pontos e alterar a equação desequilibrante que representa o peso espantoso e inoperante da máquina do Estado.

Quem criou e quem superlotou de uma forma louca essa máquina do Estado?

Vejam, senhores, os números estatísticos do que era o funcionalismo do Estado em 1974 e do que é hoje! Vejam o que era a existência de serviços em 1974 e o que é agora e vejam se se conseguiu alguma melhoria na eficácia desses serviços a não ser superlotar com centenas de milhares de ociosos que pouco mais fazem do que ser pagos no fim do mês à custa do erário público e da economia da Nação.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Não foi isso que o Sr. Ministro disse!

O Orador: — São essas as equações que têm de ser alteradas, é esse agravante espantoso que impede sobre o nosso país e que tem de ser modificado a pouco e pouco. Não pode ser modificado de uma vez porque nós não temos o direito de sacrificar centenas de milhares de pessoas ou mesmo milhões devido a um somatório de erros que têm sido cometidos.

Quando se baixou a produtividade à custa da revolução, quando se destruiram as reservas, quando se destruiu completamente toda a capacidade de gastar deste país, o que é que se previa como futuro próximo?

Houve alguns de nós que tiveram o heroísmo, desde a primeira hora da revolução de 1974, de dizer que a revolução ia por mau caminho, porque ia pelo caminho inquinado da demagogia, que ia criar miséria em vez de criar riqueza, que ia defraudar o povo nas suas promessas, que ia mentir e que ia unicamente criar, a médio prazo, uma miséria acrescida àquela que infelizmente já tínhamos.

Em vez de nos termos preocupado com a produção, em vez de a termos defendido, em vez de termos disposto das possibilidades que nessa altura tínhamos, tanto de reservas como de crédito, para fazermos um esforço colossal em relação àquilo que podia vir a ser uma melhoria sensível na situação do povo português — como podia ser a produção agrícola, como podia ser a intensificação da política do mar, como podia ser todas essas coisas que falhámos irremedavelmente até agora —, o que é que nós fizemos? Dissemos unicamente palavras, palavras, palavras, e fizemos demagogia!

E agora que somos postos perante o resultado desta demagogia, atiram-se pedradas a quem tem a coragem, a que tem a honestidade e a seriedade de, pela primeira vez, vir a este Parlamento dizer: basta, nós não somos um país rico, somos o País mais pobre da Europa e temos que nós encarar como tal e que encarar os caminhos da pobreza.

Meus senhores, este Orçamento corresponde unicamente a um Orçamento de vontade. É pena que não se queira estudar os seus números exactos, é pena que ele não seja visto tecnicamente, que não seja examinada na sua realidade, que as pessoas que o cri-

tam não digam como é que se poderiam aumentar os números referentes à produção, como é que se poderia aumentar o rendimento, como é que se poderia aumentar o investimento.

São essas as soluções concretas que nós queremos e é essa a ajuda que pedimos e aceitamos que seja dada pela oposição, uma oposição que seja capaz de abrir caminhos, que seja capaz de dizer, em relação a problemas pontuais, este caminho não está certo devia-se seguir aquele, que não queira simplesmente deitar o Governo abaixo porque se vai pagar 25 escudos em vez de 5 escudos como taxa moderadora da ida do serviço social — que é um escândalo como sabem — e que pretende acabar com o escândalo inaceitável de termos 10 milhões de dias de baixas passados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Sabemos que há centenas e mesmo milhares de médicos cuja única função é passar baixas, que se perdem dias e dias nisso e se gastam milhões de contos. Mas acha-se que tudo isto deve continuar? Para quê? Porquê? Em que é que isso melhora a saúde do povo, em que é que isso melhora a produção nacional?

Voltemos a trilhar caminhos de honestidade. Quando o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais diz que não somos um país que permita que o luxo da saúde seja isento de pagamento pelos ricos tem toda a razão. Uma gratuitidade falaz é uma gratuitidade de miséria, nunca poderá ser uma gratuitidade de dignidade.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Na medida em que queiramos tornar o Serviço Nacional de Saúde gratuito estamos a achincalhá-lo, a aporcalhá-lo, a torná-lo num serviço nacional de saúde que não é digno de homens, mas de porcos.

Risos do PS.

Vozes do PCP: — Porco é você!

O Orador: — Nós não queremos um Serviço Nacional de Saúde para animais mas, sim, para homens. É difícil de ouvir, mas é verdade. Os senhores sabem perfeitamente — e as estatísticas mundiais hoje dizem a verdade — que é impossível, mesmo nos países mais ricos do mundo, criar um serviço nacional de saúde universal e gratuito. A gratuitidade total é incomportável para um país pobre. Nós não podemos de maneira nenhuma fazer face a isso, essa é uma mentira que estamos a dizer uns aos outros e que não poderemos sustentar. Devolvemos, pois, tornar o Serviço Nacional de Saúde classista, mas classista no bom sentido, isto é, no sentido de que a gratuitidade dos serviços e a sua excelência seja possível de ser utilizada pelos pobres mas não pelos ricos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Até hoje a oposição nunca defendeu aqui nesta Câmara planos de investimento razoáveis e sempre se tem inclinado para obras e investimentos de colosal capital intensivo e de pouco aproveitamento de mão-de-obra. Um dos grandes erros da nossa política económica seguida de há anos para cá, tem sido o abuso do capital intensivo e dos grandes planos que

a nada conduzem e, acima de tudo, a destruição sistemática das pobres possibilidades do povo português.

Em política industrial comercial e agrícola temos de evoluir para os pequenos planos, para o rendimento máximo das possibilidades da Nação e, acima de tudo, para o aproveitamento sem perdas burocráticas e sem perdas de capital dos poucos recursos nacionais que possuímos.

Meus senhores, este Orçamento é um caminho aberto para esse ponto. Ou encaramos com seriedade a possibilidade futura de sermos um povo com rentabilidade em que a produção se aproxime do consumo ou, se continuarmos a ter uma produção igual a dois terços do consumo, nunca poderemos ultrapassar a nossa situação de povo miserável.

Sei que tudo isto suscita os risos da oposição, mas seria mais sério da parte dela que tentasse apresentar um plano económico de contraposição ao Orçamento em que, tendo em conta as nossas possibilidades financeiras, apresentasse um digno e sério caminho para o enriquecimento do povo português e para a saída da situação de miséria em que nos encontramos. Isso seria bem mais sério do que a destruição pela destruição, que não me parece ser um caminho razoável em democracia.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Durante esta intervenção, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Amândio de Azevedo.

O Sr. Presidente: — Informo que o Sr. Deputado Sousa Tavares gastou 12 minutos do tempo do PSD de amanhã.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Partido Socialista já esgotou o tempo de que dispunha para hoje. Não sei se foi acordado que se pudesse utilizar livremente tempo de amanhã. Isso iria obrigar a um prolongamento excessivo dos nossos trabalhos e, portanto, importa que nos entendamos a esse respeito: ou efectivamente se respeitam os tempos concedidos para hoje e o debate continua amanhã ou então acorda-se que seja concedido algum tempo aos Srs. Deputados que será descontado no tempo de amanhã.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, salvo erro, o acordo a que se tinha chegado era o de que se podia utilizar o tempo do dia seguinte para acabar uma intervenção. Isto não quer dizer, de forma nenhuma que eu me oponha a que o Sr. Deputado faça hoje a intervenção que tiver por bem fazer, mas o acordo a que, de facto, se chegou foi este.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eduardo Pereira, talvez fosse preferível fazer o seu pedido de esclarecimento amanhã porque naturalmente poderia obter uma resposta ...

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, amanhã não preciso de pedir nenhum esclarecimento. Se o Sr. Deputado Sousa Tavares não tivesse falado os 12 minutos talvez eu não tivesse, em relação à sua intervenção, esta pergunta para fazer. Como o fez, eu preciso de lhe colocar um problema. Não disponho de tempo para o fazer, mas preciso de lhe colocar o problema agora e ou o faço agora ou desisto.

O Sr. Presidente: — O que acontece, Sr. Deputado, é que se faz pedidos de esclarecimento logicamente tem de se dar tempo ao Sr. Deputado Sousa Tavares para responder, o que agrava o problema já posto.

Se a Câmara estiver de acordo, pela minha parte não levanto qualquer problema, mas ponho essa questão ao Sr. Deputado.

O Sr. Sousa Tavares (PSD): — Eu preferia que fosse agora, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — O Sr. Deputado Sousa Tavares está a pedir que eu o faça agora.

O Sr. Presidente: — Se não houver oposição da Câmara, não levanto qualquer objecção, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, como nós dispomos ainda de 3 minutos que não tencionamos usar, dispensamos esse tempo ao Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Presidente: — Então, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Sousa Tavares, ouvi com a maior atenção esse rol de acusações feito às oposições e tive algumas dúvidas porque fiquei com a impressão de que o filme descrito pelo Sr. Deputado tinha três partes. A primeira vai desde muito antes do 25 de Abril, digamos, até à intervenção do Partido Socialista e do Dr. Victor Constâncio, nomeadamente o saneamento da situação económica, no restabelecimento das reservas de ouro, no restabelecimento saudável da balança de pagamentos, na diminuição do desemprego, no aumento do turismo e das remessas, etc., etc.

Mas neste momento encontramo-nos numa situação grave, situação para a qual se torna necessário este Orçamento, que qualifiquei de afundamento nacional e de miséria. Podia o Sr. Deputado Sousa Tavares somente explicar-me isto: o que é que se passou depois da gestão de Victor Constâncio e até ao aparecimento deste Orçamento. Porque foi isso que não percebi no filme e gostaria que me explicasse.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — A exemplo do que aconteceu com o Partido Comunista, como temos tempo disponível que não iremos utilizar, cedêmo-lo ao Sr. Deputado Sousa Tavares de forma a que não houvesse a necessidade de se descontar no tempo do PSD para amanhã.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Tem então, a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares, para responder.

**O Sr. Sousa Tavares (PSD):** — Apenas direi ao Sr. Deputado Eduardo Pereira o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> conhece há muito tempo a minha maneira de pensar que é a de que o problema financeiro português não se resolve *a priori*, mas apenas se poderá resolver através da solução do problema económico. Portanto, só poderá haver uma solução verdadeira do problema financeiro quando a questão económica estiver resolvida.

Neste sentido o que eu disse foi o seguinte: é que o Sr. Deputado Victor Constâncio poderá ter resolvido em determinado momento e por um conjunto de circunstâncias o problema financeiro de momento. Como estou convencido de que o Sr. Ministro João Salgueiro, se quisesse, resolvia neste momento o problema financeiro com certa satisfação para todos, inclusivamente para toda a Assembleia.

Simplesmente, isso seria mais uma vez retardar e adiar, como sempre tem sido feito, o problema económico deste país. Ele foi adiado durante 50 anos pelo Estado Novo, foi prejudicado profundamente pelos acontecimentos subsequentes à revolução e até aqui não foi atacado de frente por ninguém.

O que quero dizer é simplesmente que este orçamento representa uma tentativa de resolver o problema financeiro sem esconder, de maneira nenhuma, que o problema financeiro só tem uma solução exacta quando for resolvido o problema económico.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Deputado Sousa Tavares, dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Com certeza, Sr. Deputado.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Eu percebi essa parte, Sr. Deputado. Quero apenas pedir-lhe uma ligeiro esclarecimento que é o seguinte: fiquei com a impressão de que a filosofia geral é a de que temos de evitar delapidar a herança dos vindouros e é preciso resolver agora um conjunto de problemas. Ora, a minha preocupação é a de que é preciso pelo menos termos a possibilidade de vir a ter vindouros.

**O Orador:** — Ter o quê, Sr. Deputado?

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — De ter a possibilidade de virmos a ter vindouros. É a história do cavalo do inglês. Quer dizer, estão a diminuir-lhe tanto a razão que qualquer dia ele morre, não é que se poupe.

Portanto, o que penso é que este Orçamento está concebido de tal forma que vai criar os maiores problemas a uma situação que pretendia ser ajudada por esse próprio Orçamento.

**O Orador:** — Sr. Deputado Eduardo Pereira, nessa altura gostaria unicamente de lhe dizer que exemplificasse, que concretizasse, onde é que estão os elementos e os problemas que este Orçamento vai criar. Além dos elementos e dos argumentos puramente de carácter demagógico que têm sido empregues, queria que me fossem apresentados os argumentos essencialmente técnicos através dos quais V. Ex.<sup>a</sup> me poderá dizer quais são os prejuízos, de fundo, económicos e financeiros que vêm até para a estrutura geral da Nação. É isso que está em causa e é sobre este aspecto que gostaria que se referisse. Porque falar dos prejuízos que têm determinadas classes de pessoas todos nós sabemos, todos as conhecemos e lamentamos. Mas daí a ultrapassar o problema das causas ou da realidade da situação isso é que é difícil.

E é sobre este ponto que quis chamar a vossa atenção. É que nós andamos há muitos anos a enganarmo-nos com palavras sem querermos ver de frente a triste realidade que somos.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — A realidade que o senhor é!

**O Sr. Presidente:** — Encontra-se inscrito para intervir o Sr. Deputado Sousa Lara, mas acontece que o PPM dispõe apenas de um minuto.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Presidente, acaba de me ser comunicado que a bancada do CDS cede o resto do seu tempo ao Sr. Deputado Sousa Lara.

**O Sr. Luís Beiroco (CDS):** — Sr. Presidente, se me dá licença, quero só confirmar o que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Presidente:** — Sendo assim, o Sr. Deputado Sousa Lara dispõe de 9 minutos para fazer a sua intervenção.

**O Sr. Sousa Lara (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É com agrado que cumpro a determinação de tecer algumas considerações relativamente a dois domínios, profundamente interligados entre si como são o da habitação e o das autarquias locais, no quadro da apreciação da proposta de Orçamento que ora nos é apresentada.

No Programa Eleitoral do Governo com o qual a Aliança Democrática conquistou em 1979 e 1980, a maioria parlamentar e assim a legitimidade democrática para exercer a governação do País, se promete a promoção de uma forte e ampla descentralização administrativa por fases, subordinada ao princípio da ampliação das atribuições e competências dos órgãos do Poder Local e a concomitante redução da intervenção tutelar do Governo.

Mais adiante, como um dos suportes materiais desta política, é frisada a promessa de melhoria e mais pronta execução da Lei das Finanças Locais.

No que toca a habitação, aponta esse programa, o objectivo de caminhar no sentido de permitir, a todas as famílias, o acesso a uma casa digna, designadamente através do estímulo à construção e da recuperação do parque imobiliário existente, ciente de que cabe às empresas privadas e cooperativas a tarefa fundamental da construção da maior parte desses fogos, competindo ao Estado legislar e criar condições de crédito favoráveis neste sector e ao Governo apoiar as Câmaras e as Cooperativas por diversas formas, na prossecução do mesmo objectivo. As medidas concretas aí previstas para um e outro domínio, mantêm na sua maioria e em nosso entender, grande oportunidade quer como pontos de referência de acção governativa quer como compromissos que subjaz ao mandato da Maioria.

No programa do VIII Governo que em Setembro passado esta Câmara aprovou, consta como primeira das quatro prioridades norteadoras da acção governamental a promoção de uma política de habitação que corrija carências e desigualdades graves entre os portugueses.

Na quarta prioridade aí referida, e que diz respeito à regionalização, promete-se o arranque de uma política que consagre e reforce o Poder Local. A progressão na satisfação da necessidade básica da população no tocante à habitação é referida aqui a par de outra, como objectivo essencial de uma política global tendente a clarificar o funcionamento da nossa economia.

A habitação é dentro desta lógica, anunciada como um dos sectores de destino do investimento prioritárias no domínio social. As medidas pontuais concretamente preconizadas apontam, assim, quer para um investimento público quer para a criação de condições legais e financeiras que incentivem os municípios e os particulares ao investimento neste sector.

Do panorama mais ou menos negro em que se encontra a economia portuguesa, ressalta positivamente o dinamismo do sector da construção civil, cuja expansão continua a verificar-se, estimando-se nas Grandes Opções do Plano para 1982, para o ano em curso um aumento muito significativo de mais 6 %.

Refere-se ainda ser este sector um dos que mais têm contribuído para a absorção de mão-de-obra.

Digamos que neste domínio em especial, a iniciativa privada tem correspondido às esperanças que nela depositam os partidos que compõem a maioria no poder, razão que só por si mais nos obriga ao escrupuloso cumprimento das incumbências com que nos comprometemos, respeitantes à criação das aludidas condições legais e financeiras incentivadoras do aumento e recuperação do parque habitacional português em condições socialmente dignas.

Com agrado se regista que no caso dos preços da construção e em virtude dos efeitos reflexos nos custos da habitação e dos investimentos do sector público administrativo, vão ser tomadas medidas para o controle de preços dos principais componentes intervenientes nesta actividade, para o combate à especulação dos solos e à garantia de preços adequados para o financiamento das construções.

Com igual agrado se verifica que um dos sectores que envolvem maior financiamento orçamental é, precisamente, o da habitação.

No que concerne às verbas afectadas pela Administração Local, referem as Grandes Opções do Plano o seu crescimento fundamental num maior dinamismo da actividade desta. É urgente a transferência de atribuições da Administração Central para as Autarquias Locais, acentuando a delimitação de competências entre ambas, reequacionando e redimensionado correspondentemente os respectivos serviços, dando, assim cumprimento aos sucessivos compromissos públicos que a si própria a AD cometeu. A transferência dessas competências obrigará forçosamente e simultaneamente à disposição de meios de acção suficientes de que os municípios possam fazer uso para o desempenho responsável das novas atribuições que o processo de descentralização administrativa democrática implica.

Finalmente, não quereria deixar de ressaltar o fundamental propósito enunciado no capítulo da política regional e que visa o lançamento de uma política de desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do País, por via da correcta orientação no espaço dos investimentos directos da Administração Pública e da dinamização do investimento nas áreas menos atractivas.

O PPM considera prioritária a tarefa de correção das mais graves injustiças sociais decorrentes dos desequilíbrios regionais e dos ciclos viciosos de pobreza e de riqueza que têm perpetuado a divisão do País em dois mundos distanciamente opostos.

Erigir em bandeira o referido propósito transformando-o em condimento de toda uma acção governativa, será a forma mais sublime de corresponder às esperanças de mudança que o povo português em nós depositou.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

Dispõe de nove minutos.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A discussão hoje já realizada nesta Assembleia demonstrou que a assunção das grandes opções do Plano traduz uma perspectiva política que, no entender do MDP/CDE, contraria frontalmente os interesses gerais do País, quando entendidos estes como os das camadas mais desfavorecidas e mais numerosas do povo português.

A prová-lo, está o facto de que o progresso formal registado em relação a documentos anteriores não tem correspondência na definição de orientações que deixem antever uma inflexão nas tendências fundamentais da evolução da economia nacional do próximo ano, antes pelo contrário.

A nosso ver, a opção de base está contida na afirmação de que a economia portuguesa, em 1982, poderá atingir «um ritmo de crescimento algo superior ao que terá lugar no corrente ano» e que esse princípio de recuperação deverá ser, no entanto, conseguido com base na procura externa, já que a procura interna terá de evoluir mais lentamente».

Do documento das Grandes Opções elevam-se «preces» para que as hipóteses admitidas quanto aos contextos internacional e interno se verifiquem e a

ligeira alteração dos ritmos de crescimento que a proposta aponta supõe a verificação dessas hipóteses.

Que terá levado o Governo a desenhar toda uma estratégia na presunção de que certas hipóteses — que aliás estão fora do seu controle — se verificam, desdenhando a apresentação de alternativas, para contextos diferentes ou de cenários em que riscos tão evidentes fossem minorados? Será que o Governo pensa que se não for assim, será assado, tanto faz?

Será porque em qualquer caso, as Grandes Opções e o OGE traduzem uma escolha deliberada, única possível para a política que a AD pretende servir?

Da análise do texto das Grandes Opções há que concluir que para o Governo parece perfeitamente indiferente, para esse efeito, claro está, que a seca seja mais ou menos grave, que o preço do petróleo estabilize ou não, que o ritmo das importações da zona da OCDE melhore ou piora, para não citar senão alguns dos pressupostos admitidos.

A legitimidade desta questão é irrecusável, se atentarmos em que a proposta do Governo fala em crescimento da economia, iludindo as questões relacionadas com uma estratégia de desenvolvimento.

De facto, não podemos aceitar que se projete uma taxa de crescimento do PIB a custo dos factores de 3% e não se prespective em que sentido vai evoluir a parte da massa salarial no rendimento nacional, nem, além disso, como é que se comportarão, no quadro dessa evolução, as posições relativas dos estratos sociais com níveis de rendimento mais baixos.

Que significado poderá ter, de facto, a afirmação de que «a intenção de crescimento assenta na exportação» quando se diz, também, que a norma salarial a estabelecer, se possível de forma concertada, deve «prevenir uma eventual deterioração da competitividade das exportações portuguesas»?

Um baixo nível de salários, se necessário conseguido de forma não concertada, é pois condição explícitada para o êxito da política de exportações, erigida em eixo da estratégia delineada nas Grandes Opções do Plano.

O opção de base volta a reflectir-se na atitude perante o problema do emprego, em que o Governo se limita a afirmar uma boa intenção, sem nada que a sustente, quanto a manter o actual nível de emprego.

O Governo assume-se declaradamente pelo aumento do desemprego, tendo em conta o afluxo de novos efectivos no mercado de trabalho.

De forma mais clara do que no texto da Proposta, o Sr. Secretário de Estado do Emprego, em entrevista ao *Tempo* de 10 do corrente, pôs cruentamente o dilema: «é sabido que as medidas visando a contenção da inflação e o equilíbrio da balança de pagamentos constituem prioridade do Governo ... e é sabido que as medidas daquele tipo não são, no imediato, estimuladoras do crescimento do emprego».

Na formulação mais geral da política de rendimentos e preços que o Governo faz, diz-se que o seu objectivo central «é o de garantir a moderação do aumento de preços, através de idêntica moderação, obtida tanto quanto possível de forma consensual, nos aumentos respeitantes aos diversos factores produtivos ...»

Somos todos capazes de imaginar o sentido do consenso dos grandes intermediários especuladores! Não são, certamente, os grupos monopolistas e oligopolistas, os grandes intermediários e especuladores, que vão renunciar de moto próprio às margens de lucro que possam obter, a bem da moderação geral do aumento dos preços.

Nem será o Governo da AD, com toda a sua política liberalizante e de confiança nos mecanismos de mercado e da concorrência, que vai impô-lo. Porque inclusive não irá lutar contra a sua própria clientela política.

Estará o Governo a admitir que são os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores que vão deixar de pretender recuperar, através dos preços de mercados possíveis, da grave situação financeira que generalizadamente os afecta?

Também a generalidade dos portugueses que trabalham por conta de outrém não vai aceitar resignadamente a degradação progressiva do seu poder de compra, para que aponta um tecto salarial de facto e uma taxa de aumento de preços no consumidor de 17%, a qual, muito provavelmente, ficará bem longe da realidade.

Aliás, o Governo promete assegurar ao factor trabalho uma participação adequada nos ganhos de produtividade que virem a ser conseguidos. A fórmula é vaga, mas de qualquer modo resulta explicitamente que não será para todos. E resulta implicitamente, do fio condutor de toda esta estratégia, que, a acontecer, será com dimensão desprezível.

As últimas declarações ministeriais apontam para um tecto salarial, com limites de tolerância, o que é uma inovação teórica.

É fácil ver o que isso significará.

Onde o acréscimo de produtividade, supostamente mensurável, for muito elevado, os trabalhadores poderão, pela via da contractação colectiva, não só ver reposto o seu poder de compra — corruido durante mais de um ano — como vir a obter um pequeno benefício da parte do acréscimo de produtividade que eles próprios geraram.

Onde o acréscimo de produtividade andar por valores médios, os trabalhadores terão de contentar-se com a reposição do poder de comprar ... que irão perdendo gradualmente durante os 15 ou 16 meses seguintes.

Nos demais casos, os trabalhadores ficam a saber o que lhes propõe o Governo da AD: salários aumentados abaixo da inflação para financiamento do patronato.

Os senhores membros do Governo e da maioria terão estado, certamente, fechados em casa, no sábado passado, quando centenas de milhar de portugueses vieram à rua dizer não a esta política, dizer não a este Governo!

Da conjugação das medidas contidas nas Grandes Opções do Plano com as disposições do Orçamento Geral do Estado, em matéria tributária, tudo aponta para uma escolha coerente com o restante.

O rendimento real disponível das camadas economicamente mais desfavorecidas será obviamente afectado pela incidência nos preços dos aumentos dos impostos indirectos (nomeadamente o de transacções) e mesmo pela repercussão no consumidor dos agravamentos de alguns impostos directos. Na mesma linha

vão as diferentes orientações adoptadas quanto à revisão dos escalões do imposto complementar e à não revisão dos escalões do imposto profissional, na intenção óbvia de favorecer os rendimentos que não provêm do trabalho.

Com inflações anuais da ordem dos 20 %, os trabalhadores vêm durante três anos, por esse facto, a taxação do imposto profissional ser cada vez mais pesada. Deflaccionando os escalões do Imposto Complementar — e não do Imposto Profissional como se impunha — o Governo não só atenua o ritmo de progressividade daquele imposto, como vem trazer uma correcção fiscal àqueles casais com rendimento líquido mensal da ordem dos 30 contos ou superior. Os de mais baixos rendimentos, isto é, os mais carenteiados, não beneficiam de alívio fiscal — são pelo contrário, e sem excepções, sobrecarregados no Imposto Profissional. Esta é a justiça social que a AD pratica!

Na esteira das opções de base do Plano, o Orçamento Geral do Estado actua não só como um instrumento redistribuidor dos rendimentos, mas como um instrumento de reacumulação.

O princípio orientador da austeridade leva, no entendimento do Governo, ao princípio prático da contenção da procura interna e ao reforço da acumulação.

Tendo em conta o quadro restritivo e imobilista que, nos documentos em apreciação nesta Assembleia se define para o sector empresarial do Estado — contrariando as afirmações de que o Sector Empresarial de Estado não será discriminado-o — tendo em conta a preocupação explicitada, ao longo de todas as medidas preconizadas para o sector privado, poderá dizer-se que estas opções, neste orçamento, conduzem à contenção da procura e ao reforço da acumulação privada.

Dos objectivos da política económica global constantes do Programa do Governo discutido nesta Câmara há três meses, apenas um tem expressão visível nestas Grandes Opções do Plano: o de «clarificar o quadro de funcionamento da economia portuguesa, assegurando a transferência das suas regras de jogo fundamentais e fortalecendo os mecanismos do mercado».

Tal orientação está reflectida nos objectivos macroeconómicos propostos pelo Governo e nas políticas que os servem.

Os objectivos apontam à austeridade, as medidas revelam quem a vai suportar. As propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado não empregam as palavras «vamos fazer pagar esta austeridade, que é necessária, àqueles que menos têm», mas dizem-no por outras palavras não menos rigorosas.

As opções governamentais não vêm, de facto, carregadas da demagogia que marcaram Opções e os Orçamentos Gerais do Estado de 1980 e de 1981.

O Governo acaba por mostrar-se tal qual é e a quem serve.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, chegamos ao fim da nossa reunião de hoje.

Entretanto, informo que deu entrada na Mesa um requerimento de inquérito parlamentar à actua-

ção do Conselho de Gerência da RTP — Empresa Pública, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre o qual recaiu já o seguinte despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República: «Admitido. Distribuir aos grupos parlamentares para publicação urgente no *Diário da Assembleia da República* para a sua apresentação oportuna na conferência dos grupos parlamentares.»

A sessão de amanhã iniciar-se-á às 10 horas, com intervalo das 13 às 15 horas, e encerrará às 21 horas.

Está encerrada a sessão.

*Eram 1 hora e 45 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Alberto Augusto Faria dos Santos.  
Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Maria de O. Ourique Mendes.  
António Roleira Marinho.  
António Sérgio B. Azevedo.  
António Vilar Ribeiro.  
Arménio dos Santos.  
Cecília Pita Catarino.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Daniel Cunha Dias.  
Eleutério Manuel Alves.  
Fernando José da Costa.  
Francisco Rendas da Costa.  
Francisco de Sousa Tavares.  
João Evangelista Rocha Almeida.  
Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
Joaquim Pinto.  
José Mário de Lemos Damião.  
José de Vargas Bulcão.  
Manuel António Araújo dos Santos.  
Manuel Ferreira Martins.  
Manuel Maria Moreira.  
Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.  
Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.  
Mário Ferreira Bastos Raposo.  
Natália de Oliveira Correia.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Pedro Miguel Santana Lopes.  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Rui Alberto Barradas do Amaral.  
Valdemar Cardoso Alves.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

**Partido Socialista (PS)**

Alfredo José Somera Simões Barroso.  
Alfredo Pinto da Silva.  
António Fernando Marques R. Reis.  
António José Sanches Esteves.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Armando dos Santos Lopes.  
Beatrix Cal Brandão.  
Carlos Cardoso Lage.  
Carlos Manuel N. Costa Candal.  
João Francisco Ludovico da Costa.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel Trindade Reis.  
 Mário Manuel Cal Brandão.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
 Carlos Alberto Rosa.  
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Augusto Gama.  
 José Miguel N. Anacoreta Correia.  
 Luís Carlos Calheiros V. Sampaio.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui António Pacheco Mendes.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

**Partido Comunista Português (PCP)**

António José de Almeida Silva Graça.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Ercília Carreira Talhadas.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Manuel Correia Lopes.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António Cardoso Moniz.  
 António José Borges G. de Carvalho.  
 António de Sousa Lara.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

**União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)**

António Ferreira Guedes.  
 António César Gouveia de Oliveira.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Duarte e Duarte Chagas.  
 Bernardino da Costa Pereira.

Carlos Manuel Pereira Pinho.  
 Fernando José F. Fleming de Oliveira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Germano Lopes Cantinho.  
 Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.  
 José Luís Figueiredo Lopes.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Emílio Teixeira Lopes.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Fernando Verdasca Vieira.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 Jorge Fernando Branco Sampaio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Luís Amaral Nunes.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Parcídio Summavieille Soares.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adalberto Neiva de Oliveira.  
 Alberto Henriques Coimbra.  
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.  
 João Lopes Porto.  
 Luís Aníbal de Sá Azevedo Coutinho.  
 Mário Gaioso Henriques.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 Vital Martins Moreira.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

Fernando Dias de Carvalho.

**OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE, Anita Cristina Par-**  
**ramés Pinto da Cruz — Carlos Pinto da Cruz.**

**PREÇO DESTE NÚMERO 98\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**